



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Mulheres em pauta:
as estratégias discursivas adotadas pelo jornal Folha de S.Paulo, na cobertura do Dia
Internacional das Mulheres no período de 1975 a 2015**

Aline da Silva Schons

**BRASÍLIA - DF
2019**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Mulheres em pauta:
as estratégias discursivas adotadas pelo jornal Folha de S.Paulo, na cobertura do Dia
Internacional das Mulheres no período de 1975 a 2015

Aline da Silva Schons

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de
Exame de Dissertação como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestra em
Comunicação.

Linha de pesquisa: Jornalismo e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Maria Macedo
Machado.

**BRASÍLIA - DF
2019**

Aline da Silva Schons

Mulheres em pauta:
as estratégias discursivas adotadas pelo jornal Folha de S.Paulo, na cobertura do Dia
Internacional das Mulheres no período de 1975 a 2015

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de
Exame de Dissertação como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestra em
Comunicação.

Aprovada em: 18/03/2019

Banca examinadora:

Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado – PPGCom FAC/ UnB
Orientadora

Profa. Dra. Dione Oliveira Moura – PPGCom FAC/ UnB
Membra

Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida – PPGSol/ UnB
Membra

Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira – PPGCom FAC/UnB
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que acreditaram em mim, reconheceram o meu esforço e acompanharam-me nessa jornada intensa de dois anos. Primeiramente, à minha orientadora professora Liliane Machado, por toda ajuda e paciência ao longo das 21 versões deste trabalho; ao CNPq, pela bolsa de estudos que possibilitou que eu dedicasse boa parte do meu tempo às atividades do PPGCom da FAC/ UnB e a esta dissertação; às professoras Dione Moura, Tânia Almeida e ao professor Fábio Pereira, componentes das bancas de qualificação e de defesa, pelas inúmeras sugestões e pela disponibilidade; e às/aos colegas da UnB, demais professoras/es e funcionárias/os, pela troca de experiências e informações.

Agradeço ainda à minha irmã Michelle, uma de minhas maiores incentivadoras hoje; ao meu companheiro Rafael, pela compreensão; e aos meus gatinhos Periqui, Piquituti e Marie (*in memoriam*), por estarem sempre ao meu lado nas longas horas de estudos.

Muito obrigada!

“Em um mundo onde a linguagem e o nomear as coisas são poder, o silêncio é opressão e violência”.

*Adrienne Rich
(Sobre mentiras, secretos y silencios, 1983, p. 141-142)*

RESUMO

Esta pesquisa articula os estudos feministas e de gênero no campo da comunicação por meio da análise dos discursos jornalísticos publicados no **Dia Internacional das Mulheres (DIM)**. Mais especificamente, o objetivo é entender quais são as estratégias discursivas adotadas na cobertura da **Folha de S.Paulo**, no **DIM**, em publicações selecionadas entre 1975 e 2015. Quais são os sentidos construídos e cristalizados como bandeiras das mulheres na cobertura da data, ao longo dos anos? Quem é a leitora imaginada, a “mulher ideal”, indicada pela avaliação das interdiscursividades? É possível identificar uma mudança de perfil? Que sentidos são silenciados em razão desse direcionamento? Parto do pressuposto de que as práticas jornalísticas, fortemente vinculadas aos ideais positivistas de objetividade e racionalidade, tendem a tornar a cobertura do **DIM** superficial, valorizando formas e padrões hegemônicos de ver e estar no mundo, muitas vezes ancoradas em estereótipos de gênero. Isso limita a aparição de novos sentidos, prejudica a compreensão dos acontecimentos e a superação das desigualdades de gênero e favorece a falta de pluralidade. A pesquisa tem como base a análise de discurso de vertente francesa e valeu-se, especialmente, das interdiscursividades para identificar os principais sentidos cristalizados na cobertura da data. As quatro principais formações discursivas encontradas estão vinculadas aos temas força de trabalho, corpo e sexualidade, violência e feminismos. Se os enunciados, em geral, parecem condizentes com a relevância da efeméride, a representatividade deixa a desejar, mesmo levando em conta textos opinativos. Assim, o **DIM** ainda é voltado a uma mulher no singular, o que acaba por direcionar os temas contemplados na cobertura e o enfoque.

Palavras-chave: Jornalismo. Jornal Folha de S.Paulo. Estudos feministas e de gênero. Análise de discurso francesa. Dia Internacional das Mulheres.

ABSTRACT

This research coordinates feminist and gender studies with communication studies by analyzing journalistic discourses published on **International Women's Day (IWD)**. More specifically, the present study aims to investigate the discursive strategies adopted by the **Folha de S.Paulo (Folha)** newspaper in the coverage of **IWD** from 1975 to 2015. Which meanings were built and crystallized as women's causes in the coverage of **IWD** throughout this period? Who is the envisioned female reader, the "ideal woman", as shown by the evaluation of examples of interdiscursivity? Is it possible to identify a change in the profile of this woman? Which meanings are silenced because of the way coverage was directed? Assuming that journalistic practices are strongly linked to positivist ideals of objectivity and rationality, coverage of **IWD** may become superficial, valuing hegemonic manners and standards of perceiving and being in the world, often grounded on gender stereotypes. This restricts the emergence of new meanings, hinders the understanding of events and the overcome of gender inequalities, and leads to lack of pluralism. The present research is based on the French school of discourse analysis and relied especially on examples of interdiscursivity to identify the main meanings crystallized in the coverage of **IWD**. The four main discursive formations found in the analysis were related to labor force, sexuality, violence, and feminisms. Although, in general, the utterances published in **Folha** seem consistent with the relevance of the commemorative day, there is a lack of true representativeness of all women's groups, even considering opinion texts. Thus, **IWD** is still directed to one particular group of women, which leads the approached topics on the coverage and focus.

Keywords: Journalism. Folha de S.Paulo newspaper. Feminist and gender studies. French school of discourse analysis. International Women's Day.

RESUMEN

Esta investigación articula los estudios feministas y de género con el campo de la comunicación por medio del análisis de los discursos periodísticos publicados en el **Día Internacional de la Mujer (DIM)**. Más específicamente, el presente estudio busca investigar las estrategias discursivas adoptadas por el periódico **Folha de S.Paulo (Folha)** en la cobertura del **DIM**, en publicaciones seleccionadas entre 1975 y 2015. ¿Cuáles son los sentidos construidos y cristalizados como banderas de las mujeres en la cobertura del **DIM** durante este período? ¿Quién es la lectora imaginada, la “mujer ideal”, indicada por la evaluación de las interdiscursividades? ¿Es posible identificar un cambio en el perfil de esta mujer? ¿Qué sentidos son silenciados en razón del direccionamiento de la cobertura? Partiendo de la premisa de que las prácticas periodísticas están fuertemente vinculadas a los ideales positivistas de objetividad y racionalidad, la cobertura del **DIM** tiende a ser superficial, valorando maneras y estándares hegemónicos de ver y estar en el mundo, muchas veces basados en estereotipos de género. Esto limita la aparición de nuevos sentidos, perjudica la comprensión de los hechos y la superación de desigualdades de género, y favorece la falta de pluralidad. La investigación tiene como base la escuela francesa del análisis del discurso y se valió especialmente de las interdiscursividades para identificar los principales sentidos cristalizados en la cobertura del **DIM**. Las cuatro principales formaciones discursivas encontradas en el análisis se encuentran vinculadas a los temas mercado de trabajo, sexualidad, violencia y feminismos. Aunque los enunciados publicados en **Folha**, en general, parezcan acordes a la relevancia de la fecha, la representatividad de los distintos grupos de mujeres es insuficiente, aún teniendo en cuenta textos de opinión. Así, el **DIM** es todavía dirigido a un grupo específico de mujeres, por lo que los temas contemplados son dirigidos en el enfoque y cobertura.

Palabras-clave: Periodismo. Periódico Folha de S.Paulo. Estudios feministas e de género. Escuela francesa del análisis del discurso. Día Internacional de la Mujer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Escolhas linguísticas e discursivas.....	20
Estrutura da dissertação	23
1 A LINGUAGEM JORNALÍSTICA EM CONSTRUÇÃO	25
1.1 As heranças positivistas no jornalismo	26
1.2 Conceitos, estrutura e forma da linguagem jornalística	35
1.3 Jornalismo: conhecimento e construção da realidade.....	44
2 FEMINISMOS E DESDOBRAMENTOS	51
2.1 Feminismos: o Sul como Norte	51
2.1.1 Um passado em comum: a exploração e o apagamento das mulheres da história ...	56
2.1.2 Feminismos a partir dos processos de Independência	63
2.1.3 Feminismos no período ditatorial	67
2.1.4 A intersecção entre movimentos feministas brasileiros contemporâneos e o Estado	72
2.2 O Dia Internacional das Mulheres na história.....	74
2.2.1 A ONU e o Ano Internacional das Mulheres	80
<i>2.2.1.1 A ONU, a comunicação e os meios de comunicação</i>	<i>88</i>
2.3 Dos estudos sobre a mulher aos estudos de gênero.....	90
2.3.1 Gênero e linguagem.....	96
3 REFLEXÕES METODOLÓGICAS	101
3.1 O método na Comunicação	101
3.2 A escolha da Análise de Discurso de vertente francesa.....	102
3.2.1 Conceitos e referências	104
3.3 A construção do dispositivo de análise	108
4 O DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES NO JORNAL FOLHA DE S.PAULO.....	119
4.1 Breve histórico do jornal.....	120
4.2 O discurso sobre o Dia Internacional das Mulheres	129
4.2.1 O ingresso na força de trabalho: do feminismo marxista ao liberal	130
4.2.2 Corpo e sexualidade: sob os jogos de conveniência do poder.....	146
4.2.3 Pela visibilidade e desnaturalização da violência contra as mulheres.....	162
4.2.4 Feminismos: entre a “ridicularização”, a “falta de unidade” e o “respeito” pelas lutas empreendidas pelas mulheres	174
4.2.5 Nos entremeios das formações discursivas e a partir delas	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICE A – Lista de publicações encontradas no portal BDTD.....	227
ANEXO A – Notícia publicada no dia 5 de março de 2013, na Folha.....	228

INTRODUÇÃO

De repente, estava eu implicando com as palavras, com as regras. Tão objetivas e exatas elas pareciam que ninguém sabia ou queria contestar. Palavras e regras cristalizadas em uma profissão, em um modo de fazer, em um modo de ver o mundo. Objetividade, neutralidade para quem? Percebi que as palavras e as regras não eram utilizadas da mesma forma para todo mundo. Entendi que essas nuances, essas especificidades, formavam uma prática discursiva plena de sentidos.

Que prática é essa que contribui com hierarquizações de gênero, que, muitas vezes, naturalizam a violência, a desumanização? Que sentidos são esses que o jornalismo reproduz e ajuda construir? Foi a partir da percepção de pequenas variações do uso das palavras, de regras naturalizadas pelo uso, que possuíam forte viés de gênero, que o projeto desta pesquisa começou a ser pensado, o que teve início na graduação¹.

As pautas relacionadas aos direitos humanos, incluindo o direito das mulheres, são notícia. E não é de hoje. Moreno (1988) já dizia que as mulheres e os movimentos de pessoas negras, homossexuais, ecologistas estavam na moda. “Etiquetados, rotulados e ‘aceitos’, desde que bem comportados” (MORENO, 1988, p. 50). Pimentel (1988, p. 83) também afirmava algo semelhante: “É inegável os reflexos da luta feminista também nos discursos dos políticos, nas falas dos meios de comunicação. Talvez se possa dizer que estará ‘fora de moda’ aquele que não respeita a emancipação da mulher, inclusive o direito à participação na política”. As autoras escreviam após um período conhecido como a **Década das Mulheres** (1975-1985), e elas tinham mesmo razão. A moda costuma ser cíclica. Como as coisas da moda, a visibilidade e o engajamento em pautas feministas oscilaram ao longo do tempo, embora a persistência das reivindicações sejam notáveis. Como na moda, há momentos de subversão que fogem ao controle do conservadorismo.

Foi o que vi acontecer nos últimos anos, com a criação de órgãos e instituições como a **Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)**², em 2003, e a **ONU Mulheres**³, em 2010, e com a ascensão da primeira

¹ No TCC da graduação em jornalismo, desenvolvi um estudo a partir das regras encontradas nos diferentes manuais de redação do jornal **Folha de S.Paulo**. Ele está disponível em: <https://repositorio.ucb.br/jspui/handle/123456789/7993>. Acesso em: 31 jan. 2019.

² Falarei mais sobre o órgão no capítulo 2.

mulher ao cargo de presidenta do Brasil e sua posterior destituição: a pauta ganhou espaço novamente, a moda voltou. Proliferaram páginas na internet, entre blogs, sites e canais nas redes sociais, com conteúdos feministas. Impulsionadas por elas, também surgiram campanhas e protestos em prol de equidade, que, muitas vezes, superaram o ambiente virtual. A imprensa e os movimentos sociais chegaram a falar em uma **Primavera Feminista**⁴, ou **Primavera das Mulheres**, ou seja, um despertar dos movimentos feministas não institucionais, de acordo com Marques e Oliveira (2013).

Foi também a partir da eleição de Dilma Rousseff e da sua manifesta preferência pelo termo presidenta que a não neutralidade da linguagem ficou ainda mais evidente. E isso tem relação com feminismos e gênero? Com certeza. “Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual e contraditória” (FREIRE, 2011, p. 68). E o jornalismo faz parte dessa relação.

A partir da intenção de estudar os discursos jornalísticos sob a perspectiva dos estudos feministas e de gênero surgiu a ideia de analisar a cobertura do **Dia Internacional das Mulheres (DIM)**, por entender que essa é uma data com relevância já consolidada entre os movimentos feministas e de mulheres e para além deles. E também porque nela os sentidos que busco compreender estarão em evidência nos meios de comunicação.

Entre as diferentes mídias que poderia eleger para este estudo, escolhi trabalhar com um jornal impresso justamente porque minha intenção sempre foi abranger o movimento, e não um momento específico, os caminhos discursivos na intersecção entre jornalismo e gênero. Da mesma forma, foi a representatividade do jornal **Folha de S.Paulo (Folha)** no cenário da imprensa nacional que me levou a concentrar-me nele. A ideia inicial desta pesquisa era fazer uma análise comparativa entre os jornais **Estado de S. Paulo (Estadão)**, **Folha** e **O Globo**, por serem três dos maiores, mais tradicionais e mais antigos jornais brasileiros de circulação nacional. Sant’Anna (2008, p. 27-28) explica:

³ A ONU Mulheres foi criada em 2 de julho de 2010, com o objetivo de proteger os direitos humanos das mulheres e acelerar os progressos em torno da equidade de gênero. A entidade possui sede em diversos países do mundo, inclusive na capital do Brasil. Mais informações em: <http://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 22 set. 2017.

⁴ A Revista Época levou o tema para a capa da edição de novembro de 2015, sendo uma das grandes responsáveis por fixar a expressão. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

São os três maiores do país, não no sentido estritamente quantitativo [...], mas também no sentido qualitativo – jornais que, além de estarem entre os de maior tiragem do país, projetam-se como nacionais, tanto na abrangência territorial e temática quanto na influência. São jornais que buscam cobrir os temas de relevância nacional e influir nas tomadas de decisão de políticos e empresários no plano nacional. São, também, jornais que se propõem a preservar sua saúde financeira e a diversidade de suas carteiras de anunciantes, ambas como precondições do que consideram sua independência editorial. [...] O Estado, a Folha e o Globo formam um conjunto relativamente homogêneo. Têm perfis de custos industriais e logísticos semelhantes, receitas e margens de lucro próximas; pagam salários equivalentes; adotam critérios editoriais próximos; têm finalidades, problemas e soluções parecidos. Por tudo isso, são reconhecidos como os três grandes jornais do país.

No entanto, entendi que a análise mais profunda de apenas um deles, dada a semelhança inclusive entre as linhas editoriais, seria o suficiente. Rejeitei também a análise do **Jornal do Brasil**, porque desde 2010 ele está disponível apenas em versão digital. Ainda assim, mesmo optando por trabalhar apenas com a **Folha**, não seria possível analisar tudo o que foi publicado no dia 8 de março até hoje. Por isso, tive que estabelecer mais alguns critérios. Tomei como ponto de partida o ano de 1975, considerado pela Organização das Nações Unidas – ONU o **Ano Internacional das Mulheres**⁵. A data acabou sendo realmente um marco na intensificação dos movimentos feministas no Brasil e no mundo, já que também foi o ano em que a ONU ratificou o 8 de março como **DIM**, de acordo com Blay (2001), e foi a partir de então que a imprensa passou a incluir a efeméride no calendário de cobertura anual. Assim, partindo de 1975, selecionei a página (em alguns anos, mais de uma) que teve maior destaque, em cada edição do jornal, de dois em dois anos, até 2015, auge da mobilização recente das mulheres no país. Apresento mais detalhes sobre a constituição do *corpus* e do dispositivo de análise no Capítulo 3.

Dessa forma, o objetivo principal deste estudo é entender quais são as estratégias discursivas adotadas na cobertura da **Folha**, no **DIM**, a partir do recorte realizado. Quais são os sentidos construídos e cristalizados como bandeiras das mulheres na cobertura da data, ao longo dos anos? Quem é a leitora imaginada, a “mulher ideal”, indicada pela avaliação das interdiscursividades? É possível identificar uma mudança de perfil? Que sentidos são silenciados em razão desse direcionamento? Parto do pressuposto de que as práticas jornalísticas fortemente vinculadas aos ideais positivistas de objetividade e racionalidade tendem a tornar a cobertura do **DIM** superficial, valorizando formas e

⁵ A ata da assembleia da ONU que proferiu a decisão está disponível em: <http://www.un-documents.net/a27r3010.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017. Discorrerei sobre o assunto mais adiante.

padrões hegemônicos de ser e ver o mundo, muitas vezes, ancoradas em estereótipos de gênero. Tal questão limita a aparição de novos sentidos, prejudica a compreensão dos acontecimentos e a superação das desigualdades de gênero, favorecendo a falta de pluralidade, que, ironicamente, é também um dos preceitos perseguidos pelo jornalismo. Já os objetivos específicos são: a) identificar as principais formações discursivas; b) apontar rupturas e continuidades no discurso, com atenção a elementos da linguagem jornalística; e c) entender, a partir de levantamento bibliográfico e da análise das publicações, como ações dos movimentos feministas impactaram as prováveis mudanças linguísticas e discursivas do jornal **Folha de S.Paulo**.

Como a socióloga Gaye Tuchman e outras/os teóricas/os construcionistas, entendo que o jornalismo é um elemento importante na construção da realidade social. Além dos apontamentos da autora, reflito sobre essa ideia a partir dos estudos dos sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann e do comunicólogo Eduardo Meditsch. A busca por um jornalismo mais aberto às alteridades, às descobertas, é desenvolvida, principalmente, a partir de Cremilda Medina. Para ela: “O signo que acontece no processo de comunicação não se esgota nem nas intenções argumentativas da racionalidade instrumental nem na ilusão da eficiência frias das máquinas: o signo acontece na cultura da relação, esta se alicerça no estar afeto a” (MEDINA, 2008, p. 47-48).

Já a compreensão histórica das estruturas da linguagem jornalística passam pelo debate com Nilson Lage e Nelson Traquina. Compreendo a linguagem e os discursos jornalísticos como parte da construção dos sentidos sobre as relações sociais de gênero. De acordo com Silveirinha, Peixinho e Santos (2010, p. 16):

A noção de discurso (de gênero) é precisamente aquela que permite capturar a ideia de que a linguagem é imbuída de poder e que, mais do que um conjunto de palavras de sentidos estáveis e exteriores aos sujeitos, se constitui como um sistema de sentido do qual os significados estão dependentes.

A definição das autoras citadas acima conflui com a definição que Scott (1990), referência nos estudos de gênero, faz da categoria: a noção de gênero é inseparável das relações de poder. Tal qual Judith Butler (2016), vejo que as hierarquias e naturalizações das diferenças de gênero, este não limitado ao binário feminino/ masculino, são constituídas por meio de repetições, de performances de gênero. A articulação com os estudos feministas e de gênero, evidentemente, foi essencial na estruturação desta

pesquisa.

Entre as diversas possibilidades para analisar a linguagem jornalística, decidi trabalhar com a Análise de Discurso de vertente francesa, mais conhecida como AD francesa. Entre as minhas referências estão Dominique Maingueneau, Patrick Charadeau, Eni Orlandi e Michel Foucault. Maingueneau (1998, p. 13, grifo do autor) define a AD “como a disciplina que, em vez de proceder a uma análise linguística do texto em si ou uma análise sociológica ou psicológica de seu contexto, visa articular sua enunciação sobre um certo lugar social”. Detalharei o assunto no Capítulo 3.

Isto posto, considero o tema desta dissertação relevante diante da escassez de estudos de gênero nas áreas da comunicação e do jornalismo. “A reduzida presença da perspectiva de gênero nas pesquisas em jornalismo contrasta com a solidez e importância desse campo de estudos” (MARTINEZ; LAGO C.; LAGO M., 2016, p. 9). Tentando verificar essa afirmação, busquei, no portal Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁶, pelas palavras gênero e jornal*⁷, encontrei 1.891 resultados; filtrando por esses dois termos apenas no título, cheguei a 69 resultados. Desses, três utilizavam o termo gênero no sentido que se buscava (e não como gênero jornalístico ou gênero textual) e pertenciam a cursos de comunicação. Procurei ainda os radicais jornal* e femini* para tentar compreender palavras como feminino, feminista e outras parecidas. Como resultado, 690 trabalhos foram listados. Na busca pelos termos apenas em títulos, 25 trabalhos foram encontrados, sendo cinco na área de Comunicação. O resultado das buscas está disponível no apêndice A.

Assim, o tema merece ser estudado não apenas porque ainda há um amplo espaço a ser explorado academicamente no eixo comunicação-gênero, mas também porque os discursos produzidos pelo jornalismo, especificamente por um jornal de grande capilaridade e tradição como a **Folha de S.Paulo**, são determinantes na forma de perceber a realidade social, inclusive no que tange ao gênero, já que as notícias possuem uma legitimidade que é dada de antemão, conforme afirma Maingueneau (2004). São as ideias de objetividade, à exatidão, à neutralidade que a potencializam a noção de verdade vinculada ao jornalismo. “*As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público. A informação é essencialmente uma questão*

⁶ Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 11 out. 2017.

⁷ O asterisco é usado em uma busca quando se quer encontrar todos os resultados que possuam determinado radical. No caso de jornal*, a busca inclui também palavras como jornalismo e jornalista.

de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade [...]” (CHARAUDEAU, 2013, p. 19, grifo do autor). Dessa forma, é também por meio da linguagem jornalística, dos discursos, que as noções de gênero, desiguais e violências, são construídas e desconstruídas.

Escolhas linguísticas e discursivas

Dado o objeto desta dissertação, seria incoerente não atentar para o emprego também de minhas próprias palavras. Por isso, coloco em evidência, neste tópico, algumas escolhas linguísticas e discursivas que foram realizadas conscientemente ao longo desta pesquisa. A primeira e mais visível desde as primeiras páginas é a opção por trabalhar todo o texto em linguagem inclusiva de gênero. Isso pressupõe que palavras que possuam flexão para o feminino no dicionário sejam realmente utilizadas, a exemplo de mestra ou de membra. Tais termos, por serem menos encontrados no dia a dia, podem causar estranhamento em um primeiro momento, mas a minha própria prática demonstra que a desnaturalização ocorre pelo uso e, é claro, pelo entendimento dos sentidos que as expressões carregam.

A linguagem inclusiva também pressupõe que as frases, independentemente de haver ou não flexão para o feminino de determinados termos, podem ser construídas de maneira inclusiva. Por exemplo, em vez de escrever ‘Os negros não estão sendo vistos como seres humanos’⁸, posso escrever/ dizer ‘As pessoas negras não estão sendo vistas como seres humanos’. Essa forma pode ser considerada mais adequada, já que há um grupo de pessoas que não se identifica nem com o gênero feminino nem com o gênero masculino e estariam nela abarcadas. No exemplo dado, a segunda opção demonstra também consciência sobre a interseccionalidade/sobreposição de desigualdades, já que é menos efetivo tratar de raça/etnia sem levar em conta gênero e vice-versa (outras variáveis também podem e devem ser incluídas, como classe) – uma das pesquisadoras que aprofunda o tema é a estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002, 2004).

Assim, busquei desenvolver uma linguagem o mais inclusiva possível em toda esta dissertação, levando em conta as possibilidades e peculiaridades de cada caso. Em alguns,

⁸ Título de um artigo publicado do jornal Zero Hora. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2018/10/os-negros-nao-estao-sendo-vistos-como-seres-humanos-cjnc3yhtu05ir01pinp8gd5em.html>. Acesso em: 4. dez. 2018.

optei por formas como ‘cidadãs e cidadãos’ ou ‘pesquisadoras e pesquisadores’, em outras, utilizei as barras para demarcar a flexão como em ‘as/os estudantes’, com a variação do feminino na frente, considerando a ordem alfabética, e realmente por querer enfatizar essa subversão de hierarquia de gêneros também na linguagem. Embora reconheça estruturas que empregam ‘@’, ‘x’, ‘e’ como possíveis – tod@s/todxs/todes, por exemplo –, dado o caráter experimental e associado a comunicações informais, não as utilizei neste estudo. Trabalho dentro dos limites da linguagem formal, com construções que deveriam ser aceitas em qualquer comunicação, inclusive acadêmica ou jornalística. No capítulo 2, último tópico, aprofundo essas reflexões.

Outra opção que pode ser notada desde o início desta pesquisa é o texto escrito na voz ativa (primeira pessoa do singular), e não na passiva, como é mais comum em trabalhos acadêmicos – uma forma de ir ao encontro do ideal de objetividade científica, que também tem reflexos na linguagem jornalística, como será apontado no capítulo 1. Confesso que cheguei a pensar que, por se tratar de um texto construído a partir do debate com as ideias de outras pesquisadoras e pesquisadores, com o auxílio de minha orientadora, seria mais adequado escrevê-lo na terceira pessoa do plural, mas, diante da provocação da banca de qualificação, e demais reflexões construídas ao longo deste estudo, tomei a decisão de acatar a primeira pessoa como forma de marcar e fortalecer a minha subjetividade.

Preferi também grafar algumas palavras no plural ao invés de no singular. Exemplo disso é o termo mulheres, ao recusar o uso do singular nego também a existência de um padrão hegemônico de mulher (branca, heterossexual, classe média). As mulheres são uma categoria plural, que inclui negras, indígenas, imigrantes, operárias, camponesas, empresárias, ricas, pobres, patroas, empregadas, jovens, velhas, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, cisgênero, transgênero, podem ser originárias de Um Terço/Dois Terços do mundo – estas últimas expressões foram assumidas a partir das reflexões de Mohanty (2008), em substituição a Norte/Sul ou Oriente/Ocidente (ver capítulo 2). A simples mudança de um termo para o plural coloca em destaque uma infinidade de possibilidades discursivas que poderiam ficar ocultas e passar despercebidas pelo uso no singular. Mesmo que a utilização da palavra no plural possa não ser o suficiente, como afirma Butler (2016), ao questionar a suposta identidade comum atribuída à categoria

mulheres, foi a escolha que considerei mais acertada para este estudo. A mesma lógica serve para a palavra homens e feminismos. Segundo Butler (2016, p. 21):

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendem a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas.

O termo mulher, presente no título da efeméride que guia este estudo, também foi levado para o plural, ainda que a ampla maioria das referências à data, todas do jornal **Folha de S.Paulo** no recorte observado, usem a palavra mulher no singular. Portanto, utilizo a expressão **Dia Internacional das Mulheres**. A grafia adotada para a data também foi um dos apontamentos citados por uma das membras da banca de qualificação. Naquele momento, ainda que utilizasse o termo mulheres no plural, não tinha refletido o suficiente sobre a palavra internacional, empregando aleatoriamente **Dia Internacional das Mulheres** e **Dia das Mulheres**. A verdade é que incluir ou ocultar esse termo muda a amplitude e até mesmo a relevância da data, por isso elegi a primeira forma. Quem ajudou nesta reflexão foi González (2010), em obra dedicada à data, como explico no capítulo 2. Na cobertura jornalística do 8 de março, parece pesar na escolha de uma configuração ou de outra, especialmente em títulos, o espaço disponível, podendo **Dia da Mulher** significar simplesmente uma forma abreviada de **Dia Internacional da Mulher**, que é, de fato, uma expressão grande para um título. É o que demonstra o *corpus* analisado, que evidenciou que a expressão **Dia da Mulher**, quando aparece, quase 100% das vezes está localizada em títulos. Assim, neste estudo, a cada capítulo, como forma de abreviar a data utilizarei as iniciais da expressão completa, ou seja, **DIM**. A grafia da efeméride em letras maiúsculas será mantida, já que essa é uma forma recorrente de grafar feriados e datas históricas, inclusive no jornalismo, conforme pode ser visto em Folha de S.Paulo (2018). É também uma forma de enfatizar a importância da data.

Por fim, a bibliografia consultada e a forma de apresentação da lista de referências também foram motivo de reflexão. Primeiro, tentando manter um equilíbrio entre autoras e autores, inclusive procurando evitar que os estudos aqui referenciados fossem originários e refletissem apenas uma perspectiva hegemônica de ser e estar no mundo. Não tenho

certeza se consegui. A lista de referências, utilizada inicialmente com nomes de forma abreviada, passou a ser exposta com nomes e sobrenomes completos, como forma de valorizar as pessoas que contribuíram com a discussão empreendida nesta dissertação⁹. Ressalto que tenho consciência de que nem todas as escolhas linguísticas e discursivas foram pontuadas aqui, pois elas permeiam todo este estudo e, para enumerá-las exaustivamente, eu teria que fazer a análise do meu próprio discurso, o que não é a intenção.

Estrutura da dissertação

Esta pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro, intitulado **A linguagem jornalística em construção**, busquei entender as heranças positivistas ainda evidentes na prática jornalística, os reflexos dessas práticas na linguagem jornalística e o impacto na construção da realidade social. No segundo, **Feminismos e Desdobramentos**, além de um retrospecto sobre os movimentos feministas, resgato a história do **DIM** e discorro sobre os estudos gênero e, mais especificamente, a sua relação com a linguagem.

Em **Reflexões metodológicas**, discuto sobre o método na comunicação, exponho conceitos da Análise de Discurso de vertente francesa e explico como o dispositivo de análise foi construído. Por fim, no capítulo **O Dia Internacional das Mulheres no jornal Folha de S.Paulo**, depois de um breve retrospecto histórico do periódico, apresento a análise das quatro principais formações discursivas identificadas na cobertura do **DIM** na **Folha**: 1) O ingresso na força de trabalho: do feminismo marxista ao liberal; 2) Corpo e sexualidade: sob os jogos de conveniência do poder; 3) Pela visibilidade e desnaturalização da violência contra as mulheres; 4) Feminismos: entre a ridicularização, a falta de unidade e o respeito pelas lutas empreendidas pelas mulheres. E, em seguida, discuto sobre a relação entre elas e apresento inferências a partir delas.

⁹ A norma da ABNT NBR 6023/ 2018, ou mesmo a anterior, de 2002, permite as duas formas.

1 A LINGUAGEM JORNALÍSTICA EM CONSTRUÇÃO

Minha intenção neste primeiro capítulo é resgatar um pouco da história da linguagem jornalística, ressaltando as heranças positivistas ainda encrustadas na prática profissional. Procuro conhecer os caminhos e as peculiaridades da construção da notícia, principal recurso jornalístico, levando em consideração, especialmente, o que mais tem impacto na linguagem. Busco entender essas práticas na perspectiva teórica construtivista do jornalismo, valendo-me dos apontamentos de autoras e autores da sociologia e da comunicação.

Ao observar o jornalismo sob uma perspectiva de gênero (proposta deste estudo), é possível notar que os questionamentos de feministas acerca das ciências em geral também podem ser aplicados ao jornalismo. Como será mostrado a seguir, o jornalismo assumiu muito dos preceitos racionalistas e positivistas à medida em que começou a se profissionalizar e entrar na lógica de mercado. Conforme explica Gans (2004, p. 184, tradução nossa¹⁰): “Embora os jornalistas possam não estar cientes, eles são, talvez, o mais forte bastião remanescente do positivismo lógico na América¹¹. [...] eles se esforçam para cumprir sua definição de objetividade”. O princípio da objetividade, que pode ser subdividido em inúmeros outros, parece mesmo ser o melhor exemplo dessa comunhão.

Calvelli e Loppes (2011) explicam que as críticas ao racionalismo começaram a ser lançadas pelos filósofos Kierkegaard e Nietzsche, estendendo-se mais tarde a outros, como Foucault, que também opõe-se ao positivismo Comteano. O conhecimento passa a ser percebido como provisório e parcial. É essa a perspectiva também adotada pelos estudos feministas e de gênero; o que fica fora da ciência tradicional também importa porque, afinal, o que se perde é a diversidade, incluindo a de gênero. Esse entendimento produz um “questionamento da produção do conhecimento como processo racional e objetivo para atingir a verdade pura e universal. Ainda visa incorporação da dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva do conhecimento” (CALVELLI; LOPES, 2011, p. 351). A forma de pensar a ciência também molda o que é verdade para ela.

Levando em consideração a crítica feminista às ciências, como os trabalhos de Sandra Harding e Londa Schiebinger, por exemplo, incluo a prática jornalística sob esse

¹⁰ Although journalists may not be aware of it, they are perhaps the strongest remaining bastion of logical positivism in America. [...] they try hard to live up to their definition of objectivity.

¹¹ O autor refere-se aos Estados Unidos, país onde sua pesquisa foi realizada.

viés. Assumo o ponto de vista do questionamento, da reflexão e da abertura a outros horizontes e não da simples troca de um modo de fazer por outro. Talvez a palavra incorporação defina bem a proposta. Ao realizar tal manobra, aproveita-se o melhor do que já existe e abre-se possibilidades para novas formas de conhecer e de praticar ciência e também jornalismo.

1.1 As heranças positivistas no jornalismo

A este trabalho não interessa fazer um retrospecto minucioso sobre a história da imprensa desde a descoberta da impressão por Gutenberg, em torno de 1438¹². Dos primórdios, o cerceamento da imprensa pela igreja católica, seu caráter elitista e de apoio à manutenção dos poderes vigentes são pontos relevantes apontados por Cornu (1994), que podem ajudar a compreender elementos encontrados na cobertura jornalística. Afinal, os discursos, em suas diferentes formas, parecem ter um poder quase mágico de reverberar como ondas sonoras e tal como elas, muitas vezes, o que temos acesso são apenas ecos, fragmentados e misturados a outras ondas que produzimos e que também nos atingem. São as vozes que nos precedem que Foucault (1999) aponta – difícil nomear, dominar ou perceber os riscos inerentes à opacidade discursiva que nos envolve.

Assim, para não fugir da proposta deste estudo, irei direto ao período em que uma pretensa liberdade de imprensa começou a surgir e que as bases para o jornalismo profissional foram firmadas. De acordo com Cornu (1994), com a emergência da sociedade burguesa e o aparecimento de espaços públicos como os cafés, assuntos políticos e sociais antes discutidos apenas por autoridades passaram a pautar conversas e a interessar também à classe emergente. “Os debates que se travavam nos cafés acabam por criar a necessidade de um «suporte»” (CORNU, 1994, p. 147). Lage (2001, 2006a) alerta que havia uma luta ideológica na apropriação dos jornais pela classe ascendente, que buscava o liberalismo econômico, e, por isso, acabou contida pela censura do Estado europeu.

Nos Estados Unidos, segundo Cornu (1994), apesar de a imprensa ter que lidar igualmente com pressões, não chegou a haver censura. Lage (2006a) novamente é cauteloso ao tratar do contexto estadunidense. Para ele, a censura não ocorreu porque não era conveniente, e não por haver maior consciência sobre os direitos sociais, pelo

¹² Segundo Lage (2001), a própria originalidade de suas invenções são questionáveis. Possivelmente, Gutenberg foi favorecido pelas condições de seu tempo, que o alçaram a uma categoria próxima de mito.

contrário: “Quem tinha motivos para reclamar – escravos e índios – não dispunha de acesso à palavra escrita” (LAGE, 2006a, p. 14). Os povos colonizados e escravizados costumavam lidar com o conhecimento a partir da tradição oral, o que também era ceifado com a imposição de uma nova língua, e, conseqüentemente, de uma nova forma de ver o mundo.

Ainda de acordo com Cornu (1994), os esforços por liberdade de comunicação e informação somaram-se à busca por liberdade de expressão, surgindo, assim, os principais documentos da época com a finalidade de proteger tais direitos: a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, de 1789, marco da Revolução Francesa, e, em 1791, a Constituição dos Estados Unidos ganha uma emenda que fora na mesma direção. Como extensão da liberdade de expressão, a liberdade de imprensa está intimamente ligada à democracia. Os periódicos, antes vistos como panfletos políticos, começaram a ganhar mais credibilidade, ao posicionarem-se como intermediários entre o povo e seus governantes, atentos aos desvios dos últimos; jornalistas ganham respeito. Disso surge a ideia de que a imprensa seria o quarto poder, visto que teria o papel de fiscalizar os três poderes: judiciário, executivo e legislativo. Como será apontado no capítulo dois, esse período também foi relevante para que os feminismos florescessem naqueles contextos. Moreira (1993) observa, no entanto, que aquela liberdade não foi extensiva às colônias da América Latina e da África, onde a indígenas e pessoas negras e mestiças era negado até mesmo o status de seres humanos. Para ele, enquanto lá é a burguesia que se impõe como agente de transformação, na América Latina isso ocorre não apenas como reflexo das ideias libertárias das Revoluções Francesa e Americana, mas também como consequência da organização de pobres e outros grupos marginalizados.

Para Cornu (1994), o impulso decisivo para a expansão da imprensa livre foi dado pela **Revolução Industrial** e pelo liberalismo econômico, passando pela introdução da publicidade (que alavancou a queda dos preços dos periódicos, tornando-os mais acessíveis) e pelos avanços técnicos. Essas condições também impõem limitações à liberdade, pois favorecem quem detém privilégios políticos e econômicos. Conseqüentemente, há concentração nas mãos de poucos grupos (monopólios) e essa liberdade mostra-se ancorada em uma base contraditória: entre a ideologia de mercado e o direito social à informação, alicerce da ideologia da profissão. O jornalismo opinativo e interpretativo perde espaço e passa a ser discernido das informações. Surgem, assim, para

dar conta do público crescente e do interesse por informações que excediam o nível local, embasadas no uso do telégrafo, as agências de notícias, as quais contribuíram com a aceleração da informação e, ao mesmo tempo, com a uniformização dos conteúdos.

É nessa conjuntura que a cultura positivista e os princípios de objetividade, racionalidade e verdade vão impondo-se e seduzindo a imprensa, precisamente quando ela começa a profissionalizar-se, o que pode ser percebido no surgimento dos manuais de redação e códigos deontológicos. Conforme lembra Molinier (2014), os preceitos positivistas também buscavam estabilizar a ordem social, que no caso do contexto francês era atravessado por ideias socialistas e feministas. Alinhadas com o conservadorismo de seu tempo, as teorias de Auguste Comte partem do entendimento de que as mulheres estão, por natureza, ligadas ao âmbito doméstico, das relações sociais e da ternura, com a vida conjugal como eixo principal. O trabalho intelectual e científico era, assim, privilégio dos homens e a parte da subjetividade, que o autor atribuía às mulheres, também foi descartada. Essas ideias moldaram modos de fazer, influenciaram conceitos e linguagem, marcando um momento que chega a ser chamado de Revolução da Imprensa.

A objetividade não constituía um problema para a imprensa do século XVIII ou da primeira metade do século XIX, inteiramente voltada à expressão de opiniões, ao debate de ideias constitutivo do espaço público. Passa a ser problema com o desenvolvimento da grande imprensa e da informação. A grande imprensa vê-se rapidamente obrigada a respeitar uma neutralidade ajustada às suas ambições mercantis. Que fazer para desagradar o menor número de leitores potenciais, dado ser impossível agradar a todos? (CORNU, 1994, p. 182).

A objetividade passa, então, por um processo de naturalização. Como Barros Filho (1995) explica, essa não foi apenas uma estratégia de mercado, mas uma forma de legitimar a profissão e até mesmo um jeito de se proteger contra eventuais problemas jurídicos. A adesão a determinados valores considerados científicos era uma maneira de dar mais credibilidade à notícia, ainda que o conhecimento científico e o conhecimento jornalístico tenham características próprias. Também foi uma forma de opor-se ao jornalismo sensacionalista que crescia. Tal movimento ocorre, inicialmente, nos Estados Unidos do final do século XIX, mas depois se espalha, assim como os ideais positivistas. A padronização instaurada pelo modelo foi importante para agilizar a divulgação das informações, possibilitada pelos avanços tecnológicos.

Tem-se, então, de maneira bem geral, um modelo opinativo e politizado de jornalismo, por vezes panfletário, de origem francesa, em oposição ao modelo de mercado que foi substituindo o primeiro e é referência hoje, estadunidense. Neveu (2006) aponta como principais características deste último a notícia baseada em informações/ fatos, o ideal de objetividade, a imprensa utilitária (capaz de subsidiar as decisões cotidianas), o encontro com a atividade empresarial (publicidade, maximização de audiências) e a consequente profissionalização.

Para Tuchman (1993), a objetividade jornalística é um ritual adotado para proteger a profissão e profissionais da área. Os procedimentos seguidos com esse fim envolvem a apresentação de argumentos conflituais, o famoso “ouvir o outro lado da história”; a exposição de provas auxiliares às afirmativas da notícia e das fontes, como documentos e dados estatísticos; o uso de aspas para citações; a estruturação no formato pirâmide invertida, com lead na abertura (estes conceitos serão retomados a seguir); e a distinção entre fatos e opiniões. Nenhum deles é capaz de garantir a objetividade e, no máximo, demonstram uma intenção. Barros Filho (1995) divide as críticas em torno da objetividade jornalística em duas categorias: impossível ideal-típica, ou seja, como uma orientação, uma intenção como fala Tuchman (1993), e como impossível e indesejável, pois tenderiam à superficialidade e a ser entediantes – essa é a corrente que critica e nega a rigidez das normas. A objetividade, de qualquer forma, é como uma armadura que tenta ocultar e proteger a fragilidade e a força do conhecimento jornalístico, que emula¹³ a realidade que ao mesmo tempo constrói.

O caminho em direção ao modelo informativo foi percorrido aos poucos, e não de maneira uniforme, por redações inclusive em países da América Latina. Genro Filho (1987) lembra, no entanto, que não se pode acreditar meramente em uma imposição política e cultural dos Estados Unidos sobre os países colonizados, por exemplo. Já havia uma predisposição a esses princípios em virtude do processo de industrialização; a adesão a esses preceitos é uma tendência capitalista, que orientou não apenas o jornalismo.

Antes da chegada da Corte Portuguesa no Brasil, era proibida a imprensa e o ensino superior. Conforme explica Albano (2009), tal fato é uma característica das colônias portuguesas e britânicas, diferentemente das espanholas. Apesar de haver essa discrepância, colocando o Brasil em uma situação à parte na América Latina, o autor

¹³ Não abordarei neste trabalho os conceitos relativos a simulação e simulacros, que podem ser consultados nas obras de Jean Baudrillard.

ressalta que um sistema realmente amplo de educação só foi visto nesses países a partir da industrialização e junto à expansão dos meios de comunicação. Podem ser identificados quatro períodos distintos na história da imprensa brasileira¹⁴:

[...] o de atividade sobretudo panfletária e polêmica, que corresponde ao Primeiro Reinado e às regências; o de atividade predominantemente literária e mundana, que corresponde ao Segundo Reinado; o de formação empresarial, na República Velha; e a fase mais recente, marcada por oposições aparentes do tipo nacionalismo/dependência, populismo/autoritarismo, tanto quanto pelo uso intensivo da comunicação no controle social (LAGE, 2001, p. 24).

Ou seja, apenas na terceira fase apontada por Lage (2001) o jornalismo do Brasil assume caráter empresarial, começando a distanciar-se da literatura. Segundo Martins e Luca (2012), as condições eram favoráveis à expansão da imprensa. “O tripé indispensável à sustentação da grande empresa editorial se erguia. Configurava-o, basicamente, a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização, os incentivos à aquisição e/ou fabricação de papel” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 58). Foi também o momento em que as revistas femininas começaram a destacar-se.

Ainda segundo Lage (2001), com a tomada do poder por militares, Getúlio Vargas assume a liderança e dá início a um processo de cerceamento da liberdade de expressão e de imprensa, o que não quer dizer que antes não houvesse qualquer repressão. Ironicamente, Neveu (2006) afirma que foi justamente nesse período que as primeiras leis relacionadas à profissionalização do jornalismo foram criadas – a institucionalização parecia confluir com os interesses do Estado. Para legitimar o governo e vigiar a imprensa e as diferentes formas de manifestações culturais, criou-se o **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**, que praticava a censura prévia.

Após 1945, a influência do jornalismo estadunidense passou a ganhar mais força no Brasil¹⁵. Financiados por capital estrangeiro, os jornais modernizaram-se, cresceram e padronizaram tanto a diagramação quanto a linguagem. A partir de 1964, a repressão ajudou a estimular a forma em detrimento do conteúdo, já que não havia muita alternativa: “o regime autoritário ergueu a bandeira da eficiência, da tecnocracia, do cosmopolitismo” (LAGE, 2001, p. 27). Tais pontos vão ao encontro das ideias positivistas consagradas.

¹⁴A obra **História da Imprensa no Brasil**, de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, e outra de mesmo nome escrita por Nelson Werneck Sodré detalham bem o assunto.

¹⁵O tema é aprofundado no livro **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**, de Carlos Eduardo Lins da Silva.

Outra consequência da censura prévia, segundo Medina (2006), foi a busca por assuntos alternativos à editoria de política como ciência e tecnologia, viagens e sexualidade, os quais permaneceram mesmo após o fim da censura. No entanto, sempre houve exemplos de resistência entre os jornais alternativos, incluindo os feministas (que participaram ativamente da luta pela Anistia), e até mesmo na imprensa tradicional.

Segundo Medina (2006), a partir de 1975, os censores que tinham se fixado dentro das redações começavam a deixá-las, a exemplo do jornal **O Estado de S. Paulo**¹⁶, ainda assim, a autora relata que não houve trégua nem na repressão nem na censura à imprensa nos anos posteriores, mesmo com a crescente mobilização social. Exemplo disso foi o assassinato do jornalista da **TV Cultura**, Vladimir Herzog¹⁷, em 1975.

No período posterior à redemocratização, o viés neoliberal prevaleceu, orientando também os meios de comunicação. Os jornais vinculavam-se, assim, cada vez mais às elites, também porque tinham sido extintos os subsídios ao papel e a concentração empresarial e de recursos dificultou a continuidade do jornalismo popular. De acordo com Lage (2001, p. 28), nunca “se mostrou tão unânime o discurso da mídia – submissa a uma espécie de onda que varre o mundo [...]. A liberdade, hoje sabemos, é do capital. A verdade impressa também lhe pertence”. Para Medina (2006), na ditadura lutava-se pela liberdade de informação, durante o período de redemocratização e até hoje permanece a luta pela negociação de sentidos, pelo diálogo social multidirecional. “Tão logo afrouxa o autoritarismo central, recrudescem os autoritarismos intermediários, os autoritarismos bem localizados no grupo de trabalho e, o que é mais sutil, a repressão íntima, frequentemente chamada de autocensura” (MEDINA, 2006, p. 109), ou, como prefere a autora, falta de ousadia, que aprisiona profissionais a rotinas técnicas e narrativas frias.

Será que mesmo assim, na cobertura do **Dia Internacional das Mulheres (DIM)** pelo jornal **Folha de S. Paulo**, parte constituinte da grande imprensa associada às elites, é possível encontrar rupturas que apontem para mudanças nos discursos jornalísticos sob uma perspectiva de gênero?

¹⁶ Como forma de sinalizar a censura que sofria, **O Estado de S. Paulo** publicava receitas culinárias e versos no lugar das notícias vetadas. O protesto, conforme lembra Pilagallo (2012), agradava ao público.

¹⁷ Informações sobre a vida e assassinato do jornalista estão disponíveis no site do **Instituto Vladimir Herzog**, criado em favor dos valores democráticos: <http://vladimirherzog.org/biografia/>. Acesso em: 25 out. 2018.

Medina (2008) ressalta que as concepções de Comte¹⁸ sobre o positivo (real, útil, certo, preciso, absoluto) persistem no jornalismo, mesmo que estudos mais recentes questionem a efetividade dessa teoria. “O real como objeto de conhecimento frequenta a oficina das ciências como frequenta a oficina jornalística. Não há diferenças significativas entre a metodologia [...] Mas onde se situa então a arte de tecer o presente?” (MEDINA, 2008, p. 27). Para ela, o jornalismo enquanto conhecimento do presente não pode ser atendido apenas pela lógica de Comte, nem pelo racionalismo¹⁹ de Descartes, herdado por ele. Medina (2006) também estende a crítica à ciência, que precisa transformar em vez de conformar. A complexidade cada vez maior dos acontecimentos, os impasses e as tragédias humanas não podem ser compreendidos a partir de um jornalismo meramente técnico, baseado apenas na quimera de uma objetividade.

A abundância de informação, os avanços tecnológicos e a reflexão baseada em um modo científico tradicional de pensar também não se traduziram em mais comunicação. Como diz Wolton (2011) no título de uma de suas obras, “Informar não é comunicar”. O autor critica a ideologia tecnicista contemporânea, que confunde avanço tecnológico com avanço na comunicação, o que, apesar de ter coincidido durante um tempo, já não conflui mais. Comunicar, para ele, é compartilhar, é conviver, é estabelecer uma relação, é lidar com a diferença, com a alteridade; as novas tecnologias, em especial a internet, acabam reunindo apenas os pensamentos comuns, invisibilizando as diferenças. Medina (2008) possui entendimento semelhante sobre a comunicação:

A solda da ação comunicativa [...] origina-se e se consoma (ou não) na ética solidária, na técnica da partilha e na poética da afetividade. O signo que acontece no processo de comunicação não se esgota nem nas intenções argumentativas da racionalidade instrumental nem na ilusão da eficiência frias das máquinas: o signo acontece na cultura da relação, esta se alicerça no estar afeto a (MEDINA, 2008, p. 47-48).

O jornalismo que se baseia no positivismo ou no cartesianismo, não apenas cai nas armadilhas da universalização, nas distinções dualísticas (razão/ emoção), no fazer

¹⁸ De acordo com Meditsch (1992), Auguste Comte foi o sistematizador e divulgador do positivismo, mas sua criação é atribuída a Claude Henri de Rouvroy.

¹⁹ Para Moreira (1993), a racionalidade aperfeiçoada por Kant no período do Iluminismo propunha a emancipação da “tutela (da tradição, do rei, da religião) pelo uso da **razão**” (MOREIRA, 1993, p. 141, grifo do autor), autorizando a iniciativa individual (como forma de resguardar a autonomia dos indivíduos) e a criatividade. No entanto, na modernidade, a abstração do conceito leva a instrumentalização da razão, que passa a ter como base o lucro e o poder, gerando novas formas de autoritarismos.

mecanizado, ele esquece que a comunicação, mesmo com intermediários técnicos e tecnológicos, depende de pessoas em sua diversidade, do diálogo. Medina (2008) diz que as reflexões contemporâneas da comunicação social estão muito mais próximas ao pensamento de Pascal, que une corpo e mente em suas reflexões e entende que a razão não é capaz de explicar tudo. Para a autora, essas ponderações poderiam contribuir com as teorias em torno do conceito de notícia, levando a práticas profissionais mais coerentes com a complexidade da realidade social, não transparente e irreduzível ao instante presente.

Medina (2017, 2018) defende a racionalidade não redutora, o jornalismo autoral não acomodado ao técnico/ tecnológico, o dialogismo, a ação interativa, o uso da reportagem, a abertura ao sensível para dar conta da complexidade e da diversidade das sociedades. Propõe, ainda, a ida a campo sem certezas, a abertura a novas respostas, para fugir do estereótipos e juízos de valor. Ela acredita no signo da relação²⁰ na comunicação social, conceito que está relacionado com às produções de sentido, às mediações sociais e culturais realizadas por quem edita a narrativa da realidade contemporânea. “O comunicador (jornalista ou outro profissional da área) tem diante de si a responsabilidade autoral de criar, renovar ou simplesmente administrar os significados dessa realidade vocalizados ou não por fontes de informação” (MEDINA, 2006, p. 22). A/o jornalista tem a possibilidade de encobrir, indo ao encontro de uma “monologia autoritária” (MEDINA, 2006, p. 61), ou de descobrir, esbarrando contra suas próprias verdades de mundo, o que nenhum manual é capaz de ensinar. Para ela, o caminho da descoberta também aponta para narrativas mais autorais, com responsabilidades éticas, intimamente ligadas aos afetos. Rovida (2017) resume bem o caminho que Medina apresenta em várias obras, para pesquisa e práticas jornalísticas: o da experimentação, da abertura ao diferente, da relação, do dialogismo. É o fazer com responsabilidade e organização, mas não por antecipação; o fazer que não se opõe ao raciocínio lógico, e sim adiciona uma outra perspectiva, a do estar afeto ao Outro. É um caminho em que a teoria confunde-se com o cotidiano e vice-versa.

Para Bicudo (1993), a linguagem está em processo evolutivo e interativo constante e reflete e transmite conteúdos e conhecimentos permeados de ideologias, valores e normas, os quais são sempre contextuais. Assim, a prevalência de uma interpretação ou de significação de uma palavra, dentre tantas possíveis, está associada a sua normatização,

²⁰ Cremilda Medina possui duas obras voltadas ao tema: **O signo da relação: comunicação e pedagogia**, de 2006, e **A arte de tecer afetos: signo da relação 2, cotidianos**, de 2018.

processo que passa pela imposição dos valores dominantes, que são tomados como verdade. Conforme apontado acima por Medina (2006), é tarefa da/do jornalista ir além dessas normatizações. Segundo Bicudo (1993), é a partir da valorização e do respeito da pluralidade de vozes, que a noção de relatividade de valores é percebida e que é possível “tornar-se autor de seu próprio enunciado” (BICUDO, 1993, p. 95). Transpostos ao jornalismo, esses *insights* novamente remetem ao jornalismo autoral, dialógico e não mecanicista/ previsível, o que é reiterado por Medina em diversos estudos.

Nesse sentido, profissionais da área de Comunicação, segundo Medina (2006), poderiam aprender muito com a arte (literatura, poética), que tem grande capacidade de renovação, que se vale de sentimentos e do caos para construir narrativas e compreender o presente. É o que o companheiro da autora, o escritor e jornalista Sinval Medina (1993), também reivindica: uma reaproximação entre ciência e literatura, onde ambas contribuem com a revelação do real. A mentalidade científica, as verdades absolutas vão contra esse entendimento. A complexidade dos contextos da realidade social, das diferentes culturas não são compreendidos pelos preceitos de objetividade nem por fórmulas estanques.

Pela ilusão da ótica objetivista, não se percebem os filtros que impedem a relação sujeito-sujeito, essencial para que se descubram algumas das forças do processo e se arme a narrativa dos fatos contemporâneos que ensaie, ao mesmo tempo, a polifonia e polissemia do presente, o enraizamento da história, na cultura e nas identidades míticas, bem como na enunciação de tendências projetivas (MEDINA, 2006, p. 59).

Para Medina (2006), situações extremas como as vividas em período de guerra, tortura e violência são momentos em que a relação sujeito-sujeito, de um pensamento mais complexo e humanizado costuma aparecer, um misto de reportagem e literatura, a reportagem-ensaio. Enquanto escrevia alguns trechos desta dissertação, em meio às campanhas presidenciais de 2018, que teve como candidato favorito (posteriormente eleito) um homem que faz apologia à violência e a torturadores da ditadura militar brasileira, perguntava-me por que, mesmo naquele momento, eram poucos os grandes veículos de comunicação que faziam essa aproximação. Tenho certeza que outras/os pesquisadoras/es tentarão compreender. O ódio, mesmo operacionalizado, continua a ser ódio. Han (2014), ao criticar a sociedade da informação/ sociedade da transparência, aquela que instrumentaliza e homogeneiza tudo, também valoriza o resgate do sensível, do poético. Para ele, “a sociedade da transparência é uma sociedade sem poetas, sem sedução

e sem metamorfose” (HAN, 2014, p. 59). É uma tendência que leva ao “inferno do igual”, como ele diz em **A Agonia de Eros**, obra em que é criticada a racionalização do amor, o fim das alteridades.

As ideias de Medina também parecem confluir com as de Genro Filho (1987), que não descarta a eficiência da técnica (embora não acredite na objetividade), não prega a volta de um jornalismo puramente opinativo e literário, mas busca outra perspectiva. Para ele, a singularidade é a matéria-prima do fazer jornalístico e é ela que possibilita o jornalismo crítico, que é sua proposta.

A singularidade tende a ser crítica porque ela é a realidade transbordando do conceito, a realidade se recriando e se diferenciando de si mesma. Contra essa potencialidade da abordagem jornalística, procurando neutralizá-la e subvertê-la, volta-se a ideologia burguesa” (GENRO FILHO, 1987, p. 242-243).

O autor privilegia a noção de classe em seus estudos, mas creio ser possível somá-la a outras perspectivas, como gênero, ainda que haja muitas críticas aos estudos de gênero que tenham o marxismo como base. Segundo Holmstrom (2014), Marx considerou apenas o trabalho assalariado, ignorando o trabalho doméstico das mulheres. Ressalto, no entanto, que esse era o conceito de produtivo para o capitalismo, menosprezando a dependência entre ambos. Assim, os estudos de gênero podem ter como referência o marxismo, mas precisam ultrapassá-lo.

Entender melhor os conceitos, as técnicas e a linguagem da profissão, e proceder a análise dos discursos jornalísticos proposta neste estudo pode ajudar a compreender o caminho já percorrido e a vislumbrar alternativas para o futuro. Assim, reconheço nesta dissertação a importância do contexto histórico em que o jornalismo profissional afirma-se, das correntes teóricas em que estão baseadas suas principais recomendações, o vínculo ao capitalismo, o status de mercadoria e a tendência dos profissionais de perpetuarem os discursos hegemônicos. Entendo esses fatos como estruturantes, mas não como forças imutáveis, únicas e inquestionáveis. Talvez haja um caminho alternativo que passe pela crítica de Genro Filho e pela abertura ao sensível e às alteridades propostas por Medina, que vislumbrem um jornalismo mais inclusivo também sob uma perspectiva de gênero.

1.2 Conceitos, estrutura e forma da linguagem jornalística

Foi a partir dos acontecimentos narrados acima que os principais conceitos e definições utilizadas no jornalismo surgiram. Já que a análise deste estudo tem como objeto as edições impressas do jornal **Folha de S.Paulo**, desenvolverei este tópico com enfoque nas peculiaridades da linguagem jornalística da mídia em questão. É preciso salientar, entretanto, que há diversos aspectos em comum entre os diferentes meios de difusão jornalística, a começar pelos gêneros jornalísticos.

Marques de Melo e Assis (2016), a partir de um compilado de outros autores, dividem os gêneros e formatos jornalísticos, respectivamente, em: informativo – associado à vigilância social (nota, notícia, reportagem e entrevista); opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta, crônica); interpretativo – função de esclarecer pontos específicos, educar (análise, perfil, enquete, cronologia, dossiê); diversional – associado ao lazer, entretenimento (história de interesse humano, história colorida); e utilitário – ligado às decisões que são tomadas no dia a dia (indicador, cotação, roteiro, serviço). As espécies não são detalhadas pelos pesquisadores nesse estudo, mas equivalem aos subtipos dos gêneros. Lage (2001) decompõe a reportagem, por exemplo, em três tipos: de investigação, de interpretação e associadas ao **Novo Jornalismo**²¹. No caso dos formatos e espécies, a diferença entre um e outro pode ser bastante sutil. Segundo Marques de Melo e Assis (2016), as demandas sociais são determinantes para a consolidação ou diversificação dos gêneros e, conseqüentemente, dos formatos e espécies, ou seja, essas categorizações são móveis e adaptáveis, e variam também de acordo com os meios. Medina (2006, p. 79, grifo da autora) simplifica:

Ao longo da experiência histórica do jornalismo, a linguagem que se consagrou é portadora de três grandes famílias de conteúdos: o jornalismo presta *serviços informativos*, amplia a narrativa da atualidade, através do trabalho de campo – a *reportagem* – e especula, analisa, avalia os acontecimentos em textos explícitos de *opinião assinada*. Foi assim que se convencionou subdividir a atuação substantiva dessa mediação social em *jornalismo informativo, interpretativo e opinativo*. Muita bibliografia se produziu para alimentar a polêmica dos gêneros. No entanto, sempre se volta à essência do fenômeno [...].

²¹ O *New Journalism* é uma corrente teórica estadunidense de vertente literária contrária à padronização técnica e aos modos de fazer do jornalismo de referência. Segundo Neveu (2006), o senso crítico de profissionais recém formados pelas universidades foi o propulsor de uma busca pela valorização de subjetividades, de fontes alternativas (não apenas institucionais) e descrições minuciosas baseadas em um trabalho que exige tempo de desenvolvimento. Tuchman (1983) afirma, no entanto, que o estilo acabou ficando restrito a revistas e colunas de jornais.

Identificar essas nuances ao longo da análise, mesmo de maneira ampla, conforme proposto por Medina (2006), evitará armadilhas e avaliações precipitadas. Charaudeau (2013) remete à importância de compreender os mecanismos dos diferentes gêneros midiáticos para análise de discurso das mídias. Para ele, a informação midiática envolve três tipos de variáveis: a instância enunciativa – lugar de quem fala (jornalista, especialista, personalidade, próprio jornal); o modo discursivo – relato (reportagem), comentário (editorial) e provocação (debate); tipo de conteúdo temático – editoriais (política, economia, esporte, mundo); e o tipo de dispositivo – impresso, rádio, televisão ou internet. No entanto, não está entre os objetivos aqui propostos promover uma categorização desse tipo, mesmo que o caminho escolhido passe pelo entendimento das singularidades expostas acima.

Em geral, espera-se do jornalismo informativo, como já dito, o distanciamento da/do jornalista. No entanto, não há técnicas ou deveres profissionais que dominem os valores e as inclinações pessoais das/dos agentes envolvidas/os na tradução dos acontecimentos em produto jornalístico, ainda que a intenção seja segui-las de fato. Segundo Lage (2001, p. 29), “a melhor técnica apenas oculta preconceitos e pontos de vista do grupo social dominante. O maior prestígio recai sobre notícias desprovidas de emoção, o que corresponde a abarcar intelectualmente o mundo (conhecê-lo, dominá-lo) sem envolver-se”. Aqui, mais uma vez, lembro das palavras de Wolton (2011) e parece-me que não só a tecnologia, mas o abuso de técnicas de tratamento das informações têm caminhado para o lado oposto da comunicação.

Ainda que um jornal diário comporte gêneros jornalísticos diversos, sua principal matéria-prima continua sendo a notícia, seguida da reportagem. A primeira foi conformada “aos padrões industriais por meio da técnica de produção, de restrições do código linguístico e de uma estrutura relativamente estável” (LAGE, 2006a, p. 13), é ela que guia profissionais e influencia modos de fazer e comunicar. Conforme Lage (2001), também a reportagem segue, muitas vezes, a mesma matriz. O autor define a notícia como:

[...] relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante. Assim, deduzimos a área de discussão ao que venha a ser importante, palavra na qual se resumem conceitos abstratos como o de verdade ou interesse humano. Permitimo-nos encarar a notícia como algo que se constitui de dois componentes básicos: a) uma organização relativamente estável, ou componente lógico e b) elementos escolhidos segundo critérios variáveis, que se organizam na notícia – o componente ideológico (LAGE, 2001, p. 32).

O componente ideológico e mutável envolve jornalistas, instituições jornalísticas, fontes, instituições financiadoras (publicidade), a audiência, bem como as rotinas produtivas, tais como pressões de tempo de produção, abundância e rapidez da circulação das informações. Há inúmeras variáveis em jogo, além do contexto da própria redação. “As definições da notícia derivam da história e estão cravadas nela. Em um momento qualquer, definir o que é noticiável acarreta aproximar-se dos costumes contemporâneos” (TUCHMAN, 1983, p. 223, tradução nossa²²). A própria evolução da teoria das notícias é prova disso. A teoria do espelho, a mais antiga e conhecida delas, diz que as notícias são reflexo da realidade. Segundo Traquina (2005), logo se viu que essa proposição era insuficiente e surgiram outras como a teoria da ação social/ gatekeeper, que trata da atuação das/dos jornalistas na seleção das notícias; a teoria organizacional, com enfoque nas coerções organizacionais; e as teorias da ação política, que colocam o jornalismo a serviço da ideologia do capital. Todas elas avançam, mas possuem limitações as quais Traquina (2005) e outros autores e autoras já discorreram e não cabe detalhar aqui. Uma teoria, ainda que seja superada por outra, coexiste com as posteriores por longo tempo, como é o caso das ideias da teoria do espelho. A perspectiva assumida neste estudo é a de que as notícias agem na construção da realidade (o assunto será aprofundado no tópico seguinte).

Para Barros Filho (1995), a forma e o conteúdo das notícias são aspectos que contribuem com a aparência de objetividade e ajudam a encobrir, por exemplo, o fato de que as regras e escolhas foram elaboradas por alguém, em um contexto específico. Há uma relação tão estreita entre o jornalismo e as regras e deveres profissionais que a definição de notícia apresentada acima equivale ao que é conhecido como pirâmide invertida²³ – preceito jornalístico que determina que a notícia seja estruturada do fato mais importante para o menos essencial. De outra forma, oferecendo um entendimento amplo, ela poderia ser conceituada como “modo corrente de transmissão de experiência” (LAGE, 2001, p. 29), no mesmo sentido, como histórias de não ficção, segundo Traquina (2005). Entre

²² Las definiciones de la noticia derivan de la historia y están empotradas en ella. En un momento cualquiera, definir qué es noticiable acarrea acercarse a las maneras contemporáneas.

²³ Genro Filho (1987) contesta a explicação de que a organização da notícia equivale a uma pirâmide invertida. Para ele, ao contrário, a pirâmide deveria estar em pé, já que a notícia não é necessariamente organizada por ordem de importância e sim a partir do que há de mais singular.

técnicas que moldam e estruturam a linguagem jornalística²⁴, Traquina (2005) alerta para o risco de reduzir o jornalismo a elas, ao fazer mecanizado, assim como Genro Filho (1987) nega a mera submissão ideológica. Se a/o jornalista não é refém, difícil é dizer qual é realmente a margem de manobra²⁵ que possui, mas ela existe, e é o que efetivamente torna a profissão relevante. Para Medina (2006), é nas universidades que futuras/os profissionais, muitas vezes, vislumbram alternativas para a criação de narrativas originais. Apesar de tudo, de todas as forças envolvidas, a/o repórter continua no centro da narrativa contemporânea. Assim, investir na formação universitária na área de comunicação é também um investimento social, pois essa/esse profissional deve ser fortalecido para enfrentar o autoritarismo discursivo. O jornalismo mecanizado afasta-se da potência comunicativa.

Em todas as esferas da experiência humana, as informações que movem os atos decisivos para a mudança do estado das coisas não estão disponíveis para a comunicação coletiva. São necessários engenho e arte para fazer circular significados rigorosos e confiáveis, colhidos por mediadores-autores em quem a competência racional e a sensibilidade ética andam juntas (MEDINA, 2003, apud MEDINA, 2006, p. 95).

A reportagem aproxima-se mais dessa potência. Ela permite aprofundar temas, com maior tempo de desenvolvimento, apuração e liberdade criativa, muitas vezes aproximando-se da literatura. Como já dito, pode seguir a mesma estrutura da notícia, mas não necessariamente. Lage (2001, p. 76-77) define a reportagem da seguinte forma:

Compreende desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com fatos antecedentes, consequentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente [...]. Na prática contemporânea do jornalismo impresso, existe a tendência de transformar em reportagem [...] cada fato programado [...]. Mesmo um fato inesperado (um desabamento) pode ser complementado eficientemente por uma reportagem.

Assim, a publicação de uma reportagem pode refletir ainda mais a visão editorial de um veículo de comunicação e a subjetividade das/dos produtores, já que não se restringe

²⁴ Outro elemento fundamental às notícias é o lide. Em regra, ele é o primeiro parágrafo da notícia, o topo da pirâmide, e deve responder as perguntas clássicas: o que?, quem?, quando?, onde?, Como? e por quê?. Os lides também podem ser subdivididos em vários tipos.

²⁵ Gans (2004) aborda este tema. Para ele, podem ser apontados cinco obstáculos à margem de manobra jornalística: redução da audiência, pressão crescente (econômica, da audiência, das fontes), aumento de custos, obstáculos organizacionais e competitividade mercadológica (risco diante da concorrência ao tentar inovar).

ao factual. Por outro lado, também favorece as narrativas autorais que Medina defende. Para Medina (2011), o que distancia a reportagem do gênero opinativo é a polifonia e a polissemia – múltiplas vozes e sentidos. Para ela, “não há narrativa da contemporaneidade sem reportagem” (MEDINA, 2011, p. 340), já que “é no ato de reportar que se percebe a circunstância presente, passível de tratamentos analíticos” (MEDINA, 2011, p. 344-245). A reportagem, dessa forma, é a tentativa de compreensão, contextualização e interpretação dos fatos.

Além do mais, se as fontes são essenciais na produção das notícias e sua escolha deve ser analisada com atenção, como afirma Gans (2004), nas reportagens elas ganham ainda mais espaço, com a possibilidade de entrevistas mais longas, embora o formato também possa permitir maior diversidade e pluralidade de vozes. Por suas características, a reportagem é o produto principal das revistas e, nos jornais diários, é mais presente nos cadernos semanais, que se assemelham a revistas – a periodicidade é um fator decisivo.

Conforme aponta Lage (2006a), além de organizar o acontecimento do mais importante para o menos importante, a/o jornalista deve antes selecionar um acontecimento dentre tantos outros possíveis. Assim, o conceito de notícia também está ligado ao de noticiabilidade, de valores-notícia e à **Teoria do Gatekeeper**²⁶, que enfatiza as escolhas tomadas por jornalistas ao longo do processo de produção das notícias. A noticiabilidade, para Shoemaker (2013), não é um critério necessariamente jornalístico e refere-se a acontecimentos: a) desviantes estatisticamente, normativamente e/ou que envolvam mudanças sociais; e/ou b) com significância social política, econômica, cultural e/ou que estejam relacionados ao bem-estar social. Quanto mais categorias desses dois espectros um acontecimento envolver, maior será a complexidade e a amplitude da cobertura jornalística. Traquina (2013) enxerga a noticiabilidade como o conjunto de definições que permitem estabelecer o que tem valor como notícia, ou seja, quase como sinônimo de valor-notícia, mas um pouco mais amplo. A partir de teorizações já existentes sobre o tema, ele apresenta seu próprio entendimento dos valores-notícia, resumido na Imagem 1.

²⁶ Apesar de importante, esta teoria é limitada, pois desconsidera as demais variáveis envolvidas no processo de seleção das notícias, por exemplo, interesses organizacionais.

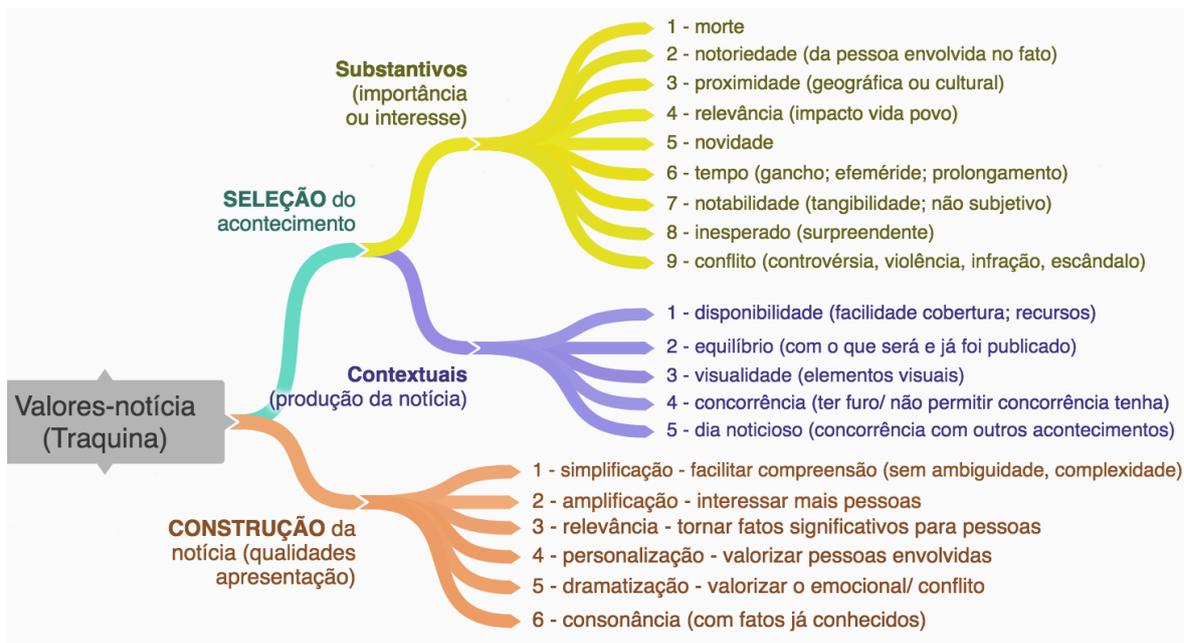


Imagem 1 – Sistematização dos valores-notícia apresentados por Traquina
 Fonte: Criado pela autora, a partir das informações de Traquina (2013)

Para Silva (2005), diferentemente de Traquina (2013), os critérios de seleção ficariam a parte dos valores-notícia. Segundo ela, os critérios de noticiabilidade possuem a seguinte divisão: “(a) na origem dos fatos (seleção primária dos fatos/ valores-notícia) [...]; (b) no tratamento dos fatos [...] dentro da organização [...] fatores extra-organizacionais [...]; (c) na visão dos fatos, a partir de fundamentos éticos e epistemológicos do jornalismo” (SILVA, 2005, p. 96). Nesta dissertação são utilizadas as definições de Traquina (2013) para subsidiar a compreensão das formações discursivas encontradas na cobertura jornalística do **DIM** e mudanças na linguagem. Os valores-notícia, segundo Barros Filho (1995), contribuem com a uniformidade midiática e com aparência de objetividade. Para Silva (2014), em considerações realizadas a partir da análise etnográfica de um programa de TV, de uma grande emissora do estado Rio Grande do Sul, no ano de 2009, a subjetividade das/dos jornalistas, gostos e verdades pessoais, influenciam todo o processo produtivo das notícias. Para ela, os valores que determinam o que é ou não notícia são, em geral, reflexo de visões hegemônicas de mundo, inclusive no que tange a gênero – o gênero do jornalismo é o masculino –, sendo a busca pela alteridade pouco procurada. As concepções de gênero se fazem presentes o tempo todo no trabalho jornalístico, que evidencia as relações de poder, ainda que não intencionalmente, desde a concepção das pautas e hierarquização de importância entre elas, até a escolhas das/ dos repórteres para

cobertura de cada uma delas. Assim, ainda que o jornalismo possua valores mais ou menos gerais para a seleção e construção das notícias, a variável gênero também impacta essa hierarquização.

Além de selecionar as notícias e organizá-las, de acordo com Lage (2006a), a/o jornalista deve nomear os acontecimentos. Por exemplo, pode-se utilizar a palavra impeachment ou golpe para tratar da deposição da presidenta (ou presidente) Dilma Rousseff. Sobre o termo presidenta, destaca-se que em análise dos manuais de redação de jornalismo do jornal **Folha de S.Paulo**, Schons, Rosa e Pavarino (2016) observaram que o uso da palavra presidenta era recomendado na primeira edição do manual, de 1984, em norma que orientava a flexão de gênero na apresentação de cargos e até mesmo a criação de palavras com esse fim. O termo era utilizado também nos jornais da época. No entanto, em edições posteriores do manual, passou-se a recomendar ‘presidente’ como comum de dois gêneros, o que refletiu nos jornais, inclusive no que tange ao tratamento da presidenta Dilma Rousseff. As justificativas para a mudança podem ser múltiplas, mas ela evidencia, sem dúvidas, perda para a linguagem, que tornou-se menos inclusiva em um viés de gênero. Nos exemplos apontados, não há neutralidade na escolha de qualquer um dos termos, ambos refletem visões de mundo diferentes, e um deles (impeachment/ presidente) é o mais utilizado nos veículos de comunicação hegemônicos – a escolha da **Folha** pela forma presidente, por exemplo, foi registrada em publicação do dia 31 de outubro 2010²⁷. Esse caso talvez pareça um pouco óbvio, mas há inúmeros outros mais sutis todos os dias nas páginas dos jornais. Esse fato assume grande importância na percepção da realidade social, já que é no processo de nomear, na prática discursiva, que o mundo é constituído. Ou seja, as hierarquias de gênero também são construídas e desconstruídas discursivamente.

A linguagem adotada no jornalismo é, ainda, do tipo referencial. A/O jornalista fala de algo externo a ela/ele, em terceira pessoa, ocultando a subjetividade da/do profissional e do próprio processo dentro da redação. O uso da primeira pessoa fica restrito ao gênero opinativo. Na mesma perspectiva, muitas vezes, as notícias sequer são assinadas, embora Traquina (2005) ressalte que jornalistas preferem ter a autoria declarada. Medina (2006) apresenta um outro ponto de vista, para ela o aumento de assinaturas pode causar uma falsa impressão de crescimento das narrativas autorais. “Esse comportamento se alastrou, na

²⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/10/823593-folha-adotara-presidente-para-se-referir-a-dilma.shtml>. Acesso em: 2 jan. 2019.

imprensa nacional, dos anos 1980 em diante, contrariando a humildade histórica do processo coletivo de gestão e criação” (MEDINA, 2006, p. 83). A prática, segundo ela, também teria sido uma forma de compensar o achatamento salarial da categoria. Hoje, parece haver uma necessidade ainda maior dessa personalização; não apenas porque é uma forma de responsabilização da/do profissional pelo que noticiam, mas também por uma questão de credibilidade – em tempos de *fake news*²⁸, a assinatura e o reconhecimento da autoria podem contribuir com a validação das informações.

Segundo Lage (2016b), contribuem também com a linguagem objetiva, a ausência de adjetivos, pois demonstrariam juízo de valor por parte da/do repórter e porque podem ser interpretados de diferentes maneiras em termos de recepção. E ainda, os dados estatísticos e números exatos, assim como o uso de aspas para enfatizar a fala das fontes e promover o distanciamento da/do profissional delas. Entretanto, a linguagem jornalística, calcada na objetividade e imparcialidade, é, também, uma forma de mediação.

A linguagem textual não aparece sozinha no jornalismo impresso, que envolve, igualmente, as linguagens gráfica e fotográfica. A primeira compreende desde o tamanho do papel e das fontes das letras utilizadas até aspectos da diagramação como distribuição dos textos, quantidade e tamanho de colunas, espaços entre os conteúdos e apresentação das imagens. Lage (2006b) ressalta que muitas das características dos jornais foram fixadas por necessidades técnicas e pela tradição, como o formato de página grande, conhecido como *standard*, exigência da impressão em rotativa²⁹. Apesar de não ser um estilo que facilita o manuseio, ele permite a inserção de vasto conteúdo em cada página e valoriza as publicidades. Gruszynski (2011) mostra que há uma ligação entre o tamanho da página e a imagem que o jornal quer passar. Os mais tradicionais e considerados sérios tendem a adotar o modelo *standard*, já o tabloide é preferido pelos populares e inovadores. Apesar disso, Molina (2008) aponta que, em âmbito mundial, alguns periódicos tradicionais, como **The Guardian** (Londres), abandonaram o formato *standard* na tentativa de atrair novas/os leitoras/es e deter a queda de circulação.

Para Lage (2006b), a preocupação com o projeto gráfico no Brasil incidiu com a vinda do paraguaio Andrés Guevara para o jornal **Meio Dia**, do Rio de Janeiro, em 1941.

²⁸ Entendida pelo senso comum como notícias falsas, ou seja, criadas propositalmente para desinformar.

²⁹ Segundo Traquina (2005), a invenção da rotativa por Hippolyte Marinoni, em 1871, permitiu a impressão de 95.000 páginas/hora e foi fundamental para a difusão do jornal impresso, impulsionada pelos avanços nas técnicas de reprodução de imagens. Também não se pode esquecer da criação do telégrafo, em 1844. Essas invenções aceleraram o fazer jornalístico, cada vez mais atento à atualidade.

Entretanto, foi a reforma do **Jornal do Brasil**, em meados de 1950, influenciada pelo concretismo (uma forma de matematização da arte), que provocou maior mudança na configuração dos jornais brasileiros, até hoje conhecidos pela superioridade técnica. Passou-se a privilegiar um formato mais econômico e padronizado de apresentação das páginas, “o que se tinha era a igualização das matérias, como se o editor se isentasse da responsabilidade de avaliar a importância relativa dos conteúdos” (LAGE, 2006b, p. 20). O que poderia transparecer alguma emoção era eliminado em prol da almejada racionalidade. A fotografia, durante algum tempo mais valorizada pelos jornais sensacionalistas, também ganhou espaço e era utilizada conforme as normas técnicas do jornal, ajudando a reforçar as informações que se transmitia em texto, contribuindo com o desejado realismo. A fotografia jornalística, é claro, passa por processos semelhantes ao texto: seleção, enquadramento (o maior ou menor distanciamento da cena podem significar muito, por exemplo) e não isenção da subjetividade de quem a cria.

Como diz Neveu (2006), em meio a críticas e autocríticas aos modos de fazer jornalístico, ainda que ligado à democracia, aos direitos sociais e que possa ser entendido como uma forma de conhecimento, não se pode esquecer que se trata de uma profissão. Não levar isso em conta é negar que teoria e prática se encontrem, é querer avançar com base no monólogo. Para Medina, jornalistas são “Criadores como qualquer outro profissional em busca do conhecimento e transformação do Real” (MEDINA, 2017, p. 201). A diferença é que, para jornalistas, o poder de transformação tem um potencial muito maior, por isso, a responsabilidade social deve ser constante no horizonte das práticas dessas/ desses profissionais.

1.3 Jornalismo: conhecimento e construção da realidade

Com base nas reflexões realizadas acima, a perspectiva adotada nesta pesquisa é a que entende as notícias como práticas que auxiliam na construção da realidade social. Segundo Traquina (2005), esse ponto de vista opõe-se à concepção de neutralidade da linguagem e entende que as condições e rotinas de trabalho contribuem com a forma de apresentar os acontecimentos. As ideias expostas até aqui convergem para o entendimento do jornalismo construtivista. Estruturado por preceitos, técnicas e rotinas produtivas criadas sob a égide da objetividade, ele emite e reforça discursos, naturalizados pela

pretensa univocidade, que ajudam a construir a realidade social, a qual não tem sido favorável à diversidade social ou à comunicação dialógica.

A mídia constrói um mundo objetivo que, por se impor como “o real de todos”, não é subjetivamente o “real de ninguém”, impondo-se a todos através da força da violência simbólica³⁰ que caracteriza a objetividade aparente. Se a eficácia simbólica das palavras só se exerce quando o receptor reconhece o emissor como legítimo, a legitimidade do texto jornalístico advém de um reconhecimento de legitimidade outorgado à empresa jornalística. [...] quanto menos claramente subjetivo for o produto, mais eficaz ele será na construção da realidade social (BARROS FILHO, 1995, p. 81-82).

Assim, ao se apresentar como objetivo e imparcial, o jornalismo ganha ainda mais força enquanto discurso formador da realidade e como instância pedagógica. Conforme Machado (2006), os meios de comunicação, assim como a escola e a igreja, por exemplo, também intervêm na educação sobre os gêneros, o que ocorre por meio da repetição de discursos e também pela ausência deles. Silva (2014) também refere-se às mídias como instância educativa, que demonstra os modos legítimos de ser e de se comportar em determinada sociedade, tendo a/o jornalista como peça central para essa compreensão.

Como já mostrado, as técnicas jornalísticas, por si só, não são o suficiente para lidar com a complexidade de alguns acontecimentos; por mais que a/o profissional se esforce, seu trabalho refletirá apenas uma face do real ou uma perspectiva de verdade, já que essas noções são relativas e plenas de visões de mundo. Para Tuchman (1983), as características formais do produto do trabalho jornalístico percebidas na linguagem e apontadas no tópico anterior também importam no que é reportado.

Assim como Meditsch (2010, p. 40), não entendo que a mídia seja o único agente que atua nessa construção: “O jornalismo, como instituição, e seus agentes, participam de produção da realidade, especialmente no seu âmbito simbólico, mas nunca isoladamente, porém em diálogo permanente com os demais atores sociais”. Contudo, talvez diferentemente de Meditsch (2010), compreendo que esse diálogo permanente entre mídia e agentes sociais dê aos meios de comunicação um lugar de destaque, ainda que os

³⁰ Bourdieu (2012, p. 7-8) define violência simbólica como “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, em última instância, do sentimento”.

estudos de Berger e Luckmann, base dessa perspectiva, não coloquem a mídia como protagonista e seja este o ponto que o autor chama a atenção³¹.

Para Berger e Luckmann (2004), a vida cotidiana é o expoente máximo da definição de realidade. Convergem junto a ela, no entanto, fenômenos que não se restringem ao momento presente, os quais possibilitam que o dia a dia seja compreendido de tal maneira que tudo pareça natural. Segundo os autores, o conhecimento naturalizado é oriundo da partilha de um mundo em comum com outras pessoas – o senso comum –, nesse relacionamento com os outros vão se constituindo tipificações como mulher/ brasileira/ latino-americana. O jornalismo também se vale dessas tipificações para ser assimilado e compreendido com mais facilidade. É um entendimento que se aproxima do valor-notícia da consonância. Ao estar de acordo com outros fatos e com o arsenal de conhecimentos dos indivíduos (senso comum), espera-se não apenas facilitar a compreensão das informações, mas também despertar o interesse de quem lê o jornal. Exemplo recente é o do ‘kit gay’³². A imprensa, ao ecoar a expressão em suas manchetes, em consonância com a polêmica que foi criada pela bancada evangélica, também contribuiu com o discurso da desinformação, ainda mais ao considerar que o título é o elemento mais importante de uma matéria, já que boa parte das pessoas nem chegam a ler o conteúdo. Assim, o risco é ficar apenas nos estereótipos e reforça-los. “O mundo da vida cotidiana proclama-se a si mesmo e, se quero contestar esta proclamação, tenho de realizar um esforço deliberado e nada fácil” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 35). No caso do jornalismo, é preciso fazer uma leitura crítica da realidade social, passando pelas próprias práticas da profissão, para que seja possível ir além do lugar comum.

De acordo com Berger e Luckmann (2004), o mundo partilhado também é objetivado em forma de produtos do mundo em comum, refletores de subjetividade, mas que atuam no aqui e agora. O maior exemplo é a linguagem, que além da fala e da escrita, está presente nos sinais físicos, gestuais e pode aparecer associada a artefatos materiais. Ao

³¹ Em uma perspectiva teórica de recepção das mídias de massa, Barros Filho (1995, p. 123) reivindica moderação, ao apontar os caminhos das discussões: “ora se privilegia, às vezes de forma bastante radical, os superefeitos da mídia sobre a sociedade, sendo o receptor visto como uma esponja [...] ora se superdimensiona as prerrogativas do receptor de resistir, selecionar, negociar e interagir com a mensagem”.

³² Esse foi o apelido pejorativo dado pela bancada evangélica ao material que faria parte do programa **Escola sem Homofobia**, que seria distribuído a docentes. Em meio à polêmica e distorção das propostas do programa, já em 2011, o projeto acabou não sendo colocado em prática. No entanto, na disputa presidencial de 2018, o candidato do Partido Social Liberal (PSL), trouxe novamente o caso à tona, valendo-se das distorções do programa para frear o adversário Fernando Haddad.

tratar da linguagem, mais uma vez os pesquisadores remetem à importância das tipificações.

Como sistema de sinais, a linguagem tem a qualidade da objetividade. Encontro a linguagem como uma facticidade externa a mim próprio, com efeitos coercitivos sobre mim. A linguagem força-me aos seus padrões. [...] A linguagem também tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em categorias amplas, em termos das quais fazem sentido não apenas para mim [...] Conforme tipifica também torna anônimas as experiências [...] Por exemplo, tenho uma discussão com a minha sogra. Esta experiência concreta e única, em termos subjetivos, tipifica-se em linguística sob a categoria de “problemas com a sogra”. [...] a linguagem é capaz de “tornar presente” uma grande variedade de objectos que estão ausentes do “aqui e agora” em termos espaciais, temporais e sociais (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 50-51).

Da acumulação seletiva de experiências relacionadas à linguagem, segundo os autores, constitui-se um patrimônio cultural de conhecimentos, que permite que as pessoas vivam suas rotinas ainda que o todo não seja conhecido. Isso é aceito até que seja considerado problemático para alguém/ algum grupo, mas, como Berger e Luckmann (2004) já apontaram, a oposição ao que é dado como natural não é um caminho fácil. Em um viés discursivo, é possível aproximar os apontamentos dos pesquisadores à noção de arquivo de Foucault (2008), composto por sistemas de enunciados, que foram criados nos jogos de relações entre pessoas e construções do passado e do presente e que regulam aquilo que pode ser dito, o que não poder ser confundido com uma simples acumulação de textos e conhecimentos. “O arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. [...] A revelação, jamais acabada, jamais integralmente alcançada do arquivo, forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas” (FOUCAULT, 2008, p. 148-149). As formações discursivas³³ são capazes de apontar as marcas de sentido ocultadas, por exemplo, pela aparente transparência do discurso noticioso.

O sistema de conveniências de partilha desses conhecimentos que orientam o presente, mencionado por Berger e Luckmann (2004), também podem ser relacionados com o que Foucault (1999) chama de sistemas de exclusão dos discursos. Sei o que posso ou que não posso dizer em determinadas situações ou perante certas pessoas. Também sei

³³ O termo será melhor explicado no capítulo 3, mas, de maneira geral, diz respeito a enunciados que podem ser agrupados por sua semelhança.

quem está autorizado a dizer e a quem recorrer caso precise acessar determinados conhecimentos.

Todos esses entendimentos, inclusive em relação a gênero e sexualidade, são moldados e possibilitados pelas próprias relações sociais, variáveis culturalmente. Para Berger e Luckmann (2004, p. 63), a ordem social é “um produto humano, ou melhor, uma progressiva produção humana. É produzida pelo homem no decurso da sua permanente exteriorização”. Os hábitos que se repetem são naturalizados, legitimados e institucionalizados, dados como certos, e tendem a permanecer. Há um poder coercitivo por trás dessa imposição, que cria mecanismos de controle para se manter. O esquecimento da ação, faz com que o produto aja sobre produtor, que interiorizada o que foi exteriorizado por ele mesmo (enquanto ser humano) como realidade objetiva – processo chamado de reificação. O processo da análise de discurso também lida com esse entendimento, o esquecimento é inerente à cristalização e naturalização dos discursos.

Existe um jornalismo possível, delimitado por fatores internos e externos, resumidos na lista de valores-notícia apontados anteriormente. Eles são permeados por ideologias, e as dominantes tendem a prevalecer. Tuchman (1983) dá como exemplo a cobertura dos movimentos feministas por jornais estadunidenses, que, inicialmente, nos anos 1960, ou os excluía ou os ridicularizavam (episódio da queima de sutiãs), pois os acontecimentos de tal tipo eram considerados de interesse específico das mulheres, já que os editores-chefes eram majoritariamente homens, e enquadrados nos tipos de notícias brandas³⁴/ leves. Tais assuntos acabavam tendo espaço apenas nas páginas direcionadas a elas, que incluem, além dos cadernos femininos, títulos como moda, estilo, família etc., pois, nas demais editorias, perdiam espaço para notícias consideradas mais importantes – as notícias duras (que estão de acordo com intuições já legitimadas, as quais também interferem no ritmo das redações), onde, a exemplo de outros movimentos sociais, só apareciam como desordens sociais. Para a autora, independentemente da localização no jornal, os acontecimentos acabam submetidos à linguagem jornalística e há questões que continuam silenciadas. “Impondo tais significados, a notícia está definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo permanentemente fenômenos sociais” (TUCHMAN, 1983, p.

³⁴ Para Tuchman (1983), são os acontecimentos que não podem ser enquadrados com facilidade em um discurso conhecido. Dessa forma, ou serão melhor apurados ou não serão considerados notícia.

198, tradução nossa³⁵). Assim, mais uma vez, a neutralidade é descartada como possibilidade de construção da notícias.

Meditsch (2010) chama a atenção para a divisão proposta por Berger e Luckmann (2004), sobre as formas como a realidade subjetiva é interiorizada como objetiva: a socialização primária (da infância, relações com mãe, pai e familiares), considerada pelos sociólogos como a mais importante, e da socialização secundária (das instituições – escola, trabalho). A primeira é a referência, automatizada, até mesmo por envolver emoções, a segunda precisa de reforço constante, nunca se sobrepõe totalmente à anterior. O jornalismo, assim, segundo a interpretação de Meditsch (2010), para ser fiel à proposta dos autores, contribui com a mediação entre essas duas esferas, talvez como uma forma de socialização terciária. Dessa forma, a comunicação é um dos agentes que atua na construção da realidade social – é claro que nem todas as mídias possuem os mesmos recursos e poder, como lembra Tuchman (1983, p. 222), mas, ainda assim, possuem “mais poder do que a maioria”, por estar em diálogo com ambas as partes.

Assim, a importância da área enquanto conhecimento e como instância pedagógica dificilmente é negada. Para Lage (1992, p. 15), o jornalismo “permite lidar com a realidade em forma bruta, percebê-la de maneira analógica e não permeada por palavras e teorias, tabulada em estatísticas, despida de prazer, dor e alegria, como acontece na vida acadêmica”. É o “conhecimento da atualidade” (MEDINA, 2008, p. 26), do presente, da realidade imediata, um “conhecimento cuja categoria central é o singular” (GENRO FILHO, 1987, p. 12), em oposição ao universal da ciência; um conhecimento “diferente daquele admitido pela Ciência dos teóricos” (MEDITSCH, 1992, p. 76), por ser generalista e, por conseguinte, ter outros objetivos. A notícia, nem mesmo a reportagem, permite a profundidade do conhecimento científico.

O jornalismo constitui um conhecimento que não é nem poderia ser resumido pela técnica, mas que depende dela. É um conhecimento que não é científico, mas o tem como referência. É o conhecimento das ambiguidades, que prega a objetividade, que depende da singularidade, mas que requer subjetividade para realmente comunicar e manter o potencial de renovação.

³⁵ Imponiendo tales significados, la noticia está definiendo y redefiniendo, constituyendo e reconstituyendo permanentemente fenómenos sociales.

2 FEMINISMOS E DESDOBRAMENTOS

Neste capítulo, farei um apanhado sobre os primórdios e desdobramentos dos feminismos no Brasil e em outros países. A divisão que adotarei tem como base três momentos históricos do Brasil: os movimentos por independência, a ditadura militar e a contemporaneidade. Em seguida, discorrerei especificamente sobre o **Dia Internacional das Mulheres (DIM)** e o **Ano Internacional das Mulheres (AIM)** e, concomitantemente, apresentarei algumas reflexões sobre a adoção da categoria gênero. Por fim, abordarei as relações entre gênero e linguagem, analisando diversos estudos dedicados à temática.

Entendo os feminismos como um movimento plural, o que indica a diversidade compreendida pelo conceito mulheres – as mulheres podem ser de diferentes classes sociais, etnias, nacionalidades, raças, orientações sexuais, partidos políticos, religiões, gerações.

As mulheres às vezes têm uma história comum. Mas elas têm também vivido a história diferentemente. Algumas mulheres eram proprietárias de escravos, outras eram escravas; algumas mulheres vivem abaixo da linha de pobreza, outras trabalham para cortar benefícios do bem-estar social; algumas têm inclinações matemáticas, outras têm talentos teatrais. Às vezes, é apropriado falar das mulheres como um grupo, às vezes não (SCHIEBINGER, 2001, p. 48).

Os feminismos possuem diversas correntes e significados, que variam ainda de acordo com o contexto espaço-temporal. “Falar do feminismo, seja no Brasil ou nos seus contornos e desdobramentos no tempo e no espaço mundiais, requer sempre qualificativos plurais” (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 82). Portanto, como antecipei na introdução, utilizo o termo feminismos no plural; pela mesma razão, evito usar a palavra mulher no singular.

Com base em Saffioti (1988) e Varela (2008), entendo que os feminismos, de maneira geral, são movimentos que questionam a ordem estabelecida socialmente, tentam entender as origens da opressão contra mulheres, desnaturalizam imposições, trabalham em prol da sua autonomia e, para tanto, assumem diferentes estratégias e apontam para caminhos diversos.

2.1 Feminismos: o Sul como Norte

Quando escrevi este tópico pela primeira vez, antes da banca de qualificação, utilizei como ponto de partida para um retrospecto, talvez, o caminho mais fácil (no sentido de já existir um direcionamento), que era guiar-me pelas ‘ondas feministas’ e, conseqüentemente, pela história escrita por autoras já consagradas, originárias de países de Um Terço do mundo, fazendo adendos ao que escapasse delas. Ao assumir tal tarefa, sabia que acabaria por deixar de fora elementos importantes, por falta de conhecimento (ainda que o esforço para aprender seja grande), por limitações temporais e por obstáculos que a própria ciência acaba criando, ao valorizar e dar mais visibilidade a determinados saberes e perspectivas em detrimento de outras.

De acordo com Hewitt (2010), a expressão ‘ondas feministas’ foi criada por ativistas estadunidenses, na década de 1960. Elas entenderam que aquele representava um segundo momento dos feminismos – o primeiro iria do final do século XIX a meados do século XX. Já a terceira onda, teria começado no fim dos anos 1980 e prosseguiria até os dias atuais. Como grande parte dos conceitos e teorias, a origem da denominação não é clara. O que se sabe é que a jornalista Martha Weinman Liar, ao escrever para o **The New York Times Magazine**, em 10 de março de 1968, o artigo **A Segunda Onda Feminista**³⁶, contribuiu para que a nomenclatura se popularizasse. Apesar disso, a metáfora das ondas associadas a movimentos sociais é bem mais antiga.

Ao assumir a perspectiva das ‘ondas’, originária de um feminismo branco hegemônico, eu, enquanto pesquisadora, dando os primeiros passos na academia, voltei a ser criança e tropecei nos meus próprios pés. Mesmo conhecendo um pouco da vastidão teórica dos estudos feministas, agarrei-me ao seguro, ao familiar – ironicamente o familiar estava em outra parte do mundo. Ainda que seja importante conhecer e compreender o significado das ondas, acabei reforçando o apagamento, a diminuição e o afastamento de boa parte da história plural dos movimentos feministas, como os feminismos negros, que trabalhava com intersecções muito antes do entendido no contexto das ondas, conforme ressalta Ribeiro (2017a). Sem perceber, refleti o que percebi no pré-teste³⁷ desenvolvido na qualificação desta dissertação: o jornal **Folha de S.Paulo** assumiu, na cobertura do **DIM**,

³⁶ Disponível em:

<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9B05E3DD1539E63ABC4852DFB5668383679EDE&legacy=true>. Acesso em: 4 nov. 2017.

³⁷ Realizado com as publicações de 8 de março de 1975 (primeiro ano do *corpus*), sobre o **Dia das Mulheres**, do jornal **Folha de S.Paulo**.

em 1975, uma perspectiva de Um Terço do mundo, em detrimento do próprio contexto local.

Achei que poderia chegar onde queria a partir das ‘ondas’. Estava errada. Tal divisão carrega ainda outro problema, a ilusão de uma evolução, o que não ocorre realmente. Assim, este capítulo foi reescrito e acabou assumindo uma direção completamente oposta; agora, tenho certeza, muito mais coerente com o planejamento inicial desta pesquisa. Ribeiro (2017a) fala sobre a necessidade de pensar a partir de mulheres negras. A afirmativa que faz em seguida também pode ser aplicada a este estudo. “Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos” (RIBEIRO, 2017a, p. 35). É preciso trabalhar em uma perspectiva que desestabilize a hierarquia dos saberes.

Tal como o artista e escritor uruguaio, Joaquín Torres García, que desenhou o mapa **América Invertida**, resolvi girar o plano deste trabalho, reposicionando-me para que este texto seja um retrospecto coerente com os objetivos deste estudo e com o meu lugar no mundo. Não há nada de acessório aqui.

Uma grande Escola de Arte deveria surgir aqui em nosso país. Eu digo sem nenhuma hesitação; *aqui no nosso país*. E tenho minhas razões para afirmar isso. Eu disse Escola do Sul; porque na realidade, *nosso norte é o sul*. Não deve haver norte para nós, senão por oposição ao nosso Sul. Por isso, agora colocamos o mapa ao contrário, e então temos uma ideia clara de nossa posição, e não como querem no resto do mundo. A ponta da América, a partir de agora, prolongando-se, aponta insistentemente para o Sul, nosso norte. Da mesma forma, nossa bússola: inevitavelmente inclina-se sempre em direção ao Sul, em direção ao nosso polo. Os navios, quando saem daqui, *descem, não sobem*, como antes, em direção ao norte. Porque o norte está *abaixo* agora. E o Oriente, colocando-nos de frente ao nosso Sul, está a nossa esquerda. Essa retificação foi necessária; é por isso que agora sabemos onde estamos (TORRES GARCÍA, 1935, p. 393, tradução nossa³⁸, grifo do autor).

Torres García referia-se a busca por caminhos próprios (latino-americanos ou sul-americanos) na arte, mas aqui, tal como proposto por Medina (2006), também é válido

³⁸ Una gran Escuela de Arte debiera levantarse aquí en nuestro país. Lo digo sin ninguna vacilación; aquí en nuestro país. Y tengo mis razones para afirmarlo. He dicho Escuela del Sur; porque en realidad nuestro norte es el Sur. No debe de haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte. Igualmente nuestra brújula: se inclina irremisiblemente siempre hacia el Sur, hacia nuestro polo. Los buques, cuando se van de aquí, bajan, no suben, como antes, para irse hacia el norte. Porque el norte ahora esta abajo. Y levante, poniéndonos frente a nuestro Sur, está a nuestra izquierda. Esta rectificación era necesaria; por esto ahora sabemos dónde estamos.

transpor a proposta para a comunicação. Outro artista, o argentino Quino, criador da contestadora Mafalda, por diversas vezes, também criticou a forma de olhar o mundo sob a perspectiva dos povos colonizadores. Em uma delas, Mafalda diz: “Mas Liberdade, você está pondo ao contrário!”, ao ver o personagem pendurando um mapa do mundo com a América para cima. Ao que Liberdade responde:

Ao contrário com relação a quê? A terra está no espaço, e o espaço não tem em cima nem embaixo. Esse negócio de hemisfério Norte ser o de cima é um truque psicológico inventado pelos que acreditam estar em cima, para nós, que acreditamos estar embaixo continuar acreditando que estamos embaixo. O pior é que se continuarmos acreditando que estamos embaixo, vamos continuar embaixo. Mas, a partir de hoje, acabou-se! (QUINO, 1993, p. 385).

Resolvi seguir o conselho de Torres García e de Liberdade/ Quino. Acabou-se! Diversas pesquisadoras também têm reivindicado posição semelhante em relação aos estudos feministas e de gênero. É a partir das considerações delas que realizarei esse retrospecto. Bidaseca (2014, p. 234, tradução nossa³⁹) aponta para a possibilidade de “reconstruir uma nova cartografia do feminismo em nosso Sul, inscrito na genealogia de nosso passado (pós)colonial”. Fala em um Terceiro Feminismo, em alusão a Terceiro Mundo. Femenías (2007) defende um feminismo latino-americano. Para ela, o perfil das mulheres da região é diferente das oriundas de países hegemônicos, além de haver uma origem populacional comum (indígena, europeia/branca e negra). Ainda que não exista, de forma alguma, uma universalidade, a filósofa entende que “é necessário manter a ficção política ‘mulheres da América Latina’ enquanto reúne e alavanca nossos possíveis modos de ação política” (FEMENÍAS, 2007, p. 16). O que ela sugere é chamado de Tráfico de Teorias, ou seja, apropriar-se de teorias, enriquecendo-as e ressignificando-as.

Na tentativa de incluir a perspectiva de países não hegemônicos, algumas nomenclaturas já são utilizadas. Autoras como as australianas Connell e Pearse (2015) realizam uma divisão entre mulheres do Norte Global (Metrópole, no sentido de centro de poder) e do Sul Global em seu livro **Gênero: uma perspectiva global**. A tradutora da obra para a língua portuguesa explica: “Não se trata de uma questão territorial, mas sobretudo do papel desempenhado no e herdado do período colonial por cada país” (MOSCHKOVICH, 2015, p. 19). De forma similar, a indiana Mohanty (2008, p. 112,

³⁹ reconstruir una nueva cartografía del feminismo en nuestro Sur, inscrito en la genealogía de nuestro pasado (pos)colonial.

tradução nossa⁴⁰) faz uma análise crítica da “construção discursiva das ‘mulheres do terceiro mundo’ pelo feminismo ocidental” e as divide entre mulheres do Terceiro e do Primeiro Mundo (segundo ela, na falta de expressões melhores). Também refere-se a feministas Orientais e Ocidentais, rejeitando o entendimento monolítico de qualquer um dos termos mencionados. Em uma atualização do mesmo artigo⁴¹, Mohanty (2008) diz ter passado a utilizar as expressões Um Terço/ Dois Terços do mundo em vez de Ocidente/Oriente. Ela explica que os termos têm a ver com minorias e majorias sociais, em relação à qualidade de vida, e guardam a vantagem de fugir de binarismos geográficos e ideológicos, além de serem mais representativos para análises que não excluem populações indígenas, por exemplo, já que estão fora da lógica capitalista. Assim, foram estes últimos que adotei como referência, quando necessário.

É relevante ainda observar que essa busca por outra perspectiva é forte nos estudos de gênero e na arte, mas é interdisciplinar. Por exemplo, em 1993, foi publicado o livro **Do hemisfério do Sol: o discurso fragmentalista da Ciência**⁴², organizado pela jornalista Cremilda Medina e pelo sociólogo e biólogo Milton Greco. Nele, já era exposta a necessidade de uma perspectiva do Sul, como resumido, em forma de poema, na contracapa da obra: “Mudança, desafio Busca de novos caminhos Para reencontrar o homem O Sul pede passagem Para brilhar acima do Equador”. O visãõ do Sul aqui é chamada de Hemisfério do Sol. “Se hoje pedimos a palavra o fazemos em nome da nossa vida e do ser que nos foi negado através da história, pois, na perspectiva do mundo desenvolvido, somos vistos como um não-ser” (GRECO, 1993, p. 12). O autor referia-se à forma de construção do conhecimento de um modo geral, mas a afirmativa é muito semelhante às de autoras que reivindicam uma perspectiva de gênero. Para ele, outra consequência do paradigma “tecnicista, reducionista e mecanicista”, alavancado pelo positivismo tratado no capítulo anterior, é a fragmentação das ciências, que dificulta o debate crítico sobre a realidade social.

⁴⁰ construcción discursiva de la “mujer del tercer mundo” en el feminismo de Occidente.

⁴¹ Bajo a los ojos de Occidente foi publicado originalmente em 1984. Em 2003, a autora publicou De vuelta a “Bajo los ojos de Occidente”: La solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas, explicando e atualizando a primeira publicação. Ambos foram traduzidos para a língua espanhola e publicados, em 2008, no livro editado por Liliana Suárez Navaz e Aída Hernández: Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes – consultar lista de referências.

⁴² Esta obra tinha como objetivo buscar a contribuição de áreas como a arte e a ética na luta contra a fragmentação das Ciências. Fruto do projeto **O Discurso Fragmentalista da Ciência**, coordenado por Medina e Greco, esta foi a segunda publicação do grupo. A primeira, publicada em 1991, chamava-se **A Crise dos Paradigmas** e discutia a transdisciplinariedade a partir de diversas áreas.

Dessa forma, nos tópicos seguintes, será realizado um resgate de parte da história dos feminismos, com enfoque naqueles que se aproximam do contexto brasileiro, de acordo com o entendimento mais recente de Mohanty (2008), de Dois Terços do mundo. A proposta de Femenías (2007) também será levada em conta na abordagem de fatos e teorias de países hegemônicos.

2.1.1 Um passado em comum: a exploração e o apagamento das mulheres da história

Mais de cinco séculos de exploração, violências, imposições e silenciamentos estão por trás da história do povo brasileiro. Do Brasil Colônia⁴³ ao período ditatorial, o que somos e como enxergamos reflete esse passado, que é parcialmente compartilhado pelos demais países da América Latina.

Del Priore (2009) conta que as identidades das mulheres brasileiras estão permeadas por uma combinação de heranças de indígenas, emigrantes europeus (brancos) e pessoas africanas (negras) trazidas por meio do tráfico. Para este último grupo, lembra Dias (2012), o calvário começava desde a separação de sua terra natal, seguido pelas necessidades e abusos enfrentados na longa viagem de navio. Muitas pessoas morriam no percurso. De acordo com Hahner (1978), indígenas eram consideradas/os pelos colonizadores inadequadas/os ao trabalho nas plantações, além do mais, faltava mão de obra, e, por isso, acabaram escravizando pessoas africanas.

A exploração nas colônias não se restringia ao território, recursos naturais ou força de trabalho. Conforme Carneiro (2003), também compreendia o abuso sexual de mulheres negras e indígenas. O que ocorria não era apenas uma tentativa de adestramento – expressão utilizada por Del Priore (2009) –, mas uma demonstração de poder. “Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor” (CARNEIRO, 2003, p. 2). Após serem estupradas pelos senhores brancos, tinham que lidar, muitas vezes, com o fruto dessa agressão. Portanto, não há nada de romântico na origem da principal característica do povo brasileiro, a miscigenação.

⁴³ Abordei rapidamente alguns pontos relativos ao período colonial, sem a intenção de esgotar o assunto, já que a imprensa era proibida antes da chegada da Corte Portuguesa no Brasil.

Sabe-se, ainda, que a igreja católica teve papel determinante na imposição de normas de comportamentos, especialmente às mulheres. Mas, antes de entrar nesse assunto, vale pensar um pouco sobre como a América era antes da chegada dos povos colonizadores. Como viviam as indígenas no Brasil? E as mulheres sequestradas da África? Kaingáng (2012) fornece pistas sobre a cultura indígena no Brasil, ainda que os costumes variem muito de acordo com os povos e que não seja possível fazer generalizações.

No caso dos povos jês, os homens têm o poder formal, porque somos povos patrilineares (quem dá a identidade ao filho é o pai). No caso dos tupis, quem tem poder, pelo menos historicamente, são as mulheres, porque eles são matrilineares (quem dá a identidade aos filhos é a mãe). (KAINGÁNG, 2012, p. 411).

Não há, de acordo com o relato da socióloga indígena, uma rigidez de papéis sociais atribuídos a homens e mulheres⁴⁴. Para as pessoas trazidas da África, a vinda para o Brasil foi também um choque cultural, que, inevitavelmente, alterou a ordem de gênero.

Ao abordar o impacto dos preceitos da igreja católica sobre os povos colonizados, Del Priore (2009) explica que o conflito de culturas levou a uma desordem que ia contra os interesses dos povos colonizadores. Nesse sentido, a igreja foi aliada do Estado no projeto civilizatório (importado da Europa), reforçado pelos discursos jurídico e médico. A chegada da Inquisição Espanhola e Portuguesa nas colônias da América Latina fez parte desse processo. Vainfas (2011) relata que, embora tenha-se cogitado criar um Tribunal Inquisitório no Brasil, a exemplo do que foi feito em Cartagena das Índias⁴⁵, em Lima e no México, a ideia não foi adiante, o que não significa que os desvios às normas da igreja católica não fossem punidos. As mulheres eram o principal alvo do período que ficou conhecido como caça às bruxas. Para Alves e Pitanguy (1991, p. 21), há “um elemento claro de luta pela manutenção de uma posição de poder por parte do homem: a mulher, tida como bruxa, supostamente possuiria conhecimentos que lhe confeririam espaços de atuação que escapavam ao domínio masculino”. No Brasil, os principais alvos eram negras e indígenas, ainda que, conforme conta Figueiredo (2012), a prática de curandeirismo, nas

⁴⁴ Hahner (1978), no Capítulo 1 – **As Indígenas** também relata não haver um padrão em relação aos papéis sociais, de acordo com gênero.

⁴⁵ Tive oportunidade de conhecer Cartagena das Índias e visitar o local do Tribunal do Santo Ofício, hoje Museu da Inquisição. Entre os objetos que mais me chamaram a atenção, estava uma balança utilizada para pesar suspeitas, que, para não serem consideradas bruxas, não podiam nem ser leves nem pesadas demais.

tradições africanas, fosse majoritariamente masculina, o que reforça a afirmativa de Alves e Pitanguy (1991). Para estas autoras, o processo de silenciamento das mulheres tem início naquele momento.

A devoção à Virgem Maria espalhou-se pelas colônias. A Santa assumiu diferentes denominações, e sua imagem ajudou a disseminar ideias moralizantes. As que assumissem atributos de Maria, seriam salvas, caso contrário, castigadas. Não é difícil dizer quais as mulheres eram enquadradas em cada um dos grupos. Para o casamento, por exemplo, os estrangeiros preferiam as brancas trazidas da Europa, ainda que fossem poucas. De acordo com Hahner (1978), essa escassez pode ter contribuído com uma supervalorização das brancas.

O modelo de feminilidade que vicejava era ditado pela devoção a Nossa Senhora e correspondia a comportamentos ascéticos, castos, pudibundos e severos. [...] Todo um comportamento relativo à vida privada tinha-se instalado na Europa clássica, lá, empurrando as populações femininas para a interiorização de novos valores domésticos, a valorização da vida familiar e, no seio desta, dos filhos e das crianças. Havia, portanto, matrizes muito fortes de inspiração para que se pautasse a condição feminina através de regras e modelos: tentou-se apreender e adaptar à vida colonial essas mesmas normas (DEL PRIORE, 2009, p. 33-34).

Se por um lado, aí está a origem de uma série de discursos de recato, recolhimento ao lar, culpa, submissão, biologização e fragilização relacionados às mulheres, e de imposição de um modelo familiar baseado no casamento e na monogamia feminina, por outro, há de se reconhecer que esse modelo não abrange todas as mulheres. Segundo Carneiro (2003), o mito da fragilidade feminina não se aplica às negras, por exemplo, que sempre realizaram trabalhos pesados, mesmo quando grávidas; tampouco a história de Adão e Eva tem alguma relação com a cultura originária delas. Os costumes religiosos espirituais apreendidos na África foram uma espécie de refúgio secreto para as mulheres negras, afirma Dias (2012), parte do pouco que foi possível preservar. O fator classe também tem peso. “O estereótipo da mulher que se mantém pura nunca foi universalmente válido. Na prática o comportamento variava de acordo com a classe. [...] para muitas destas mulheres o casamento legal era um componente inalcançado ou inalcançável” (HAHNER, 1978, p. 13). Assim, as diferenças devem ser reconhecidas para que as distintas perspectivas dos feminismos sejam entendidas.

Nepomuceno (2012) destaca que, enquanto as mulheres brancas de elite tinham que se submeter aos homens e vislumbrar apenas o espaço doméstico e privado, as mulheres

negras, após o fim da escravidão, por necessidade, já trabalhavam nas ruas, comandavam a casa e sustentavam a família. “Entre as mulheres negras, acostumadas aos percalços da vida, não havia muito espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar” (NEPOMUCENO, 2012, p. 387). Apesar disso, os ideais de branqueamento e menor acesso à educação fazem com que, ainda hoje, mais de um século depois de abolida a escravidão, pessoas negras estejam majoritariamente em subempregos. Em termos de igualdade salarial, também há uma escala, e as mulheres pretas e pardas ocupam a base dela. No gráfico abaixo, fica evidenciada a discrepância salarial de acordo com raça e gênero, tendo o salário médio dos homens brancos como referência.

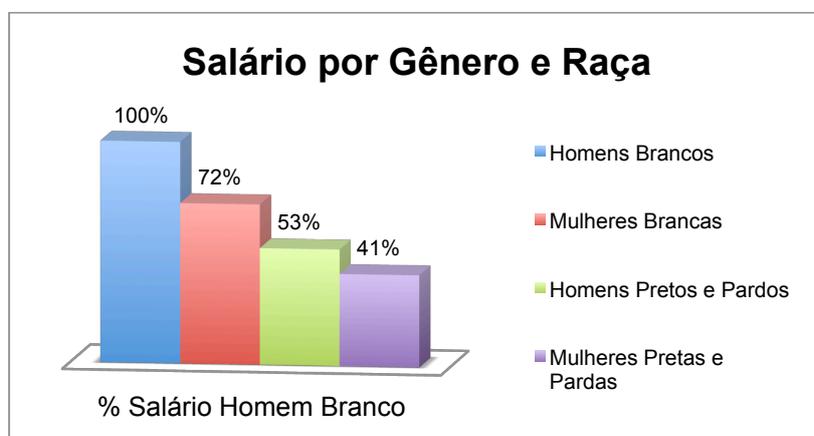


Gráfico 1 – Diferença salarial de acordo com gênero e raça

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações de IBGE (2018b)

Para Carneiro (2003), é preciso “enegrecer o feminismo”, ou seja, reconhecer o peso que a variável raça tem, especialmente em um país em que a população autodeclarada preta ou parda representa a maioria – 55,4%, de acordo com IBGE (2018a).

A origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas e pobres, de todas as partes do mundo, lutem para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social (CARNEIRO, 2003, p. 6).

Por isso a importância do reposicionamento aqui realizado. Como dito por Foucault (1999), lidamos o tempo todo com mecanismos que excluem e restringem os discursos. Assim, se o princípio básico dos feminismos (perspectiva que assumo), tem a ver com a

alteração do status quo, é preciso também uma autocrítica constante para que não estejamos apenas reproduzindo, a partir de outro ângulo, as relações de poder já existentes.

Um das unanimidades dos feminismos é que as mulheres foram ocultadas pela história tradicional. Para Navarro-Swain (2014), a ideologia patriarcal, a visão androcêntrica da história fez com que os feitos femininos fossem ignorados ou subestimados. Descritas por eles, elas, quando aparecem, ocupam posições sociais muito bem definidas, ligadas ao privado, ao biológico e a serviço dos homens. Essa é a verdade deles, ancorada por todo um fazer científico que a legitima.

A historiadora diz acreditar em uma história do possível, “aquela do que aconteceu, deixou vestígios materiais e simbólicos, no entanto foi ignorada, foi considerada impossível” (NAVARRO-SWAIN, 2014), o que vem sendo feito pelos estudos feministas e de gênero. Em outro artigo, Navarro-Swain (2013) aponta:

A imagem do masculino universal tornou-se desta maneira um instrumento para centrar a reflexão e as análises sobre o masculino, dotado de um lugar de fala, de expressão e de constituição do saber. [...] É assim que quando o homem trabalha, expressa seu desejo, toma a palavra, constrói um saber, as mulheres tornam-se coisa. Esta coisa vai então ser analisada, desprovida de seus direitos sobre seus corpos, definidas em limites constritores, condenada a um destino biológico único, ignorada pela história, inferiorizada pela psicanálise, considerada enquanto objeto de troca por uma certa antropologia. Se a denominação « homem », o masculino genérico, sugere o universal do humano, seu efeito de linguagem é de apagar o feminino e sua experiência vivida do interesse científico e da memória social, ligando-o inexoravelmente a seu corpo, expressão da “natureza”. Assim, os enunciados “verdadeiros” se lançam sobre o espaço cultural para definir os papéis e os pertencimentos, para assegurar ou criar novas estratégias de poder.

No entanto, até mesmo esses estudos feministas, que retiraram os homens do centro, são incompletos, parciais e, muitas vezes, tendenciosos, refletindo, como já apontado, um discurso que vem pronto e que não se adequa a muitas realidades. Algumas autoras dizem que a incompletude, autocrítica, reorganização e pluralismo teórico são marcas dos estudos feministas. Talvez elas estejam certas. Quem contesta supostas verdades também tem que aceitar, e até mesmo desejar, contrapontos.

O que eu quis dizer até agora é que a hierarquia de ideias permanece. Nem mesmo o desejo de incluir é suficiente. A reconstituição da história das mulheres e, junto a ela, a documentação dos movimentos feministas e de mulheres, por não ser universal, privilegia determinados pontos de vista. É para isso que os movimentos de mulheres negras (com mais força), de indígenas, de trabalhadoras domésticas, de mulheres do campo têm

apontado. Mulheres de países periféricos também. A colonização das Américas devastou culturas inteiras, impôs modos de ser, de pensar, de falar. Calou, coisificou. E os efeitos desse período refletem ainda no século 21, inclusive nos feminismos. Até mesmo entre os nossos feminismos periféricos, do Sul Global, de Terceiro Mundo, de Dois Terços do Mundo... De países eternamente em busca do desenvolvimento econômico, querendo ser como os líderes do capitalismo mundial. Ou não? Esse também é um dos pontos que os feminismos questionam.

Os registros de memórias dos povos colonizados, por razões óbvias, são escassos, e quando existem, carregam, muitas vezes, a perspectiva do dominador. As tradições orais foram menosprezadas. Não apenas as culturas indígenas e africanas foram aniquiladas, mas, junto a elas, e enquanto parte delas, uma diversidade imensa de línguas. Nesse sentido, o escritor queniano Ngugi wa Thiong'o (1992) promove uma série de importantes reflexões:

A linguagem é, portanto, inseparável de nós mesmos como uma comunidade de seres humanos com uma forma e um caráter específicos, uma história específica, uma relação específica com o mundo. Então qual era a imposição colonialista de uma língua estrangeira fazendo-nos crianças? O verdadeiro objetivo do colonialismo era controlar a riqueza das pessoas: o que produziam, como produziam e como eram distribuídas; controlar, em outras palavras, todo o domínio da linguagem da vida real. [...] Mas sua área mais importante de dominação era o universo mental do colonizado, o controle, através da cultura, de como as pessoas percebiam elas próprias e suas relações com o mundo. O controle econômico e político nunca pode ser completo ou efetivo sem o controle mental. Controlar a cultura de um povo é controlar suas ferramentas de auto-definição em relação aos outros. Para o colonialismo, isso envolveu dois aspectos do mesmo processo: a destruição ou a subvalorização deliberada da cultura, da arte, das danças, das religiões, da história, da geografia, da educação, da oratória e da literatura, e a elevação consciente da língua do colonizador. Entenda a linguagem como comunicação (THIONG'O, 1992, p. 16, tradução nossa⁴⁶).

⁴⁶ Language is thus inseparable from ourselves as a community of human beings with a specific form and character, a specific history, a specific relationship to the world So what was the colonialist imposition of a foreign language doing to us children? The real aim of colonialism was to control the people's wealth: what they produced, how they produced it, and how it was distributed; to control, in other words, the entire realm of the language of real life. [...] But its most important area of domination was the mental universe of the colonised, the control, through culture, of how people perceived themselves and their relation ship-to the world. Economic and political control can, never be complete or effective without mental control. To control a people's culture is to control their tools of self-definition in relationship to others. For colonialism this involved two aspects of the same process: the destruction or the deliberate undervaluing of a people's culture, their art, dances, religions, history, geography, education, orature and literature, and the conscious elevation of the language of the coloniser. The domination of a people's language by the languages of the colonising nations was crucial to the domination of the mental universe of the colonised Take language as communication.

Algumas palavras resistem na língua portuguesa, como lembra Gonzales (1984), mas persistem mais ainda os preconceitos, o racismo ocultado pelo mito da igualdade racial, também enfatizado por Carneiro (2003). Thiong'o (1992) e Gonzales (1984) falam da infantilização à qual os povos originários da África foram submetidos lá ou aqui, por imposição de uma língua, por não ser permitido falar sem intermediários. Tal discurso de infantilização é aplicável não apenas aos povos de origem africana, não apenas às mulheres negras (vítimas de subordinações interseccionais), mas a todas as mulheres, que também hoje reivindicam que sejam escutadas, e, junto a isso, repensam também a organização da linguagem e a ordem dos discursos.

Nessa lógica, é comum pensar que os primeiros feminismos surgiram na Europa, no século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, onde as ideias iluministas pregavam a racionalidade em substituição às religiosidades, conforme conta Varela (2008). Segundo a autora, a partir dos princípios “liberdade, igualdade e fraternidade”, algumas mulheres da época começaram a questionar que igualdade era aquela que se aplicava apenas aos homens. Entre os nomes de destaque do período estão o da francesa Olimpia de Gouges, que escreveu, em 1791, a **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**⁴⁷, em resposta à **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**⁴⁸, de 1789, e o da inglesa Mary Wollstonecraft, que escreveu, em 1790, a obra **Uma Reivindicação dos Direitos dos Homens** e, depois, em 1792, uma continuação tratando das mulheres.

No entanto, para o nosso contexto, talvez fosse mais importante resgatar feitos e nomes das mulheres que aqui viveram na época, e que demonstravam atitudes que hoje poderíamos considerar feministas, mesmo que não tenhamos conhecimento de um movimento organizado de mulheres. Teles (1993) enfatiza que, ao longo dos tempos de colônia, diversas mulheres tiveram destaque como governantes de propriedades, como comerciantes, como fundadoras de quilombos – símbolo da resistência negra – e muitos outros movimentos de caráter político, mas talvez tenha sido o processo de independência o mais marcante nos países da América Latina.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em: 24 out. 2017.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 24 out. 2017.

2.1.2 Feminismos a partir dos processos de Independência

As mulheres também tiveram participação nos movimentos de independência: “mulheres guerreiras indígenas, que defrontavam os conquistadores espanhóis no Caribe com arcos e flechas, até as *soldaderas* da revolução mexicana” (HAHNER, 1978, p. 49). No Brasil, Maria Quitéria de Jesus, nascida na Bahia, descendente de portugueses, é um dos nomes de maior destaque. Para integrar o Batalhão que lutava no processo de independência do Brasil, disfarçou-se de homem, usando o codinome Medeiros. Contrariando os costumes das ‘boas moças’ da época, sabia cavalgar e atirar, embora não tenha sido a única de seu tempo. Por suas habilidades, mesmo depois de descoberta, pode continuar atuando na defesa do país, e como mulher, conforme informações do Exército⁴⁹.

Sua luta influenciou outras mulheres, formando um grupo feminino liderado por ela. [...] Na batalha que ocorreu na foz do rio Paraguaçu, em solo baiano, o grupo de mulheres comandadas por Quitéria se destacou. Quando os portugueses foram derrotados, em julho de 1823, Maria Quitéria foi reconhecida como heroína das guerras pela Independência e homenageada pelo imperador, recebendo o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Outras mulheres reconhecidas por sua atuação no processo de independência da América Espanhola, segundo Jofré (2012), foram a indígena Juana Azarduy Bermudez, condecorada pelo exército argentino; Manuela Saénz, que lutou ao lado de Simón Bolívar pela Gran Colombia, e ainda Bortolina Sisa, Gregória Apaza, Manuela Cañizares, Josefa Joaquina Sánchez, Policarpa Salavarrieta, Vicenta Juaristi Eguino, Javiera Carrera e tantas outras. Quantos desses nomes já ouvimos falar? O que sabemos sobre essas mulheres?

Para Jofré (2012), os movimentos de independência da América Latina foram tão relevantes para as mulheres daqui quanto a Revolução Francesa foi para as europeias, embora essa importância seja abafada pela falta de registros e documentação. Segundo ela:

As revoluções de independência abriram espaços em que, por um breve período, foram possíveis outras práticas e relações que desnaturalizavam a ideia de que existem seres humanos inferiores por razões biológicas. No entanto, essas mudanças foram possíveis durante um curto período de tempo em que, para dizer de outra forma, uma geração de homens e mulheres colocam na agenda seus desejos de emancipação. A construção da nova ordem realocaria índios e índias, negros e negras e mulheres de todas as raças e classes sociais fora das relações

⁴⁹ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/seguranca-e-justica/2012/04/maria-quiteria>. Acesso em: 4 set. 2018.

de dominação, cujas formas, no entanto, não seriam as mesmas. A difícil articulação entre os atributos reais dos sujeitos e a igualdade jurídica como elemento fundacional da nova ordem estabeleceu uma tensão complexa entre inclusão e exclusão, entre igualdade, desigualdade e diferença. Se revoluções são aqueles momentos em que os condenados da terra sonham em tomar o céu, estas, nossas revoluções de independência, foram realizadas sob o signo do Iluminismo (JOFRÉ, 2012, p. 615, tradução nossa⁵⁰).

É em meio à fissura do contexto da independência brasileiro que tem destaque Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885). De pai português e mãe brasileira, nascida no Rio Grande do Norte, traduziu e adaptou à realidade local do país⁵¹ a obra **Uma Reivindicação dos Direitos dos Homens**, de Wollstonecraft. O livro:

[...] trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho, e exige que as mulheres sejam consideradas inteligentes e merecedoras de respeito pela sociedade. Nísia relaciona os preconceitos mais divulgados contra o sexo feminino, identifica suas origens na dominação portuguesa, e ainda desmistifica a ideia dominante da superioridade masculina (DUARTE, 2010, p. 11-12).

Segundo Teles (1993), ela escreveu ainda, entre outras publicações, **Conselho à Minha Filha** (1842) e **A Mulher** (1856). Foram também proeminentes Maria Firmina dos Reis, mulher negra, primeira romancista do país, com a obra abolicionista **Úrsula** (1859), e a compositora Chiquinha Gonzaga.

Segundo Varela (2008), na mesma época, no ano de 1848, nos Estados Unidos, é publicada pela estadunidense Elizabeth Cady Stanton, outras mulheres e alguns homens a **Declaração de Sentimentos**⁵², texto escrito ao fim da **Convenção sobre os Direitos da Mulher**, que ocorreu em Seneca Falls, estado de Nova Iorque. Esse é o símbolo do nascimento da primeira onda nos Estados Unidos, marcado pela bandeira do sufrágio

⁵⁰ Las revoluciones de independencia abrieron espacios en los cuales, durante un tiempo fugaz, fueron posibles otras prácticas y relaciones desnaturalizadoras de la idea de que existen seres humanos inferiores por destino corporal. Sin embargo, esas transformaciones fueron posibles durante un tiempo breve en el que, por decirlo de alguna manera, una generación de varones y mujeres puso a la orden del día sus deseos de emancipación. La construcción del nuevo orden reubicaría a indios e indias, negros y negras y mujeres de todas las razas y clases sociales bajo relaciones de dominación cuyas formas, sin embargo, ya no serían las mismas. La difícil articulación entre los atributos reales de los sujetos y la igualdad jurídica como elemento fundacional del nuevo orden instauró una tensión compleja entre inclusión y exclusión, entre igualdad, desigualdad y diferencia. Si las revoluciones son esos momentos en que los y las condenados de la tierra sueñan con tomar el cielo por asalto, estas, nuestras revoluciones de independencia, se realizaron bajo el signo de la Ilustración.

⁵¹ Talvez esse seja um dos primeiros Tráficos de Teorias – ver Femenías (2007). A obra foi renomeada como **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**.

⁵² Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/halsall/mod/senecafalls.asp>. Acesso em: 24 out. 2017.

universal, reivindicação também perseguida no contexto da Europa, em que a metáfora das ondas é utilizada, mas que foi levantada por mulheres em diferentes partes do mundo.

De acordo com De Miguel (1995) e Varela (2008), em meados de 1800, especialmente na Alemanha, surge também um movimento de feministas socialistas, com Flora Tristán como precursora. Para elas, as classes sociais seriam a raiz das desigualdades e a melhor maneira para a emancipação feminina seria ingressar na força produtiva – um dos principais nomes do movimento era o da alemã Clara Zetkin, personagem importante para a explicação das origens do **Dia Internacional das Mulheres**, tema que será trabalhado em seguida. Havia naquele contexto uma divisão entre o feminismo socialista e o feminismo burguês.

No Brasil e em países da América Latina surgiam os primeiros periódicos feministas e de mulheres, que ajudaram a alavancar suas reivindicações. Segundo Teles (1993), eram publicações editadas por mulheres e algumas também dirigidas a elas, muitas atentas às questões emancipatórias. A primeira foi provavelmente o **Jornal das Senhoras**, de 1852, mas outras vieram nos anos subsequentes. Em 1888, segundo Blay e Avelar (2017), era encenada inclusive uma peça de teatro chamada **O Voto Feminino**, de autoria da jornalista e escritora, também idealizadora de um jornal⁵³, Josephina Álvares de Azevedo. Isso demonstra o quão disseminadas já estavam essas reivindicações no Brasil. Ainda segundo as autoras, no Chile, em 1875, um grupo de mulheres tenta efetuar seus registros eleitorais, argumentando que a legislação não negava a elas essa possibilidade. A tentativa foi frustrada, e ela confirma o que a história tem mostrado e aponta para aquilo que também quero chamar a atenção nesta dissertação: universalidades tendem a excluir – o ocultamento das mulheres e de outros grupos da linguagem, discursos e da própria história os enfraquecem. Ao permitir o voto ‘aos chilenos’, a legislação do país excluía as chilenas. Tal como afirma Ribeiro (2017a), ao refletir sobre a heterogeneidade da categoria mulheres, é preciso nomear realidades para que elas de fato existam. Precisamos falar em homens e mulheres, em mulheres negras, indígenas e brancas, pobre e ricas, de Um Terço e Dois Terços do mundo. Precisamos atentar para as armadilhas que a própria linguagem impõe, e pensar em propostas alternativas.

Em 1889, ocorre a Proclamação da República e, em 1891, é promulgada a primeira Constituição do Brasil. Assim como outros documentos internacionais, ela não tratava as

⁵³ Conforme Teles (1993), o jornal **A Família** foi criado em 1888.

mulheres como iguais, sequer todos os homens. No âmbito político, em 1910, explicam Sardenberg e Costa (1994), foi fundado o **Partido Republicano Feminino**, pela professora Leolinda Daltro, e em 1920, a professora Maria Lacerda de Moura e a bióloga Bertha Lutz fundaram o grupo de estudos **Liga para a Emancipação Internacional da Mulher**, depois transformado em **Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)**. Lutz acabaria transformando-se em uma referência na luta sufragista do Brasil. Em 1932, a reivindicação finalmente foi conquistada no país, mas com diversas limitações, vide Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932⁵⁴. Segundo Pereira e Daniel (2009), só as mulheres casadas, com autorização do marido, e as viúvas e solteiras com renda podiam votar. As restrições deixaram de existir em 1934.

Sardenberg e Costa (1994) falam ainda em uma divisão entre a luta de feministas burguesas e as de esquerda, ou socialistas, que acabaram atendo-se, inicialmente, a assuntos mais gerais, pois até mesmo partidos de esquerda tinham pouco interesse pelas pautas das mulheres naquele momento. Depois da conquista do voto, observam Bandeira e Melo (2010), também no Brasil houve um período menos ativo, até mesmo pelas circunstâncias políticas advindas d'O Estado Novo, que reprimia manifestações.

A democracia brasileira dos anos 1930 seria efêmera, já que, em 10 de novembro de 1937, um golpe militar-político restringe as liberdades democráticas, fecha o Congresso Nacional e extingue os partidos políticos. Este episódio ficou conhecido na história do Brasil como Estado Novo. Os Poderes Legislativos nacional, estadual e municipal seriam extintos por quase 10 anos, até a restauração democrática em outubro de 1945 (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 20).

Consoante Teles (1993) e Giordano (2012), na insurgência da abertura democrática, as mulheres foram às ruas para opor-se ao nazi-fascismo e para pedir anistia de presas/os políticas/os. Surge, em 1945, o **Comitê de Mulheres pela Democracia**. Na França, na mesma data, é publicada uma das obras mais importantes até hoje para os estudos feministas, **O Segundo Sexo**, escrita pela filósofa francesa Simone de Beauvoir. Os temas abordados fazem um retrospecto das pautas feministas e um relato/questionamento das mulheres enquanto o Outro em relação aos homens. Nos anos seguintes, em 1947, é criado, por Jerônima Mesquita, o **Conselho Nacional de Mulheres do Brasil**; em 1949, a **Federação das Mulheres do Brasil**, com Alice Tibiriçá na

⁵⁴ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 out. 2018.

presidência; em 1951, a **Associação Feminina do Distrito Federal**, com sede no Rio de Janeiro, originada a partir de um evento chamado **Convenção Feminina**. E em 1963, lembra Penna (1988), aconteceu a **I Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora**, em São Paulo. Com o golpe de 1964, a situação retrocede.

Em termos de legislação, segundo Bandeira e Melo (2010) e Carvalho (1988), em 1943, houve avanços na **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)** em relação à proteção da maternidade, e em 1962, depois de um processo de mais de 10 anos, foi promulgada a Lei nº 4.121⁵⁵, conhecida como **Estatuto da Mulher Casada**, deixando de considerar as mulheres incapazes – as advogadas Romy Medeiros da Fonseca e Ormindia Ribeiro Bastos foram autoras do anteprojeto de reforma do Código Civil. Essa foi uma das bandeiras unânimes entre as mulheres. Na política, entre 1932 e 1964, o Brasil teve duas deputadas federais e poucas deputadas estaduais e prefeitas.

2.1.3 Feminismos no período ditatorial

No contexto da Europa e dos Estados Unidos, os anos 1960 são marcados pela segunda onda feminista, com Betty Friedan, autora da **Mística Feminina**, como uma das principais representantes. É nessa época que surgiam as bases do feminismo liberal⁵⁶, que se dividiu também em radical⁵⁷. Já no Brasil e na América Latina, os tempos eram outros.

Na década de 1960, Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia viveram ditaduras sangrentas, extinção da liberdade partidária, intervenção nos sindicatos, censura nos jornais e a outros meios de comunicação. As resistências se organizavam diversamente em grupos políticos armados, nas universidades, em vários movimentos de mulheres etc. (BLAY, 2017, p. 75).

Segundo Blay (2017), os movimentos de mulheres continuavam a fazer manifestações por melhores condições de vida, tentando ao menos ter as necessidades básicas como saúde e educação supridas. As mulheres atuaram ainda pressionando e pedindo satisfação sobre as prisões de maridos, filhas/os e parentes. Também reivindicavam anistia dos presos políticos e retorno dos exilados. À semelhança, na

⁵⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm. Acesso em: 29 out. 2017.

⁵⁶ Também conhecido, de acordo com Roth (2001) como feminismo científico, igualitário ou empirismo feminista. A principal crítica ao movimento feminista liberal “é a tendência a ignorar (e mesmo negar) as diferenças no pensar e no agir entre homens e mulheres [...] as mulheres deveriam agir como homens”, inclusive se adaptando, segundo Roth (2001, p. 10), a padrões já estabelecidos na ciência.

⁵⁷ Associado a uma nova esquerda, que tiveram muita força nos Estados Unidos, entre 1960 e 1970.

Argentina, um dos movimentos mais conhecidos é o das **Mães da Praça de Maio**, e no Chile também houve mobilizações em prol das mesmas causas⁵⁸. Concomitantemente, grupos de mulheres exiladas acabaram formando outros círculos e grupos no exterior.

Os movimentos feministas e de mulheres, de fato, nunca pararam, mas, em 1975, foram impulsionados e ganharam visibilidade com a declaração do **Ano Internacional da Mulher** pela ONU. “Enquanto as mulheres dos países europeus e norte-americanos viam com desconfiança a iniciativa da ONU, no Brasil ela cai como uma luva: excelente instrumento legal para fazer algo público, fora dos pequenos círculos das ações clandestinas” (TELES, 1993, p. 85). Segundo Bandeira e Melo (2010) e Teles (1993), naquele mesmo ano, foi organizado, com o patrocínio da ONU e da **Associação Brasileira de Imprensa (ABI)**, no mês de junho, um seminário nacional de mulheres na cidade do Rio de Janeiro, que daria origem ao **Centro da Mulher Brasileira**⁵⁹.

Em outubro do mesmo ano, realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista. Participaram do evento representantes de partidos políticos, da Igreja, sindicalistas, feministas e pesquisadoras. Nesse encontro foi elaborada uma carta-documento, subscrita por 38 organizações, com a proposta de criação de uma entidade que servisse de polo aglutinador das lutas feministas. Assim sendo, em 1976, Albertina Duarte, Carmita Alves de Lima, Marise Egger, Vera Menegoz, entre outras, criaram o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), com vinculação partidária e semelhante à entidade carioca apenas nos estatutos. Ainda em novembro deste ano, aconteceu no Sindicato dos Jornalistas o Encontro de Mulheres de São Paulo, organizado, dentre outras, por Raquel Moreno e Neide Abati, que contou com a presença expressiva de mulheres ligadas principalmente aos clubes de mães e ao movimento popular da periferia da capital paulistana. Organizou-se, ainda em 1975, o Movimento Feminino pela Anistia, que alcançou rápida repercussão por todo o país e teve como uma de suas principais articuladoras Terezinha Zerbine (SCHUMAHER; BRAZIL, 2010)⁶⁰.

De acordo com Teles (1993), a imprensa feminista também reagiu. Em 1975, foi criado o jornal **Brasil Mulher**, um periódico tímido em termos de propostas feministas. Em 1976, foi lançado o **Nós Mulheres**, que assumiu com mais clareza a causa. Anos depois, também ganhou destaque o **Mulherio**, talvez o mais forte deles, “nasce desafiando

⁵⁸ O artigo **50 anos de feminismos no Chile: texto e contexto**, de Eliana Largo, retrata bem a realidade dos feminismos Chilenos. O texto faz parte do livro de Blay e Avelar (2017).

⁵⁹ “O Centro da Mulher Brasileira foi fundado em 8 de setembro de 1975, em pleno regime de exceção militar. Foi mais um movimento que nasceu no ambiente de autoritarismo, mas que tinha um objetivo definido: refletir sobre a condição da mulher na sociedade. Assim, as teorias marxistas ou maoístas presentes que permeavam as discussões eram mescladas, não sem polêmicas, a questões de cunho feminista. As ideias da Igreja Católica, mesmo que indiretamente, também estiveram presentes, com suas doutrinas, e mais uma vez essa presença gerou debates e conflitos” (MARQUES; ZATTONI, 2014, p. 61).

⁶⁰ E-book.

o sexismo da linguagem” (SAFFIOTI, 1988, p. 171). Mais de 40 anos depois, o enfrentamento do tema segue sendo um desafio. Teles (1993, p. 14) observa:

Só mais recentemente, a partir de 1975, com a instauração do Ano Internacional da Mulher, as brasileiras retomaram o movimento feminista, atuando em grupos de estudos e programando jornadas de luta e campanhas de mobilização. Integradas com os movimentos democráticos, as feministas brasileiras engrossaram fileiras nos movimentos pela anistia, por liberdades políticas e por uma constituinte livre e soberana.

Para Costa (2009), esse foi um momento de fortalecimento das resistências ao regime militar. Os movimentos sociais multiplicaram-se, bem como os movimentos de mulheres e os feminismos. Então, no final dos anos 1970, começaram a acontecer os Congressos, explicam Bandeira e Melo (2010) e Teles (1993). Apesar de menos lembrado, o primeiro deles, realizado em 1978, foi o **Congresso da Trabalhadora Metalúrgica**. Em março de 1979, foi a vez do **I Congresso da Mulher Paulista**, que se repetiu em 1980 e 1981 – II e III Congressos. Porém, segundo as autoras, já no segundo evento, houve uma divisão clara entre feministas autônomas e partidárias. “É que apesar desse movimento feminista autônomo que se organiza alinhar-se ideologicamente à esquerda quanto às propostas de mudanças na sociedade, a divergência é profunda no que tange à condução das lutas das mulheres” (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 104). Carvalho (1988, p. 12) também questionava: “qual o grau de autonomia apresentado pelo movimento social face à sua organização, no cotejo com as decisões das estruturas partidárias?”. Passada a **Década das Mulheres**, Moreno (1988, p. 45-46) tentava definir o momento em que os feminismos brasileiros encontravam-se:

[...] somos mulheres divididas. Tanto internamente, com nossas dúvidas, em nossos múltiplos papéis, quanto externamente, em nosso nível de organização. Estamos divididas pelos nossos partidos políticos, quando estamos neles. E estamos divididas entre as que integram nas instâncias do poder do Estado, em entidades do tipo Conselho Estadual, Federal, da Condição Feminina e as que pretendem preservar a ‘autonomia do Movimento’. Mesmo entre essas últimas, nos dividimos entre as que atuam na periferia, e as que, centradas nos bairros de classe média, oferecem serviços e orientação a quem as vier procurar. Nos dividimos entre as que se autodenominam ‘feministas puras’ e as que pretendem também incorporar à prática feminista às questões sociais mais gerais. [...] Nos dividimos entre os diversos comitês eleitorais das candidatas feministas, ou dos candidatos genéricos que pretendem ‘abrir espaço para a mulher’ em seu programa de candidato. Nos dividimos, nos dividimos, e as mulheres continuam lá fora votando no candidato do marido, de quem apanham. Como: ainda apanham?

Segundo Bandeira e Melo (2010) e Sardenberg e Costa (1994), em 1980, foi criado o primeiro **SOS Mulher**, atuando no combate à violência contra elas, o que levou à criação de delegacias especializadas. O Estado também começava a se aparelhar com instituições voltadas à inclusão social e proteção das mulheres. Em 1983, surgiam os primeiros **Conselhos Estaduais da Mulher**. Costa (2009) lembra que a redemocratização ampliou as possibilidades de atuação dos feminismos. Em setembro de 1985, foi instituído o **Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)**, com Ruth Escobar⁶¹ como primeira presidenta. O órgão, comprometido com o movimento de mulheres, acabou sendo sucateado, aparentemente só voltando a ter uma atuação significativa após passar a integrar a estrutura da **Secretaria de Políticas das Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)**, hoje também em situação complicada, conforme será observado em seguida. Entretanto, foi importante, por exemplo, na cobrança, desde sua criação, para que os direitos das mulheres fossem atendidos na elaboração da Constituição de 1988, o que foi marcado com a entrega de uma carta⁶² ao Congresso Nacional. Segundo Blay (2017), era chegada também a hora de uma aproximação entre os feminismos e a política, abrindo-se espaço para a criação de políticas públicas para as minorias políticas.

Sardenberg e Costa (1994) explicam que, ainda na década de 1980, foram criados núcleos de estudos em instituições e universidades para intensificar as pesquisas com uma perspectiva de gênero, como o **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA)**⁶³. Em 1988, surgiu também o **Geledés – Instituto da Mulher Negra**, bastante conhecido pela divulgação que faz em sua página na internet⁶⁴. O **Geledés** promove uma articulação relevante entre gênero e raça, cumprindo também o papel de resgatar a história da população negra – em especial, da parcela mais invisibilizada, as mulheres negras, a exemplo de Dandara dos Palmares, que lutou ao lado de Zumbi, embora não tenha tido o mesmo reconhecimento histórico. O ano da criação do Instituto é o mesmo em que ocorreu o **I Encontro Nacional de Mulheres Negras**, no Rio de Janeiro.

⁶¹ De origem portuguesa, Escobar chegou ainda jovem ao Brasil. Foi atriz, produtora e militante feminista. Faleceu recentemente, em 5 de outubro de 2017, conforme noticiado pela **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1924598-atriz-produtora-e-ativista-ruth-escobar-morre-em-sao-paulo-aos-82.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 18 nov. 2017.

⁶² Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso em: 7 fev. 2019.

⁶³ Mais informações sobre o NEIM em: <http://www.neim.ufba.br/wp/apresentacao/>. Acesso em 24 out. 2017.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 4 maio 2018.

Ribeiro (2017b) explica que, no âmbito estadunidense, Audre Lorde, por exemplo, tem trabalhos publicados desde o começo dos anos 1970; Bell Hooks é outra estudiosa e ativista negra que já atuava na época. O que faltava era visibilidade às ideias delas.

Conforme afirma Sacchi (2003), foi também na segunda metade dos anos 1980 que os movimentos de mulheres indígenas passam a ganhar mais notoriedade, com a criação das pioneiras **Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN)** e **Associação das Mulheres Indígenas de Tacaruá, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT)**, da Amazônia.

A partir de 1986, segundo Moreno (1988), com o fim da **Década das Mulheres**, a movimentação feminista parecia ter esfriado:

Uma parada no tempo. Preguiçosamente se comemora o 8 de março (Dia Internacional da Mulher). O mínimo necessário. Em 1986, o Conselho da Defesa da Mulher comemora a véspera da data com a abertura da campanha Mulher & Constituinte, com o comparecimento, na abertura, do presidente Sarney. No mais, o mínimo necessário. Os grupos hibernam. Um grupo (somatória de algumas entidades) lentamente tenta se articular em um Encontro de Estudo em Itapeperica [...]. Lentamente, que as feridas são muitas, e o tempo é curto num ano eleitoral. Estamos saindo das eleições e da modorra que ela tradicionalmente provoca no movimento enquanto tal. Para onde iremos? (MORENO, 1988, p. 50).

Blay (2017) atribui essa aparente redução de importância dos movimentos feministas pós-ditadura à diversificação das pautas e multiplicação de grupos e associações, embora não veja nisso um enfraquecimento real. Nos movimentos de Um Terço do mundo, é também a partir da terceira onda (anos 1980) que as interseccionalidades passam a ter mais visibilidade. Passa-se, no entendimento de Ribeiro (2017b), a reconhecer movimentos feministas de mulheres de diferentes raças, orientações sexuais, identidades de gênero, entre outras características. O binarismo feminino/masculino também começa a ser questionado. Conforme explicam Blay e Avelar (2017), no Brasil dos anos 1990, ocorreram ainda uma série de encontros e articulações em âmbito mundial, como a **IV Conferência Mundial das Mulheres**, em Pequim, que possibilitaram avanços na legislação eleitoral brasileira.

Assim, é importante observar que nem a repressão do período ditatorial fez com as mulheres deixassem de engajar-se em suas lutas. E justamente nesse período, que compreendeu o **Ano Internacional das Mulheres** e a **Década das Mulheres**, surgiram

grupos e organizações que foram continuam sendo referência, inclusive para a cobertura do jornal **Folha de S.Paulo**.

2.1.4 A intersecção entre movimentos feministas brasileiros contemporâneos e o Estado

Ainda de acordo com Blay e Avelar (2017), no início dos anos 2000, ocorreu o **I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira**, que culminou na criação de um departamento específico para defender seus interesses. Em 2002, foi criada também a **Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher**, ligada à Justiça, a qual, no ano seguinte, seria transformada na **Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)**, que se desdobrou em unidades estaduais. Iniciava-se um período com apoio estatal mais forte às reivindicações feministas e de mulheres, que levaria mais tarde à aprovação da Lei Maria da Penha (2006), à PEC das Domésticas (2012) e à Lei do Feminicídio (2015). A mesma tendência foi vista em outros países da América Latina.

A **SPM** foi criada com o principal propósito de promover a igualdade entre homens e mulheres, de acordo com o site da entidade⁶⁵. Em sua fundação, em 1º de janeiro de 2003, era vinculada à Presidência da República e possuía status ministerial. Em outubro de 2015, em um contexto de crise econômica e de pressão para uma reforma ministerial, a **SPM**, a **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)** e a **Secretaria de Direitos Humanos (SDH)** foram fundidas: criou-se o **Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH)**, oficializado pela medida provisória (MP) nº 696, de 2 de outubro de 2015. Com o afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff e posterior impeachment, Michel Temer assumiu o cargo e, ainda enquanto interino, extinguiu o **MMIRDH**, por meio da MP nº 726, de 12 de maio de 2016, transferindo suas responsabilidades ao **Ministério da Justiça**, que passou a ser chamado **Ministério da Justiça e Cidadania (MJC)**. Em 2 de fevereiro 2017, já tendo assumido a presidência, Temer recria, por meio da MP nº 768, o **Ministério dos Direitos Humanos (MDH)**, extinguindo **SPM**, a **Seppir**, a **SDH** e outras Secretarias, transferindo-as para a estrutura do novo **MDH**. Porém, em 31 de maio de 2017, a MP nº 782 revoga a anterior, estabelecendo uma nova estrutura organizacional para o Governo, em que as políticas para as mulheres estariam subordinadas à **Secretaria Geral de Governo**, o que

⁶⁵ Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres>. Acesso em: 18 jan. 2019.

foi referendado depois pela Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017⁶⁶. No entanto, ainda na governo Temer, em 2018, mais uma vez, a estrutura da **SPM** foi alterada. O Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018⁶⁷, transferiu, novamente, a **SPM** para o **MDH**. Por fim, em 2019, com a mudança de governo, toda a estrutura foi reformulada. Conforme a MP nº 870, de 1º de janeiro de 2019, a **SPM** faz parte do **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)**.

Esse retrospecto mostra que, embora a criação da **SPM** tenha sido um marco recente importante para as políticas para mulheres no contexto nacional e possa ser considerada uma conquista feminista, rapidamente, de acordo com os interesses dos novos governos, esse órgão foi sendo sucateado e perdendo sua força. As falas e atitudes tanto do presidente da república em exercício a partir de 2019 quanto da ministra do **MMFDH** contra o que chamam de ideologia de gênero indicam um quadro nada otimista para os próximos anos, ao menos em termos de políticas públicas. É válido lembrar que a ascensão de governos conservadores no Brasil e em outros países da América Latina e do mundo ocorre após um período em que mulheres conseguiram ascender a cargos máximos do governo. Na presidência de países da América Latina, em 2006, no Chile, Michelle Bachelet; em 2007, na Argentina, Cristina Kirchner; e em 2010, no Brasil, Dilma Rousseff. Todas reeleitas. No Brasil, questões sexistas enfrentadas por Dilma Rousseff e o processo de impeachment vivenciado por ela pautaram também as discursões feministas.

A intensificação dos movimentos de mulheres no país, em torno de 2016, também acabou ficando conhecida como **Primavera Feminista** ou **Primavera das mulheres**. De acordo com Marques e Oliveira (2013), a referência à estação do ano tem a ver com a capacidade de transformação dos movimentos que recebem a nomenclatura, como a **Primavera Árabe** e a **Primavera de Praga**. Tufte (2013) aponta que existe uma retomada de movimentos coletivos que surgem de baixo para cima – ou seja, a parte de instituições formais –, com diferentes slogans (as ‘primaveras’ seriam apenas um deles), que visam a inclusão de minorias políticas (como é o caso das mulheres) e que se apoiam fortemente nas novas mídias digitais. Assim, se, como alerta Varela (2008), toda ação feminista gera uma reação conservadora, a conjuntura política posterior a 2015 mostra que já estamos

⁶⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13502.htm. Acesso em: 18 jan. 2019.

⁶⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9417.htm#art5. Acesso em: 18 jan. 2019.

vivendo a reação à **Primavera Feminista** e chegada das mulheres aos postos mais altos de poder. A criação de projetos de lei como a PEC 181/2015⁶⁸ e o PL 478/2017⁶⁹ (ambos influenciados pela bancada evangélica) foram uma primeira amostra. A posterior eleição de um presidente com discurso extremamente conservador e preconceituoso, vinculado à igreja evangélica, que tinha como discurso de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, referendado por um amplo apoio no Congresso Nacional, mostra que o esforço para evitar retrocessos vai ter que ser ainda maior⁷⁰. As conquistas feministas estão em jogo, e elas estão sendo destruídas também discursivamente quando se diz que ter uma filha mulher é dar uma fraquejada, quando se fala para uma mulher que ela merece ou não merece ser estuprada ou quando se tenta justificar a diferença salarial entre homens e mulheres em razão da licença-maternidade. Isso sem falar nos projetos já mencionados, no **Escola sem Partido** (PL 7180/2014⁷¹) e na difusão de notícias falsas sobre o programa **Brasil sem Homofobia**, chamado de **Kit Gay** pela bancada evangélica, ou sobre uma ideologia de gênero.

Assim, as conquistas feministas, incluindo mudanças legais, são resultado de muita luta. Elas não são dadas pelo Estado, as políticas públicas são sempre fruto de organização e enfrentamentos. Por outro lado, as conquistas estão sempre sob ameaça.

2.2 O Dia Internacional das Mulheres na história

A imprensa brasileira – inclusive o jornal **Folha de S.Paulo**, como já constatado desde a pré-análise do *corpus* desta pesquisa (constituído pelas publicações principais do dia 8 de março, alusivas ao **Dia Internacional das Mulheres (DIM)**, entre 1975 e 2015, de dois em dois anos) – e até mesmo pesquisadoras frequentemente associam o **DIM** ao

⁶⁸ A proposta inicial era estender a licença-maternidade em caso de parto prematuro. No entanto, ao chegar na Comissão Especial, o projeto foi distorcido e outras ideias, como a proibição do aborto em caso de estupro, foram apensadas. A crítica feita pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), disponível no endereço <http://www.cfemea.org.br/index.php/alerta-feminista/4662-a-emenda-cunha-na-pec-181-a-volta-dos-que-nao-foram>, dá uma boa ideia do cenário por trás da PEC, já aprovada pela Comissão. A íntegra da Proposta está disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075449>.

⁶⁹ Conhecido como Estatuto do Nascituro, o Projeto também guarda relação com a criminalização do aborto. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>. Acesso em: 18 nov. 2017.

⁷⁰ No dia 14 de dezembro de 2017, data da qualificação desta dissertação, ainda sem prever o resultado das eleições presidenciais de 2018, eu colocava a reação à Primavera Feminista como provável. Menos de um ano depois, o fato já pode ser dado como certo.

⁷¹ Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 5 nov. 2018.

incêndio que, conforme Blay (2001) explica, matou 146 pessoas, 125 delas mulheres, a maioria jovens imigrantes, na fábrica de roupas *Triangle Shistwaist Company*, de Nova Iorque, em 25 de fevereiro de 1911⁷². No entanto, a autora explica que a relação entre os fatos e o **DIM** não é exatamente essa.

De acordo com Blay (2001) e Reynolds (2015), a história realmente ocorreu. O **Edifício Asch**, como era chamado na época, abrigava diversos fabricantes de peças para vestuário. Entre eles estava a **Triangle**, que empregava aproximadamente 600 trabalhadoras/es e ocupava os três últimos andares do prédio de dez. Em tempos de controle total sobre as/os funcionárias/os, as portas da fábrica eram trancadas durante o horário de trabalho para impedir roubos e pausas não autorizadas. Naquele dia, um sábado, não foi diferente, porém, já no final do expediente, um incêndio começou no oitavo andar, espalhando-se rapidamente para os dois andares acima. Pezold (2010) conta que pouco mais de um ano antes, empregadas/os da indústria de roupas, ao lado do **Sindicato Internacional de Trabalhadoras/es na Confeção de Roupas de Senhoras**, entraram em greve exigindo melhores condições de trabalho. Foi uma paralisação de grandes proporções. Algumas empresas acabaram acatando parte das reivindicações; não foi o caso da **Triangle**. Certas versões sobre o incêndio, como a contada por Teles (1993), chegam a afirmar que se tratou de um ato criminoso orquestrado pela polícia, como forma de reprimir e punir as grevistas. Segundo González (2010), tanto esta versão quanto a que afirma que o próprio dono da fábrica teria ateado fogo, ou a de que o fato teria ocorrido justamente após uma paralisação do operariado, embora repetidas pela imprensa mundial, não encontram respaldo em pesquisas que se debruçaram sobre o entendimento do fato. Incêndios do tipo, justamente pelas péssimas condições de trabalho, não eram incomuns na época. A tragédia, no entanto, serviu para reforçar a necessidade de reformas trabalhistas e de segurança, impulsionando mudanças necessárias.

Reynolds (2015) explica que, após o episódio, o prédio foi comprado pelo corretor de imóveis Frederick Brown⁷³, que o doou para a **New York University**, em 1929. A Universidade, fundada em 1831, por ser vizinha do edifício, também teve participação na

⁷² Segundo Blay (2001), o ano correto é 1911, mas o fato é frequentemente lembrado como se tivesse ocorrido em 1857 ou em 1908. O livro **Breve história do feminismo no Brasil**, uma das referências brasileiras nos resgate da história das mulheres, publicado pela militante política Maria Amélia de Almeida Teles (1993), é uma das referências que apontam para o ano de 1857.

⁷³ O prédio foi rebatizado de Edifício Brown, conforme conta Stein (2010). O nome anterior remetia ao antigo proprietário, Joseph J. Asch, que ironicamente afirmava que seu prédio era a prova de fogo.

tragédia. Conta-se que um professor que dava aula no prédio ao lado, conseguiu salvar, com a ajuda de seus alunos, algumas dezenas de pessoas. Hoje, de acordo com Pezold (2010), o **Edifício Brown**, ainda patrimônio da universidade, possui duas placas lembrando o episódio e há planos para que seja construído um memorial permanente em homenagem às vítimas⁷⁴. Reynolds (2015) entende que esse foi o pior desastre local até os ataques ao **World Trade Center**, em 11 de setembro de 2001.

Segundo González (2010), a repercussão do fato ao longo dos séculos e transformação do desastre em mito aconteceu em razão da forma trágica como aquelas mulheres morreram: queimadas e sem a possibilidade de escapar. E também porque as vítimas haviam ficado conhecidas por participar da greve do ano anterior. Para Blay (2001), o episódio faz parte de um processo de reivindicação por melhores condições de trabalho no contexto da industrialização, nos Estados Unidos e na Europa, que culminou na adoção do **DIM**. A proposição mesmo da data, entretanto, foi realizada cerca de um ano antes do incêndio da **Triangle**. Blay (2001) explica que, já naquela época, mulheres como a alemã Clara Eissner Zetkin, pertencente ao movimento socialista, começaram a organizar-se, ao verem que o trabalho desenvolvido por elas era menos valorizado do que os dos homens. Foi durante a **II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas de Copenhague**, na Dinamarca, realizada em 26 de agosto de 1910, que Zetkin propôs que fosse reservado, em cada país, ou seja, já com um caráter internacional, um dia para as mulheres, ainda estreitamente relacionado ao pleito do direito ao voto feminino. O dia passou a ser lembrado a partir do ano seguinte, em diferentes datas, de acordo com cada região.

Segundo Blay (2001) e Trindade (2012), a escolha do dia 8 de março veio apenas em 1914, quando as socialistas decidiram realizar, simultaneamente, os eventos que ocorreriam na Alemanha, na Suécia e na Rússia. Reforçando ainda a data, em 8 de março de 1917, teve início uma greve de operárias russas contra a participação do país na Primeira Guerra Mundial, unindo socialistas e comunistas, que ganhou grandes proporções nos dias seguintes. Em 1921, durante a **Conferência das Mulheres Comunistas**, em Moscou, o 8 de março parece ter sido adotado definitivamente.

⁷⁴ O projeto de construção do memorial possui uma página on-line chamada Remember The Triangle Fire Coalition, organização que além de liderar os planos de construção do memorial, apoia e promove eventos que se proponham a lembrar da data. Disponível em: <http://rememberthetrianglefire.org/>. Acesso em: 18 nov. 2017.

No Brasil vê-se repetir a cada ano a associação entre o Dia Internacional da Mulher e o incêndio na Triangle, quando na verdade Clara Zetkin o tenha proposto em 1910, um ano antes do incêndio. É muito provável que o sacrifício das trabalhadoras da Triangle tenha se incorporado ao imaginário coletivo da luta das mulheres. Mas o processo de instituição de um Dia Internacional da Mulher já vinha sendo elaborado pelas socialistas americanas e européias há algum tempo e foi ratificado com a proposta de Clara Zetkin. (BLAY, 2001, p. 605).

González (2010) ainda ressalta que a proposição de Zetkin foi influenciada pela comemoração **Woman's Day**, do movimento de mulheres estadunidenses, realizada no último domingo de fevereiro, entre 1909 e 1914. Com a perspectiva de tornar o movimento internacional, não fazia mais sentido falar em um Dia da Mulher, no singular, passando a ser adotado por Zetkin a nomenclatura **Dia Internacional das Mulheres**. Portanto, havia um cenário favorável, sendo difícil apontar apenas uma ocasião como responsável pela idealização do **DIM**.

Nas 21 edições do dia 8 de março do jornal **Folha de S.Paulo** analisadas, há inúmeras referências ao incêndio da fábrica de Nova Iorque e à origem da proposição do **DIM**. O acontecimento é lembrado nas publicações número 9 (1979), 16 (1983), 30 (1991), 45 (1997), 46 (1999) e 58 (2007), listadas no Quadro 5, capítulo 3. São referências rápidas, de um ou dois parágrafos. Todas elas remetem à greve de operárias como motivação para o incêndio, que teria sido intencional, embora nem sempre fique claro o local. Tanto patrões quanto policiais são citados como autores do crime. Em 1999, por exemplo, nem é mencionado o incêndio, alega-se apenas que elas foram “assassinadas pelos patrões”. A respeito da data, nenhuma publicação aponta para o ano de 1911. A notícia de 1979 remete à 1908 e as demais à 1857. Em quatro delas, a instituição do **DIM** é apontada como uma homenagem às mulheres mortas no episódio, proposta em 1910; em 2007, é citado o ano de 1921. As divergências também aparecem em relação ao evento em que a data foi proposta. Na notícia de 1979, é citado o **I Congresso Internacional de Mulheres**, de Copenhague, quando, na verdade, conforme lembra González (2010), o **I Congresso** não ocorreu nem em 1910 (ano do **II Congresso**), nem em Copenhague, e sim em Stuttgart, na Alemanha. As notícias acertam, sim, ao apontar o ano 1910 como o momento de proposição do **DIM**, ainda que o dia 8 de março só tenha sido adotado mais tarde. A publicação de 1997, apesar de citar o episódio do incêndio e especificar que as operárias foram queimadas dentro da fábrica, atribui à ONU a instituição da data, em 1975,

quando, na verdade, a entidade apenas referendou o **DIM** – o papel da entidade na fixação da efeméride e inclusão no calendário midiático, no entanto, é inegável.

As referências ao incêndio da **Triangle**, nas edições mencionadas do jornal Folha de S.Paulo, mostram que há inúmeras nuances e versões para uma mesma ocorrência. A distância de tempo e espaço ajudam a distorcer e transformar os fatos, mas mesmo os jornais estadunidenses que relataram o acontecimento à época (se relataram) não trazem uma única versão, já que também na imprensa dos Estados Unidos, de acordo com González (2010), a confusão de datas e do contexto dos acontecimentos é encontrada. Detalhes, porventura, pequenos diante da rotina jornalística acelerada, especialmente nos anos em que as comodidades da internet ainda eram algo distante, mas que mostram que a mídia age constantemente na construção e transformação da realidade. A história indica que o **DIM** nunca foi uma homenagem às mulheres que morreram naquele incêndio, mas hoje, depois de tanta repetição, o fato já incorporou-se como verdade.

Como será mostrado a seguir, a ratificação da data pela ONU contribuiu para dar mais visibilidade às manifestações em todo o mundo, mesmo que haja uma história anterior que não pode ser apagada. Esse aporte institucional também influenciou a transformação, atualização e criação de sentidos em relação à data. No Brasil, como observam Bandeira e Melo (2010), o **DIM** foi celebrado pela primeira vez em 8 de março de 1947, com influência de Alice Tibiriçá. Esquecida por algum tempo, só voltou a ser lembrada nos anos 1970, com novas mobilizações feministas e reforços da ONU.

A pesquisa pelas expressões ‘Dia da Mulher’, ‘Dia das Mulheres’, ‘Dia Internacional da Mulher’ e ‘Dia Internacional das Mulheres’⁷⁵ no acervo on-line da **Folha**, considerando **Folha da Noite**, **Folha da Manhã** e **Folha de S.Paulo**, traz como primeiro resultado um jornal de 21 de março de 1929, porém, a expressão ‘dia das mulheres’ (em minúsculas mesmo) parece ter como referência outro acontecimento, que não nos interessa analisar⁷⁶. Os jornais de 1930 também mencionavam o **Dia da Mulher** (17 de maio) como parte da programação da **Semana da Bondade**, organizada pela **Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra**, que ocorria naquele mês. Era uma iniciativa inspirada em países europeus, com enfoque em assistência social,

⁷⁵ Por tratar-se de expressões e não palavras, tivemos que realizar quatro buscas distintas, o que pode levar a resultados quadruplicados. Se as quatro expressões aparecerem em uma mesma página, por exemplo, elas equivalerão a uma página em cada uma das buscas.

⁷⁶ Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fdm/1929/03/21/1/>. Acesso em: 19 nov. 2017.

que incluía uma diversidade de comemorações em sua programação: **Dia da Imprensa**, **Dia da Criança**, **Dia da Terra**. O DIM, como conhecido hoje, é mencionado pela primeira vez em 9 de março de 1941, no caso na **Folha da Manhã**. A notícia fazia referência, não à toa, às mulheres russas, conforme apresentado na Imagem 2.

DECLARA-SE EM MOSCOU QUE "SE APROXIMA A HORA DA GUERRA" PARA OS SOVIETS

Diz-se Que a Rússia Aprovava a Permanência de Navios da Inglaterra no Mar Negro

ESTOCOLMO, 8 (U. P.) — Durante toda a semana, aumentaram os indícios de que a União Soviética se está afastando das nações do "eixo" e, segundo alguns observadores, estes indícios tomaram nova significação, com os comentários feitos na Rússia, relativamente moderados, a propósito da celebração do "Dia da Mulher", nos quais se expressa que "se aproxima a hora da guerra".

Seguidamente à enérgica nota enviada pela Rússia ao governo de Sofia, na qual se expressava o descontentamento do governo soviético pela entrada das tropas do Reich na Bulgária, o órgão do exército "Estrela Vermelha", que geralmente reflete a política do Kremlin, publicou esta semana um artigo de fundo, no qual se dizia que a Rússia aprovava, juntamente com a Turquia, a entrada de unidades da frota britânica no mar Negro, no caso de que a Alemanha levasse a cabo as suas ameaças não declaradas, de atacar a Grécia.

APELO AS MULHERES RUSSAS

MOSCOU, 8 (U. P.) — O "Dia Internacional da Mulher" foi comemorado por trinta milhões de mulheres, as quais estão empregadas na indústria e na agricultura soviéticas. Por esse motivo, a secretária das organizações juvenis comunistas, Olga Mishakova, dirigiu um apelo às mulheres, no qual declara que, quando está próxima a hora da guerra, devem estar prontas para ocupar o lugar

dos seus pais, maridos ou irmãos, nas fábricas e nos campos. "Devem estar dispostas também — acrescentou — a converter-vos em enfermeiras e, se preciso for, a empunhar o fuzil".

ESPERADO EM VALPARAISO O "ALMIRANTE SALDANHA"

Os guardas-marinha e marinheiros brasileiros serão alvo de grandes homenagens

SANTIAGO DO CHILE, 8 (U. P.) — Está sendo organizado um desenvolvimento do programa de solenidades em homenagem aos aspirantes de marinha brasileiros que viajam a bordo do "Almirante Saldanha".

A chegada do navio-escola brasileiro a Valparaíso deverá realizar-se amanhã.

Os guardas-marinha passarão os dias 12 e 13 em Santiago, onde serão recebidos pelo presidente Aguirre, devendo nessa ocasião haver um desfile.

Os oficiais serão festejados em Valparaíso e Santiago, pelos altos chefes das forças armadas.

Foi também organizado um programa para os marinheiros, que serão alvo de várias festas, de sessões teatrais e de bailes.

Imagem 2 – Primeira notícia da Folha que menciona o DIM tal qual entendemos hoje

Fonte: Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fdm/1941/03/09/1/>. Acesso em: 1 nov. 2017.

Porém, é apenas a partir de 1975 que o 8 de março passa a ser lembrado ano após ano, praticamente ininterruptamente, pelo periódico. Os números encontrados nessas buscas estão disponíveis no Quadro 1. Ressalto que as quantidades representam um número próximo ao real, mas, certamente, não exato. A pior qualidade da resolução de

alguns dos jornais disponíveis no acervo, especialmente edições mais antigas, pode levar em conta palavras semelhantes às buscadas, elevando o resultado, ou ainda deixando de contabilizar outras devido à falta de legibilidade.

Quadro 1 – Páginas com expressões relacionadas ao DIM, na Folha

Período	Dia da Mulher	Dia das Mulheres	Dia Internacional da Mulher	Dia Internacional das Mulheres	Total
1921-1924	0	0	0	0	0
1925-1929	0	1	0	0	1
1930-1934	0	0	0	0	0
1935-1939	0	0	0	0	0
1940-1944	1	0	2	0	3
1945-1949	1	0	2	0	3
1950-1954	0	0	2	0	2
1955-1959	2	0	0	0	2
1960-1964	2	0	1	0	3
1965-1969	2	1	0	0	3
1970-1974	3	3	1	0	7
1975-1979	26	3	57	1	87
1980-1984	36	3	138	3	180
1985-1989	14	2	68	0	84
1990-1994	45	5	121	0	172
1995-1999	64	5	155	3	224
2000-2004	46	5	169	3	223
2005-2009	26	5	36	3	70
2010-2014 ⁷⁷	x	x	x	x	x
Total	268	31	752	13	1.064

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados apresentados acima são ainda limitados porque, eventualmente, as publicações vinculadas à efeméride não mencionavam as expressões, como será explicado no capítulo 3. Mesmo assim, esses números representam um bom indicativo do impacto da proclamação do **Ano Internacional das Mulheres** para a cobertura midiática.

2.2.1 A ONU e o Ano Internacional das Mulheres

Para entender o que representou o **Ano Internacional das Mulheres (AIM)**, é preciso conhecer um pouco mais da história da Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU, de acordo com United Nations (1972) e ONU Brasil [201-?], foi fundada em 1945,

⁷⁷ A busca foi realizada no fim de 2017. Naquele momento, por alguma falha no sistema, os resultados a partir de 2010 não foram considerados. Repeti o procedimento meses depois e o sistema, novamente, não funcionou como esperado. Dessa vez, sequer consegui buscar pelas expressões exatas, como havia feito inicialmente, o que impossibilitou o preenchimento dessa lacuna.

e, desde 1946, menos de um ano depois de sua fundação, possui uma **Comissão sobre o Status das Mulheres (CSM)**⁷⁸, que atua até hoje na promoção da equidade de gênero. Em 18 de dezembro de 1972, passados 25 anos da primeira reunião da Comissão, ficou definido que 1975 seria o **AIM**⁷⁹ – essa foi uma das medidas para alavancar ações em prol de avanços nos direitos das mulheres. Para marcar a data, a ONU também ajudou a organizar a **I Conferência Mundial das Mulheres**⁸⁰, que ocorreu na Cidade do México, validou o 8 de março como **DIM** e nomeou o período que estava por vir de **Década das Mulheres** (1976-1985). Assim, pode-se dizer que a entidade teve grande influência não só na fixação do **DIM**, inclusive nas mídias, mas também no debate sobre questões de gênero.

Embora o movimento das mulheres remonte a épocas anteriores à própria fundação das Nações Unidas, é com a organização que ele ganha força e visibilidade. Seja como fórum de debates, seja como fonte de dados e informações sobre a situação da mulher, a ONU desempenhou – e desempenha – papel significativo na luta pelo empowerment das mulheres. Desde sua fundação, em 1945, até os dias atuais, a ONU vem contribuindo para a evolução das questões de gênero, promovendo os direitos das mulheres como direitos humanos fundamentais, codificando esses direitos em instrumentos legais internacionais e ainda encorajando o reconhecimento do papel das mulheres no desenvolvimento social e econômico dos países (GUARNIERI, 2010, p. 3).

Dessa forma, não é possível discorrer sobre o **AIM** sem antes lembrar um pouco da história da organização, da **Conferência de 1975** e daquelas que a sucederam. De acordo com informações do site da ONU Brasil (2009), da United Nations [20--?] e United Nations (1945), foram necessários anos de negociações e planejamento entre países para que a ONU finalmente fosse criada em 24 de outubro de 1945. A **Carta das Nações Unidas**,⁸¹ assinada após o término da **Conferência das Nações Unidas**, foi um documento elaborado meses antes de sua criação oficial. Já naquele texto, a ONU mostrava-se aberta a lutar pelos direitos de homens e mulheres, que poderiam participar em condições de igualdade em seus órgãos. Entre as/os participantes da delegação brasileira na reunião de organização da Carta estava Bertha Lutz, então com mais de 80 anos, uma das feministas mais conhecidas do país, especialmente na luta pelos direitos políticos das brasileiras. Em

⁷⁸ Mais informações sobre a criação da Comissão on the Status of Women disponíveis em: http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/pdf/CSW_founding_resolution_1946.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

⁷⁹ A resolução está disponível em: <http://www.un-documents.net/a27r3010.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

⁸⁰ O relatório completo da I Conferência está disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

⁸¹ Disponível em: http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf. Acesso em: 17 out. 2017.

1948, a ONU também adotou a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**⁸², que destaca direitos de homens e mulheres.

Para Boutros-Ghali (1996), secretário-geral da ONU no período de 1992 a 1996, os esforços da Organização em torno do avanços nos direitos das mulheres tiveram quatro fases. A primeira, de 1945 a 1962, tinha como objetivo a igualdade jurídica – compreendia desigualdades relativas ao casamento e à família, disparidade de salários e de direitos políticos. Foi necessário um extenso trabalho de pesquisa para reconhecer a situação das mulheres em todo o mundo e, assim, poder começar a colocar em prática os princípios pregados na Carta.

No segundo período, de 1963 a 1975, segundo Boutros-Ghali (1996), o número de países que acatavam as recomendações da ONU cresceu, impulsionado pela **Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres**⁸³, proclamada em 1967, em Assembleia do órgão. Dessa forma, o enfoque passou a ser também as realidades econômicas e sociais do cotidiano de diferentes mulheres. Os esforços nesse sentido resultaram na proclamação de 1975 como **AIM** e na chamada para a **I Conferência Mundial das Mulheres**. A partir da conferência realizada na Cidade do México, a relação entre mulheres de diferentes parte do mundo foi expandida, assim como a relação entre a ONU e diferentes ONGs. O evento adotou o mote ‘Igualdade, desenvolvimento e paz’ e foi responsável por elaborar as diretrizes para os próximos anos. Saffioti (1995) lembra que as medidas da ONU foram influenciadas pelos movimentos feministas estadunidenses que surgiram na década de 1960. Apesar de Boutros-Ghali (1996) destacar o fortalecimento das relações entre a ONU e as ONGs, Saffioti (1995) e Viezzer (1981) ressaltam que, desde a primeira edição do evento, paralelamente à Conferência que acolhia representantes oficiais dos governos dos países participantes, havia sempre um fórum de ONGs, chamado de Tribuna. Ainda que esse evento fosse organizado pela própria ONU, havia pouco diálogo entre os dois grupos.

Em livro dedicado ao **AIM** e à **Conferência do México**, Olcott (2017) enfatiza a atuação das mídias na cobertura jornalística do evento e destaca duas situações. A primeira delas ocorreu faltando dez dias para o início da Conferência, em uma reunião. Na ocasião, uma fotografia tirada pela agência de notícias Associated Press, de duas mulheres (a

⁸² Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

⁸³ Disponível em: <http://www.un-documents.net/a22r2263.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

argentina Adriana Puiggrós e a mexicana Antonieta Rascón) disputando para segurar um microfone, espalhou-se pelo mundo e acabou sendo uma das imagens mais divulgadas.

Cortada para aumentar a sensação de conflito e legendada para sugerir que representava delegadas oficiais na conferência governamental em vez de ativistas que acompanhavam a tribuna de organizações não-governamentais (ONGs), a foto foi a imagem mais divulgada do Ano Internacional das Mulheres (AIM), de 1975, encontro da Cidade do México, possivelmente porque capturou os tumultos que muitos repórteres tinham antecipado mesmo antes da abertura da conferência (OLCOTT, 2017, tradução nossa⁸⁴ ⁸⁵).

Ainda segundo a autora, a segunda situação ocorreu durante uma coletiva de imprensa convocada pela organização do evento para dar explicações sobre a fotografia e mostrar que as mulheres poderiam se unir, apesar das diferenças, intitulada ‘painel da unidade’. Nesse momento, a boliviana Domitila Barrios de Chungara interrompeu a sessão para criticar a pretensão de igualdade entre mulheres pobres e ricas. Para ela, a solidariedade e a unidade que eram exigidas, acabariam por deixar determinados grupos à margem. Viezzer (1981) conta, em livro baseado na história da boliviana, que Chungara não se identificava com a maior parte dos discursos que ouvia – de grupos de prostitutas, de lésbicas, de mulheres que queriam se igualar aos homens de todas as formas ou que propunham guerra a eles, de defensoras do controle de natalidade. Nas palavras dela: “Falávamos uma linguagem bem diferente, não é? E isto tornava difícil o trabalho da Tribuna. Além disso, havia muito controle dos microfones” (VIEZZER, 1981, p. 261). Olcott (2017) explica que o episódio, apresentado pela mídia como uma discussão entre a americana Betty Friedan, do primeiro mundo, e Domitila Chungara, do terceiro mundo, novamente foi intensamente explorado, valorizado e até mesmo distorcido. Segundo Olcott (2017) e Viezzer (1981), Chungara relata, sim, uma discussão com Friedan, pois discordava do plano de ação mundial proposto por ela, mas enfatiza mais a discussão com a presidenta da delegação mexicana.

Consoante Bellucci (2014) e Olcott (2017), para além dos conflitos narrados, naturais ao se reunir uma diversidade tão grande de participantes ansiosas para contar suas

⁸⁴ Cropped to heighten the sense of conflict and captioned to imply that it represented official delegates at the government conference rather than activists at the accompanying non-governmental organization (NGO) tribune, the photo was the most widely circulated image of the 1975 International Women’s Year (IWY) gatherings in Mexico City, perhaps because it captured the fracas that many reporters had anticipated even before the conference opened.

⁸⁵ E-book.

histórias, o que se viu foram intensos debates, trocas de experiências e uma expansão de redes de contato. E se não havia uma unidade, era porque, finalmente, a diferença era vista e ouvida – ainda que se conteste a representatividade entre as próprias delegações e que houvesse divergências de interesses mesmo dentro das delas. Na Argentina, por exemplo, conforme conta Bellucci (2014), militantes feministas e representantes de partidos políticos, reunidas assim que houve o chamamento para o evento, divergiram quanto ao tratamento ou não do tema aborto. De qualquer forma, o ativismo foi estimulado.

Em relação à terceira fase, Boutros-Ghali (1996, p. 5, tradução nossa⁸⁶) afirma:

A terceira fase, de 1976 a 1985, coincidiu com a Década das Nações Unidas para a Mulher, período que viu a comunidade internacional sofrer uma importante transformação na compreensão do papel das mulheres. Considerando que o pensamento anterior considerava as mulheres quase que exclusivamente em termos de suas necessidades de desenvolvimento, a Década aumentou e atualizou esse ponto de vista ao reconhecer as mulheres como contribuintes essenciais para todo o processo de desenvolvimento.

Segundo ele, nesse espaço de tempo, em 1979, foi elaborada, refletindo ainda as discussões desenvolvidas na **Conferência do México, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres**⁸⁷, também conhecida pela sigla em inglês CEDAW, na qual é definido o que constitui discriminação contra as mulheres, são apontadas medidas para sua eliminação e impõe-se que seja criado um **Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres**⁸⁸. O Comitê é responsável por monitorar se os países que aderiram à Convenção realmente estão tomando medidas para combater a discriminação contra as mulheres. O processo ocorre por meio da análise de relatórios⁸⁹, que devem ser enviados pelos Estados-partes, com informações sobre as medidas adotadas e sobre a situação do país.

⁸⁶ The third phase, from 1976 to 1985, coincided with the United Nations Decade for Women, a period which saw the international community undergo an important transformation in its understanding of the role of women. Whereas previous thinking had regarded women almost exclusively in terms of their development needs, the Decade augmented and updated this viewpoint by recognizing women as essential contributors to the entire development process.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.un-documents.net/a34r180.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

⁸⁸ Mais informações sobre o Comitê em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/committee.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

⁸⁹ “O Brasil submeteu seu primeiro relatório, bem como os outros quatro relatórios periódicos, em junho de 2002, relativo aos anos 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001. E, a partir dele, submeteu os outros relatórios periódicos nos anos seguintes: o sexto relatório, de 2008, compreende os anos entre 2001 a 2005, enquanto o sétimo relatório, de 2012, compreende os anos entre 2006 a 2009.” (VICENTE, 2016, p. 41). Não se tem notícias de relatórios posteriores. O VII relatório, os informes de sua apresentação e o parecer do Comitê estão disponíveis, respectivamente, em:

De acordo com Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [201-?], o documento foi assinado pelo Brasil em 1981, com reservas aos artigos 15, 16 e 29; aprovado pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 93⁹⁰, em 1983, e promulgado pelo Decreto nº 89.460⁹¹, de 1984, o que significa que esse foi o ano em que de fato entrou em vigor, com força de Emenda Constitucional. Em 1994, por meio do Decreto Legislativo nº 26⁹², foram retiradas as reservas aos artigos 15 e 16, que evidenciavam as assimetrias entre homens e mulheres na sociedade brasileira, revogando o decreto de 1983. Em 2002, já no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com o Decreto nº 4.377⁹³, o de 1984 é revogado e a Convenção é novamente promulgada, fazendo valer as alterações anteriores, ou seja, apenas a ressalva ao artigo 29, que tem a ver com a interpretação e aplicação da Convenção pelos Estados-parte⁹⁴, continua valendo hoje.

Ainda no terceiro período, segundo Boutros-Ghali (1996), foi realizada a **II Conferência Mundial das Mulheres**⁹⁵, em Copenhague, na Dinamarca. Dessa vez, o lema escolhido foi ‘Educação, emprego e saúde’. Para Saffioti (1995), apesar de todos os esforços e expectativas depositadas a partir da primeira conferência, chegou-se à conclusão de que a situação das mulheres havia, no entanto, piorado. Encerrando a **Década das Mulheres**, ocorreu, em 1985, a **III Conferência Mundial das Mulheres**⁹⁶, em Nairóbi. O slogan utilizado foi ‘Estratégias orientadas ao futuro, para o desenvolvimento da mulher

<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/o-comite-cedaw-2013-comite-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher/cedaw-vii-relatorio-brasileiro.pdf>, <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/relatorio-cedaw-2012.pdf> e <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/o-comite-cedaw-2013-comite-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher/recomendacoes-cedaw-vii-relatorio-2012.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

⁹⁰ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1980-1987/decretolegislativo-93-14-novembro-1983-360751-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 out. 2017.

⁹¹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89460-20-marco-1984-439601-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 out. 2017.

⁹² Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/decretolegislativo-26-22-junho-1994-367297-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 out. 2017.

⁹³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 18 out. 2017.

⁹⁴ A lista completa dos países que aderiram à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, assim como suas eventuais restrições a quaisquer um dos artigos, está disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-8&chapter=4&lang=en#EndDec. Acesso em: 18 out. 2017.

⁹⁵ O relatório completo da II Conferência Mundial das Mulheres está disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_copenhague.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

⁹⁶ O relatório da III Conferência Mundial das Mulheres está disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_nairobi.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

até o ano de 2000'. A cada conferência era feito um balanço dos anos anteriores e estipuladas metas para o futuro.

Por fim, na última fase descrita pelo autor, de 1986 até o momento em que escrevia, 1996, o trabalho da ONU vinha sendo adaptado às mudanças mundiais, suas instituições fortalecidas e o apoio às mulheres intensificado. Diferentes conferências e reuniões de cúpula seguiam acontecendo. Até que, em 1995, ocorreu a **IV Conferência Mundial das Mulheres**, em Pequim, na China.

Todos esses eventos concentraram a atenção do mundo em um princípio organizador central do trabalho das Nações Unidas: que nenhuma solução duradoura para os problemas sociais, econômicos e políticos mais ameaçadores da sociedade pode ser encontrada sem a plena participação e o pleno empoderamento, das mulheres do mundo. (BOUTROS-GHALI, 1996, p. 6-7, tradução nossa⁹⁷).

Boutros-Ghali (1996) e ONU Mulheres Brasil [201-?] explicam que, na conferência de Pequim, foi aprovado um novo plano de ações globais, explicitados na **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim**⁹⁸. Esse encontro teve o mote 'Ação para a igualdade, o desenvolvimento e a paz'. Entre seus pontos de destaque, estão a adoção do conceito de gênero, a ideia de empoderamento, que remete à "importância de que a mulher adquira controle sobre o seu próprio desenvolvimento" (VIOTTI, [2006], p. 149) e a transversalidade, que diz respeito à adoção de uma perspectiva de gênero em todas as ações governamentais.

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. (VIOTTI, [2006], p. 149).

As fases apresentadas por Boutros-Ghali (1996), relativas aos esforços da ONU em relação às mulheres, que me guiaram até aqui, são dispostas até 1996. Por isso, com a intenção de sintetizar e complementar as ideias comentadas, apresento no Quadro 2 um

⁹⁷ All of these events have focused the world's attention on a central organizing principle of the work of the United Nations: that no enduring solution to society's most threatening social, economic and political problems can be found without the full participation, and the full empowerment, of the world's women.

⁹⁸ Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

resumo das principais reuniões de cúpula, protocolos e convenções internacionais sobre direitos humanos das mulheres, com participação da ONU, a partir de 1974.

Quadro 2 – Convenções sobre direitos humanos das mulheres

Ano	Convenção	Comentários
1974	Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Estados de Emergência e de Conflito Armado ⁹⁹	Objetivo de oferecer proteção a mulheres e crianças.
1975	I Conferência Mundial das Mulheres (Cidade do México)	Conferência que marcou o Ano Internacional das Mulheres e inspirou diversas ações posteriores.
1979	Criação CEDAW	Define o que é discriminação contra as mulheres e propõe medidas para solução.
1980	II Conferência Mundial das Mulheres (Copenhague)	Balanço da I Conferência e plano para próximos anos.
1985	III Conferência Mundial das Mulheres (Nairóbi)	Balanço da II Conferência e plano para próximos anos.
1993	Declaração e Programa de Ação de Viena ¹⁰⁰	Aprovada pela Conferência Mundial de Direitos Humanos de junho de 1993. Destaca que os direitos das mulheres e das meninas fazem parte dos direitos humanos universais.
1994	Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento ¹⁰¹	Buscava promover a equidade entre os sexos ¹⁰² , defender os direitos das mulheres e o fim da violência contra as mulheres, assim como a defender os direitos reprodutivos e sexuais.
1994	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará” ¹⁰³	Trata especificamente da violência contra as mulheres.
1995	IV Conferência Mundial das Mulheres (Pequim)	Balanço da III Conferência e plano para próximos anos. Adoção do conceito de gênero, empoderamento e transversalidade.
2000	Pequim +5: Igualdade de gênero, desenvolvimento e paz para o século XXI ¹⁰⁴	Objetivo de revisar e reforçar intenções previstas na Declaração de Pequim.
2000	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) ¹⁰⁵	São apresentados oito objetivos para o combate à pobreza até 2015. O terceiro deles visa a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.
2000	Protocolo para Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico	Complementa a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.

⁹⁹ Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/protectionwomen.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁰⁰ Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf. Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁰² Como já comentamos foi a partir da Conferência de Pequim, em 1995, que a ONU adotou formalmente o conceito gênero.

¹⁰³ Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/followup/beijing+5stat/statments/chairperson5.htm>. Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>. Acesso em: 21 out. 2017.

	de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças ¹⁰⁶	
2005	Pequim +10 ¹⁰⁷	Nova revisão da Declaração de Pequim.
2007	Consenso de Quito ¹⁰⁸ – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)	Adoção de medidas centradas nas mulheres: aumentar a participação em cargos públicos e políticos, fortalecer trocas de experiências entre regiões, incentivar a formação e capacitação, incentivar e envolver a mídia para que a importância da participação de mulheres na política seja reconhecida etc.
2010	Pequim +15 ¹⁰⁹	Nova revisão da Declaração de Pequim, que incluiu processos regionais de revisão.
2010	Consenso de Brasília ¹¹⁰ – CEPAL	Adoção de medidas centradas nas mulheres: conquistar maior autonomia econômica e igualdade, fortalecer a cidadania, ampliar a participação nos processos de tomada de decisão e esferas do poder, enfrentar todas as formas de violência, facilitar o acesso a novas tecnologias e incentivar meios de comunicação igualitários, democráticos e não discriminatórios, promover a saúde e direitos sexuais e reprodutivos, realizar capacitações e trocas entre os países, promover a cooperação regional e internacional na equidade de gênero.
2015	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ¹¹¹	É a atualização dos ODM de 2000. A lista conta com 17 objetivos para transformar o mundo. O quinto deles é a igualdade de gênero.

Fonte: Quadro ampliado pela autora, a partir de Carosio (2011).

Como se pode perceber, a influência da ONU nas políticas para as mulheres foi e ainda é muito grande. O **DIM** já existia antes da ONU reconhecê-lo, assim como a luta de mulheres, mas a institucionalização dessas causas serviram como alavanca, ao menos para que as reivindicações ressoassem, já que nem sempre a intenção veio acompanhada de um efeito prático. O **AIM**, a **Década das Mulheres** e as quatro **Conferências Mundiais de Mulheres** foram essenciais para o aumento de visibilidade dos movimentos de mulheres, assim como a adesão ao conceito de gênero, explicitada na **Conferência de Pequim**, fez com que o conhecimento e adoção da categoria fosse ampliado.

2.2.1.1 A ONU, a comunicação e os meios de comunicação

¹⁰⁶ Disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/protocolotraficopt.pdf. Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/Review/english/background.htm>. Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/29489/dsc1e.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N10/251/37/PDF/N1025137.pdf?OpenElement>. Acesso em: 21 out. 2017.

¹¹⁰ Disponível em: https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/5/40235/ConsensoBrasilia_ESP.pdf. Acesso em: 21 out. 2017.

¹¹¹ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

Conforme MacBride et al (1980), no fim de 1970, os problemas de comunicação já despertavam a atenção da ONU. Em dezembro de 1979, foi finalizado o relatório da **Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação** conhecido como **Um Mundo, Muitas Vozes**¹¹², ou **Relatório MacBride**, em razão do nome do presidente da Comissão, criada dois anos antes. O documento era provavelmente o mais importante no tratamento do tema na época. Elaborado por 16 membras/os de diferentes países, incluindo o colombiano Gabriel García Márquez, pretendia identificar e analisar os problemas relacionados à comunicação, especialmente no que tange à exclusão midiática de determinados grupos e povos (o sentido dos fluxos de informações seria único – Norte/Sul), e propor soluções, muitas delas consideradas utópicas, que colaborariam com a **Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC)** que surgia. De qualquer maneira, todas/os estavam certas/os de que a comunicação precisava de uma mudança estrutural, algo que só poderia ser alterado a longo prazo. Não é de surpreender, dado o contexto da época da publicação, que um dos seus tópicos tenha sido ‘Direitos iguais para as mulheres’. O relatório destaca justamente as piores condições em que se encontram as mulheres em relação aos homens, inclusive no âmbito da comunicação.

A indústria de comunicações reflete esta desigualdade. As mulheres recebem raramente a oportunidade de tornarem-se jornalistas políticas ou econômicas, e poucas delas chegam a ser diretoras ou gestoras dos níveis mais altos. Na publicação de livros ou na produção de filmes, a situação é similar. [...] De modo geral, os meios massivos prestam pouca atenção às questões que têm importância específica para as mulheres, como o movimento feminista ou as contribuições feitas por mulheres independentes e talentosas (MACBRIDE et al, 1980, p. 162, tradução nossa¹¹³).

No relatório da **Conferência de Pequim**, de 1995, conforme relata ONU Mulheres Brasil (1995), também foi dedicado um tópico (A mulher e os meios de comunicação) e cinco artigos ao tema. Entre suas observações, é destacada a baixa presença de mulheres em cargos de alta hierarquia nos veículos de comunicação e o uso de estereótipos e de imagens degradantes ou negativas. Segundo a ONU Mulheres Brasil [201-?], a relação

¹¹² Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

¹¹³ La industria de las comunicaciones refleja esta desigualdad. Las mujeres reciben raras veces la oportunidad de convertirse en periodistas políticas o económicas, y pocas de ellas llegan a ser directoras o administradoras de alto nivel. En la publicación de libros o la producción de películas, la situación es similar. [...] En términos generales, los medios masivos prestan escasa atención a las cuestiones que tienen importancia específica para las mujeres, como el movimiento feminista o las contribuciones hechas por mujeres independientes y talentosas.

mídia e mulheres é também lembrada pelo documento como uma das 12 áreas de preocupação prioritária. As outras estão relacionadas às mulheres e: pobreza, educação e capacitação, saúde, violência, conflitos armados, economia, política e espaços de poder, mecanismos institucionais para avanços, direitos humanos, meio ambiente e direitos das meninas.

De acordo com pesquisa da Federação Nacional de Jornalistas (2012, p. 26), no Brasil, apesar de serem maioria na profissão: “as mulheres jornalistas, mais jovens, ganhavam menos que os homens; eram maioria em todas as faixas até 5 salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a 5 salários mínimos”. Em pesquisa etnográfica dos modos de fazer da profissão, Silva (2014) apontou que o gênero do jornalismo é o masculino e esta constatação (baseada em seu lócus de estudo – a imersão na redação de um programa de televisão de grande audiência do Rio Grande do Sul) compreendia também a observação de que as características mais valorizadas para cargos de liderança também eram as consideradas masculinas – perfis centralizadores, dominadores, autoritários, de condução vertical na tomada de decisões/ dar ordens, considerados fortes, em oposição à abertura ao diálogo, tomada de decisões em conjunto com a equipe, postura ética em relação à cobertura e de empatia com os problemas da equipe, consideradas fraquezas.

Segundo o relatório da ONU:

O poder das mulheres poderia ser fortalecido mediante a melhoria de seus conhecimentos teóricos e práticos e do seu acesso à tecnologia da informação. Assim, aumentaria sua capacidade de combater as imagens negativas das mulheres oferecidas internacionalmente e de desafiar os abusos de poder de uma indústria cada vez mais importante (ONU MULHERES BRASIL, 1995, p. 232).

A recomendação vigente no relatório parece insuficiente para combater as desigualdades e discriminações persistentes no cenário brasileiro, que envolvem também casos de assédio, conforme informações reunidas em Guazina et al. (2018). As medidas tomadas no país têm passado pela reação de instituições da classe, como a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) e Sindicatos, e também pela denúncia por parte de coletivos.

2.3 Dos estudos sobre a mulher aos estudos de gênero

A ideia de que há uma opressão que atinge todas as mulheres foi responsável pela criação da categoria mulher pelos feminismos da segunda onda, explica Piscitelli (2009). Acreditava-se que as questões em comum, como a opressão patriarcal, ultrapassaria as diferenças entre elas. O patriarcado pode ser definido como:

[...] um sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem. [...] Em termos mais amplos, o poder patriarcal diz respeito à capacidade masculina de controlar o corpo da mulher, para fins reprodutivos ou sexuais. Neste sentido, patriarcado situa e confina a mulher no mundo privado e doméstico, espaço dos 'afetos' [...] A denúncia do patriarcado e do poder patriarcal serviu como instrumento político fundamental na luta feminista a partir dos anos 1960 [...] (PISCITELLI, 2009, p. 132).

Entretanto, segundo Piscitelli (2009), à medida que os estudos sobre as mulheres cresceram, contestando inclusive as produções científicas anteriores, que as excluía, vieram também os questionamentos. Por ter se tornado vago demais e desconsiderar variações no tempo e espaço, ainda que a intenção fosse desnaturalizar a subordinação das mulheres, começou-se a buscar alternativas ao conceito patriarcado e também opções que desvinculassem o entendimento da categoria mulher/es da natureza. Surge então um novo conceito, o gênero¹¹⁴.

Segundo Scott (1990), os estudos de gênero enquanto categoria de análise surgiram no final do século XX, aparentemente incorporados por feministas estadunidenses. De acordo com Saffioti (2009), gênero foi conceituado, pela primeira vez, pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller, no livro **Sexo e Gênero: o desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade**, publicado em 1968. Já no prefácio da obra, Stoller (1984) explica que o trabalho dele e de sua equipe foi fortemente associado à expressão identidade de gênero, mas ele a trata apenas como mais um termo de trabalho e mostra-se despretensioso. A partir da perspectiva psicanalítica, ele define:

O gênero é um termo que possui conotações psicológicas ou culturais ao invés de conotações biológicas. Se os termos adequados para o sexo são 'macho' e 'fêmea', os termos correspondentes para gênero são 'masculino' e 'feminino'; estes últimos podem ser bastante independentes do sexo (biológico). O gênero é a quantidade de masculinidade ou feminilidade encontrada em uma pessoa e, obviamente, embora existam misturas de ambos em muitos humanos, o macho normal tem uma preponderância de masculinidade e a fêmea normal uma preponderância de feminilidade. A identidade de gênero começa com o

¹¹⁴ Costa (1998) afirma, porém, que, no âmbito dos movimentos sociais, ocorreu antes uma passagem do conceito mulher para mulheres.

conhecimento e a consciência, consciente ou inconsciente, que pertence a um sexo e não ao outro, embora, como se desenvolve, a identidade de gênero se torna muito mais complicada, de modo que, por exemplo, pode-se sentir-se não apenas como um macho, mas um homem macho ou um homem afeminado ou mesmo um homem que fantasia ser uma mulher. (STOLLER, 1984, tradução nossa¹¹⁵)¹¹⁶.

A obra inicial, inclusive, ganhou um segundo volume chamado **Sexo e Gênero: a experiência transexual**, em 1975, como explica Stoller (1984). No entanto, ao menos no Brasil e fora da psicanálise, o autor é pouco lembrado nos estudos de gênero. Saffioti (2009) conta que foi a partir da apropriação do termo pela antropóloga, também estadunidense Gayle Rubin, que os estudos de gênero proliferaram. No artigo **Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo**, de 1975, traduzido no Brasil em 1993, Rubin (1993, p. 2) define o que chama de sistema sexo/gênero:

[...] área da vida social que é o lócus da opressão das mulheres, das minorias sexuais, e de certos aspectos da personalidade humana nos indivíduos. Chamo a essa parte da vida social ‘sistema de sexo/gênero’, por falta de um termo mais preciso. Um ‘sistema de sexo/gênero’, numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana [...] (RUBIN, 1993, p. 2).

A proposta da autora era questionar a naturalização dos lugares sociais ocupados pelas fêmeas (ligadas ao âmbito doméstico, dos cuidados, da maternidade), justificados pelo sexo. Já perto do fim do ensaio, ela completa:

O sistema de sexo/gênero não é imutavelmente opressor e perdeu muito de sua função tradicional. Não obstante, ele não vai fenecer se não houver oposição. [...] não sofremos opressão apenas enquanto mulheres, nós a sofremos por termos que ser mulheres, assim como os homens são obrigados a ser homens.

¹¹⁵ Gender is a term that has psychological or cultural rather than biological connotations. If the proper terms for sex are “male” and “female,” the corresponding terms for gender are “masculine” and “feminine”; these latter may be quite independent of (biological) sex. Gender is the amount of masculinity or femininity found in a person, and, obviously, while there are mixtures of both in many humans, the normal male has a preponderance of masculinity and the normal female a preponderance of femininity. Gender identity starts with the knowledge and awareness, whether conscious or unconscious, that one belongs to one sex and not the other, though as one develops, gender identity becomes much more complicated, so that, for example, one may sense himself as not only a male but a masculine man or an effeminate man or even a man who fantasies being a woman. Gender role is the overt behavior one displays in society, the role which he plays, especially with other people, to establish his position with them insofar as his and their evaluation of his gender is concerned. While gender, gender identity, and gender role are almost synonymous in the usual person, in certain abnormal cases they are at variance. One problem that arises to complicate our work is that gender behavior, which is for the greatest part learned from birth on, plays an essential part in sexual behavior, which is markedly biological, and at times it is very difficult to separate aspects of gender and sex from a particular piece of behavior.

¹¹⁶ E-book.

Pessoalmente, acho que o movimento feminista deve almejar mais do que a eliminação da opressão das mulheres. Deve sonhar em eliminar as sexualidades obrigatórias e os papéis sexuais. O sonho que acho mais fascinante é o de uma sociedade andrógina e sem gênero (embora não sem sexo), na qual a anatomia sexual de uma pessoa seja irrelevante para o que ela é, para o que ela faz e para a definição de com quem ela faz amor (RUBIN, 1993, p. 22).

De acordo com Saffioti (2009), o conceito só ganhou projeção no Brasil a partir de 1990, quando o artigo **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**, escrito pela historiadora americana Joan Scott, foi traduzido para o português – a versão original foi publicada em dezembro de 1986. No texto, Scott (1990) defende que o conceito de gênero envolve não apenas as construções sociais do que se entende como feminino/masculino e a negação do determinismo biológico, encampa também relações de poder, que compreendem os símbolos, os conceitos normativos, o político e a identidade subjetiva, ligada ao sexo.

Freqüentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva na organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e feminino (SCOTT, 1990, p. 26).

Muito antes de Rubin e Scott, a feminista francesa Simone de Beauvoir lançava, em 1949, a obra **O Segundo Sexo**. É dela uma das frases mais famosas e também mais citadas entre feministas, que se tornou uma espécie de mito fundador do entendimento da categoria gênero: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009, p. 361). De acordo com Saffioti (1999), ainda que o termo gênero não esteja expresso, essa frase vai ao encontro do conceito de gênero, por questionar a construção social em torno do feminino. O trecho que segue a célebre frase melhora a compreensão: “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e castrado, que qualificam o feminino” (BEAUVOIR, 2009, p. 361). Para a autora, a elaboração de leis e livros pelos homens naturaliza a condição das mulheres como subordinadas. Porém, ao mesmo tempo em que elas estão nessa condição, estão intimamente ligadas aos opressores, já que não há como um lado se desvincular do outro.

Apesar da inclusão do conceito de gênero ter sido fundamental para a desnaturalização do significado de ser mulher, ao atribuir as desigualdades de gênero também a fatores culturais, e não apenas biológicos, a nova dicotomia sexo/gênero,

biologia/natureza não ficou imune a críticas. De acordo com Piscitelli (2009), contesta-se o entendimento fixo do corpo e da sexualidade, o que seria negado pela própria existência de pessoas intersexos. Entretanto, até mesmo as críticas podem ser consideradas positivas, pois revelam que o conceito estimulou a reflexão.

Como já disse, a distinção entre sexo e gênero não é apenas uma formulação teórica, mas também, e, principalmente, um instrumento de uso político que pretende introduzir uma mudança. [...] O problema principal é que a desconstrução¹¹⁷ feita reproduz e fortalece a dicotomia natureza/cultura, uma dicotomia que tem funções cognitivas de enormes benefícios, mas que também tem funções de domínio e de poder. [...] Amplamente difundida em outros países, essa crítica tem pouca repercussão no Brasil (SUÁREZ, 2000, p. 20-21).

Suárez (2000) desaprova a rápida adoção do conceito de gênero, pouco reflexiva, muitas vezes apenas substituindo o conceito mulher. Essa seria uma segunda crítica. Para ela, reivindicação de direitos diferenciados foi afetada, já que a proposta colocaria homens e mulheres lado a lado. “A contradição que existe entre o princípio de igualdade e a reivindicação do direito de ser diferente dos homens é parte necessária da natureza contingente das lutas e das demandas” (SUÁREZ, 2000, p. 23). Nesse sentido, de acordo com Miranda (2014) e Suárez (2000), talvez valha a pena recorrer ao princípio de equidade, já que a igualdade não é suficiente quando as oportunidades não são as mesmas para todas as pessoas. As diferenças, assim, devem ser respeitadas e levadas em conta.

Küchemann, Bandeira e Almeida (2015) também ressaltam que é importante sempre relembrar do sentido originário da definição de gênero.

As proposições teóricas produzidas pelas ciências sociais contribuíram decisivamente para a disseminação da importância que a categoria ‘gênero’ adquiriu ao longo do tempo e em diversos nichos de saber. No entanto, há de se levar em conta o fato de tais proposições terem sido respostas à demanda dos movimentos feministas e de mulheres de se fazer a crítica a uma visão essencialista, isto é, de desnaturalizar a condição feminina de uma dita determinação biológica com intenção prática e política. Logo, essa marca originária deve estar sempre presente nas perspectivas acadêmicas para que, de fato, se esteja utilizando gênero em sua concepção mais produtiva. (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 66).

O conceito de gênero tem se destacado nas pesquisas, podendo “ser acionado empiricamente para distinguir e descrever categorias sociais, e, analiticamente, para

¹¹⁷ Termo criado pela autora que simboliza a quebra da ligação essencial das mulheres à natureza e, ao mesmo tempo, a construção de uma nova perspectiva.

explicar as relações que se estabelecem entre elas” (SUÁREZ, 2000, p. 24). Para Suárez (2000), o uso analítico, que engloba o empírico, seria mais efetivo por, além de constatar os problemas, apontar a direção das soluções. Heilborn e Sorj (1999) contam que, desde o início, os feminismos brasileiros estiveram intimamente ligados ao ambiente acadêmico (mas não restritos a ele), onde, a partir da década de 1980, passou-se a substituir os estudos das mulheres pelos estudos de gênero. “Em termos cognitivos esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e do masculino” (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 187-188). As autoras já alertavam sobre o crescimento de interesse pelo tema e destacavam algumas áreas relacionadas a gênero como principais pontos de investigação: trabalho, violência e sexualidade.

Dessa forma, o conceito de gênero tem passado por constantes transformações e reformulações. Mais recentemente, segundo Piscitelli (2009), passou-se a entender que pensar gênero como feminino ou masculino também é excludente, já que nem todas as pessoas identificam-se com essas duas formas. A filósofa estadunidense Judith Butler é das pesquisadoras mais influentes do século 21 e é uma das defensoras dessa ideia. Seus estudos contestam a estabilidade do sujeito e de categorias como mulher/es e gênero (masculino/feminino). Embora não tenha criado a teoria *queer*, é muito associada a ela. O conceito, que tem sido aliado nos estudos de gênero, é definido de forma bastante clara por Louro (2001, p. 546, grifo da autora):

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.

Outro conceito essencial no entendimento que Butler faz da formação do sujeito e que também tem feito parte dos estudos de gênero é o da performatividade. Ela entende que a construção do gênero se dá a partir da repetição de atos e discursos que são naturalizados e vistos como regra/ normalidade, como a heterossexualidade compulsória. Assim, a partir das diferentes concepções relacionadas à gênero, Piscitelli resume:

Sintetizando a trajetória do conceito de gênero, vemos que um termo, que se difundiu aludindo às *diferenças e desigualdades* que afetavam as mulheres, adquire outros sentidos. Continua referindo-se a diferenças e desigualdades e, portanto, continua tendo um caráter político. Entretanto, nas suas reformulações, o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aqueles que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres (PISCITELLI, 2009, p. 146, grifo da autora).

Tal como Butler, adoto a ideia de que tanto sexo quanto gênero são construídos. Assim, também acredito que esta dissertação possa revelar mudanças no discursos sobre quem são as mulheres da cobertura do **DIM**. Por exemplo, mulheres transexuais também são incluídas nas publicações? Se sim, como elas aparecem, o que é dito sobre elas ou o que elas dizem?

2.3.1 Gênero e linguagem

A perspectiva deste estudo privilegia a intersecção entre a linguagem jornalística, os movimentos feministas e estudos feministas e de gênero e os discursos produzidos na cobertura do **DIM**. Entendida como prática pedagogizante, o jornalismo por ser uma prática humana, não pode ser jamais apolítico ou despido de ideologias. É, portanto, sempre uma forma de intervenção na realidade social.

De acordo com Ostermann e Fontana (2010), Robin Lakoff pode ser considerada uma das pioneiras nos estudos que relacionam linguagem e gênero social, com o livro **Linguagem e lugar da mulher**, publicado em 1975¹¹⁸. Na obra, Lakoff (2010) busca evidências da desigualdade de papéis entre homens e mulheres, apontando para a existência de uma ‘linguagem das mulheres’. Segundo Ostermann e Fontana (2010), na

¹¹⁸ Uma versão estendida de um artigo, com o mesmo nome, publicado em 1973.

análise da interação de fala entre homens e mulheres, ela sinaliza aspectos mais cooperativos no segundo caso e mais competitivos no primeiro, o que levaria ao desempoderamento das mulheres nessas interações. Para a autora, as formas de falar de homens e mulheres são diferentes, sendo, assim, as desigualdades sociais também visíveis na linguagem.

Entre as pesquisadoras contemporâneas, Butler é uma das que mais valorizam as relações entre gênero e linguagem. Para ela, a construção das identidades está intimamente ligada à linguagem e aos discursos. Em uma de suas obras mais conhecidas, **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**, ela dedica várias passagens a reflexões sobre o assunto. Em **Fala excitável**¹¹⁹, a autora aborda os discursos de ódio, que estariam fora do controle (excitados) por exceder o momento em que são proferidos. A própria forma de escrever de Butler possui suas peculiaridades e, por vezes, é muito criticada. Salih (2015, p. 25) entende que, para Butler:

[...] nem o estilo nem a gramática são politicamente neutros. Seria inconsistente para Butler contestar as normas de gênero, que ela afirma ser construídas e mediadas linguisticamente, sem contestar também a própria linguagem e a gramática nas quais essas normas são instituídas. Além disso, veremos que um elemento constante de seu projeto é causar ‘perturbação’ [...].

Outra estudiosa importante nos estudos da linguagem é a filósofa estadunidense Nancy Fraser. Entre suas obras, destaco **Práticas indisciplinadas: poder discurso e gênero na teoria social contemporânea**, de 1989, e o artigo **Pragmatismo, feminismo e virada linguística**, de 1995¹²⁰. A primeira obra reúne uma série de artigos produzidos pela autora ao longo de uma década. Neles, Fraser dialoga com Foucault, Derrida e Habermas, a partir da perspectiva do feminismo socialista. “Práticas Indisciplinadas proporciona uma visão fascinante das negociações intelectuais complexas que uma mulher politicamente experiente escolhe para ser ouvida em um contexto acadêmico” (MANN, 1991, p. 225, tradução nossa¹²¹). No segundo caso, ela articula suas ideias com as das demais autoras da obra – Seyla Benhabib (perspectiva habermassiana), Butler (perspectiva foucaultiana) e

¹¹⁹ Traduzido para o espanhol como **Lenguaje, poder e identidad**.

¹²⁰ O artigo faz parte da obra **Feminism contentions: a philosophical exchange**, da qual ela é coautora.

¹²¹ Unruly Practices provides a fascinating view of the complex intellectual negotiations a politically savvy woman chooses to make in order to be heard in an academic context.

Drucilla Cornell (perspectiva laciana) –, buscando um caminho para uma virada linguística¹²² feminista.

“A linguagem ocupa um lugar central na desigualdade entre sexos. A palavra, a linguagem, ou melhor, o domínio da palavra escrita feminina, foi uma das primeiras conquistas das mulheres e que enfrentou maior resistência” (COLLING; AZEVEDO, 2017¹²³). De acordo as autoras, questionar o status de universalidade dado a construções masculinas e a suposta neutralidade da linguagem, pressionando por uma linguagem mais inclusiva em termos de gênero, está, portanto, entre as preocupações feministas e de todo mundo que almeja uma sociedade menos desigual. Para Bagno (2007), a língua e a linguagem são capazes de transformarem-se, apesar de a considerada gramática tradicional frequentemente pregar o contrário; elas evoluem, assim como acontece com outras ciências. A crítica e a reformulação deveriam ser vistas como naturais. “Falar é construir um texto, num dado momento, num determinado lugar, dentro de um contexto de fala definido, visando um determinado efeito” (BAGNO, 2007, p. 98). A consolidação de uma ortografia oficial também é fruto de relações de poder, que envolvem negociações e pressões. Seguindo o pensamento de Foucault (1999), Bagno (2007, p. 133, grifo do autor) pondera: “a linguagem é muitas vezes um poderoso instrumento de *ocultação da verdade* [e do saber], de *manipulação do outro*, de *controle*, de *intimidação*, de *opressão*, de *emudecimento*”, um instrumento de dominação dissimulado pela bandeira da simples transmissão de ideias.

“Ora, o novo assusta, o novo subverte as certezas, compromete as estruturas de poder e dominação há muito vigentes” (BAGNO, 2007, p. 150). Entendo que as mesmas reflexões propostas pelo autor também podem ser aplicadas ao uso da **Linguagem Inclusiva de Gênero (LIG)**, como tem sido chamada. Oliveira, Duque e Weyl (2012, p. 129) definem a **LIG** como “uma opção de linguagem que busca desconstruir duas ideias: 1) a ideia do masculino como universal e 2) o sexismo estabelecido na linguagem”. Ou seja, prega-se que haja o uso de palavras flexionadas (como presidenta, poetiza, bacharela) e de construções inclusivas como ‘todos e todas’ ou ‘tod@s/todxs’ (na linguagem escrita mais informal), que possibilitam a inclusão do feminino (e de outros gêneros) também no

¹²² “A ‘virada linguística’ – expressão utilizada para indicar a mudança paulatina, iniciada no século XIX e que tomou impulso no século XX na filosofia, em direção a essa concepção – introduziu a ideia segundo a qual a análise linguística seria definitivamente capaz (ou definitivamente incapaz [...]) de servir como um método adequado para a solução dos problemas filosóficos” (TOLEDO JUNIOR, 2008, p. 16-17)

¹²³ *E-book*.

imaginário, na imagem que se cria dos acontecimentos. Conforme manual desenvolvido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul (2014), a ocultação do gênero feminino na forma como nos expressamos diariamente por si só já é sexista. Além disso, existem construções, palavras e expressões sexistas que, muitas vezes, passam despercebidas, podendo denotar, por exemplo, posse, como ‘A mulher do presidente Temer’, ou se valer de estereótipos como ‘Feminino: o frágil’ – em geral, menosprezam, desvalorizam e representam o gênero feminino como inferior.

Scott (1990) diz que a relação de gênero (feminino e masculino) com a gramática é ainda mais complexa, pois envolve o uso de regras formais e de possibilidades inexploradas. Ela salienta que em diferentes idiomas existe uma categoria neutra. É o caso do sueco, que incluiu recentemente um terceiro pronome. Quando se adota o ‘tod@s’ ou ‘todxs’ é mais ou menos isso que acontece, cria-se uma terceira alternativa; essa forma representaria a inclusão de múltiplos gêneros e também de indivíduos que não se identificam com gênero algum. Colling e Azevedo (2017) entendem que há, assim, duas vertentes de reivindicações relacionadas à linguagem, uma que visa incluir e desestereotipar o gênero feminino e outra que foge ao binarismo e inclui identidades múltiplas, como é o caso do uso de arrobas, xis ou até mesmos asteriscos no lugar das vogais que identificam gênero.

Entendo que há diferenças claras na linguagem falada ou escrita e em situações que exigem maior ou menor formalidade. A linguagem escrita parece ser mais flexível no caso do gênero. O uso (ou o não) de uma **LIG** que leve em consideração o gênero feminino, muitas vezes, esbarra em questões que são mais políticas do que práticas. Também há possibilidades simples para uma visão não dicotômica de gênero; por exemplo, em vez de se usar ‘os negros’ ou ‘as negras’, pode-se utilizar a expressão ‘pessoas negras’, como comentei na introdução. Entretanto, uma inclusão efetiva de pessoas que não se identificam com o binarismo de gênero na linguagem, exigiria mudanças maiores, que passariam por modificações na estrutura gramatical e pela criação de um pronome/artigo neutro, tal qual ocorreu na Suécia.

Ainda que já existam iniciativas brasileiras que incentivem o uso da **LIG** ou de uma linguagem não sexista, como é o caso do **Manual para uso não sexista da**

linguagem: o que bem se diz bem se entende¹²⁴, que visa orientar a administração pública do estado do Rio Grande do Sul no uso da linguagem e do **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia**¹²⁵, produzido pela Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), em parceria com a ONU Mulheres, e até mesmo de leis e projetos de leis¹²⁶ que dispõe sobre pontos específicos, a prática ainda enfrenta muita resistência. O caso do termo **presidenta** foi bastante emblemático no país. A dificuldade, no entanto, não se restringe ao Brasil. Em 2017, a **Academia Francesa** posicionou-se contra um manual escolar que utilizava a **LIG**¹²⁷ e, dias depois, seguindo o entendimento expresso pela Academia, o governo do país opôs-se ao uso da linguagem inclusiva em documentos oficiais¹²⁸.

Se, pela forma como noticia os fatos ou pela forma de representar diferentes indivíduos da sociedade, a imprensa possui papel fundamental na aceitação ou não de qualquer tipo de mudança na linguagem e nos discursos pela sociedade, esse também é um tema que importa aos estudos de comunicação e jornalismo. Assim, adotando a interface com os estudos feministas e de gênero, a avaliação dos temas, sentidos e palavras, recorrentes ou não, na cobertura do **Dia Internacional das Mulheres**, indicará a forma como as lutas das mulheres vêm sendo construída discursivamente e quais mulheres são representadas.

¹²⁴ Disponível em:

http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 5 nov. 2017.

¹²⁵ Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf. Acesso em: 5 nov. 2017.

¹²⁶ Para saber mais sobre as leis e projetos de leis no âmbito do Brasil, consultar Schons e Rosa (2016).

¹²⁷ A notícia foi divulgada nos portais de pelo menos dois veículos brasileiros, o El País Brasil (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/30/cultura/1509390000_354339.html) e O Globo (https://oglobo.globo.com/sociedade/escrita-inclusiva-vista-como-aberracao-pela-academia-francesa-22029547?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo). Só pela leitura dos títulos das publicações **A França enfrenta o ‘perigo mortal’ da gramática feminista** e **Escrita inclusiva é vista como ‘aberração’ pela Academia Francesa**, respectivamente, já percebe-se duas tendências dissonantes na cobertura do fato.

¹²⁸ O episódio também foi noticiado pelo El País Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/22/internacional/1511370162_878253.html. Acesso em: 24 nov. 2017.

3 REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo, apresentarei algumas reflexões acerca do método na Comunicação e defenderei a escolha da Análise de Discurso de vertente francesa, mais conhecida no Brasil como AD francesa. Apresentarei ideias de teóricas/os da área, a estrutura de referência e os conceitos que embasarão este estudo. Em seguida, explicarei como foi construído o dispositivo de análise para esta pesquisa.

3.1 O método na Comunicação

Como Martino (2001), entendo que a área da Comunicação é necessariamente interdisciplinar – esta pesquisa, como já apontei na introdução, não existiria sem o aporte de outras Ciências. A peculiaridade dos estudos de comunicação está, conforme explica França (2016), na forma de observar objetos empíricos e práticas, a partir de uma perspectiva comunicativa. Segundo a autora, a análise de jornais, programas de televisão ou publicitários, por exemplo, “não são ‘em si’ comunicacionais” (FRANÇA, 2016, p. 156), o olhar sobre o objeto, em relação com o aporte teórico, é que torna o objeto empírico (*corpus*) um objeto teórico de pesquisa comunicacional. Ou seja, ele é construído a partir daquilo que se busca compreender, o que tem início na definição do objeto de pesquisa.

Da mesma forma, o que é entendido como comunicação também conduzirá a pesquisa. França (2016) defende que a área deve ser percebida como uma prática relacional, ou seja, uma ação interativa, em que não há agentes passivos. Esse diálogo é mediado pela linguagem. No caso do meu objeto de pesquisa – discursos produzidos pelo jornal **Folha de S.Paulo**, na cobertura do **Dia Internacional das Mulheres (DIM)** –, o enfoque está no jornalismo, assimilado como agente que atua na construção social da realidade social, como já apresentado a partir do estudo de Berger e Luckmann (2004). Conseqüentemente, este estudo converge com a definição de comunicação adotada por França (2016).

No Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – PPGCom FAC/ UnB, os estudos de jornalismo estão situados na linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade, da qual faço parte. Em levantamento sobre temas e

tendências dos estudos da linha, período de 2003 (ano de criação do curso de doutorado da FAC) a 2011, Moura (2012) mostrou que parte significativa dos trabalhos estavam relacionados à aplicação e análise de algum conceito das Teorias do Jornalismo, às rotinas produtivas das notícias, ao jornalismo eletrônico ou tinham vínculo com o campo da linguagem (Teorias da Narrativa e Análise do Discurso). Nestes últimos estudos, as pesquisas são norteadas pelas relações entre jornalismo e poder, mediadas pela linguagem empregada. Partindo das observações de Moura (2012), é possível perceber que o estudo aqui empreendido está em conformidade com outros já desenvolvidos na linha, vincula-se ao campo da linguagem/ análise do discurso e tem enfoque nas relações entre jornalismo e poder, no entanto, inclui uma outra variável fundamental, a perspectiva dos estudos de gênero, que redimensiona o objeto de estudo.

Isto posto, não há como dissociar o método da investigação propriamente dita, pois ele é construído de acordo com cada objeto. Segundo Lopes (2016), a metodologia pode ser dividida em dois eixos, um discursivo: epistemológico (construção do objeto), teórico (explicitação conceitual), metodológico (exposição, causas) e técnico (observação, seleção e operacionalização); e outro prático: definição do objeto (problema, quadro teórico, hipóteses), observação (amostra, técnicas), análise descritiva e interpretativa. Entretanto, a pesquisa em comunicação não pode ser reduzida a um passo a passo mecanizado. A autora propõe que as tomadas de decisões sejam feitas de forma crítica e consciente, em um viés científico que não prega a isenção e o distanciamento da pesquisadora ou do pesquisador, ao contrário, exige o envolvimento para a construção da pesquisa. O rigor metodológico centra-se na exposição das escolhas realizadas ao longo da pesquisa, e não numa pretensão de objetividade. É essa a perspectiva que assumi nesta dissertação.

3.2 A escolha da Análise de Discurso de vertente francesa

Embora Orlandi (2003), uma das referências em AD no Brasil, defenda que já é possível falar em uma análise de discurso brasileira, optei por partir da vertente conhecida como AD francesa, já que, mesmo os escritos da autora, dialogam com pesquisadores como Michel Pêcheux, um dos fundadores dessa perspectiva. Pertencem também a essa filiação Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau; eles são, ao lado de Michel

Foucault¹²⁹, da linguista Eni Orlandi e da comunicóloga Marcia Benetti minhas principais referências para compreender e aplicar a AD. Conforme Charaudeau e Maingueneau (2016) explicam, talvez seja mais apropriado, afirmar que, hoje, existem tendências francesas de AD.

Segundo Maingueneau (1997), a AD francesa possui como base a linguística e a história, e tem como enfoque textos regidos por regras e normas institucionais não transparentes, e não práticas cotidianas de conversação, por exemplo. O objetivo dela é explicitar como os discursos – no caso deste estudo, aqueles presentes na cobertura do **DIM** pela **Folha** – são construídos.

Mesmo em um discurso ancorado na ideologia da objetividade, como são os jornalísticos ou científicos, o que é dito oculta sempre outras possibilidades de dizer, mas isso só é geralmente identificável a partir da criação de um dispositivo de análise. Para Orlandi (2009, p. 15), a AD:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. [...] A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive (ORLANDI, 2009, p. 15).

Embora os discursos tendam a se repetir, a possibilidade de mudança existe. Eles não podem ser vistos de forma estática, estão sempre em relação com o contexto social, com as condições de produção. Para Orlandi (2009), a língua deve ser vista como um acontecimento, que, como tal, possui historicidade. “O que chamamos de historicidade é o acontecimento do texto no discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta” (ORLANDI, 2009, p. 68). Assim, a AD também ampara-se no materialismo histórico, pois pressupõe uma “mediação entre linguagem e ideologia” (FERREIRA, 2010, p. 4), determinada pelas relações de produção.

Segundo Orlandi (2009) e Ferreira (2010), a psicanálise é também um dos pivôs da AD francesa. Ela está ligada às relações do discurso com as ideologias e o inconsciente. “Trazer, então, a psicanálise para o campo da análise de discurso, significa deixar entrar

¹²⁹ Ainda que o filósofo não seja considerado um analista do discurso, ele é uma importante referência para a AD e para o entendimento das relações discursivas de poder.

com força a concepção de sujeito, um sujeito clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam” (FERREIRA, 2010, p. 6). Segundo Orlandi (2007)¹³⁰, assujeitamento, no contexto da AD, significa que: “Quando nascemos não inventamos uma língua, entramos no processo discursivo que já está instalado na sociedade e desse modo nos submetemos à língua subjetivando-nos”. Para Manhães (2011), é a ênfase no assujeitamento que caracteriza a AD francesa. Existe uma liberdade de ser e estar no mundo limitada pelas condições vigentes, pelas instituições as quais impõem punições a quem ousa sair do que é visto como normalidade. Conforme afirma Benetti (2016), essa é uma relação em tensão permanente. Assim, em resumo, além das condições materiais e ideológicas vigentes, o inconsciente também é agente da trama discursiva, materializada na linguagem. Ressalto, no entanto, que, neste estudo, não serão aprofundados elementos específicos da psicanálise, a noção de inconsciente será tratada apenas sob o âmbito do assujeitamento.

Assim como explica Orlandi (2009), não pretendo, a partir da AD francesa, chegar a um discurso verdadeiro, e sim em um sentido outro, pois a interpretação mais óbvia de texto é a apenas uma dentre tantas outras possíveis. A partir deste estudo, por meio da observação das pistas deixadas na cobertura do **DIM** e, com o auxílio do dispositivo de análise, apresentarei uma interpretação sobre os sentidos construídos nas publicações atribuídas à efeméride no jornal **Folha de S.Paulo**.

3.2.1 Conceitos e referências

Tendo em conta o exposto acima, este estudo partiu de quatro ideias principais vigentes na AD: enunciado, formação discursiva, interdiscurso e silêncio. Na definição de Foucault (2008, p. 90), “o enunciado é a unidade elementar do discurso”. Assim, o discurso é: “um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2008, p. 122). Segundo o autor, o que faz de uma frase ou proposição um enunciado é a posição ocupada pelos sujeitos, já que é por meio dessa posição (institucional ou técnica) “que percebem, observam, descrevem, ensinam etc.” (FOUCAULT, 2008, p. 60). Portanto, é ao estabelecer relações entre os diferentes enunciados identificados ao longo do *corpus* em análise, atentando a continuidades e

¹³⁰ Documento em meio on-line, sem paginação.

rupturas, e ao observar as condições de produção das matérias do **DIM** publicadas na **Folha**, que as formações discursivas (FD) são reconhecidas.

As FD, segundo Orlandi (2009), estão relacionadas com as posições ideológicas, que também intervêm na produção de sentido. Para Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como ‘ciência’, ou ‘ideologia’, ou ‘teoria’, ou ‘domínio de objetividade’ (FOUCAULT, 2008, p. 43).

O conceito de FD é o que guiará a minha busca pelas estratégias discursivas adotadas pelo jornal **Folha de S.Paulo**. Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 240) explicam: “A noção de formação discursiva foi introduzida por Foucault e reformulada por Pêcheux no quadro da análise do discurso. Em função dessa dupla origem, conservou uma grande instabilidade” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 240). Segundo os autores, é Pêcheux que vincula a noção de FD à ideologia – referência que é mantida neste estudo. Para ele, as formações ideológicas se organizam em FD, que determinam o que pode ser dito ou não em determinadas circunstâncias, afetando, inclusive, o sentido das palavras. De acordo com Benetti (2016), essa é uma forma de reunir textos dispersos, por meio da busca de um núcleo de sentido (perspectiva ideológica). Pêcheux (1995, p. 160, grifo do autor) explica:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]. Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido na formação discursiva na qual são reproduzidas: [...] diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes.

Embora a definição do autor, originalmente publicada em 1975, enfatize a perspectiva de classe, neste estudo, mesmo dando destaque à categoria gênero (o que é indicado já no momento em que o **DIM** é escolhido), entendo gênero, raça/ etnia e classe,

especialmente, como indissociáveis, não sendo possível estabelecer hierarquias entre tais conceitos.

Um conceito a que recorrerei com frequência na análise das FDs é o de interdiscursividade. Para Orlandi (2009), o interdiscurso indica o que já foi dito, que se repete e que sustenta os discursos do presente. Benetti (2016), por sua vez, afirma que a noção sugere a relação entre os discursos, ou uma memória discursiva, o que também é conhecido como ‘já dito’. O interdiscurso observado entre as publicações alusivas ao **DIM**, no decorrer de 41 anos, ajudará a evidenciar a recorrência e atualização dos sentidos da cobertura da efeméride. “Todo discurso é atravessado pela **interdiscursividade**, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no **interdiscurso**” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 286, grifo dos autores). A cobertura jornalística e midiática, assim, vale-se, com frequência, da interdiscursividade no processo de comunicação. Por exemplo, nas eleições presidenciais de 2018, o candidato do PSL foi chamado por alguns noticiários de Donald Trump brasileiro¹³¹. Para entender o que isso significa, é necessário conhecer as características que aproximam os dois políticos, suas propostas de governo e o contexto das eleições. No mesmo sentido, a denominação dada a casos famosos, como o Mensalão, também são retomadas na cobertura de casos de corrupção política. A definição dada por Maingueneau (2004, p. 55-56) ajuda a elucidar:

O discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho. [...] O simples fato de classificar um discurso dentro de um gênero (a conferência, o telejornal etc.) implica relacioná-lo ao conjunto ilimitado dos demais discursos do mesmo gênero.

Se os discursos relacionados ao jornal impresso possuem características que os diferem do telejornal, por exemplo, também há diferenças entre os discursos acionados nos gêneros intrínsecos a cada um: como reportagem, entrevista, editorial. No Capítulo 1, algumas definições básicas sobre os gêneros jornalísticos no impresso foram apresentadas a fim de situar também as relações discursivas possíveis – no tópico seguinte explicarei alguns cuidados que tive, para a construção do dispositivo de análise.

¹³¹ Alguns deles chegaram a utilizar a expressão ‘Trump Tupiniquim’. Mais adiante, na FD dos feminismos, apresentarei uma discussão sobre a aplicação do termo ‘tupiniquim’ de forma depreciativa.

Como se pode perceber, os conceitos apresentados neste tópico estão interligados. “A formação discursiva aparece, então, inseparável do *interdiscurso*, lugar em que se constituem os objetos e a coerência dos enunciados que se proveem de uma formação discursiva” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 241, grifo dos autores). Para Benetti (2016), o interdiscurso tem o poder de reforçar as FDs já existentes ou de transformá-las, dependendo dos elementos que incorpora ou não.

Segundo Orlandi (2002), existe ainda outro elemento que pode ser observado pela/o analista de discurso: os silêncios. Para ela, “há um sentido no silêncio” (ORLANDI, 2002, p. 12), e não um vazio de significação. A autora distingue política do silêncio (ou silenciamento) do silêncio fundante (ou fundador): “[...] a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si só” (ORLANDI, 2002, p. 75). Ou seja, no primeiro caso, algo é dito para ocultar o que é silenciado; no segundo, trata-se da incompletude necessária à atribuição de sentidos – ao dizer alguma coisa, deixamos de dizer outras.

Além das quatro noções apresentadas acima, a leitura do *corpus* indicou a necessidade, como forma de complementar a análise, de dar atenção ao emprego de palavras grafadas entre aspas. Para explicar o uso delas, Maingueneau (2004) retoma, primeiramente, a ideia de discurso direto, recurso bastante aplicado pelo jornalismo ao reproduzir literalmente a declaração de fontes, indo ao encontro do preceito de exatidão; e, em seguida, a autonímia, utilizada para fazer menção a apenas uma palavra. Nesta dissertação, essa última forma esteve bastante presente na introdução, quando apresentei as escolhas linguísticas e discursivas, por exemplo: “‘Feminismos’ também foi uma escolha discursiva para enfatizar a diversidade de vertentes abarcadas pelos movimentos feministas”. Ao grafar o termo feminismos entre aspas, indico que estou tratando da palavra e não dos movimentos feministas. Da mesma forma, ao retomar o enunciado citado, faço o uso das aspas, ainda que se trate de uma construção minha, para ressaltar que estou rerepresentando a mesma frase exposta na introdução.

A partir do entendimento das situações elencadas, é possível compreender o uso da modalização autonímica. É esse o conceito que realmente contribuirá com a análise de cada FD nesta pesquisa, no caso da análise dos sentidos do uso das aspas. Para Maingueneau (2004, p. 158), a modalização autonímica, ao contrário dos exemplos

anteriores, permite “englobar o conjunto dos procedimentos por meio dos quais o enunciador desdobra, de uma certa maneira, seu discurso para comentar sua fala enquanto está sendo produzida”, o que pode ser feito também pelo uso de expressões ou de sinais tipográficos, como o itálico. Para explicar os tipos de modalização autonímica, o autor recorre aos estudos de Authier-Revuz, que os classifica de quatro formas:

- a) não-coincidência **interlocutiva** entre os dois co-enunciadores; b) não-coincidência **do discurso consigo mesmo**, afetado pela presença em si de outros discursos; c) não-coincidência entre as **palavras e as coisas**; d) não-coincidência **das palavras consigo mesmas**, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia etc. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 20-21, grifo da autora).

Esses apontamentos, ao lado do entendimento do contexto e do público leitor esperado, auxiliarão na interpretação do uso das aspas em cada FD. Segundo Authier-Revuz (1998), essas marcas de heterogeneidade ajudam a lembrar que os enunciados são atravessados pela interdiscursividade e que o que é dito esconde sempre um Outro possível.

3.3 A construção do dispositivo de análise

Para realizar a AD de forma menos subjetiva possível, a/o analista deve construir, de acordo com o que deseja compreender, um dispositivo analítico, esclarece Orlandi (2009). “Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus [...], na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir e vir constante” (ORLANDI, 2009, p. 67). Ainda de acordo com a autora: “Todos esses elementos – a natureza dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares – tudo isso constitui o dispositivo analítico construído pelo analista” (ORLANDI, 2009, p. 28). Cada estudo, assim, de acordo com o objeto de pesquisa, mobilizará conceitos específicos.

Semelhante à recomendação de Lopes (2016) sobre a tomada de decisão consciente e crítica na pesquisa em Comunicação, Benetti (2016) considera importante que a pesquisadora/pesquisador tome consciência do próprio discurso, para desenvolver uma análise discursiva. A partir do reconhecimento dos próprios enunciados, é possível que a/o

analista interfira o mínimo possível nos resultados, aproximando-se ao máximo das condições de produção dos discursos que se propõe a analisar.

De acordo com Benetti (2016), entre os objetos possíveis na pesquisa em Comunicação estão os textos da mídia tradicional, como é o caso do jornal **Folha de S.Paulo**. Desse modo, como escolhi trabalhar com um recorte diacrônico¹³² – ainda que, em alguns momentos da análise, fatos do presente sejam relacionados –, entendi que o suporte impresso em questão comporia um *corpus* acessível (pois já tinha ciência de que os maiores periódicos brasileiros possuem acervos históricos on-line) e com representatividade significativa para o estudo.

A partir do Recorte Diacrônico (o já dito em momentos diferentes) é possível fazer um desenho da malha discursiva do tema escolhido para o estudo. O Recorte Diacrônico irá nos levar ao *interdiscurso* – compreendido como o que já foi dito anteriormente sobre determinado assunto e está esquecido. Quando o analista organiza seu Recorte Diacrônico irá estabelecer um *corpus* determinado, em um período (que pode até abarcar décadas ou séculos) e um elenco de materiais [...]. O analista não fará uma coletânea infinita, mas pinçará, por meio da identificação de regularidades discursivas, as formações discursivas presentes (MOURA, 2009, p. 66, grifo da autora).

É exatamente isso que faço nesta dissertação. A partir da decisão de que trabalharia com as publicações do **DIM**, desde o **Ano Internacional das Mulheres**, 1975, até 2015, realizei mais algumas delimitações para tornar a análise viável sem perder de vista traços que pudessem tornar o *corpus*, guardadas suas condições de produção, o mais estável possível, como diz Benetti (2016), antes de partir para a busca das regularidades discursivas mencionadas por Moura (2009). Dessa forma, optei por modificar a periodicidade para anos alternados (1975, 1977, 1979 e assim por diante), reduzindo o número de publicações de 41 para 21, distribuídas em diversos dias da semana, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Distribuição das edições analisadas por dia da semana

Dias da Semana	Anos	Total
segunda-feira	1993, 1999	2
terça-feira	1977, 1983, 2005, 2011	4
quarta-feira	1989, 1995	2
quinta-feira	1979, 2001, 2007	3
sexta-feira	1985, 1991, 2013	3

¹³² Segundo Fiorin (2013), a diacronia avalia mudanças linguísticas ao longo do tempo e a sincronia em um espaço de tempo com certa estabilidade linguística.

sábado	1975, 1997, 2003	3
domingo	1981, 1987, 2009, 2015	4
Total		21

Fonte: Elaborado pela autora.

Também eliminei os textos de páginas estritamente opinativas, localizados nas páginas 2 e 3¹³³ da **Folha**, como editoriais, artigos e cartas de leitoras/es. A avaliação das 21 edições do jornal mostrou que nem sempre as publicações alusivas ao **DIM** possuíam referência expressa à data em cartolas¹³⁴, títulos ou até mesmo no decorrer do texto. A escolha para lidar com tal dificuldade e melhor delimitar o estudo foi buscar pelas publicações principais de cada edição.

A primeira referência foram as capas dos jornais, já que elas revelam o que a editora ou editor considera mais importante ou atrativo em cada publicação. “Uma matéria que aparece na primeira página de um jornal [...], sem dúvida provoca maior impacto. E exerce maior influência. O contato com essas informações destacadas desempenham um papel decisivo na formação da visão de mundo [...]” (MARQUES DE MELO, 1994, p. 84). A presença/ausência do **DIM** em chamadas de capa nas edições selecionadas foi resumida no Quadro 4. Identifiquei como referência indireta ao **DIM** as chamadas de primeira página que ocupavam aquela posição por estarem claramente ou muito provavelmente vinculadas à efeméride.

Quadro 4 – Relação entre as capas e o Dia Internacional das Mulheres

	Referência Direta	Referência Indireta	Sem referência
Anos	1979, 1983, 1985, 1991, 2005, 2005, 2007, 2009 e 2011	1981, 1983, 2001, 2003 e 2015	1975, 1977, 1987, 1989, 1995, 1997, 1999 e 2013
Total	8	5	8

Fonte: Elaborado pela autora.

As capas das edições que não farão parte da análise (anos descartados no período de 1975 e 2015) foram utilizadas como suporte ao entendimento e delimitação do *corpus*. Analisar apenas as matérias de capa, com referência direta ou indireta à efeméride, ao longo dos 41 anos que compõem o recorte temporal, foi uma opção descartada porque não seria possível manter intervalos de frequência iguais, nem mesmo começar a partir de

¹³³ No recorte realizado, essa formatação só não é encontrada na edição de 1975.

¹³⁴ Cartola ou chapéu são expressões utilizadas no jornalismo para referir-se à palavra localizada acima do título das publicações, que geralmente resume o tema que será abordado.

1975, já que a primeira referência ao **DIM**, nas capas do veículo, só aparece em 1979. Das 20 edições que não serão analisadas, apenas nove faziam alusão ao tema, dez se a chamada para uma coluna (o que não entraria na análise) for considerada. Ou seja, o recorte realizado, dentro do intervalo selecionado, também é o que possui o maior número de chamadas de capa relativas à efeméride.

Por ser insuficiente a análise apenas das notícias que foram apresentadas em chamadas de capa, descartadas as páginas dois e três, que o próprio jornal intitula opinião, assim como colunas e artigos de páginas isoladas, no sentido de não comporem páginas com notícias alusivas ao tema, busquei pelas publicações ou páginas principais de cada ano, definidas a partir dos seguintes critérios: 1) publicações com chamada de capa; 2) páginas compostas por conteúdo informativo, majoritariamente; 3) destaque (números de páginas ocupadas, por exemplo) dado à publicação; e 4) que fizesse referência ao **DIM**, preferencialmente. Nos anos em que havia edições especiais alusivas à efeméride, selecionei também a principal do caderno, tendo como referência o que era destaque na capa do jornal, na capa do próprio caderno ou ainda procurando pela publicação que melhor condensasse os assuntos tratados no caderno. Assim, em alguns anos, a análise envolveu a publicação (ou as publicações) principal do jornal e também a que teve destaque no caderno especial.

Cadernos publicitários alusivos à data foram eliminados, a exemplo do suplemento especial **Mulheres e Automóveis**, de 8 de março de 2001, sinalizado pelo jornal como informe publicitário, com a capa ‘Do Batom aos Sertões elas são vencedoras’. Nos anos seguintes, mesmo que não houvesse mais a indicação de que se tratava de um conteúdo voltado à venda/consumo, a publicação parecia ter sido encomendado para tal finalidade – ao estilo do que hoje é conhecido como *branded content*, um conteúdo produzido dentro dos jornais, a fim de atender às marcas patrocinadoras, como explica Silveira (2016). É uma publicidade maquiada para ficar com aspecto de jornalismo. Pode conter informações relevantes para quem a lê, mas sua finalidade principal é comercial.

A partir de 2001, há uma sequência de encartes do tipo. É como se o ramo automobilístico tivesse descoberto as mulheres consumidoras: em 2002, com a capa ‘A preferencial é delas’; em 2003, ‘Mães na contramão’, naquele momento, além dos carros (aluguel e venda), o produto principal eram as cadeirinhas para bebês e crianças – fotos e preços ajudavam a compor o panfleto; em 2004, ‘Sinal fechado para o preconceito’; e em

2005, já sem encarte especial, mas com uma publicação dedicada ao tema no caderno **Mulher**, ‘O carro ideal é versátil, prático e potente’, disposto na mesma página que ‘Sexo frágil tem voz forte em 80% das compras’. Ressalto que as publicidades relacionadas ao **DIM** também poderiam ser objeto de estudo, mas essa perspectiva foge do objetivo desta pesquisa e, portanto, não será aprofundada. São estilos de comunicação muito distintos para serem analisados em conjunto. Segundo Maingueneau (2004, p. 40), “[...] o discurso jornalístico é de certa forma antecipadamente legitimado, uma vez que foi o próprio leitor que o comprou. O jornal procura apresentar-se como quem responde demandas, explícitas ou não, dos leitores”. Já a publicidade precisa convencer para vender um produto ou serviço.

Também não foram considerados nesta análise os cadernos regionais como **Folha Vale, Campinas, Ribeirão**, ainda que neles houvesse muitas notícias alusivas à data, inclusive um caderno especial, no ano de 2001, intitulado ‘A mulher do século 21’. Observo que um dos motivos pela escolha do jornal **Folha de S.Paulo** foi o fato do veículo ter alcance nacional tanto na cobertura dos fatos quanto na distribuição, portanto, não seria coerente incluir no dispositivo de análise notícias com direcionamentos demasiadamente específicos.

Ao fim dessas observações e exclusões, cheguei a um total de 72 publicações, distribuídas no intervalo de 1975 a 2015, considerando as edições de 8 de março de dois em dois anos (21 edições). Esse número corresponde a notícias, reportagens, notas, entrevistas, artigos, colunas e até mesmo uma reprodução de um debate realizado na sede da **Folha**. Assim, mesmo que eu tenha tentado priorizar o gênero informativo na seleção das publicações, acabei incluindo outros gêneros, já que o jornal dedicou um vasto espaço à opinião de especialistas, especialmente a artigos opinativos, mesmo fora do espaço tradicionalmente dedicado à opinião, como já comentei (páginas 2 e 3 do periódico). “O artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e de seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso a lideranças emergentes da sociedades” (MARQUES DE MELO, 1994, p. 122). Conforme afirma Beltrão (1980), é também uma forma do editor isenta-se do que é escrito pela/pelo articulista, ainda que ele ressalve que “[...] na maioria dos casos, entre nós, as ideias expostas nos artigos de colaboradores coincidem com as do editor” (BELTRÃO, 1980, p. 65).

Fora desta contabilidade, seguindo a lógica de analisar a página completa, também foram incluídas fotos, charges, infográficos e outras artes e informações, como forma de auxiliar a análise quando pertinente. Essa decisão foi tomada porque, muitas vezes, não havia uma separação clara entre opinião e informação, especialmente nos primeiros anos quando o **Projeto Folha** não tinha sido implementado, e também por entender que a análise de uma página deve considerar o seu conjunto, sem fragmentá-la¹³⁵. Dessa forma, tomei o cuidado de observar as nuances que integram o *corpus*, pontuando o que é opinião ou entrevista, por exemplo, para que as diferenças entre esses discursos, se houvesse, pudessem ser compreendidas. Ressalto que a análise de discurso não pressupõe a análise individual de cada um desses textos, mas exige, sim, a leitura, releitura e observação atenta da íntegra deles para que seja possível chegar às diretrizes que guiarão a apreciação.

Nas edições selecionadas, foram encontrados seis cadernos especiais. Para a análise, além da publicação principal dos cadernos, sempre considerei as capas, as quais destaco: em 1981, **Folhetim**, ‘O que as mulheres tanto procuram?’; 1999, **Folhateen** (voltado para público adolescente), que apresentava uma espécie de linha do tempo ‘1934 [...], 1968 [...], 1985 [...] e hoje?’; 2001, **Folha Equilíbrio**, com capa ilegível; 2005, especial **Mulher**, ‘O que elas querem?’; 2007, especial **Mulher**, ‘Que feminismo é esse?’; e 2009, **Revista da Folha**, ‘Meninas Futebol Clube’. Só pela avaliação dos títulos dessas capas, fica evidente a interdiscursividade entre a de 1981 e de 2005, o que será retomado no próximo capítulo. Alerto que a capa do jornal de 2005 indicava que havia também uma edição especial da **Revista da Folha**, sobre saúde feminina, além de um informe publicitário no estilo revista, de um laboratório de medicamentos, dedicado às mulheres (aparentemente, duas revistas diferentes), mas nenhuma delas foi encontrada no miolo da edição disponível no acervo on-line do periódico. A primeira, porém, está disponível em versão para web, a qual sugere que o título da revista era ‘Coisas de mulher’¹³⁶. Na edição, são tratados assuntos como a relação entre médicas/os e pacientes, tensão pré-menstrual (TPM), menopausa, reposição hormonal, pontos fracos da saúde das mulheres e outros. Essa revista não foi levada em conta, pois seria difícil definir, sem a visualização da forma como era apresentada na versão impressa, se ela deveria mesmo compor o *corpus* e o que deveria ser analisado, ou seja, considerado principal. Além do mais, ao longo da leitura das publicações, observei que, muitas vezes, a edição on-line não é exatamente igual à do

¹³⁵ Pelos motivos já expostos, desconsiderei apenas as publicidades.

¹³⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2005/diadamulher/>. Acesso em: 7 dez. 2018.

impresso, a qual, por questões provavelmente espaciais, pode sofrer cortes e alterações – os cortes, é claro, evidenciam uma forma de hierarquização, o que é retirado é menos importante, e também poderiam ser objeto de análise de outro estudo.

Por fim, ressalto que nos anos de 2001, 2005, 2009, 2011 e 2013 foram encontradas entrevistas com mulheres que são referência em diferentes áreas. No primeiro ano, o jornal apresenta a ativista e escritora estadunidense Charlotte Bunch, também diretora do Centro para Liderança das Mulheres da Rutgers University, localizado perto de Nova Iorque. A entrevista dessa edição foge um pouco do estilo das demais, porque tem menos enfoque na vida e trajetória da personalidade, além de ser a única que não possui foto. Nos demais anos, as entrevistadas são: em 2005, Esther de Figueiredo Ferraz, primeira reitora e ministra do Brasil; em 2009, Beatriz Barbuy, astrônoma; em 2011, a escritora Rose Marie Muraro, conhecida pela militância feminista; e em 2013, Margarida Genevois, ativista dos direitos humanos, integrante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, na época da ditadura militar. Esses textos também fazem parte do *corpus* selecionado.

No Quadro 5, é possível observar todas as publicações que foram analisadas neste estudo. Além de dados que possibilitam a localização no acervo on-line da **Folha**, atribuí um número a cada uma delas (exceto para as charges e capas de cadernos), a fim de facilitar a identificação. Ao representar as publicações analisadas em cada FD, manterei a mesma numeração.

Quadro 5 – Lista de publicações analisadas

Ano	nº	Título	Localização	Assinatura	Pg.
1975	1	O dia da mulher em todo mundo	Ilustrada, Nova Mulher	-	29
	2	Em cada país um lembrança		AZ	
	3	Os rostos vendados		-	
	4	A emenda para a igualdade de direitos		-	
	5	Também na arte a libertação		I.Z	
	6	É difícil chegar ao meio da escada (opinião)		Barbara Castle	
		A caça ao homem (charge)		-	
1977	7	Dia da Mulher não sensibiliza os vereadores	Ilustrada	-	37
1979	8	Mulheres comemoram seu dia exigindo uma transformação	Ilustrada	-	35
	9	A primeira revolta		Inês Castilho	
	10	A senhora de preto (artigo/ opinião)		Radha Abramo	
	11	Os machistas reagem com as piadinhas de sempre (artigo/ opinião)		Osmar Freitas Jr.	
	12	Cabecinhas quentes (coluna/ opinião)		Lourenço Diaféria	
1981		O que as mulheres tanto procuram? (capa caderno)	Folhetim n. 216	-	capa

	13	Casamento e maternidade: o que mudou? (debate)		_137	10-15
		Direitos iguais (charge)		(Glauco)	14
		Tudo isso será teu! (charge)		(Jota)	15
1983	14	Dia Internacional da Mulher será festejado com shows no Masp e Sé	Local	-	11
	15	Câmara fará sessão solene às 15 horas		-	
	16	Data relembra revolta e massacre de 1857		-	
1985	17	Pílula, o mais difundido método anticoncepcional	Geral	-	22
	18	Tancredo criará Conselho da Mulher, garante Montoro		-	
	19	Médicos defendem revisão da legislação sobre o aborto		-	
1987	20	Painel – Dia da Mulher (nota)	Política	-	A4
1989	21	Cantoras abrem programação em homenagem a mulher	Ilustrada, Acontece	-	E9
	22	Misty apareceu como Cinderela (opinião, box)		Carlos Calado	
1991	23	Um milhão de adolescentes dão à luz por ano no Brasil, diz IBGE	Cotidiano	Areliano Biancarelli	4.1
	24	BH faz protesto contra indústria (nota)		-	
	25	Passeata denuncia esterilização na Bahia (nota)		-	
	26	ABC registra 22 casos de estupro (nota)		-	
	27	Porto Alegre tem 6.336 ocorrências (nota)		-	
	28	Em Recife, 4.700 denúncias em 90 (nota)		-	
	29	Menores prostitutas são 500 mil, diz Unicef		-	
	30	Entre fuzil e véu, feminismo busca seu caminho	Mundo	Cecília Gouvêa Dourado e José Arbex (colaborador)	2.3
	31	AI denuncia ‘abusos selvagens’ (box)		-	
1993	32	Brasileiro começa vida sexual mais cedo	São Paulo	Leão Serva	3.1
	33	Jovens cariocas são mais ativos		-	
	34	União tardia é tendência geral		-	
	35	Resultado é ‘positivo’ porém ‘trágico’, diz Marta Suplicy		-	
	36	Brasil é terra propícia		-	
1995	37	Pesquisa diz que aidética tem parceiro fixo	Via SP	Patrícia Décia	A2
	38	Eventos lembram Dia da Mulher (box)		-	
	39	Campanha luta por ‘vítimas invisíveis’ (box)		Rogério Simões	
	40	Documentário discute aborto (pequena entrevista)		-	
	41	Mulher faz greve de fome contra ex-marido		-	
1997	42	País terá uma mulher com Aids por homem	São Paulo	-	3
	43	Assédio sexual pode ser crime		-	
	44	Judiciário tem mais mulheres		-	
	45	Pequenos mimos marcam Dia da Mulher	Ilustrada	BMB	4.8
1999		1934... 1968... 1985... e hoje? (capa caderno)	Folhateen	-	capa
	46	Fatos marcantes da história da mulher		-	7.3
	47	Igualdade é ter liberdade para escolher		Fátima Gigliotti	7.5
2001		(Capa do caderno não está nítida)	Folha	-	capa
	48	Mulher se contorce no dia-a-dia e o corpo	Equilíbrio	Célia Chaim	8-10

¹³⁷ Debate realizado no auditório da **Folha**, mediado pela filósofa Marilena Chauí. A publicação não possui assinatura.

		padece			
	49	A menopausa só impõe um limite, a gravidez			10
	50	Mulher obtém avanços na América Latina (entrevista)	Mundo	Márcia Detoni	A17
2003	51	Protetora das espancadas é venerada no CE	Cotidiano	Kamila Fernandes	C4
	52	Padres da cidade divergem sobre santidade (box)		-	
	53	RS tem santa dos amores contrariados		-	
	54	Canonização dura décadas		-	
	55	Assassinato cresce 45% entre mulheres Paulistas		Armando Pereira Filho	
2005		O que elas querem (capa caderno)		-	capa
	56	Novos cenários... (opinião especialistas)	Especial Mulher	Lucila Scavone, Eva Blay, Maria Rita Kehl, Ellen Hardy ¹³⁸	18
	57	Alguém tinha que ser a 1ª, diz pioneira (entrevista)	Cotidiano	Antônio Gois	C9
2007		Que feminismo é esse? (capa caderno)	Especial Mulher	-	capa
	58	Sociedade desigual, direitos diferentes		Laura Capriglione	2
2009	59	Mulher tem maior renda em 30% das casas	Cotidiano	Antônio Gois	C7
	60	Renda média ainda é menor que a do homem		-	
		Meninas futebol Clube (capa caderno)	Revista da Folha	-	capa
	61	Lugar de mulher é na torcida		Adriana Küchler	10-16
	62	Barbie brasileira		-	16
	63	Somos dependentes, mas não queremos perder o bonde (entrevista)	Ciência	Ricardo Miotto	A24
2011	64	Quero 'empoderar' as mulheres de baixa renda (entrevista)	Cotidiano	Eleonora de Lucena	C9
	65	Mulher empreendedora inova e retém mais talentos	Mercado	Mariana Barbosa	B3
2013	66	Os pobres ainda são esmagados pela injustiça, diz ex-assessora de Arns (entrevista)	Poder	Eleonora de Lucena	A8
	67	Mulheres presidentes ainda são poucas no país	Mercado	Maria Cristina Frias	B2
	68	Carteira Feminina			
	69	Saúde			
	70	'Nos Estados Unidos, menos de 15% dos CEOs são mulheres'			
	Hora do café (charge)	(Alves)			
2015	71	Mosaico feminista	Ilustríssima	Úrsula Passos e Patrícia Campos Mello (colaboradora)	6-7
	72	Masculinistas atacam 'feminazis'		Anna Virginia Balloussier	7

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação às assinaturas das publicações, faço uma ressalva: muitas vezes, na composição de uma página, apenas a notícia de maior destaque era assinada, podendo as restantes serem de autoria da mesma pessoa ou não, já que nem todas recebem assinatura.

¹³⁸ Página construída a partir de textos escritos pelas quatro especialistas.

Por isso, no Quadro 5, coloquei a informação apenas no local em que constava no periódico, ou onde havia a assinatura abreviada. Sobre o assunto, o manual de redação do jornal, de 1984, explicava, no verbete ‘créditos’:

A **Folha** sempre informa ao leitor a origem de seu próprio noticiário, a função do profissional que assina textos e que tipo de relação mantém com os seus colaboradores. [...] a) normas para textos sem assinaturas: * Textos produzidos em São Paulo pela reportagem da Agência Folha: Reportagem local; * Textos produzidos nas sucursais da Folha: Da Sucursal de Brasília, Da Sucursal do Rio; * Textos dos correspondentes internos: Do correspondente em Florianópolis; * Fusão de noticiário: Das Sucursais e Correspondentes [...]; * Textos de Agências Internacionais e jornais estrangeiros: Da ‘Reuters’ [...] h)¹³⁹ quando houver mais de um texto do mesmo jornalista na mesma página e/ou editora é obrigatório que um deles leve a assinatura no pé, por extenso ou somente as iniciais em caixa alta (FOLHA DE S.PAULO, 1984, p. 27-28, grifo do autor).

De acordo o trecho destacado acima, percebe-se que a regra, embora determine que a origem da publicação deve ser identificada, não especifica, quais textos devem ou não possuir a identificação de autoria. No *corpus* analisado, até o fim da década de 1980, é visível que as publicações assinadas são justamente as de caráter opinativo. A informação sobre a origem do texto, no entanto, como indicado pelo manual, de fato, é recorrente.

A partir da observação das assinaturas, também é possível perceber que, entre as 28 publicações assinadas¹⁴⁰, 17 possuem nomes, geralmente, atribuídos a mulheres, 10 a homens e uma é assinada por uma mulher, com colaboração de um homem (nº 30). Há, assim, uma prevalência de mulheres atuando na cobertura da efeméride, o que vai ao encontro do que diz Silva (2014): todo o processo produtivo da notícia é permeado por valores de gênero, o que incide também na distribuição de pautas.

¹³⁹ Sobre o item ‘h’, o último manual de redação do jornal diz: “2. Assinaturas por extenso no alto dos textos não devem ser repetidas em uma mesma página; 3. Na versão impressa, textos secundários do mesmo autor do texto principal podem ser assinados no pé, preferencialmente com as iniciais” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 208).

¹⁴⁰ Não considerei as charges nesse cálculo, nem as que apresentavam apenas a assinatura abreviada, por não ser possível identificar o nome exato.

4 O DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES NO JORNAL FOLHA DE S.PAULO

Neste capítulo, primeiramente, será realizado um breve retrospecto histórico do jornal **Folha de S.Paulo (Folha)**. Em seguida, serão apontadas as principais formações discursivas (FD) encontradas na cobertura do **Dia Internacional das Mulheres (DIM)**, com atenção a elementos da linguagem.

Antes de apontar as características da **Folha**, é importante retomar as particularidades que tornam esse jornal tão relevante no âmbito do Brasil, e também os motivos de sua escolha para este estudo. Pesquisas acadêmicas, não apenas no campo da Comunicação Social, frequentemente valem-se das notícias de grandes jornais como a **Folha de S.Paulo** para subsidiar suas análises – no acervo da **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**¹⁴¹, por exemplo, há 106 trabalhos com o nome do periódico no título. No âmbito das pesquisas em Comunicação do Brasil, **Folha de S.Paulo**, **O Globo** e **O Estado de S.Paulo** estão entre os jornais mais utilizados no mundo acadêmico, geralmente por serem considerados periódicos tradicionais, com grande circulação e capilaridade nacional e também, é claro, por disporem de um acervo virtual com todas (ou quase todas) edições publicadas ao longo de sua história, o que permite não apenas um acesso facilitado ao conteúdo, inclusive com o auxílio de filtros de busca, mas também a possibilidade de desenvolver um comparativo histórico. O **Jornal do Brasil** também figura em muitas pesquisas, especialmente as que levam em conta períodos em que ele era equiparável aos outros três. Para Sant’Anna (2008), embora outros aspectos pudessem ser levados em conta nessa classificação, como relevância local e o enfoque em temáticas de interesse nacional (política e economia), há características que colocam os três jornais elencados acima em um grupo a parte, incluindo a influência nas tomadas de decisão do país.

Molina (2008) destaca que os jornais considerados melhores, maiores ou mais importantes em listas que se propõem a fazer tal classificação costumam ter em comum duas características: a qualidade e a influência. São jornais que impactam na tomada de decisão das elites, que influenciam os debates públicos do país, e que, conseqüentemente, estão entrelaçados com relações de poder vigentes. Eles têm ainda grande qualidade

¹⁴¹ Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 3 nov. 2018.

estética e técnica, enfoque na informação e são referência para outros jornais e mídias, como blogs. A tradição e a longevidade também têm peso importante, pois denotam experiência e capacidade de resistir a incertezas. A influência desses periódicos, no entanto, só é mantida quando a busca pelo lucro não é alçada ao primeiro plano.

Assim, a escolha pela **Folha** partiu de algumas dessas características e das que o diferenciam dos demais, especialmente de **O Estado de S. Paulo** e **O Globo**. De acordo com dados do Instituto Verificador de Comunicação (2018), o periódico foi o que teve maior média de participação no mercado no ano de 2017, pouco mais de 300 mil jornais por mês considerando a edição impressa e digital, ficando em primeiro lugar no ranking do digital e em terceiro no impresso (atrás do **Super Notícia** e do **O Globo**). Além disso, se a característica de servir de referência para outros meios de comunicação é um indicativo de relevância, a **Folha** mantém a tradição de publicar manuais de redação próprios, em formato de livro (circulação externa), o que reverbera ainda mais o seu status de referência – embora os três jornais citados tenham aderido a essa prática, a **Folha** foi a pioneira (o primeiro manual foi publicado em 1984) e é o único periódico que continua publicando e atualizando esses manuais (a última versão é de 2018).

4.1 Breve histórico do jornal

O jornal **Folha de S.Paulo** é um dos mais antigos do país em circulação. Conforme o manual da Folha de S.Paulo (2018), a primeira edição do jornal foi publicada em 19 de fevereiro de 1921, com o título **Folha da Noite**. Em 1925, passou a circular concomitantemente **Folha da Manhã**, com o intuito de atingir o público ligado à imprensa tradicional, e, em 1949, a **Folha da Tarde**. O trio foi unificado em 1960, quando o periódico, finalmente, passou a chamar-se **Folha de S.Paulo**. Em um primeiro momento, foram mantidas três edições diárias, conforme lembram Mota e Capelato (1981).

O vespertino foi criado, sob a liderança de Olival Costa e Pedro Costa, por um grupo de jornalistas que até então atuava em O Estado de S. Paulo¹⁴². Dirigia-se a leitores urbanos de classe média, que o novo jornal conquistou graças ao estilo mais leve e informativo que o dos concorrentes. [...] As duas publicações [Folha da Noite e Folha da Manhã, inicialmente] eram permeáveis à influência de

¹⁴² O jornal existe desde de 1875. Inicialmente, era chamado de **Província de São Paulo**.

imigrantes¹⁴³ e outras camadas sociais ascendentes (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 25).

Percebe-se na descrição de sua origem a intenção de distanciar-se da elite agrária como estratégia de distinção. Para isso, adotava o enfoque em notícias, afastando-se da literatura. Segundo Mota e Capelato (1981), a linguagem direta e coloquial e a abordagem de questões do cotidiano da população do país também eram pontos que marcavam a **Folha**, mas, embora o jornal realmente tivesse uma postura diferenciada em relação aos outros, as subversões sociais não eram incentivadas – reivindicava-se um equilíbrio por vias legais. Já havia, assim, naquele momento uma identificação com os preceitos positivistas, indo ao encontro da ideia de “ordem e progresso” estampada na bandeira nacional.

Ainda de acordo com Pilagallo (2012), em 1930, com a proximidade da tomada do poder pelos militares, o jornal posicionou-se contra o regime que se impunha, diferentemente de **O Globo**, **O Estado de S. Paulo** e outros, e, por isso, sua sede foi depredada por integrantes da Aliança Liberal, movimento político aliado a Getúlio Vargas. Apesar disso, o posicionamento do jornal não foi uniforme, após o episódio, o periódico teve cautela nas críticas ao governo e aderiu ao movimento constitucionalista mais tarde. Durante o Estado Novo (1937-1945), a tendência pendular foi vista em toda a imprensa.

[...] o relacionamento amistoso entre a grande imprensa e governo provisório não durou muito. A instabilidade dos momentos iniciais foi um dos argumentos mobilizados para justificar o cerceamento da liberdade de expressão tanto nos jornais e revistas, que se constituíam nos veículos privilegiados para formação de opinião, quanto em outros meios de difusão da informação disponíveis na época – cinema e especialmente o rádio (MARTINS; LUCA, 2012, p. 114-115¹⁴⁴).

Nota-se, assim, a relação estreita entre imprensa e democracia na prática, já que mesmo os jornais que, inicialmente, não se opuseram à forma ilegítima de governo que se instaurava foram afetados pelo autoritarismo e pela censura. Nessa época, em 1930, conforme descreve Folha de S.Paulo (2018), as **Folhas** mudaram de mãos pela primeira vez, o que ocorreu novamente em 1945, em meio aos sinais de redemocratização, em uma direção conturbada de Francisco Matarazzo Júnior. Segundo Pilagallo (2012),

¹⁴³ O periódico contava aproximar-se e ganhar a simpatia de imigrantes com publicações em língua estrangeira, como lembram Mota e Capelato (1981).

¹⁴⁴ E-book.

posteriormente, assumido totalmente por José Nabantino Ramos, os jornais passaram a buscar a imparcialidade e um posicionamento mais ao centro do espectro político.

Em 1962, dois anos depois da unificação dos três jornais, já com maior prestígio, porém com problemas financeiros e ainda longe do status de jornais como **O Estado de S. Paulo**, o periódico foi vendido para Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Os novos proprietários organizaram as contas do impresso e começaram a diversificação de investimentos, tendência vista até hoje com a criação do **Grupo Folha**: “Conjunto de empresas do qual a **Folha** faz parte” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 32, grifo do autor). De acordo com Molina (2008), a diversificação e formação de grandes grupos é uma estratégia que tem sido aplicada por jornais do mundo todo, visando a manutenção da sanidade financeira. A manobra, entretanto, deve ser empregada com cautela, pois pode colocar a independência editorial em risco.

Ainda que os meios de comunicação tenham sentido os efeitos da repressão durante o **Estado Novo**, muitos deles, incluindo a **Folha**, na época mais preocupada com a organização financeira do jornal, apoiaram o golpe de 1964. Novamente, sofreram as consequências da decisão.

[...] quase toda a grande imprensa apoiou o golpe de 1964, com alguns dos jornais e seus proprietários participando ativamente da conspiração para derrubar João Goulart, houve um momento em que os próprios jornais, rádios e televisões praticavam uma espécie de autocensura, procurando construir versões das informações favoráveis ao regime autoritário, seguidamente apontado como ‘salvador da democracia’ contra o perigo comunista. Com a proclamação em 13 de dezembro de 1968 do Ato Institucional n. 5, que fechou o Congresso, suspendeu as garantias constitucionais e, entre outras coisas, foi usado para legalizar a censura prévia, o regime passou a exercer de forma mais direta a atividade censória sobre a imprensa e a mídia. Censores foram instalados nas redações dos jornais; circulares eram enviadas a elas, dizendo o que se podia dizer e o que não se podia, vetando assuntos, nomes de pessoas e até palavras, como Brizola, Arraes, ‘comunismo’, ‘tortura’ etc. (MARTINS; LUCA, 2012, p. 161).

O trecho acima, além de contextualizar os acontecimentos do período, remete ainda à força das palavras, vetadas e substituídas por uma higienização dos sentidos e suavização da realidade dos fatos, como o uso da expressão ditabranda, retomado em editorial do dia 17 de fevereiro de 2009, **Limites a Chávez**¹⁴⁵, onde a **Folha** aplicava o termo como referência ao período entre 1964 e 1985, no Brasil. O emprego da palavra foi duramente criticado por leitoras/es e intelectuais. O jornal defendeu-se com a publicação de críticas

¹⁴⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 4 nov. 2018.

expressadas em cartas e artigos e com uma nota¹⁴⁶ em que acusava dois dos professores que se manifestavam em uma dessas cartas: “Quanto aos professores Comparato e Benevides, figuras públicas que até hoje não expressaram repúdio a ditaduras de esquerda, como aquela ainda vigente em Cuba, sua ‘indignação’ é obviamente cínica e mentirosa”. A população expressou repúdio ao editorial e à nota por meio de um abaixo-assinado e em uma manifestação em frente à sede do jornal. A mobilização exigiu também um posicionamento (modesto) do ombudsman da **Folha**¹⁴⁷ e, nos dias seguintes, do então diretor de Redação, Otavio Frias Filho, reconhecendo o uso da expressão como errada e leviana, reiterando, no entanto, as críticas ao que chamava de ditaduras de esquerda¹⁴⁸. Mais recentemente, em editorial alusivo aos 50 anos do episódio, publicado em 30 de março de 2014¹⁴⁹, a **Folha** faz outra tímida mea-culpa, apontando para o apoio dado inicialmente ao regime ditatorial, com ares mais de uma justificativa e relativização dos efeitos devastadores do período do que de reconhecimento de um erro:

Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro. Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais. [...] Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias. Que continue sendo assim.

O Globo¹⁵⁰ e **O Estado de S. Paulo** também divulgaram editoriais semelhantes na ocasião¹⁵¹. Tais publicações são reveladoras da pouca capacidade de autocrítica da imprensa brasileira. Segundo Molina (2008), embora o reconhecimento dos erros possa ser um processo doloroso, e seja incomum não apenas no Brasil, é uma demonstração de

¹⁴⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2002200910.htm>. Acesso em : 4 nov. 2018.

¹⁴⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om2202200902.htm>. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200907.htm>. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹⁴⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>. Acesso em: 1 nov. 2018.

¹⁵⁰ O apoio do grupo **Globo** veio a tona novamente em entrevistas do então candidato do PSL à **Globo News** e ao **Jornal Nacional**. Nas ocasiões, ele relembrou o apoio dado por Roberto Marinho, externalizado em artigo de 1984 (**Julgamento da Revolução**). O grupo **Globo**, no entanto, na ocasião dos 50 anos do golpe, já havia assumido o apoio como um erro.

¹⁵¹ A análise dos três editoriais já foi realizada por Vieira e Neves (2015), em **Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe**. O artigo está disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotese/files/2016/11/04-Mem%C3%B3ria-autorit%C3%A1ria-19n2.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2018.

respeito com público leitor e, no longo prazo, contribui com a construção de confiança e credibilidade.

Marcondes Filho (2009) lembra, no entanto, que o período de fato teve uma fase mais branda, entre 1964 e 1968, até porque os jornais que haviam ficado ao lado de Jango, como o **Última Hora**¹⁵², foram rapidamente desmantelados. Praticamente sem oposição na imprensa tradicional, dos diferentes meios – impresso, rádio e televisão –, coube ao campo universitário ser oposição.

O protesto contra o regime militar dos primeiros anos ficou principalmente no campo universitário e da manifestação artística e cultural. A UNE realizava nas universidades pasquins ostensivamente antigovernistas destacando-se nos 'enclaves de resistência' [...] uma das únicas vozes em todo o país que desafiava o poder dos militares. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 42).

Ainda segundo o autor, a segunda fase, a partir de dezembro de 1968, com o decreto do Ato Institucional número cinco (AI5)¹⁵³, o Congresso foi fechado e os direitos tolhidos. A violência e o controle cresceram e censores foram instalados dentro das grandes redações. Foi uma época em que surgiram publicações alternativas, conhecida como imprensa nanica, como os jornais **Opinião e Movimento**, que fizeram um jornalismo de qualidade, por serem menos visadas pela censura em comparação com os jornais tradicionais. Nesse contexto, em 1968, **Folha da Tarde** volta a ser publicado, sendo impresso até 1999. Segundo Pilagallo (2012), o periódico ressurgiu visando o público que se identificava com um posicionamento de esquerda (a escolha das/dos jornalistas também respeitou esse viés), como estudantes, além de oferecer notícias que respeitavam, especialmente, a ótica das/dos manifestantes. Em 1969, com o endurecimento do regime militar, a redação foi desmontada e boa parte dela presa. A partir daí, as **Folhas** assumiram uma nova perspectiva, a da polícia, colocando-se de tal forma ao lado das forças repressoras que chegou-se a afirmar, em editorial, que não havia presas/os políticos no Brasil. “Abramo argumentou com Frias que, se era para fazer editoriais a serviço do governo, seria melhor parar de publicá-los. Uma semana depois, em 5 de junho de 1972, os editoriais foram suspensos” (PILAGALLO, 2012, p. 214), só sendo reintroduzidos em torno de 1974 (suspensos de novo em 1976), quando começou a mudar novamente de

¹⁵² Segundo Martins e Luca (2012), o jornal foi fechado assim que o golpe foi concretizado e teve o espólio comprado pelo grupo **Folha**.

¹⁵³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 7 nov. 2018.

postura (**Folha da Tarde** seguia com o tom de cobertura policial): começou escolher palavras consideradas mais neutras – por exemplo, ‘movimento’, em vez de ‘revolução’ de 1964 –, abriu suas páginas para articulistas e, em 1976, criou a seção **Tendências/ Debates**¹⁵⁴, “atraindo intelectuais, e passou a reportar violações de direitos humanos” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 26), contribuindo então com a redemocratização. Iniciou também um processo de modernização tecnológica e de reestruturação da Redação, que culminou no **Projeto Folha** – “Conjunto de diretrizes editoriais e técnicas implantado a partir da década de 1970. Inclui Projeto Editorial, ‘Manual da Redação’, Programa de Qualidade, ombudsman¹⁵⁵, contratação por concurso [...] avaliação interna e cursos de formação jornalística” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 34). As cinco versões dos manuais de redação – 1984, 1987, 1992, 2001 e 2018 – sintetizam bem as transformações da linha editorial do jornal. Meses antes da publicação do primeiro deles, a **Folha** se posicionava em um documento de circulação interna, intitulado **A Folha depois da campanha diretas-já**¹⁵⁶:

A campanha diretas-já faz parte da história brasileira. Faz parte, também, da história da Folha, que aderiu à campanha em novembro do ano passado e foi o primeiro grande meio de comunicação a fazê-lo. [...] O modelo de jornalismo que este Projeto advoga está claramente delineado em dois documentos sucessivamente produzidos no âmbito do Conselho Editorial: ‘A Folha e alguns passos que é preciso dar’ (junho, 1981) e ‘A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo’ (março, 1982). O crescimento contínuo do prestígio, da credibilidade e da influência da Folha constitui um sintoma inequívoco de que este Projeto está correto. [...] As idéias gerais que norteiam o modelo de jornalismo que vimos procurando pôr em prática estão condensadas a seguir. Trata-se de um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno.

No texto, além de ressaltar a participação entusiasta da **Folha de S.Paulo** (a **Folha da Tarde** seguia nos moldes editoriais antigos) na luta por eleições presidenciais diretas, elevando o status do jornal, que alcançou a marca de mais vendido em 1986, são destacados os princípios editoriais “jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno”, os quais foram copiados por outros veículos e permanecem como orientações até hoje. No manual de redação de 2018, por exemplo, entre os 12 princípios editoriais listados estão: “5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus [...]; 6. Cultivar a pluralidade

¹⁵⁴ A coluna existe até hoje.

¹⁵⁵ Colocado em prática a partir de 1989.

¹⁵⁶ Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projetos-editoriais-antiores/1984-a-folha-depois-da-campanha-diretas-ja.shtml>. Acesso em: 4 nov. 2018.

[...] 8. Manter atitude apartidária [...]” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 13-14), o que comprova que, nesse sentido, os acréscimos foram maiores do que as mudanças. Segundo Pilgallo (2012), a adesão total e quase militante da **Folha** ao movimento de diretas parecia ir contra as premissas que queria adotar, mas, naquele momento, era justificada pelo amplo apoio da população e a convicção de que estava do lado da democracia. O apoio à eleição indireta de Tancredo Neves (oposição ao regime militar), no entanto, não aconteceu, firmando o ideal de apartidarismo a partir de então, uma forma de agradar ao maior número de leitoras/es.

Havia no projeto, além da dimensão doutrinária, a defesa de um modelo de jornalismo que, partindo da constatação da exiguidade do tempo de leitura, privilegiava a rapidez da comunicação. Os textos ficaram mais curtos. Os parágrafos diminuía. As reportagens foram fragmentadas. Passou-se a usar mais gráficos e tabelas. Criaram-se cadernos temáticos. Muito criticada inicialmente, por abrir brechas ao tratamento superficial da notícia, a receita do jornal acabaria fazendo escola (PILAGALLO, 2012, p. 243-244).

Tempos depois **O Estado de S. Paulo**, por exemplo, perdendo espaço para o concorrente, acabou sendo reformulado. **Folha** também foi pioneira na informatização da redação e na adoção de pagamento para leitura de notícias em meio digital, com limite para acesso gratuito. Ainda segundo Pilgallo (2012), a **Folha** manteve o posicionamento apartidário nas eleições de Fernando Collor de Melo (tentando não favorecer ou prejudicar nenhum dos dois candidatos), mas engajou-se posteriormente no movimento que pedia a renúncia dele. Nas eleições seguintes, tentou manter a mesma postura, pendendo, por vezes, mais para um lado ou outro – **O Estado de S. Paulo**, em contrapartida, tinha/tem o costume se posicionar claramente a favor de um dos candidatos.

A Folha vem sustentando uma linha de fiscalização crítica em relação a todos os governos. Define-se como veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências. Seu sucesso editorial foi o alicerce para empreendimentos em diferentes áreas. Controlada apenas pela família Frias desde 1991, o Grupo Folha reúne hoje cinco empresas, que atuam em produção de conteúdo, logística, meios de pagamento, armazenamento de dados, ensino à distância e no setor gráfico. (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 28).

Em resumo, percebe-se uma certa estabilidade no estilo de cobertura do jornal desde que a família Frias assumiu o comando da empresa e que o **Projeto Folha** foi implantado. As mudanças mais bruscas de linha editorial ocorreram entre as trocas de direção e estiveram intimamente ligadas aos meandros do poder político. Nas eleições

presidenciais de 2018, a **Folha** parece ter mantido a intenção de “fiscalização crítica”. Não hesitou em denunciar o esquema milionário de notícias falsas anti-PT durante o processo eleitoral (prática ilegal, considerada caixa dois), na matéria **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp**, assinada pela jornalista Patrícia Campos Mello¹⁵⁷. Também noticiou a represália sofrida pela publicação da notícia: processo impetrado pelo então candidato contra a reportagem¹⁵⁸, ameaças e ofensas sofridas pela jornalista¹⁵⁹ e posterior declaração do presidenciável de guerra à imprensa produtora de fake news e, novamente, quando já eleito, ameaça de corte de verbas publicitárias do governo federal, repudiadas pelo jornal no editorial **Acostume-se**¹⁶⁰, publicado em 31 de outubro de 2018, onde promete não se intimidar. Em outro editorial, **Defesa da Democracia**¹⁶¹, o periódico afirmou:

Esta Folha não está em guerra com [...] qualquer candidato; bate-se, sim, pela democracia. [...] Seguirá na planície do apartidarismo, do jornalismo crítico, dando abrigo a opiniões plurais. Intransigente na defesa de direitos humanos, do combate à desigualdade e da solução pacífica de conflitos.

As críticas ao PT possivelmente foram ofuscadas pela grande repercussão midiática que o candidato do PSL teve nessas eleições – por suas declarações polêmicas, muitas vezes de ódio, preconceituosas e antidemocráticas, e pelo próprio atentado que sofreu. Apesar da importância do tema, não está entre os objetivos desta dissertação avaliar as tendências de cobertura jornalística dos grandes veículos de comunicação nas eleições presidenciais de 2018, o que com certeza renderá bons trabalhos acadêmicos nos próximos meses e anos. No entanto, o retrospecto desenvolvido neste tópico, mostra, claramente, que a história da imprensa mescla-se com a história política e que não há como desvincular o fazer jornalístico das relações de poder vigentes em cada época. O trabalho jornalístico ético, responsável, crítico, inclusivo e humano só pode de fato ser desenvolvido em sociedades democráticas, com uma imprensa livre, que garanta o cumprimento do direito

¹⁵⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 5 nov. 2018.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/folha-pede-que-policia-federal-estime-ameacas-a-profissionais.shtml>. Acesso em: 5 nov. 2018.

¹⁵⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/folha-pede-que-policia-federal-estime-ameacas-a-profissionais.shtml>. Acesso em: 5 nov. 2018.

¹⁶⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/10/acostume-se.shtml>. Acesso em: 5 nov. 2018.

¹⁶¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/10/defesa-da-democracia.shtml>. Acesso em: 5 nov. 2018.

constitucional de acesso à informação e esteja a serviço, acima de tudo, do interesse público, o que nem sempre acontece na prática. A **Folha** contribuiu com o golpe de Estado enfrentado por Dilma Rousseff, posicionou-se contra a continuidade de seu governo em editorial¹⁶², clamava pela renúncia e alertava que o processo de impeachment era questionável. Outros jornais, como o **Estadão**, defenderam mais claramente o impeachment¹⁶³.

Os feminismos são movimentos que reivindicam a quebra de padrões que naturalizam as desigualdades sociais, com enfoque em gênero. São também uma forma de resistência e de colocar em evidência as relações de poder. O **DIM**, data vinculada a eles, é, assim, também uma ação política, momento em que a cobertura jornalística, constituinte e formadora da percepção social da realidade, pode contribuir para com a manutenção ou com o questionamento das hierarquias de gênero. Como venho repetindo ao longo de toda esta dissertação, a linguagem utilizada, a escolha das palavras, são avessas à neutralidade. A percepção social de gênero e dos movimentos sociais, a exemplo dos feminismos, também é construída discursivamente pela mídia e por quem nela tem mais visibilidade, as instituições e autoridades – não há como negar a força que a voz de um presidente da república tem. Ao que parece, a resistência feminista do Brasil, acentuada pelas mobilizações de 2015 que ficaram conhecidas como **Primavera Feminista**, ao questionar as hierarquias de gênero, trouxe à tona uma oposição (em busca da manutenção do *status quo*) que deixa em evidência, talvez como nunca antes, os mecanismos do poder.

Retomando o que já foi apontado no fim do tópico sobre feminismos, há uma reação conservadora em curso, e ela atinge as conquistas sociais, incluindo os avanços sob uma perspectiva de gênero. Como Foucault (1995) lembra, a manutenção da ordem social também é garantida pelas instituições. Observa-se, ao longo do tempo, a atualização do poder originário de “uma antiga tecnologia de poder”, o das instituições cristãs, que mantiveram sua função a partir de um mecanismo mais sofisticado de sujeição, o qual o autor chama de poder pastoral – uma forma de guiar as pessoas em seu modo de ser e estar no mundo –, em que o Estado¹⁶⁴ está no centro:

¹⁶² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2019.

¹⁶³ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,impeachment-e-o-melhor-caminho,10000025268>. Acesso em: 27 jan. 2019.

¹⁶⁴ Foucault (1995, p. 238) cita como exemplo a força policial. Ela “não foi inventada, no século XVIII, apenas para manter a lei e a ordem [...], mas para assegurar a manutenção, a higiene, a saúde e os padrões

[...] o poder do tipo pastoral, que durante séculos – por mais de um milênio – foi associado a uma instituição religiosa definida, ampliou-se subitamente por todo o corpo social; encontrou apoio numa multiplicidade de instituições [...] havia uma ‘tática’ individualizante que caracterizava uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria, da educação e dos empregadores. (FOUCAULT, 1995, p. 238).

Parece ser evidente, tendo como base a reflexão já desenvolvida neste estudo, que esse poder afeta também as relações de gênero, o que aproxima-se da ideia de Lauretis (1994) sobre tecnologia do gênero, inspirada na tecnologia sexual de Foucault. “A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados [...] na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear [...] no feminismo. [...] também se faz por meio de sua desconstrução” (LAURETIS, 1994, p. 209). Essa instituições ajudam na repetição discursiva do que Butler (2016) chama de performances de gênero, que dão a ilusão de permanência e estabilidade. Assim, o caminho dessa relação construção-desconstrução passa pelo questionamento das verdades absolutas, pela imaginação. O “que poderíamos ser” (FOUCAULT, 1995, p. 239), afinal, fora da realidade que nos foi imposta? Nesse sentido, qual é a realidade discursiva que vêm sendo construída pelo jornal **Folha de S.Paulo** no que diz respeito às relações de gênero, evidenciadas na análise da cobertura jornalística do **Dia Internacional das Mulheres**?

4.2 O discurso sobre o Dia Internacional das Mulheres

A partir da análise das 72 publicações encontradas no *corpus* selecionado e da observação de outros elementos que compunham as páginas, cheguei às formações discursivas (FDs) que serão apontadas em seguida. Para efeitos de clareza, identifiquei todas as sequências discursivas (SD) em itálico, com elementos-chave sublinhados, seguindo as formatações da ABNT para os demais efeitos. Durante a análise de cada FD, seguirei a ordem cronológica das publicações e apresentarei um quadro indicando todas as notícias relacionadas no início de cada análise. Para não ficar repetindo os títulos, quando não for relevante mencioná-los, farei referência apenas à numeração atribuída. Alguns anos não serão citados, pois não possuem material relevante para a análise em questão.

urbanos, considerados para o artesanato e o comércio”. Ou seja, essa instituição pública também age a favor da manutenção da ordem social vigente.

As quatro FDs que se destacaram ao longo da análise foram resumidas pelos seguintes títulos: 1) O ingresso na força de trabalho: do feminismo marxista ao liberal; 2) Corpo e sexualidade das mulheres: sob os jogos de conveniência do poder; 3) Pela visibilidade e desnaturalização da violência contra as mulheres; e 4) Feminismos: entre a ridicularização, a falta de unidade e o respeito pelas lutas empreendidas pelas mulheres. A análise a seguir foi organizada a partir da FD mais presente na cobertura para a menos presente, as quais apareceram, respectivamente, em 34, 25, 20 e 15 publicações¹⁶⁵, pois há também nesses dados um indicativo das estratégias discursivas adotadas pelo jornal, o que será retomado após a análise das FDs.

4.2.1 O ingresso na força de trabalho: do feminismo marxista ao liberal

A primeira formação discursiva (FD) é a da força de trabalho, envolvendo desde a necessidade de profissionalização, reivindicação por creches, salário igual e divisão de tarefas domésticas até conquistas e metas. A ênfase na divisão do trabalho por papéis de gênero também é reiteradamente destacada ao longo da cobertura do **DIM** pela **Folha**. As publicações relacionadas a este tópico foram listadas no Quadro 6¹⁶⁶.

Quadro 6 – Notícias analisadas na FD ingresso na força de trabalho

Ano	nº	Título	Localização	Assinatura	Pg.
1975	2	Em cada país um lembrança	Ilustrada, Nova Mulher	AZ	29
	3	Os rostos vendados		-	
	4	A emenda para a igualdade de direitos		-	
	5	Também na arte a libertação		I.Z	
	6	É difícil chegar ao meio da escada (opinião)		Barbara Castle	
1979	8	Mulheres comemoram seu dia exigindo uma transformação	Ilustrada	-	35
	10	A senhora de preto (artigo/ opinião)		Radha Abramo	
1981	13	Casamento e maternidade: o que mudou? (debate)		-	10-15
		Tudo isso será teu! (charge)		(Jota)	15
1983	14	Dia Internacional da Mulher será festejado com shows no Masp e Sé	Local	-	11
1985	18	Tancredo criará Conselho da Mulher, garante Montoro	Geral	-	
1991	23	Um milhão de adolescentes dão à luz por ano no Brasil, diz IBGE	Cotidiano	Areliano Biancarelli	4.1

¹⁶⁵ Esses números não consideraram capas de cadernos, imagens e charges, que foram analisadas em conjunto, quando pertinente.

¹⁶⁶ Observo que a aparição de um texto em uma FD não impede que ele seja novamente analisado em outra, quando pertinente.

	24	BH faz protesto contra indústria (nota)		-	
	26	ABC registra 22 casos de estupro (nota)		-	
	27	Porto Alegre tem 6.336 ocorrências (nota)		-	
	29	Menores prostitutas são 500 mil, diz Unicef		-	
	30	Entre fuzil e véu, feminismo busca seu caminho	Mundo	Cecília Gouvêa Dourado e José Arbex (colaborador)	2.3
1997	44	Judiciário tem mais mulheres		-	
1999	46	Fatos marcantes da história da mulher	FolhaTeen	-	7.3
	47	Igualdade é ter liberdade para escolher		Fátima Gigliotti	7.5
2001	48	Mulher se contorce no dia-a-dia e o corpo padece	Folha Equilíbrio	Célia Chaim	8-10
	50	Mulher obtém avanços na América Latina (entrevista)	Mundo	Márcia Detoni	A17
2005		O que elas querem (capa caderno)		-	capa
	56	Novos cenários... (opinião especialistas)	Especial Mulher	Lucila Scavone, Eva Blay, Maria Rita Kehl, Ellen Hardy	18
	57	Alguém tinha que ser a 1ª, diz pioneira (entrevista)	Cotidiano	Antônio Gois	C9
2007	58	Sociedade desigual, direitos diferentes	Mulher	Laura Capriglione	2
2009	59	Mulher tem maior renda em 30% das casas	Cotidiano	Antônio Gois	C7
	60	Renda média ainda é menor que a do homem		-	
	63	Somos dependentes, mas não queremos perder o bonde (entrevista)	Ciência	Ricardo Miotto	A24
2011	64	Quero 'empoderar' as mulheres de baixa renda (entrevista)	Cotidiano	Eleonora de Lucena	C9
	65	Mulher empreendedora inova e retém mais talentos	Mercado	Mariana Barbosa	B3
2013	67	Mulheres presidentes ainda são poucas no país	Mercado	Maria Cristina Frias	B2
	68	Carteira Feminina			
	69	Saúde			
	70	'Nos Estados Unidos, menos de 15% dos CEOs são mulheres'			
		Hora do café (charge)			
2015	71	Mosaico feminista	Ilustríssima	Úrsula Passos e Patrícia Campos Mello (colaboradora)	6-7
Total					34

Fonte: Elaborado pela autora.

Essa FD aparece pela primeira vez em 1975, quando incidem, ao mesmo tempo, sentidos que remetem ao papel das mulheres como mães e esposas e também como profissionais. Na notícia nº 2, sobre os selos postais alusivos ao **Ano Internacional das Mulheres**, o selo da Alemanha, por exemplo (ver Imagem 3¹⁶⁷), apresenta uma arte dividida em três quadros: o primeiro mostra uma mulher com um livro na mão e outra segurando uma arma; o segundo, uma mulher com capacete (remetendo ao trabalho) e

¹⁶⁷ Neste trabalho, optei por buscar as imagens dos selos na internet por uma questão de legibilidade.

outra com um buquê de flores; e o último, uma mulher com um bebê no colo e uma cerca de arame farpado ao fundo. Nenhuma delas é branca, o que a notícia observa na legenda do selo: “*A Alemanha se preocupa com o Terceiro Mundo e as mulheres são escuras*”.

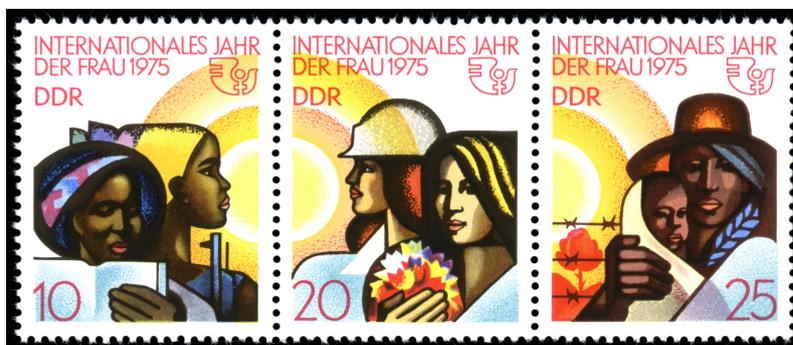


Imagem 3 – Selo postal da Alemanha, especial para o Ano Internacional das Mulheres

Fonte: Disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Stamps_of_Germany_\(DDR\)_1975,_MiNr_Zusammendruck_2019-2021.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Stamps_of_Germany_(DDR)_1975,_MiNr_Zusammendruck_2019-2021.jpg). Acesso em: 9 jan. 2019.

O selo da Nova Zelândia, cuja imagem não é apresentada pelo jornal, descreve, de forma bastante bucólica, uma mulher no papel de mãe: “*Na Nova Zelândia o selo lembra, ainda, o cinquentenário da Divisão Feminina da Associação de Agricultores¹⁶⁸ e é desenho sentimental; uma jovem mãe, com dois filhos, a olhar para os campos ondulados e férteis*”. Contrasta com essa exposição a publicação nº 3, em que a vida das mulheres da Argélia, majoritariamente moradoras do campo, é retratada de forma mais dura:

Na Argélia as mulheres se casam ao redor dos 17 anos e têm em média 8 filhos. Oitenta por cento das mulheres vivem no campo: são as filhas ou esposas dos lavradores ou peões sem terras. Depois de proclamar-se a independência do país, elas começaram a ser alfabetizadas. A maioria não exerce nenhum ofício durante toda a vida. Não lhes é reconhecida maioridade e por conseguinte passam toda a vida sob a tutela dos pais. [...] Se o homem abusar da autoridade que pode ter sobre ela, ela pode se tornar apenas uma espécie de empregada doméstica, sem nenhum salário.

Assim, neste primeiro ano, é visível na cobertura da **Folha** a oposição entre mulheres do campo e da cidade, de países de Um Terço e Dois Terços do mundo, confinadas ao âmbito doméstico ou não. Os selos da Suécia também remetem a esses contrastes, como apresentado na legenda das imagens abaixo: “*Da Suécia, a moça*

¹⁶⁸ A **Women’s Division Federated Farmers** foi criada em 1925, por mulheres de fazendeiros da região. Disponível em: <https://nzhistory.govt.nz/women-together/womens-division-federated-farmers>. Acesso em: 20 dez. 2018.

convencional e a engenheira”. Conforme descreve a notícia: “[...] num selo reproduz a maior artista do século 19, Jenny Lind¹⁶⁹, segundo a tela de J.O. Sodermark, e uma engenheira examinando uma planta com um colega [...]”. A ‘moça convencional’ é uma mulher pouco convencional para seu tempo, já que trabalhava, ganhava seu próprio dinheiro e viajou o mundo cantando em apresentações de público expressivo – tinha uma vida pública. O adjetivo convencional parece, portanto, equivocado. Lind seria convencional por ter vivido no século passado? A notícia generaliza, assim, a forma como as mulheres viviam no século passado.

A engenheira representa a nova mulher, título da seção do jornal, que trabalha lado-a-lado com os homens, como colega (e não subalterna), como diz a sequência discursiva acima. Ressalto que, mesmo hoje, ainda há uma divisão de gênero por profissões, o que não é reproduzido pela publicação, que rompe com essa lógica. Observo nas duas imagens divergências que ora respaldam lugares-comuns sobre as mulheres, ora os repelem.



Imagem 4 – Selos postais da Suécia, especial para o Ano Internacional das Mulheres
 Fonte: Disponível em: <https://br.pinterest.com/jtiagocl/stamps-sweden/?lp=true> e em <https://fiume051.wordpress.com/world-map/international-womens-year-1975/>. Acesso em: 9 jan. 2019.

A FD da força de trabalho aparece também na notícia nº 4, que ressalta a diferença salarial entre homens e mulheres no contexto estadunidense (em que se discutia a aprovação de uma emenda constitucional para a igualdade de direitos, de forma geral), e no artigo nº 6, que trata basicamente sobre a regulamentação da **Lei de Discriminação Sexual**¹⁷⁰, no âmbito do Reino Unido, aprovada naquele ano, que regula a igualdade de

¹⁶⁹ Foi uma cantora de ópera sueca.

¹⁷⁰ Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1975/65/enacted>. Acesso em: 21 dez. 2018.

direitos para mulheres no âmbito do trabalho assalariado. Segundo a publicação: “*essa Lei diz que os empregadores deverão dar tratamento igual às mulheres, não somente quanto aos salários, mas também em caso de doença e de pagamento de férias*”. Informações do IBGE (2018b) indicam que a combinação de discriminações comentada por Crenshaw (2004) é muito evidente no Brasil, onde há diferenças salariais consideráveis por região, raça/etnia e gênero, conforme já exemplificado no Gráfico 1 (tópico 2.1.1). Portanto, aderir à homogeneização das mulheres e assumir um discurso que vem pronto de países de Um Terço do Mundo e de feminismos com realidade distinta, acaba contribuindo com a manutenção da desigualdade de gênero. Nesse primeiro ano do *corpus*, há uma perspectiva de cobertura com enfoque internacional¹⁷¹, como já havia sido constatado no pré-teste desta pesquisa, possivelmente por serem publicações oriundas de agências de notícias estrangeiras, e ainda não haver tradição de comemorar a data no Brasil. Assim, a página acaba silenciando a respeito dos problemas em comum e específicos enfrentados no Brasil.

No ano de 1975, a notícia nº 5, que fala sobre mulheres artistas de sucesso, acaba refletindo essas limitações, pois generaliza conquistas de uma classe muito específica de mulheres. Pude perceber, no momento em que estava definindo o *corpus* deste estudo, que as únicas mulheres que tinham destaque em entrevistas ou perfis, nas primeiras décadas, eram as mulheres artistas, geralmente em razão de shows ou peças de teatro que estavam em cartaz: a cantora e atriz Doris Monteiro, em 1979; a atriz Irene Ravache, em 1985; a pianista estadunidense Dorothy Donegan, em 1987 (a única negra); e a atriz, também estadunidense, Shirley MacLaine, em 1991.

Em 1979, na notícia nº 8, fica evidente, pela fala de uma das fontes, a desvalorização do trabalho exercido no âmbito doméstico, ainda que possa ser remunerado, como o bordado:

Os Clubes de Mães são grupos formados principalmente pela Igreja, em torno de trabalhos como crochê, bordado, tricô. Sobre isso, disse uma mulher no Congresso¹⁷²: ‘Precisamos de uma profissão. Em vez de nos levarem nos Clubes de Mãe um saco de feijão, que acaba, levem um profissional que possa nos ensinar um ofício.

¹⁷¹ Inicialmente, acreditei que essa seria uma tendência encontrada nos demais anos, mas isso não se concretizou.

¹⁷² Trata-se da cobertura do **I Congresso da Mulher Paulista**.

Como apresentado por Pérez-Bustos, Tobar-Roa e Márquez-Gutiérrez (2016), trabalhos como os apontados no trecho são praticados, geralmente, entre os afazeres domésticos e demandam um conhecimento adquirido por meio da experiência prática de contato com o bordado e com outras bordadeiras. Isso faz com que não sejam reconhecidos como trabalho ou como conhecimento nem pelos familiares, nem pelas próprias praticantes.

Margarita nos diz que sua maneira de fazer — bordar — não é racional. Acrescentamos: para ela, sua maneira de conhecer não é racional. Seu comentário sobre o quão difícil é explicar racionalmente o que ele faz é quase um apelo para que não peçamos palavras e que, em vez disso, aprendamos com o corpo. A dicotomia que ela coloca entre ela e aquelas que podem ser categorizadas como ‘racionais’, diria ela, poderia reproduzir a representação patriarcal de oráculos corporais e materiais como inferiores aos chamados ‘racionais’ ou mentais [...] (PÉREZ-BUSTOS; TOBAR-ROA; MÁRQUEZ-GUTIÉRREZ, 2016, p. 11, tradução nossa¹⁷³).

Assim, há também uma forma de pensar e fazer — racional, objetiva, geralmente associada a qualidades masculinas — que é mais valorizada. Feministas já alertam faz tempo que adotar o discurso liberal também tem impacto na manutenção de desigualdades. Há de se pensar caminhos novos, como propõe Harding (2002); ao tratar de trabalho, é preciso resgatar também o trabalho doméstico (não remunerado ou mal remunerado), incluindo o de cuidados, desvalorizado e conferido majoritariamente às mulheres — é preciso que ele seja dividido também com os homens, ou acaba-se terceirando os cuidados com a casa e a família para outras mulheres, as que fazem parte da parcela mais frágil da combinação de desigualdades.

A notícia, no entanto, como apontado na sequência discursiva anterior, refere-se a essas atividades como ‘trabalho’, ou seja, não chega a aderir totalmente ao discurso da fonte, mesmo que trabalho não represente necessariamente uma profissão. A fala da fonte remete também à falta de homogeneidade das conquistas das mulheres. Algumas queriam e ainda não tinham uma profissão, ou uma que fosse considerada como tal. No artigo nº 10, essa crítica aparece mais claramente:

¹⁷³ Margarita nos dice que su modo de hacer —de bordar— no es racional. Nosotros añadimos: para ella, su modo de saber no es racional. Su comentario sobre lo difícil que le queda explicarnos de manera racional lo que hace es casi una súplica para que no le pidamos palabras y que, en cambio, aprendamos con el cuerpo. La dicotomía que ella plantea entre su hacer y aquellos otros que pueden categorizarse como “racionales” —diría ella—, podría reproducir la representación patriarcal de los oficios corporales y materiales como inferiores a los llamados “racionales” o mentales [...].

Quando elas reclamam uma profissão para a mulher lutar por melhores dias, levantam o problema do sistema que beneficia aquela maioria que reivindica coisa até supérfluas, como a creche, o aumento de salário, etc., enquanto uma maioria não atingiu sequer o primeiro degrau para a ascensão social: uma profissão.

A autora promove, assim, uma reflexão que vai ao encontro da linha de pensamento feminista que acredita que o sistema capitalista alimenta-se também da desigualdade, como relatado por Fraser em entrevista¹⁷⁴: “Para mim, o feminismo dominante atual adotou uma abordagem incapaz de promover a igualdade até mesmo para as mulheres, muito menos para outros grupos”. Nesse sentido, considerar supérflua a reivindicação por creches e salários iguais é opor-se ao capitalismo, pois é uma pauta que só existe para quem já se inseriu em sua lógica. Também, nesse mesmo artigo, o trecho seguinte mostra, novamente, a oposição entre o trabalho doméstico e o trabalho feito fora de casa, remunerado: “*Dona de casa não é profissão, não põe comida na mesa*”, declaração de uma das participantes do Congresso. Ressalto, ainda, a interdiscursividade com o artigo nº 6, de 1975. No contexto britânico, Castle falava sobre a dificuldade de se chegar ao meio da escada, no Brasil, a autora diz que algumas mulheres não chegaram nem ao ‘primeiro degrau para a ascensão social’.

Em 1981, a publicação nº 13 é desenvolvida a partir de um debate público realizado no auditório da **Folha**. Segundo descrito no primeiro Manual de Redação do jornal:

A **Folha** dispõe de um auditório com capacidade para 120 pessoas sentadas. Sua utilização principal é sediar *debates* promovidos por iniciativa da própria **Folha**. São requisitos desses *debates*: a) que o tema seja de interesse do conjunto ou de um setor específico dos leitores do jornal; b) que a composição da mesa de debatedores reflita, da maneira mais fiel possível, as diversas posições na sociedade civil a respeito do tema; c) que o coordenador de mesa seja aceito pelos debatedores; d) que tanto o tema como a composição da mesa sejam definidos mediante consulta à Direção de Redação. [...] os *debates* podem contar ou não com a presença de público (FOLHA DE S.PAULO, 1984, p. 31, grifo do autor).

O texto do debate em questão ocupou seis páginas do especial de **Folhetim**, um caderno com amplo espaço escrito por especialistas. O debate foi mediado pela filósofa Marilena Chauí (e não por uma/um jornalista) e contou com a participação da cientista

¹⁷⁴ Disponível em: <https://feminismo.org.br/entrevista-com-nancy-fraser-um-feminismo-em-que-romper-barreiras-nao-rompe-com-a-exploracao/19105/>. Acesso em: 22 dez. 2018.

social Carmen Barroso (apresentada na publicação como psicóloga), da socióloga Heleieth Saffioti, da jornalista e psicóloga Irede Cardoso (eleita vereadora em seguida), da filósofa Olgária Feres e da escritora Lígia Fagundes Telles. A publicação reproduz boa parte, senão a íntegra, do bate-papo, já que até mesmo os questionamentos do público são inseridos a partir da metade da quinta página. Os nomes que aparecem nesse momento são: Giliane Goes, Neusa Simões, Laura (sem menção ao sobrenome) e Isabel Loureiro. Não há maiores informações sobre tais mulheres.

Em relação à FD em análise, nesse debate é observado que o trabalho fora de casa é uma obrigação para as mulheres mais pobres, e não necessariamente uma conquista:

[...] desde 1950 tem aumentado a cada dia o número de famílias chefiadas por mulheres, que constituem uma parcela considerável dos estratos mais pobres da população. Condenadas à pobreza e ao subemprego por condições estruturais, essas mulheres arcam não só com uma dupla jornada de trabalho, mas também com uma dupla carga de culpa [...].

No trecho, percebe-se que as ideias patriarcais não impõem-se da mesma maneira a todas as mulheres. Assim, é possível afirmar, que as mulheres pobres, tinham, de certo modo, mais autonomia do que as outras. Também na sequência discursiva acima percebo inspiração no feminismo socialista, de influência marxista. A principal diferença com o feminismo liberal é que as socialistas buscavam a profissionalização não para subir na pirâmide social, mas como forma de horizontalizá-la, como explica Matos (2008, p. 68):

As feministas socialistas interpretavam a realidade a partir de elementos da sociedade capitalista (burguesa), identificando-os como suporte central para explicar a exploração e opressão da mulher. [...] defendiam a incorporação da mulher na produção social e a abolição da propriedade dos meios de produção e a sua substituição para a propriedade social como mecanismo que criariam as bases para a sua libertação.

No debate analisado, até mesmo a perspectiva socialista é problematizada: “O problema é que o capitalismo ou socialismo produtivista não dão essa opção [de trabalhar dentro de casa ou fora]. Quer dizer, não é por um ato de liberdade que eu escolho ir para a fábrica, e não é por um ato de liberdade que eu fico dentro de casa”. Embora ambos os modelos sejam criticados na sequência discursiva acima, por ver o trabalho (alienado) como uma imposição, há diferenças fundamentais entre os dois sistemas. Segundo Marx e Engels (1998, p. 23): “Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é sempre um meio de

umentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é sempre um meio de ampliar, enriquecer e melhorar cada vez mais a existência dos trabalhadores”. Ou seja, em um, o trabalho é a acumulação individual, baseada na meritocracia¹⁷⁵, em outro, o trabalho é um meio para melhoria do coletivo social. A publicação do debate apresenta, ainda, a charge reproduzida na Imagem 5. Ela faz uma crítica ao trabalho doméstico como única opção e legado de algumas mulheres. O que a mãe apresenta como futuro para a filha, que olha espantada, são as atividades domésticas (lavar roupa, fazer comida, lavar louça, colocar a mesa) que ela executa como mãe. Enquanto, geralmente nos escritórios penduram-se diplomas de cursos superiores, na parede da cozinha, é apresentado um “*Diploma de mãe*”.



Imagem 5 – Uma das duas charges que ilustram a publicação do debate

Fonte: Acervo on-line do jornal Folha de S.Paulo, edição de 8 de março de 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 1 fev. 2019.

Em 1983, é apenas mencionado, na notícia nº 14, que estavam entre as pautas discutidas em um evento realizado em razão do DIM “*trabalho doméstico e fora de casa, a necessidade de creches [...]*”. Em 1985, a reivindicação por creches aparece na publicação nº 18: “*A criação de creches em empresas é uma das principais necessidades das mulheres trabalhadoras, de acordo com a presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina, Eva Blay. [...] conscientizar as mulheres sobre a legislação que prevê esse benefício*”. Desde a promulgação do Decreto-lei nº 229, de fevereiro de 1967¹⁷⁶, a CLT prevê que empresas que tenham 30 ou mais empregadas devem ter um local

¹⁷⁵ O capitalismo baseia-se no discurso de que as/os melhores, mais esforçadas/os e/ou mais inteligentes serão recompensados. Segundo Rusconi (1998), teoricamente, essa lógica serviria também para substituir o poder baseado na riqueza familiar. No entanto, por não haver igualdade social e, conseqüentemente, de oportunidades, na prática, acaba por promover a manutenção das desigualdades.

¹⁷⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0229.htm#art389. Acesso em: 22 dez. 2018.

apropriado para deixar crianças no período de amamentação ou manter convênios com creches. A reivindicação por creches como pauta das mulheres está relacionada à ideia de que cabe a elas o cuidado com as crianças, no entanto, é essencial para que as mulheres, especialmente as mais pobres, ingressem no mercado de trabalho formal. Pesquisa realizada pelo Data Popular e SOS Corpo (2012, p. 2) afirmou que “88% das mulheres entrevistadas apontam a creche como uma das principais demandas ao poder público. [...] 34% das entrevistadas apontam que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que trabalham”. Assim, essa é uma reivindicação que continua entre as pautas das mulheres, apesar de não ter sido levada em conta nos anos seguintes, o que pode dar uma falsa sensação de que o problema foi resolvido – na publicação nº 46, de 1999, apenas é mencionada a reivindicação por creches como parte da luta da mulheres e na entrevista nº 66, de 2013, com Margarida Genevois, é mencionada a criação de uma creche como um de seus feitos.

Em 1991, nas notícias nº 23, 24, 26, 27 e 29, a FD da força de trabalho é tangenciada em publicações que dão ênfase às FDs relacionadas à violência e corpo e sexualidade. Na notícia nº 30, a participação militar de mulheres na Guerra do Golfo é utilizada para questionar os avanços feministas, conforme será tratado na FD dos feminismos. Embora possa parecer, em primeiro momento, que esse texto faça uma crítica à adaptação das mulheres à lógica androcêntrica de inserção social, o seguinte trecho mostra que não: “[...] *onde é que estão as grandes financistas e empresárias. Mesmo nas esferas mais baixas os homens continuam a ganhar mais que as mulheres pelos mesmos serviços. E os trabalhos ‘tipicamente masculinos’ pagam mais do que os femininos [...]*”. Se existe uma maneira feminista de perceber o mundo, é razoável que se questione se as guerras existiriam se o mundo fosse governado pela perspectiva delas, mas também é questionável o próprio capitalismo, o que não ocorre na publicação, que parece mais um artigo opinativo (não possui nenhuma fonte, além das documentais, por exemplo), embora não haja indicação alguma sobre o gênero. Observo ainda a marcação da expressão ‘tipicamente masculinos’ entre aspas. O que vai ao encontro dos sentidos presentes no jornal em toda esta FD, que quebram com a ideia de que existem atividades tipicamente masculinas ou femininas. As aspas mostram que o jornal não ratifica essa concepção.

Em 1997, a notícia nº 44 evidencia o ingresso e a dificuldade de ascensão das mulheres também em cargos públicos e políticos: “*As mulheres ocupam mais vagas no*

Judiciário, mas a participação se concentra nas primeiras instâncias da Justiça [...] Mas, nos tribunais superiores [...], elas ainda são minoria. A presença está restrita ao Tribunal Superior do Trabalho". A jurista Cnéa Cimini Moreira de Oliveira, ministra do TST na época, foi a primeira mulher a ocupar o cargo em tribunais superiores no Brasil, nomeada ainda no governo de José Sarney, em 1990. Em 1999, Eliana Calmon Alves tornou-se ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ); em 2000, Ellen Gracie Northfleet ocupou o cargo no Supremo Tribunal Federal (STF), tornando-se também ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em seguida; e em 2007, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira da Rocha, foi a pioneira no Superior Tribunal Militar (STM). Além de fatores como cuidados domésticos, que podem afastar as mulheres desses cargos, a divisão social por papéis de gênero as prejudica. Os cargos de comando demandam, pelo senso comum, características que são consideradas masculinas, como afirmado por Silva (2014), em relação ao jornalismo, dificultando a ascensão de mulheres, ainda mais em espaços marcados como tradicionalmente masculinos, a exemplo do STM, último dos tribunais superiores a contar com uma ministra mulher. No entanto, a notícia de quatro parágrafos não tenta explicar os porquês da disparidade.

Em 1999, na publicação nº 46, disposta em um edição do caderno **FolhaTeen** totalmente dedicada à cobertura da data, são retomados os problemas da desigualdade salarial e da ausência de mulheres em cargos gerenciais. Na reportagem nº 47, do mesmo caderno, há também um tópico, intitulado 'Machismo camuflado', que aponta para as expectativas envolvidas na distribuição/ imposição de papéis de gênero, que afetam também as escolhas e conquistas do eixo profissional: "*A sociedade considera como êxito do menino passar no vestibular, conseguir um bom emprego, ser inteligente e ter muitas amigas. O êxito da menina é 'conseguir' um bom partido*". A reportagem, assim, ao expor a questão como atitude machista, age no sentido de ajudar a desconstruí-la. Também, novamente, as aspas aparecem marcando o distanciamento do discurso que determina lugares sociais diferentes por gênero.

Em 2001, na publicação nº 48, a FD do ingresso na força de trabalho novamente é tangenciada quando é dada ênfase à FD corpo e sexualidade, a exemplo do que ocorreu em 1991, mas dessa vez relacionando o fato ao descuido com a saúde. No mesmo ano, na entrevista nº 50, a estadunidense Charlotte Bunch, diretora do Centro de Liderança das Mulheres da Universidade de Rutgers. Sobre o assunto, ela enfatiza a importância da

participação das mulheres na esfera governamental, promovendo a interdiscursividade com a notícia nº 44, de 1997: *“as mulheres não terão mais poder sem chegar à vida pública. [...] o processo não estará completo até que elas estejam em todas as esferas do governo. [...] Há muitos homens e algumas mulheres que não se sentem confortáveis ao ver uma mulher no poder”*. Enquanto na notícia anterior os dados são apenas apresentados, sem a utilização de nenhuma fonte ou entrevistada/o, nesta, o tema é objeto de maior reflexão, em uma entrevista que ocupa quase meia página. A última frase destacada também remete à distribuição de papéis de gênero, onde até mesmo elas podem contrapor-se à ascensão de mulheres ao poder, por não conseguirem desvincular-se do padrão estabelecido.

Em 2005, no especial **Mulher**, a capa do caderno traz a imagem de uma consultora da Bolsa de Valores (embora não haja mais informações sobre ela no conteúdo); e, na publicação nº 56, que apresenta um apanhado de opiniões das sociólogas Lucila Scavone, Eva Blay e Ellen Hardy e da psicanalista Maria Rita Kehl sobre a situação das mulheres na sociedade, a baixa participação de mulheres em cargos de direção é retomada, assim como é apontada a distribuição desigual por áreas de estudo/trabalho, novamente com uma crítica direta à distribuição de papéis sociais, por meio da análise de Eva Blay:

‘a nova mulher ideal foi liberada da ignorância’, mas os currículos deveriam prepará-la para um papel supostamente ‘natural’ de ‘gerente racional da vida doméstica e socializadora inteligente da geração futura’. Chegamos ao século 21 dando à mulher plena cidadania, condicionada a papéis familiares e domésticos.

Assim, o discurso jornalístico vai caminhando no sentido da desconstrução dos papéis sociais de gênero, envolvendo desde a ocupação profissional, por áreas, até a ocupação hierárquica de cargos de maior poder. O ingresso dos mulheres no mercado de trabalho é limitado por fatores estruturais que ainda condicionam a atuação feminina. E, mais uma vez, o uso das aspas em ‘natural’, marca a não concordância discursiva.

Neste ano, também tem destaque uma publicação no estilo perfil, nº 57, de Esther de Figueiredo Ferraz, primeira mulher a dar aula na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), primeira reitora de uma universidade brasileira e primeira ministra de Estado do Brasil, na pasta da Educação, entre 1982 e 1985. Ao final do texto, outra vez, o questionamento sobre a ocupação de cargos de gestão aparece: *“Apesar do avanço das mulheres no mercado de trabalho, Esther ainda é a única mulher a ter ocupado o Ministério da Educação. Prova de que, mesmo numa área em que elas representam 94%*

dos professores de ensino fundamental, ainda há muito a progredir". O trecho vai ao encontro da ideia de que mesmo em profissões com ocupação majoritariamente feminina, como a área da educação ou até mesmo da comunicação (jornalismo), os cargos de comando são ocupados por homens, ou por mulheres que desempenhem papéis de gênero considerados masculinos. Segundo informações do Estadão¹⁷⁷, os governos que tiveram maior representatividade de mulheres em ministérios foram os de Dilma Rousseff, com nove ministras no início do primeiro mandato e seis no início do segundo, e de Luiz Inácio Lula da Silva, com cinco e quatro, respectivamente. As outras gestões oscilaram entre zero e duas representantes mulheres. A expectativa para o atual governo, com gestão a partir de 2019, é de duas mulheres ministras. Chama a atenção também a cartola da publicação, 'mulheres no comando', quando, na verdade, está se tratando do caso de uma mulher que ainda é, de forma geral, uma exceção; a **UnB**, por exemplo, teve a primeira reitora mulher, Márcia Abrahão, eleita apenas em 2016.

Em 2007, na reportagem nº 58, a dupla jornada é apontada como assunto que as feministas costumam destacar, em detrimento de outros mais atuais, mas a própria notícia marca como um problema que continua existindo, ao lado da diferença salarial: "*as mulheres ainda ganham menos para exercer as mesmas funções [...] 91% das mulheres em relação marital dizem ser elas as principais responsáveis pelo trabalho doméstico*". Na mesma página, em uma espécie de linha do tempo são lembradas, junto a outros destaques, pioneiras como Chiquinha Gonzaga, primeira mulher a frente de uma orquestra no Brasil, Alzira Soriano, primeira prefeita, e Ellen Gracie Northfleet, primeira ministra do STF.

Em 2009, é dedicada quase uma página inteira ao debate sobre a diferença salarial entre homens e mulheres. Em 'Mulher tem maior renda em 30% das casas', nº 59, é destacado o aumento da escolaridade e também a inversão dos papéis de gênero esperados:

Susana Machado e Arnaldo Jaña estão há 15 anos juntos e aprenderam a lidar com uma situação que, para muitos homens, causaria bastante incômodo: é dela a maior renda do domicílio e é ele que, por ter mais flexibilidade para trabalhar em casa, assume boa parte dos afazeres domésticos.

O incômodo apontado no trecho refere-se justamente à quebra dos papéis sociais esperados, onde os homens seriam os provedores e as mulheres as donas de casa. No

¹⁷⁷ Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/public/politica/mulheres-ministras/>. Acesso em: 24 dez. 2018.

entanto, a notícia revela que o caso é uma exceção: “*A divisão desigual das tarefas domésticas é realidade comum mesmo em casos onde a mulher possui rendimento maior que o homem*”. Outra entrevistada relata: “*meu marido até ajuda se eu pedir, mas sou eu quem tenho que me preocupar sobre o que vamos comer ou como vamos cuidar dos filhos*”. Ou seja, ainda não há consciência ampla por parte da população de que o trabalho doméstico é responsabilidade do casal. Como afirma Cyrino (2011), mesmo quando as tarefas domésticas são terceirizadas a outras mulheres, são elas as responsáveis por gerenciar a execução dessas atividades, o que é apontado pela publicação por meio do relato da fonte.

Na mesma página, a notícia nº 60 lembra, mais uma vez, da desigualdade salarial e da baixa ocupação feminina em cargos de alta hierarquia, dando ênfase ao trabalho no campo: “*Um dos casos mais desiguais é o de trabalhadores na agropecuária. [...] Hildete, que já estudou as diferenças de gênero no setor rural, explica que o baixíssimo valor da renda das mulheres acontece porque em muitos casos seu trabalho sequer é remunerado*”. Segundo Melo (2002), o trabalho das mulheres na agricultura brasileira ainda é considerado como uma ajuda e, portanto, não é reconhecido. Isso também relaciona-se à divisão social de papéis por gênero.

Em 2009, há também uma entrevista com uma astrônoma, nº 63, em que é destacada sua carreira como cientista, ainda que perguntas pessoais tenham sido realizadas, como: “*Se a senhora tivesse filhos, gostaria que fossem cientistas?*” e “*Seu ritmo de trabalho afeta sua vida pessoal?*”, remetendo a ideia de que as mulheres devem casar e ter filhos.

Em 2011, a notícia nº 65 revela diferenças de comportamentos entre homens e mulheres e retoma a divisão de papéis de gênero:

A pesquisa mostra que os homens tendem a se concentrar nas áreas industriais, com inovação na área de produtos. As mulheres são mais atraídas para o setor de serviços e inovam na implementação de processos e técnicas [...]. Com inovações menos visíveis, elas têm menos acesso a financiamento [...].

Novamente, essa divisão mostra-se desvantajosa às mulheres, que com menos acesso a financiamentos, acabam tendo menos oportunidade de fazer seus empreendimentos crescerem. Essa afirmativa, no entanto, só tem sentido sob uma ótica liberal, direção dada à cobertura nos últimos anos desta formação discursiva. Quem faz um

contraponto a esse discurso é Rose Marie Muraro, na entrevista nº 64, como quando responde à pergunta da repórter: “*O que as mulheres devem fazer para atingir esse objetivo, o de ‘empoderamento’? Microcrédito, feiras de troca e bancos comunitários*” e na declaração em destaque na lateral da entrevista (entre aspas): “*Eu não sou pós moderna. Eu sou arcaica. Do tempo da visão comunitárias, não tinha rico, não tinha pobre. Isso está na cabeça do ser humano: o desejo de igualdade*”.

Em 2013, a notícia nº 67 destaca a baixa presença delas na presidência de grandes companhias e, outra vez, a maior localização em áreas consideradas femininas, o que prejudica, inclusive, a ascensão nas estruturas empresariais.

‘A maior parcela dos presidentes é proveniente do setor comercial das empresas, área em que há poucas mulheres. Elas costumam ir para administração ou marketing’, diz a professora da FGV Denise Delboni. ‘A gravidez também afeta. Elas se afastam por um período, enquanto os homens continuam avançando’.

Na mesma página, a publicação nº 70 enfatiza a dificuldade da ascensão das mulheres também no contexto estadunidense. A referência à divisão dos papéis sociais por gênero fica subentendida na seguinte sequência discursiva: “*Dar autoconfiança às meninas é essencial. Mas também educá-las para serem líderes, com capacidades necessárias como administração e negociação*”. Assim, a mudança desses indicadores, perpetuados discursivamente, também passa por uma reestruturação social. A publicação, no entanto, limita-se à perspectiva de manutenção das estruturas sociais – as mulheres devem progredir a partir delas. Não se alude à necessidade das transformações sociais. O discurso meritocrático aparece ainda no trecho: “*As cotas não são a melhor estratégia para os EUA. Não gostamos de cotas de nada neste país. Não é bom conseguir um cargo apenas porque há cotas*”. Segundo Moehlecke (2002), as cotas, reserva percentual em determinadas áreas e segmentos específicos, é um tipo de ação afirmativa que surge justamente no contexto dos EUA, quando leis segregacionistas começaram a ser eliminadas e, além delas, especialmente pessoas negras, começaram a exigir também uma postura ativa do Estado, a fim de eliminar desigualdades. As cotas são, assim, uma política transitória, que visa dar oportunidades iguais a todas e todos. Entretanto, tais questões não são levadas em conta pelo jornal.

A notícia nº 68, de 2013, trata da participação feminina em operações de microcrédito, promovendo a interdiscursividade com a entrevista de Rose Marie Muraro,

que já afirmava ser prática adotada por mulheres, e ainda com a notícia sobre mulheres empreendedoras, do mesmo ano. Segundo a publicação: “*As mulheres já representam mais da metade das operações de microcrédito, conforme números de algumas instituições bancárias*”. Em uma tentativa de inversão dos sentidos, como sugere Foucault (1999), é possível afirmar que, se as mulheres são majoritárias na categoria de microcrédito, elas continuam sendo a população mais vulnerável. Conforme Braga e Toneto Jr. (2000), o microcrédito surge para atender uma população anteriormente excluída das possibilidades de financiamento: micro e pequenas empresas e até mesmo trabalhadoras/es informais.

Já a charge, reproduzida na Imagem 6, presente na parte inferior da mesma página, faz referência, na verdade, a uma notícia publicada três dias antes, também no caderno Mercado, da **Folha** (ver anexo A), que apresenta dados de uma pesquisa sobre a discrepância salarial entre homens e mulheres e traz informações que revelam a gradativa diminuição dessa diferença. A informação apresentada na charge, “*renda de mulheres cresce 83%*” omite, por exemplo, que esse crescimento ocorreu entre 2003 e 2013 e que, mesmo assim, elas continuam ganhando menos, já que a renda dos homens também cresceu, ainda que em menor proporção. Dessa forma, a charge, que tem de fato o exagero como característica, contribui, até mesmo, para uma inversão da realidade dos fatos, como se as mulheres estivessem em uma posição de superioridade, o que é sinalizado pelas expressões desenhadas nos símbolos atribuídos os sexos feminino e masculino. E ainda, na nota nº 69, mesma página, é feito um paralelo entre o descuido com a saúde e o ingresso na força de trabalho, havendo, assim, interdiscursividade com a publicação nº 48, de 2001.

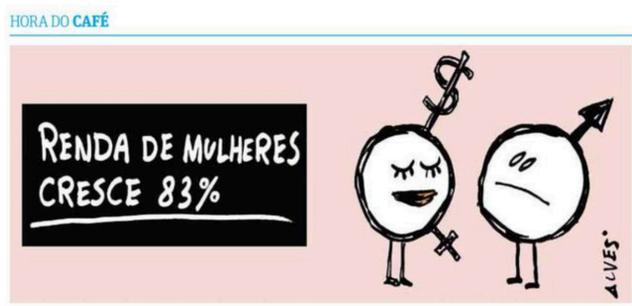


Imagem 6 – Charge sobre crescimento da renda das mulheres

Fonte: Acervo on-line do jornal Folha de S.Paulo, edição de 8 de março de 2013. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 1 fev. 2019.

Em 2015, na reportagem nº 71, a desigualdade salarial e a assimetria na política são apenas mencionadas, e, pela primeira vez, as mulheres transexuais e travestis aparecem no

corpus, ampliando o entendimento sobre desigualdade de gênero no mercado de trabalho: “*Tudo que de pior é imposto às mulheres é onde a gente cai: na prostituição, na exploração sexual, no trabalho marginalizado – porque para nós o mercado de trabalho é fechado*”. Mesmo que a palavra gênero tenha aparecido em anos anteriores, em geral, ela era utilizada como sinônimo de mulheres (cisgênero¹⁷⁸, heterossexuais). A presença de mulheres transgênero demonstra que o jornal começa, finalmente, a representá-las. Havendo, assim, na FD da força de trabalho, mais uma ruptura discursiva acerca do tema.

A avaliação desta FD evidencia uma perspectiva próxima do feminismo marxista inicialmente, aproximando-se, ao longo dos anos, do feminismo liberal. Há também uma forte ênfase na divisão de papéis de gênero, o que é tratado, geralmente, mais no sentido de que as mulheres devem superar essas barreiras, possibilitando sua ascensão e ingresso em áreas consideradas masculinas e em cargos gerenciais, do que de forma a questionar os valores atribuídos nessa divisão de papéis.

4.2.2 Corpo e sexualidade: sob os jogos de conveniência do poder

Esta formação discursiva (FD) envolve temas relacionados à saúde/ sexualidade das mulheres tais como aborto, métodos contraceptivos (pílula anticoncepcional, camisinha), controle de natalidade, esterilização, sexo antes do casamento, gravidez na adolescência, Aids/ HIV e menopausa. As publicações relacionadas a este tópico foram listadas no Quadro 7¹⁷⁹.

Quadro 7 – Notícias analisadas na FD de corpo e sexualidade

Ano	nº	Título	Localização	Assinatura	Pg.
1981	13	Casamento e maternidade: o que mudou? (debate)	Folhetim n. 216	-	10-15
1983	14	Dia Internacional da Mulher será festejado com shows no Masp e Sé	Local	-	11
1985	17	Pílula, o mais difundido método anticoncepcional	Geral	-	22
	19	Médicos defendem revisão da legislação sobre o aborto		-	
1991	23	Um milhão de adolescentes dão à luz por ano no Brasil, diz IBGE	Cotidiano	Areliano Biancarelli	4.1
	25	Passeata denuncia esterilização na Bahia		-	

¹⁷⁸ Mulheres que se identificam com o gênero de nascimento.

¹⁷⁹ Observo que a aparição de um texto em uma FD não impede que ele seja novamente analisado em outra, quando pertinente.

		(nota)			
	29	Menores prostitutas são 500 mil, diz Unicef		-	
1993	32	Brasileiro começa vida sexual mais cedo	São Paulo	Leão Serva	3.1
	33	Jovens cariocas são mais ativos		-	
	34	União tardia é tendência geral		-	
	35	Resultado é 'positivo' porém 'trágico', diz Marta Suplicy		-	
	36	Brasil é terra propícia		-	
1995	37	Pesquisa diz que aidética tem parceiro fixo	Via SP	Patrícia Décia	A2
	40	Documentário discute aborto (pequena entrevista)		-	
1997	42	País terá uma mulher com Aids por homem	São Paulo	-	3
	43	Assédio sexual pode ser crime		-	
1999		1934... 1968... 1985... e hoje? (capa caderno)	FolhaTeen	-	capa
	46	Fatos marcantes da história da mulher		-	7.3
	47	Igualdade é ter liberdade para escolher		Fátima Gigliotti	7.5
2001	48	Mulher se contorce no dia-a-dia e o corpo padece	Folha Equilíbrio	Célia Chaim	8-10
	49	A menopausa só impõe um limite, a gravidez			10
2005	56	Novos cenários... (opinião especialistas)	Especial Mulher	Lucila Scavone, Eva Blay, Maria Rita Kehl, Ellen Hardy	18
2007	58	Sociedade desigual, direitos diferentes	Especial Mulher	Laura Capriglione	2
2011	64	Quero 'empoderar' as mulheres de baixa renda (entrevista)	Cotidiano	Eleonora de Lucena	C9
2013	69	Saúde	Mercado	Maria Cristina Frias	B2
2015	71	Mosaico feminista	Ilustríssima	Úrsula Passos e Patrícia Campos Mello (colaboradora)	6-7
Total					25

Fonte: Elaborado pela autora.

No corpus deste estudo, os assuntos reunidos nesta FD aparecem pela primeira vez em 1981, na publicação nº 13, um debate promovido pelo jornal, conforme já explicado. Nela, o parágrafo de abertura revela que o tema aborto acabou sendo deixado de fora, ainda que previsto inicialmente, como mostrado no trecho abaixo:

O objetivo do debate público realizado no auditório da Folha era analisar a condição da mulher¹⁸⁰ hoje, no Brasil, a partir de três pontos de reflexão: maternidade, aborto e casamento. No decorrer das discussões, entretanto,

¹⁸⁰ A expressão 'condição da mulher' ou 'condição feminina' aparece algumas vezes no corpus analisado. Em um primeiro momento, a compreendi de forma equivocada, acreditando que pudesse ser uma forma de biologização das hierarquias de gênero. No entanto, ao perceber como era aplicada, levando em conta o contexto histórico, inferi que se tratava de uma associação ao livro **A Condição Humana**, de Hannah Arendt, publicado originalmente em 1958, e, no Brasil, em 1981. A expressão aparece pela primeira vez no corpus analisado já em 1975, tornando-se parte do nome de um dos braços governamentais do estado de São Paulo, em 1986, o **Conselho Estadual da Condição Feminina**.

público e debatedores¹⁸¹ concordaram em deixar – até mesmo por um problema de tempo – o tema do aborto para outra ocasião, evitando-se a abordagem apressada de um item inevitavelmente polêmico.

O termo ‘polêmico’, utilizado na sequência discursiva acima, já aponta para as disputas discursivas que estão em jogo no tratamento do assunto aborto. Mostrarei ao longo desta FD, valendo-me de Foucault (1999), que o aborto é o tema interdito por definição: foi e ainda é tabu, especialmente porque envolve muitas convicções religiosas, por isso, mesmo que apareça de maneira secundária em inúmeras publicações, nunca é aprofundado.

Apesar da exclusão do tema da pauta do debate, foram discutidas questões como direito ao controle do próprio corpo, capacidade reprodutiva, maternidade compulsória, romantização da maternidade, levando em consideração o contexto histórico e diferenças de ordem social (mulheres ricas e pobres, do campo e da cidade). A debatedora Carmen Barroso contextualiza o que estava por trás da proibição do controle reprodutivo inicialmente:

Foi em defesa de privilégios de classe e de sexo que o controle da reprodução foi proibido inicialmente. A acumulação da propriedade privada, na forma de terra, criou a primeira força social para aumentar o tamanho da família: através de seus filhos os pais se tornaram patriarcas e puderam acumular riquezas indefinidamente.

A pílula anticoncepcional foi introduzida no Brasil na primeira metade de 1960, e fez parte de uma política de controle populacional, que utilizou mulheres de países pobres, como o Brasil, como cobaias de teste, conforme afirma Corral (1996). Por sua vez, Heleieth Saffioti, ao tratar da pílula anticoncepcional, alerta para a perspectiva de classe na difusão, indiscriminada, dos métodos anticoncepcionais:

O desejo de ter muitos filhos aparece em praticamente todas as mulheres que se pesquisam nas camadas pobres. Entretanto, isso não bate com as projeções de crescimento demográfico que têm sido feitas e que indicam uma queda fantástica. [...] Evidentemente, aproveitando-se da miséria há uma série de mecanismos que se introduzem, oficial e oficiosamente, no sentido de fazer prevalecer a família pequena [...]. Eu fiquei bastante assustada com o que encontrei na zona rural da área central do Estado de São Paulo. O anticoncepcional oral é profundamente difundido (sem nenhuma explicação sobre suas consequências) [...] esta solução é bastante vantajosa para os que

¹⁸¹ O termo é utilizado no masculino, ainda que o debate tenha sido realizado apenas entre mulheres.

detêm a propriedade. Sabe-se, há mais de um século que a reprodução humana [...] é governada por leis sociais e não por leis biológicas.

Na edição de 1983, notícia nº 14, sexualidade e controle de natalidade são apenas mencionados como algo que foi discutido durante as celebrações da data. Já em 1985, a publicação nº 17 trata do anúncio de outro debate, desta vez conduzido por uma jornalista do periódico (o que não ocorre no de 1981), que será realizado pela **Folha** no **DIM**. A identificação das entidades envolvidas no debate dá pistas sobre os interesses que estão em jogo na discussão do tema:

O debate, proposto pelo laboratório Fontoura-Wyeth e coordenado pela jornalista da Folha e advogada Maria Carneiro Cunha, contará com a participação da advogada Sílvia Pimentel, autora da modificação do novo Código Civil em favor da mulher; da artista plástica e feminista Anésia Pacheco e Chaves; do médico Hans Wolfgang Halve, representante do laboratório Fontoura-Wyeth; Amália Ruth Borges Schmidt, da Liga das Senhoras Católicas; Arlindo Chinaglia, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo; Elsimar Coutinho, cientista e pesquisador de métodos anticoncepcionais masculinos; padre Júlio Serafim Munaro, representante da Igreja Católica, e Adolpho Goldenstein, ginecologista.

Pesquisa de Badiani, Gomes e Arruda (1988) mostrou que o número de laboratórios produtores de anticoncepcionais cresceu de quatro, em 1964, para 11, em 1986 (ainda que o aumento não tenha sido contínuo). O laboratório Fontoura-Wyeth, apontado como propositor do debate, e Berlimed lideravam o mercado de anticoncepcionais orais e injetáveis no Brasil pelo menos desde 1975; em 1986, ambos possuíam 74% das vendas. Assim, há evidentemente um interesse comercial por trás da difusão do método, o que a notícia não deixa de observar, como evidenciado em: “*Maria Carneiro questionará, ainda, os debatedores do meio científico se a não existência de métodos anticoncepcionais mais avançados estaria ligada aos próprios interesses econômicos*”. O tema aborto, ainda que não esteja previsto no debate, é tangenciado pela notícia, como forma de contextualizá-la: “*Desde 1960, quando foi lançada nos Estados Unidos, a pílula tem sido o método anticoncepcional mais difundido [...], mesmo em países onde o aborto é livre, como é o caso da China*”. Percebo nesta notícia uma tentativa de atender ao preceito jornalístico de pluralidade, ainda que seja discutível a pertinência de determinados convidados para o tratamento do tema. Essa diretriz já estava presente no primeiro manual de redação da **Folha**:

Pluralismo – Numa sociedade complexa como é a brasileira cada coisa é objeto de interpretações divergentes, não raro antagônicas. A **Folha** se propõe a refletir essa pluralidade de pontos de vista e assegurar o acesso do leitor ao espectro ideológico da sociedade em que vive. Essa preocupação deve permear a elaboração de pautas, a realização de debates, a solicitação de artigos, a execução de reportagens e a própria edição. A Folha não vê demérito em constituir um ‘balaio de gatos’ (FOLHA DE S.PAULO, 1984, p. 66-67, grifo do autor).

Em comparação com as convidadas do debate de 1981, há uma diferença clara. Naquela ocasião, para tratar dos assuntos casamento, maternidade e aborto, foi realizado um debate apenas entre mulheres intelectuais, com distintas opiniões; agora, partes com interesses conflitantes com os das mulheres são apresentadas para tratar da pílula. No debate de 1985, percebe-se, ainda, a atuação de uma mediadora jornalista e também o detalhamento de quem propôs o debate (um laboratório farmacêutico), o que não ocorre em 1981.

Ainda em 1985, a notícia nº 19 trata de um documento, divulgado pelo **Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CRM-SP)**, que defende a ampliação do aborto legal:

[...] deveriam ser incluídas duas novas possibilidades na lei do aborto. Na primeira, ele seria permitido quando o parto apresentasse risco de saúde para a mãe, e não apenas risco de vida. A outra possibilidade se aplicaria quando houvesse risco de alteração na formação do feto, causada por algum tipo de complicação que possa lesá-lo. O documento também sugere que o governo abra a discussão para toda a sociedade, já que a grande maioria dos abortos clandestinos feitos no país têm sua causa em problemas de natureza social e não médica.

No Código Penal¹⁸² vigente, artigos 124 a 127, o aborto ainda é classificado como crime. As exceções previstas são: 1) quando é a única alternativa para salvar a vida da mulher; 2) gravidez decorrente de estupro; e 3) feto anencéfalo (incluída por decisão do STF, em 2012¹⁸³). Como já dito no capítulo sobre feminismos, mesmo esses casos estão sendo questionados em projetos de lei atuais. Nesse sentido, observo a divulgação de um documento com propostas ainda em 2019 não conquistadas, como relevante e em sintonia com as reivindicações feministas e com os anseios de uma nova sociedade, com a proximidade da abertura democrática. O documento aponta ainda para a natureza social do

¹⁸² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 17 dez. 2018.

¹⁸³ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/acordao-interruptcao-gravidez-anencefalo.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

aborto clandestino. A notícia limita-se ao que diz o documento e o presidente do CRM-SP, única fonte mencionada.

Somente essa publicação traz o tema aborto como protagonista, o que aponta para a força do discurso médico. E ainda, é preciso observar que, ao contrário de outras publicações, nenhuma feminista é apresentada como fonte, embora existam inúmeras pesquisas que abordem a questão.

Na edição de 1991, o destaque é a notícia nº 23. A publicação retrata o aumento do número de casos de adolescentes grávidas, o impacto nas famílias, a falta de informação sobre métodos contraceptivos, a contradição entre os dados relativos ao aborto, a partir de declarações de duas fontes, além da apresentação do caso de um casal de adolescentes que espera um bebê. Sobre o aborto, chama a atenção que a matéria silencia que se trata de uma prática ilegal, ressalvadas as exceções já comentadas. A ilegalidade é o que impede que os dados sobre a prática do aborto no Brasil sejam precisos. Diniz, Medeiros e Madeiro (2017, p. 659) afirmam que “em termos aproximados, aos 40 anos, quase uma em cada cinco das mulheres brasileiras fez um aborto; no ano de 2015 ocorreram cerca de meio milhão de abortos”, sendo praticado por mulheres de diferentes classes, raças e religiões. Segundo Diniz (2008), a taxa de mortalidade materna caiu depois da difusão de um medicamento conhecido como Citotec, o mesmo usado em abortos seguros. O acesso a ele, no entanto, não é simples. O remédio não pode ser recomendado para a prática do aborto e, ao mesmo tempo, é necessária a apresentação de receita para a compra. A forma para adquirir acaba sendo o mercado ilegal, o que encarece o produto. Ou seja, mulheres pobres são as que têm menos acesso ao método mais seguro de praticar o aborto e, conseqüentemente, as que mais sofrem com a clandestinidade.

A notícia trata o aborto como uma questão social, o que significa que quem tem dinheiro, tem acesso à prática, como relatado por duas fontes na sequência discursiva seguinte, por isso, o silenciamento sobre a ilegalidade.

Segundo ele [o ginecologista Nelson Vitiello], de cada dez dessas clientes, todas de classe média alta, entrevistadas posteriormente, oito disseram ter optado pelo aborto. Albertina Takiuti, que também atende adolescentes de classe média alta, disse que essa porcentagem não passa de 30%. O aborto entre meninas chega a custar três vezes mais que em mulheres adultas. 'Ninguém faz aborto em uma menor de idade por menos de mil dólares', disse um médico.

A adolescente grávida, personagem da notícia, também refere-se ao assunto com certa naturalidade: “*‘Eu ainda quis abortar, mas o Fábio (pai da criança) não deixou’, conta ela. ‘Não acho isso certo, ele explica’*”. O que a fez desistir da ideia de abortar foi a opinião do pai da criança, e não impedimentos morais, legais ou financeiros, pelo menos isso não é apresentado na publicação.

No mesmo ano e página, a notícia nº 29 passa pelos temas gravidez na adolescência e aborto, em publicação sobre a prostituição de menores. Segundo uma das fontes: “*25% das mulheres que morrem por complicações durante o parto ou aborto são adolescentes*”. A prostituição de meninas, sim, é tratada pela publicação como um problema social e moral, que requer medidas do Estado, como apresentado na FD da violência.

Ainda em 1991, a nota nº 25 denuncia (este é o termo utilizado no título e no corpo do texto da nota) a prática da esterilização de mulheres: “*A passeata pretende denunciar a esterilização em massa das mulheres. Segundo a diretora do grupo, Roberta Serravale, 28, 47% das mulheres baianas entre 15 e 54 anos são estéreis*”. De acordo com Corral (1996, p. 104), entidades de planejamento familiar, como a **Sociedade Civil Bem-Estar Familiar (BEMFAM)**, estabelecida em 1965, assinaram “convênios com as administrações locais para prover serviços de planejamento familiar na rede pública de saúde. Essa estratégia foi utilizada principalmente na região Nordeste, a mais pobre do país”. Segundo a autora, a difusão dos métodos contraceptivos e da prática da esterilização fazem parte de um modelo de desenvolvimento econômico, que prioriza a queda da taxa de fertilidade como forma de combater a pobreza e desigualdade. Assim, o uso de contraceptivos orais, a esterilização de mulheres e prática do aborto, talvez, de forma mais velada, façam parte de uma mesma política. Na nota, no entanto, não há espaço para a problematização do fato, ainda que a aplicação do termo ‘denunciar’ indique oposição à prática. Entretanto, caberia ao jornal aludir ao fato de que a esterilização é uma prática desumana, pois, geralmente, não explica às mulheres as implicações do procedimento a longo prazo, principalmente no que diz respeito à impossibilidade definitiva de um possível gravidez futura. A **Folha**, assim, perde uma ótima oportunidade de aprofundar um tema extremamente importante.

Em 1993, a sexualidade das mulheres aparece como tema na notícia nº 32: “*As mulheres brasileiras se casam mais tarde do que há 20 anos. A maioria das mulheres entre 20 e 24 anos tiveram relações sexuais antes do casamento*”. A publicação mostra que estava em curso uma mudança de comportamento em relação ao sexo, casamento e

virgindade, impulsionadas pela difusão dos métodos contraceptivos. A publicação nº 34 também revela que a prática de adiar o casamento tem contribuído com a queda dos índices de natalidade, como evidenciado em:

O fato de as mulheres estarem se casando mais tarde é um fenômeno mundial – ou pelo menos constante nos países de Terceiro Mundo [...]. Em países da África, segundo estudiosos da Universidade Johns Hopkins, esse fenômeno é mais influente para a queda do índice de natalidade do que o uso de métodos anticoncepcionais.

Ainda em 1993, nas publicações nº 33 e 35, há, novamente, referência ao sexo entre adolescentes, gravidez e pela, pela primeira vez, é mencionada a Aids, no caso como uma das justificativas apontadas pela sexóloga Marta Suplicy, fonte da notícia, para a iniciação sexual mais cedo: “*o medo da Aids, que estimula o adolescente a procurar pessoas do seu nível econômico e social, em vez de prostitutas*”. Em 1995, quando já havia grande proporção de mulheres contaminadas no Brasil, a Aids emerge como assunto principal na notícia nº 37, ‘Pesquisa diz que aidética tem parceiro fixo’. A publicação alertava: “[...] *40% das mulheres que contraíram o vírus da Aids¹⁸⁴ em relações heterossexuais têm parceiro fixo. Isso mostra que o casamento e a suposta fidelidade não são realmente uma proteção contra o vírus da Aids, afirma Paulo Roberto Teixeira*”. Segundo Brito, Castilho e Szwarcwald (2000), no início da epidemia, no Brasil dos anos 1980, os homens homossexuais e bissexuais eram os mais atingidos, correspondiam a 71% dos casos em 1984¹⁸⁵. No entanto, os casos desse grupo foram diminuindo gradualmente desde 1985, enquanto aumentavam os de homens heterossexuais contaminados, atingindo também as mulheres. Em 1997, a proporção de contágio por sexo já era de dois casos (masculino) para um (feminino). O uso de drogas injetáveis também contribuiu para a expansão da epidemia em todos os grupos, de forma direta ou indireta.

No trecho acima, a publicação ajuda a desconstruir algumas ideias: a de que apenas homossexuais e homens estão no grupo de risco e a que associa a Aids à promiscuidade, e que, portanto, pessoas casadas estariam protegidas. Quase metade das mulheres contaminadas são heterossexuais e possuem parceiro fixo, muitas casadas, ou seja, a crença na fidelidade da/do parceiro também contribuiu com a difusão do vírus. A notícia também

¹⁸⁴ Na verdade, o vírus que causa a Aids é o HIV.

¹⁸⁵ Sontag (2007) afirma que, nos países onde foram identificados os primeiros casos de contágio, entretanto, a Aids atingia basicamente heterossexuais.

alerta sobre a relação com usuários de drogas e a vulnerabilidade das pessoas mais pobres: *“Segundo a secretaria, a Aids atinge mais mulheres com baixa escolaridade e renda, moradoras da periferia. Em 35% dos casos, a transmissão se deu por relações sexuais com homens usuários de drogas injetáveis”*. De acordo com Sontag (2007), existia no discurso sobre a Aids um forte elemento moral. A forma de contágio via ato sexual, a associação à homossexualidade (chegou a ser apelidada de ‘peste gay’), à permissividade e a imigrantes (em países de Um Terço do mundo) fizeram do vírus uma espécie de castigo divino a quem ousasse subverter a ordem social, e também uma ameaça à cidadã/ ao cidadão de bem.

A aids vem reforçar as mensagens complementares cada vez mais ouvidas nessa sociedade por pessoas acostumadas a procurar o prazer, que em números crescentes estão se interessando por programas de autocontrole e autodisciplina (regimes, ginástica). Controle seus apetites; cuide-se; não se solte demais. [...] Ela manifesta também um desejo positivo, o desejo de limites mais bem definidos ao comportamento individual (SONTAG, 2007¹⁸⁶).

Dessa forma, o discurso da Aids foi usado como forma de manutenção da ordem política, econômica e social vigente, assim como da estrutura familiar tradicional e de todos os valores patriarcais, por meio da difusão do medo (de pegar o vírus e carregar todo o estigma que a palavra ‘aidética/o’¹⁸⁷, utilizada no título da publicação, possui). Apesar do uso do termo, como já apresentado, esse discurso moralizante é quebrado pela notícia. Ao mesmo tempo também foi útil à política de queda da taxa de natalidade já em curso.

Em outra perspectiva, esse também é um momento de divisão da responsabilidade pela proteção nas relações sexuais. Segundo Carneiro (1996, p. 115-116):

Um novo *ethos* passa a ser construído na resistência e inovação cultural das mulheres deste século, criando outros costumes e hábitos com a assunção da mulher como sujeito moral de conduta sexual capaz de exercer escolhas e de ser responsável em sua mais íntima morada – seu próprio corpo. Enquanto isso, o *ethos* masculino (com leves exceções) ficou como antes, sem construir na subjetividade, nas relações sociais e na ação dos homens uma resposta verdadeira ao dom da fertilidade que o varão carrega dia a dia em seu corpo (diferentemente do ciclo mensal da fertilidade feminina). O direito conquistado da relação erótica sem procriação impôs um novo dever contraceptivo apenas a mulher.

¹⁸⁶ E-book.

¹⁸⁷ Segundo a UNAIDS, o termo é considerado ofensivo. Ele deve ser substituído por expressões como ‘pessoa HIV positiva’. Disponível em: <https://unaid.org.br/terminologia/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

Para conter a disseminação do HIV, o único método efetivo é a camisinha. Embora a camisinha feminina seja comercializada desde 1993, segundo Preussler, Micheletti e Pedro (2003), ela ainda hoje, em 2019, é pouco utilizada – há também questões de gênero envolvidas. Nessa mesma notícia, também é evidenciada a necessidade do uso do preservativo, quando é narrado o lançamento de um vídeo/campanha da Secretaria de Saúde de São Paulo: “*‘Mancha de Batom’, feito para mulheres de baixa renda, sobre o uso da camisinha. O vídeo, de 28 minutos, conta a história de uma dona de casa que começa a suspeitar que o marido tem uma amante. A partir daí, ela começa a pensar no uso do preservativo*”. Novamente, o trecho retoma a ideia de que as mulheres, mesmo casadas, não estão seguras contra o HIV, se não usarem camisinha, pois a fidelidade não pode ser garantida. Nesse caso, o jornal rompe com o discurso que romantiza as relações entre casais heterossexuais. A notícia é explicativa, pois traz fontes diversas para abordar o fato de que a Aids atinge relacionamentos diversos, mesmo aqueles antes considerados seguros e, ao mesmo tempo, educativa, pois alerta sobre as formas de proteger-se.

Ainda em 1995, a publicação nº 40, uma breve entrevista com a diretora do documentário **Ventre Livre**, trata sobre o aborto. Como já expliquei, minha análise tem como base a versão impressa do jornal. No entanto, como a primeira coluna da entrevista estava ilegível, tive que buscar auxílio na versão on-line. Percebi, assim, que, além de a notícia publicada na internet ser mais ampla, o que já era esperado, em razão da limitação espacial do impresso, a palavra esterilização havia sido omitida do título e da parte legível da notícia, assim como ‘gravidez na adolescência’ do corpo do texto, indicando uma hierarquização entre os temas. Também chama a atenção o seguinte trecho: “*A Folha retirou seu apoio ao evento em função da composição da mesa não ser pluralista, o que fere as normas e práticas do jornal. Não há à mesa ninguém com posição contrária ao aborto*”. Ainda que com a justificativa do pluralismo, a **Folha** marca um posicionamento ao não vincular seu nome a um debate que defende a legalização do aborto. Como já dito anteriormente, o aborto é um tema bastante polêmico, visto que as pessoas que são contrárias à prática costumam aludir a questões religiosas, gerando um debate moralista, pois é tachado de crime e pecado.

Em 1997, a cobertura sobre a Aids continua na notícia nº 42. A atenção à terminologia utilizada fica evidente em: “*O Brasil vai ter no ano 2000 uma mulher portadora do vírus da Aids para cada homem, se o número de mulheres que são infectadas*”

pele vírus HIV (que causa a AIDS) continuar a aumentar no mesmo ritmo registrado nos últimos sete anos". Brito, Castilho e Szwarcwald (2000) confirmam as projeções apresentadas na publicação. Na notícia, a palavra *aidética* não é mais utilizada, mudança que também pode ter sido impulsionada pela transformação do perfil de risco. No lugar dela, surge a expressão 'portadora do vírus da Aids'.

No trecho destacado abaixo, o discurso sobre o aumento do número de mulheres infectadas pelo HIV é suavizado, no que tange à crítica ao modelo tradicional de família, em relação à notícia de 1995:

A maioria das mulheres infectadas por via sexual, vivia com parceiros usuários de drogas injetáveis ou que mantinham relacionamento com múltiplas parceiras. Segundo Chequer, em todo o mundo, a relação heterossexual é a forma de transmissão que mais tem contribuído para a 'feminização' da epidemia. 'Mas há outros fatores que também determinaram a mudança. Há uma progressiva pauperização da epidemia [...]. São mulheres que têm sua vulnerabilidade aumentada por causa da marginalização sociocultural', disse Chequer.

Apesar de ainda associada a relações heterossexuais, a expressão 'parceiro fixo' é substituída apenas por 'parceiro', desaparecem os termos 'casamento', 'fidelidade' ou 'amante', restando apenas a ideia de que os homens 'tinham múltiplas parceiras'. Mantem-se a perspectiva de classe e a relação com uso de drogas injetáveis.

Ainda em 1997, na notícia nº 43, o aborto é pautado novamente. Notícia um documento entregue pelo **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**¹⁸⁸, que, entre outros assuntos, pedia-se a descriminalização do aborto.

'É um absoluto direito das mulheres pedirem isso (a descriminalização do aborto)', disse a primeira-dama, Ruth Cardoso. A Folha apurou que ela é favorável à proposta. Ruth disse que o Congresso e a sociedade devem discutir a descriminalização do aborto. O presidente afirmou que 'no Brasil de hoje existe um aumento da consciência a respeito da necessidade de mudanças em certas decisões, até mesmo legais'.

A sequência discursiva acima representa um momento de ruptura importante, em que a mulher do homem mais poderoso do Brasil posiciona-se a favor da descriminalização do aborto e ainda chama ao debate público. O presidente, por outro lado, mostra-se aberto a levar adiante discussões do tipo. A **Folha**, no entanto, apesar de noticiar

¹⁸⁸ Segundo o site da Secretaria de Política para as Mulheres (2018), ele foi criado em 1985, inicialmente associado ao Ministério da Justiça. Passou a fazer parte da SPM em 2003. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>. Acesso em: 18 dez. 2018.

o fato, não dá grande destaque ao assunto, que é apresentado de forma secundária na página, dividindo espaço com a publicação nº 42 (o destaque, localizado no topo) e uma grande publicidade de uma loja de eletrodomésticos. Nenhuma das notícias apresenta foto.

Em 1999, na publicação nº 46, em um caderno voltado a adolescentes (**FolhaTeen**), em uma espécie de linha do tempo, a pílula anticoncepcional é lembrada a importância da pílula anticoncepcional em: “1968 [...] *O desenvolvimento da pílula anticoncepcional, no início da década, dá impulso à revolução sexual. Agora as mulheres podem fazer sexo por prazer e escolher ter filhos quando quiserem*”, e também na chamada de capa, quando é dito que na mesma data “*O movimento feminino adota a palavra de ordem ‘o corpo é nosso’*”. Já na reportagem nº 47, aparece de novo o discurso sobre gravidez na adolescência e uso da camisinha, como apresentado no subtítulo ‘Machismo camuflado’: “*Transar sem camisinha, para muitas meninas, é uma forma de provar a confiança que elas têm no garoto*”, o que também é reforçado na capa do caderno, mostrando que as meninas continuam tendo relações desiguais com os meninos, mesmo quando o assunto é sexo. ‘Provar a confiança’ ainda remete ao sentido da fidelidade, o que era questionado na publicação nº 37, sobre a Aids, havendo, assim, interdiscursividade entre elas.

Nesse momento já fica evidente a interdiscursividade na cobertura de temas relacionados à sexualidade das mulheres. O assunto gravidez na adolescência, por exemplo, é recorrente em boa parte das notícias dos anos 1990, quando estudos apontavam para o crescimento desses índices, mas isso faz parte de uma política que vinculava a queda da taxa de natalidade ao desenvolvimento econômico e social, a mesma que incentivava o uso indiscriminado da pílula anticoncepcional e a esterilização. Assim, de acordo com Orlandi (2009), é por meio dos esquecimentos, observados pela interdiscursividade, que esses enunciados significam e fazem sentido. A atenção ao tema gravidez na adolescência perde espaço ao mesmo tempo em que a epidemia da Aids começa a atingir cada vez mais mulheres, como mostrado até agora.

Em 2001, a reportagem nº 59, ‘Mulher se contorce no dia-a-dia, e o corpo padece’, pela primeira vez, problemas pertinentes à pílula anticoncepcional são realmente enumerados por uma das fontes: “*o uso de anticoncepcionais aliado ao aumento no número de mulheres fumantes e o estresse [...] colocaram a mulher quase em pé de igualdade com os homens em relação aos riscos de doenças cardiovasculares, como*

derrames e infartos. [...] casos de trombose”, consequências graves e raramente lembradas ou problematizadas. Apenas recentemente, com a mobilização de mulheres na internet, que o assunto passou a ser mais conhecido, ao serem divulgados relatos de mulheres que tiveram trombose associada ao uso de anticoncepcional. Outro tema novo é o da menopausa, que aparece na notícia nº 49, ‘A menopausa só impõe um limite, a gravidez’, do mesmo ano: “*A menopausa não é uma doença, ainda que a idolatria à juventude [...] induza a essa conclusão*”. Assim, percebe-se que, em meio a repetição, também há deslocamentos. “Se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições” (ORLANDI, 2009, p. 53).

Em 2005, na publicação nº 56, a socióloga Lucila Scavone, uma das especialistas que escrevem naquela página, fala sobre a emergência de questões privadas na pauta de discussões públicas enquanto conquista das mulheres, como “*a livre escolha da maternidade (liberdade da contraceção e aborto)*”; a psicanalista Maria Rita Kehl também remete a uma nova geração em que não é mais exigido o “*controle social sobre a sexualidade feminina*”; e a socióloga Ellen Hardy, retoma os assuntos aborto, Aids e uso do preservativo:

A crescente incidência de HIV/aids entre elas e a permanente endemia de abortos inseguros, ambos mortais, têm como pano de fundo as dificuldades para as mulheres controlarem o exercício de sua sexualidade frente ao poder físico e cultural dos homens. A sexualidade supostamente ‘incontrolável’ deles é utilizada como justificativa para não usar preservativo ou não poder esperar que a mulher se proteja ou, mesmo, para justificar a violência sexual [...] É impossível esperar progressos expressivos no que tange à saúde das mulheres se não enfrentarmos com determinação a necessidade de uma mudança radical nas relações de poder entre os gêneros, cujo progresso, penosamente lento, depende do conjunto da sociedade.

No trecho acima, é possível perceber o quanto as hierarquias de gênero afetam a sexualidade e a saúde das mulheres, o que é evidenciado na declaração exposta no jornal. Como dito anteriormente, no caso da Aids, não basta que as mulheres utilizem anticoncepcionais e que elas queiram se proteger com preservativos, os homens também precisam tomar consciência, pois, mesmo no sexo, as hierarquias de poder continuam.

No ano de 2007, como mostrado na FD da violência, a reportagem nº 58 traz o tema aborto como algo que parece ficar no passado: “*Depois de passar anos batendo na tecla da descriminalização do aborto [...], as feministas brasileiras estão diante de um novo desafio: rejuvenescer ou perecer*”. Apesar disso, é possível notar, ao longo da análise

apresentada neste tópico, que o tema é sempre tangenciado, mesmo no **DIM** em que poderia haver mais espaço para a discussão. O aborto continua sendo crime (com algumas exceções, conforme já mencionei, fruto também das pressões feministas) e a discussão ainda é evitada. Nesse sentido, a partir de Orlandi (2009), compreendo que o que é dito, observado pela interdiscursividade ao longo dos anos, dificilmente ultrapassa a esfera do dizível, existe um limite para o tratamento do tema pelo jornal.

Em 2011, na entrevista de Rose Marie Muraro, nº 64, destaco a sequência discursiva seguinte sobre o aborto:

[pergunta da repórter] *E a questão do aborto no Brasil? A presidente disse que não vai mexer nisso.* [resposta Muraro] *São 15 países que não têm o avanço. Nos outros todos o aborto é legalizado. Mexer com a Igreja aqui no Brasil é uma barbaridade. Ruth Cardoso levou [a questão] e a Igreja ficou danada. Jandira Feghali perdeu a eleição no Rio porque era a favor da legalização do aborto. A Igreja tem muito poder no Brasil. As mulheres pobres é que sofrem. Será uma surpresa uma modificação disso a curto prazo.*

Nesse trecho, a repórter refere-se ao processo eleitoral de outubro de 2010. Conforme afirma Machado (2012), diversas vezes antes daquele momento, Dilma Rousseff havia declarado à imprensa ser favorável à descriminalização do aborto. Já ainda no governo Lula, tinha sido lançado, em 2009, o terceiro **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**¹⁸⁹, com versões anteriores de 2002 e 1996, onde eram levantadas propostas de discussões. Entre elas, constava a descriminalização do aborto, além da proteção aos direitos LGBTT e outros grupos minoritários politicamente, o que acabou refletindo negativamente na candidatura de Rousseff, pois não agradou nem à igreja católica nem à evangélica. Ela, então, viu-se (ou foi) constrangida a emitir uma carta onde voltava atrás em seu posicionamento¹⁹⁰: “2. Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto; 3. Eleita presidente¹⁹¹ da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família [...]”, o que é resgatado na pergunta da repórter na

¹⁸⁹ Disponível em:

<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/NHRA/ProgrammaNacionalDireitosHumanos2010.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

¹⁹⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-divulga-carta-para-por-um-fim-definitivo-campanha-de-calunias.html>. Acesso em: 19 dez. 2018.

¹⁹¹ Entranha-me o uso do termo presidente na carta (reproduzida por meio de imagem, ou seja, da forma como realmente estava escrita), já que desde a campanha a palavra presidenta já era utilizada e foi, depois, exaustivamente defendida e aplicada por ela. Entendo como mais um sinal nessa tentativa de aproximação com a política tradicional e conservadora.

entrevista em análise. A resposta de Muraro reflete exatamente o que acontece na prática. Estamos nas primeiras décadas do século 21 e a Igreja ainda possui grande poder no Brasil, interferindo diretamente na política e nos direitos das mulheres. Qual é o lugar reservado às mulheres pela Igreja, seja ela qual for? Que autonomia elas possuem? Quais são os limites? Que poderes estão em jogo? Nenhuma dessas respostas estão a favor dos interesses das mulheres e da desconstrução das hierarquias de gênero. No jogo político, quem enfrenta diretamente os interesses da Igreja acaba em desvantagem, como a entrevistada afirma sobre o caso de Jandira Feghali ou como aconteceu nas eleições presidenciais de 2018, quando o candidato Fernando Haddad, em outro cenário (mais por ter sido atacado por fake news), teve, também, que emitir um carta de aproximação com a Igreja¹⁹².

Assim, não enfrentar esses interesses é contribuir para perpetuar as desigualdades de gênero e subordinação das mulheres, ou seja, colaborar para que só um discurso pareça razoável e verdadeiro, fomentando mecanismos de exclusão. Por outro lado, enfrentar o tema é limar as chances de eleição ou mesmo, caso ainda consiga vencer essa primeira barreira, encarnar a figura da/o louca/o. No trecho destacado, a entrevistada ainda relembra do posicionamento de Ruth Cardoso, favorável ao aborto, assunto que apareceu no *corpus* analisado no ano de 1997. Observo que, na primeira semana de fevereiro de 2019, foi apresentado o Projeto de Lei nº 261 de 2019¹⁹³, que visada proibir o uso de pílulas anticoncepcionais, implantes anticoncepcionais, pílula do dia seguinte e o dispositivo intrauterino (DIU), os quais eram chamados pelo autor de “micro abortivos”. Mesmo em um contexto político extremamente conservador como o que vem se estabelecendo desde 2015, a divulgação do projeto foi tão rechaçada, que ele acabou sendo retirado pelo próprio deputado que o propôs. Essas disputas discursivas mostram que poder e resistência estão sempre em relação, como afirma Foucault (1995), e são reveladoras da capacidade de resistência do movimento de mulheres.

Em 2013, na publicação nº 69, é retomado o discurso que relaciona trabalho fora de casa ao descuido com a saúde, como ocorreu na publicação nº 48, de 2001. Por fim, em 2015, mais uma vez, é apresentado o assunto aborto. A reportagem nº 71, além de trazer

¹⁹² Disponível em: <https://lula.com.br/haddad-escreve-carta-aberta-ao-povo-de-deus/>. Acesso em: 19 dez. 2018.

¹⁹³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190793>. Acesso em: 8 fev. 2018.

uma discursão em torno do lugar de fala e de, a partir da intertextualidade com a revista **TPM**¹⁹⁴, que tratava do aborto (e trouxe um homem em uma das três opções de capas daquela edição), expressa, novamente, a relação política e religiosa envolta no tratamento do tema, assim como exposto na entrevista de Muraro, em 2011:

O presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), porém, declarou no mês passado que não pretende pautar o assunto – tabu numa sociedade conservadora e num sistema político sob crescente influência religiosa. ‘Aborto eu não vou pautar nem que a vaca tussa. Vai ter que passar por cima do meu cadáver para votar’, disse em entrevista ao jornal ‘O Estado de S. Paulo’. ‘Não é possível que alguns parlamentares continuem achando que vão mandar na pauta’, responde Talib à declaração do deputado.

A reportagem dedica um espaço considerável ao tema, nove parágrafos, e apresenta, pela primeira vez, uma perspectiva racial na avaliação das consequências da criminalização do aborto, como apresentado no momento em, por meio do debate entre as fontes, a reportagem reflete sobre a publicação da revista **TPM**:

Ela e outras ativistas acrescentam uma crítica à reportagem da ‘TPM’: não evidenciar que as mulheres negras são as que mais sofrem as consequências da ilegalidade do aborto no país. ‘Não colocaram nenhuma mulher negra para falar e não citaram que são as que mais morrem, até por uma questão social, porque são as que menos têm condição de ir a uma clínica segura’, diz.

Em outro momento, há ainda uma referência ao Uruguai, país próximo geograficamente do Brasil: “Desde que a legalização foi implementada no Uruguai, eles não perderam nenhuma mulher”. Apesar da proximidade, politicamente, há uma grande distância entre os dois países. Mesmo que os movimentos feministas tenham conseguido visibilidade para suas pautas nos últimos anos em ambos, inclusive para a descriminalização do aborto, como explica Ferreira (2017), Pepe Mujica, presidente na época da aprovação Lei 18.987 de 2012¹⁹⁵, já incluía em seu plano de governo a descriminalização do aborto, ou seja, ele foi eleito assumindo essa proposta, o que parece improvável no cenário brasileiro.

A análise desta formação discursiva evidenciou a recorrência do tema aborto ao longo de todo o *corpus*, mas de forma secundária, reproduzindo o lugar dado ao assunto na

¹⁹⁴ Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/precisamos-falar-sobre-aborto>. Acesso em: 19 dez. 2018.

¹⁹⁵ Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp6881935.htm>. Acesso em: 19 dez. 2018.

sociedade. As hierarquias de gênero refletem na política e os jogos políticos ainda envolvem interesses de poderosos, como a Igreja, e, conseqüentemente, avanços maiores, como a legalização do aborto, são barrados, mesmo que até os anos 1990 estivesse em curso uma política de desenvolvimento de queda de natalidade, que, teoricamente, poderia beneficiar a obtenção desse direito.

4.2.3 Pela visibilidade e desnaturalização da violência contra as mulheres

Nesta formação discursiva (FD), foram agrupados enunciados que dão visibilidade a casos e dados sobre violência de gênero. São sentidos que indicam uma busca pela humanização das mulheres, por uma verdadeira universalidade dos direitos humanos. As publicações relacionadas a este tópico foram listadas no Quadro 8¹⁹⁶.

Quadro 8 – Notícias analisadas na FD de violência de gênero

Ano	nº	Título	Localização	Assinatura	Pg.
1979	11	Os machistas reagem com as piadinhas de sempre (artigo/ opinião)	Ilustrada	Osmar Freitas Jr.	35
1983	14	Dia Internacional da Mulher será festejado com shows no Masp e Sé	Local	-	11
1987	20	Painel – Dia da Mulher (nota)	Política	-	A4
1991	24	BH faz protesto contra indústria (nota)	Cotidiano	-	4.1
	26	ABC registra 22 casos de estupro (nota)		-	
	27	Porto Alegre tem 6.336 ocorrências (nota)		-	
	28	Em Recife, 4.700 denúncias em 90 (nota)		-	
	29	Menores prostitutas são 500 mil, diz Unicef		-	
	31	AI denuncia ‘abusos selvagens’ (box)	Mundo	-	2.3
1995	39	Campanha luta por ‘vítimas invisíveis’ (box)	Via SP	Rogério Simões	A2
1999		1934... 1968... 1985... e hoje? (capa caderno)	Folhateen	-	capa
	46	Fatos marcantes da história da mulher		-	7.3
2001	50	Mulher obtém avanços na América Latina (entrevista)	Mundo	Márcia Detoni	A17
2003	51	Protetora das espancadas é venerada no CE	Cotidiano	Kamila Fernandes	C4
	53	RS tem santa dos amores contrariados		-	
	55	Assassinato cresce 45% entre mulheres Paulistas		Armando Pereira Filho	
2007	58	Sociedade desigual, direitos diferentes	Especial Mulher	Laura Capriglione	2
2009	61	Lugar de mulher é na torcida	Revista da Folha	Adriana Küchler	10-16
2011	64	Quero ‘empoderar’ as mulheres de baixa renda (entrevista)	Cotidiano	Eleonora de Lucena	C9
2015	71	Mosaico feminista	Ilustríssima	Úrsula Passos e	6-7

¹⁹⁶ Observo que a aparição de um texto em uma FD não impede que ele seja novamente analisado em outra, quando pertinente.

			Patrícia Campos Mello (colaboradora)	
	72	Masculinistas atacam ‘feminazis’	Anna Virgínia Balloussier	7
Total	20			

Fonte: Elaborado pela autora.

Esta FD aparece no *corpus* analisado, pela primeira vez, em 1979, no artigo nº 11. Nessa publicação, Osmar Freitas Jr. critica os discursos reacionários ao **I Congresso da Mulher Paulista**¹⁹⁷, resgatando também sentidos atribuídos a uma revista estadunidense chamada **The Male-Chauvinist**¹⁹⁸. Tais elementos representam um arsenal de discursos não apenas machistas, mas também misóginos. Segundo Bosh, Ferrer e Gili (1999 apud FERRER PÉREZ; BOSH FIOL, 2000), a palavra misoginia refere-se ao ódio de homens por mulheres, mas estende-se a tudo que tenha relação com o feminino. Ou seja, há mais do que um discurso de superioridade, de dominação masculina, existe também uma aversão ao gênero feminino.

Entre os exemplos de reações ao **I Congresso da Mulher Paulista** apresentados por Freitas Jr. estão cantadas e violência doméstica. Casado, um dos personagens do artigo afirma: “*Mulher tem que ser tratada no cacete, bobeou elas montam em cima. Não dou moleza*”. Em seguida, o autor lembra de discursos de ódio semelhantes, presentes em uma das chamadas de capa da revista **The Male-Chauvinist**: “*Não seja um palhaço, não se deixe dominar pela cretina da sua esposa*”, havendo, assim, a prática do intertexto. “Por intertexto de uma formação discursiva, entender-se-á o conjunto dos fragmentos que ela efetivamente cita e, por intertextualidade, o tipo de citação que esta formação discursiva define como legítima através de sua própria prática” (MAINGUENEAU, 1997, p. 86). A intertextualidade possui um sentido mais amplo, sendo, dessa forma, uma variante de interdiscursividade, conforme afirma Maingueneau (1998).

A expressão que Freitas Jr. usa para referir-se à entrevista do ‘Macho do Mês’ (um homem rico que troca de mulheres como troca de carros), presente na revista mencionada, Barba Azul, também não passa despercebida. **Barba Azul**¹⁹⁹ é um conto infantil de 1697,

¹⁹⁷ O evento ocorreu nos dias 4, 5 e 8 de março daquele ano, no Teatro Ruth Escobar, em São Paulo. O artigo analisado foi publicado no dia do encerramento do Congresso.

¹⁹⁸ O nome da revista pode ser traduzido como ‘O Machista’. O periódico foi lançado em outubro de 1978 e parece não ter passado da primeira edição, a qual é referência para o artigo da **Folha**.

¹⁹⁹ Disponível em: <http://cabana-on.com/Ler/wp-content/uploads/2017/09/Charles-Perrault-Barba-Azul.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2018.

do francês Charles Perrault, autor também de outras histórias mais conhecidas como **Cinderela**, **A Bela Adormecida**, e **Chapeuzinho Vermelho**. Barba Azul era um homem nobre e feio, que já havia firmado matrimônio algumas vezes, mas ninguém sabia qual tinha sido o destino de suas mulheres. Ao se casar mais uma vez, antes de uma viagem, deu as chaves de todas as portas do castelo para a nova mulher, ressalvando que uma não deveria ser aberta, ou seria punida. Ela, no entanto, desobedeceu a ordem e acabou descobrindo que lá ele guardava os corpos de todas suas antigas esposas, degoladas e dependuradas pelas paredes. Ao descobrir o que havia acontecido, ele chega bem perto de assassiná-la, no entanto, ela é salva pelos irmãos. Nesse conto, o príncipe não salva a princesa, ele é o vilão. Ele condena a sua companheira por tê-lo desobedecido e também, por sua curiosidade, o que me remete ao mito grego da Caixa de Pandora. Segundo Hibarino (2004), Pandora, conhecida como a primeira mulher, foi enviada à Terra por deuses para castigar Prometeu. Ela carregava consigo um jarro, que não poderia ser aberto. A curiosidade para saber o que havia dentro fez com ela não resistisse e abrisse o vaso, libertando, assim, todos os males conhecidos hoje. Como punição, foi morta por Zeus. “Convém pensar que o mito de Pandora condena a figura feminina como culpada e minimiza a participação de Prometeu e seu irmão que são tão culpados quanto ela por terem incitado a ira dos deuses” (HIBARINO, 2004, p. 41). Observa-se, desse modo, que a ideia de culpabilização da vítima, no caso das mulheres, é reiterada há milênios.

A relação de hierarquia entre gêneros também refletiu historicamente nas legislações do Brasil, conforme descreve Ramos (2012). Em muitos casos, a honra dos homens era mais importante do que a vida das mulheres. É relevante destacar que o que está em jogo quando uma mulher é violentada é o direito à vida, que é o direito mais fundamental de todos, como afirma Benevides (2003). Não deveria haver exceções a ele. Os direitos humanos devem atender a todos os seres humanos, sem distinções, trabalhando no sentido de garantir a dignidade dessa vida.

A atuação dos movimentos feministas brasileiros, especialmente no período posterior ao ano de 1975, tem alavancado grandes mudanças, tanto na legislação quanto na desnaturalização e na conscientização de que existe uma violência de gênero. Na notícia nº 14, de 1983, já é mencionado o grupo **SOS Mulher** em ação. Entre as atrações da celebração do **DIM** no Masp, “*uma peça teatral preparada pelo movimento SOS Mulher mostrando quadros sobre violência contra mulheres, baseados em casos verídicos”*. Uma

forma de representar, por meio da arte, a realidade que, muitas vezes, é ocultada pela vida privada. É o pessoal tornando-se político, porque a luta contra violência passa a ser coletiva: “[...] problemas pessoais são problemas políticos. Não há soluções pessoais desta vez. Só há ação coletiva para uma solução coletiva” (HANISCH, 1969, p. 1).

Em 1987, período de redemocratização do Brasil, o **DIM** é quase esquecido, não fosse por um pequena nota, nº 20, que pode justificar também a falta de cobertura: o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, havia proibido a comemoração. Apesar disso, o texto anunciava que o evento seria realizado, seguido da afirmação da então vereadora do PT, Irede Cardoso: “*Quero ver a guardinha do Jânio bater na mulher de Montoro e na de Quércia*” (mulheres do antigo e atual governador do estado). Quando diz ‘a guardinha’, Cardoso refere-se à Guarda Civil Metropolitana, criada pelo prefeito em 1986. Com essa frase, são reforçados, na verdade, dois discursos, o da existência da violência contra as mulheres, com uma ressalva às mulheres que estariam participando como barreira à violência que era esperada – ou seja, mulheres ligadas a homens poderosos –, e também o discurso da repressão do Estado e da censura. Segundo Lima (1997), a coerção da Guarda criada pelo prefeito foi dura com as minorias. Além de estar envolvida no conflito com pessoas sem-terra, que culminou na morte de um operário:

O prefeito proibiu a prática do comércio ambulante em determinadas regiões da cidade, sem apresentar um plano para a solução do problema. [...] Perseguiu e prendeu artistas plásticos, grafiteiros e pichadores. Não liberou verbas para a realização do carnaval paulistano, entrando em confronto com as escolas de samba, e recomendando aos seus integrantes que se matriculassem em escolas de 1º grau. Revogou a lei que permitia a colocação, pelos bares, de mesas nas calçadas, em reprimenda ao presidente da Câmara Municipal, autor da lei, que lhe fazia oposição sistemática. Perseguiu homossexuais, proibindo a sua entrada na Escola Municipal de Bailado. Jânio tinha a preocupação de conquistar espaços junto à classe média. (LIMA, 1997, p. 61-62).

A edição do dia seguinte da **Folha** apenas mencionou, na editoria cidades (página A9), espaço chamado **Dropes**²⁰⁰, a seguinte frase sobre a celebração: “Cerca de 150 mulheres, representantes de entidades feministas de São Paulo, comemoraram ontem à tarde, na praça da Sé, o Dia Internacional da Mulher”. O registro do dia 9 de março de

²⁰⁰ O Manual de Redação da Folha, de 1984, define a seção como: “Recurso usado pela Folha para aproveitar todo o noticiário à disposição do jornal. É uma seção fixa de cada editoria; nela se agrupam notícias curtas, redigidas cada qual em duas frase no máximo. O objetivo do uso do dropes é a feitura de um jornal sem sobras de notícias” (FOLHA DE S.PAULO, 1984, p. 33).

1987 indica que as mulheres, realmente, enfrentaram a proibição do prefeito. Partindo das reflexões de Orlandi (2002), a ocorrência pode ser vista como um momento de resistência à estratégia política de interditar (silenciar, censurar, proibir) a manifestação das mulheres. Mesmo que a **Folha** não tenha coberto o evento, a manifestação ocorreu, apesar das proibições, reafirmando o posicionamento dessas mulheres em prol da liberdade de se expressarem pelos seus direitos.

Ressalto ainda que, nessa época, muitas mulheres, como as integrantes do **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)**, pressionavam por uma nova Constituição Federal realmente inclusiva. No entanto, como apresentado no Quadro 5, disponível no capítulo 3, a única publicação de 8 de março de 1987 é essa pequena nota, que nada fala sobre o assunto.

Passada a gestão de Quadros, quem assumiu a prefeitura de São Paulo foi Luiza Erundina, do PT, primeira mulher a ocupar o cargo. Diferentemente do gestor anterior, Erundina apoiava as pautas feministas. Patarra (1996) lembra que, no dia 8 de março de 1991, a prefeita participou da abertura de um congresso organizado pela **Confederação de Mulheres do Brasil (CMB)** – criada em 1988 para substituir a **Federação de Mulheres do Brasil**, extinta em 1965, conforme explica Santos (2010) –, onde proferiu um discurso em que repudiava a violência contra as mulheres: “É inadmissível, mas ainda existem mulheres brasileiras espancadas por maridos, meninas de 12 anos prostituídas e homens que trocam o corpo de suas mulheres e filhas, por dinheiro” (ERUNDINA, 1991 apud PATARRA, 1996, p. 237).

Em 1991, a publicação nº 29 trata exatamente sobre a prostituição e venda de meninas e adolescentes, inclusive com a anuência de familiares, mostrando que há um alinhamento discursivo entre o que disse a prefeita e o que era discutido pela sociedade e também pelo jornal. A notícia trata de uma sessão da Câmara de Vereadores de São Paulo, que dedicou-se à temática. Nela são apresentados dados e declarações sobre o problema a partir das falas de fontes do cenário político de São Paulo e da coordenadora do Programa da Mulher da **Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)**, Ana Maria Brasileiro. Percebe-se, assim, a cobertura jornalística em diálogo com os problemas políticos e sociais e a interdiscursividade com o discurso de Erundina, proferido no mesmo dia da publicação, ressaltando, especialmente, a perspectiva de classe, de miséria social, relacionada a esse tipo de violência:

Para a vereadora Irede Cardoso (PV), 48, a prostituição entre menores é resultado da ‘miséria econômica e da miséria moral, que é o machismo’. Para ela, ‘a culpa é do homem que tem relação com uma menina de dez anos’. [...] O problema da prostituição entre menores existe em todo país, mas a situação é mais grave nos Estados das regiões Norte e Nordeste. ‘Nesses locais é prática usual a venda de meninas. Algumas chegam a ser trocadas por alimentos’, diz Ana Maria. A representante da Unicef diz que grande parte das meninas são levadas à prostituição pelos próprios pais. ‘Os pais são cúmplices e ao mesmo tempo vítimas, porque são forçados pela condição financeira’.

Sobre o assunto, chamo a atenção para um filme de ficção, precisamente por ser inspirado em notícias e reportagens sobre o tema, lançado em 2006, chamado **Anjos do Sol**²⁰¹, mostrando a interdiscursividade entre as mídias, e o poder que o jornalismo possui enquanto agente da construção da realidade social. O problema, ainda que não apareça em outras publicações do *corpus*, atinge majoritariamente meninas, e persiste nas regiões mais miseráveis do país e do mundo²⁰².

No mesmo ano, as notas nº 26, 27 e 28 dedicam-se a noticiar dados estatísticos e informações produzidas a partir do trabalho das Delegacias da Mulher, de diferentes regiões do país, tratando de casos de estupro, assédio (destaco a aparição da palavra pela primeira vez no *corpus*) e outras agressões. São informações que também demonstram situações de violência para além do âmbito doméstico, a partir da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, como demonstrado na notícia nº 26: “90% dessas mulheres são operárias que são atacadas a caminho do trabalho”, ou em nº 27: “a Prefeitura aplicou pela primeira vez a lei que proíbe a discriminação contra a mulher e advertiu o Banco Meridional depois que Eliane Silva denunciou que estava sendo assedada por seu chefe” e ainda em nº 24, que relata o caso de operárias “obrigadas a ficar nuas para uma revista policial a mando da direção da fábrica”. Esses enunciados indicam que a violência pode ser também uma forma de punir as mulheres que fogem do lugar social que foi imposto a elas, o do âmbito doméstico. No entanto, se, na publicação nº 29, as declarações das fontes selecionadas apontam para a complexidade do problema,

²⁰¹ Ver entrevista com o diretor da obra, Rudi Lagemann, para revista **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/6816-anjos-do-sol-uma-ficcao-real-entrevista-com-rudi-lagemann>. Acesso em: 5 fev. 2019.

²⁰² Reportagem de 2016, também da revista **Instituto Humanitas Unisinos**, fala sobre o aumento de casos de prostituição de meninas na Venezuela, em razão da crise. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/563279-o-drama-das-meninas-venezuelanas-obrigadas-a-se-prostituir-para-comer>. Acesso em: 5 fev. 2019.

que envolve machismo, miséria econômica e variações regionais, isso não é problematizado nas notas, que apenas apresentam os dados.

Ainda em 1991, a publicação nº 31, intitulada ‘AI denuncia ‘abusos selvagens’’, aponta para as violências específicas sofridas por mulheres em contexto de guerra, denunciadas por relatório da Anistia Internacional, fonte da notícia²⁰³: “o *estupro* é o método mais frequente utilizado por guardas de prisão. Em alguns países, ele é usado como *forma de obter confissões*, em outros, como *punição*”. Nesse ano, conforme indica o site da Anistia Internacional²⁰⁴, a instituição “amplia sua atuação para incluir trabalhos sobre abusos por parte de grupos armados, tomada de reféns e pessoas presas por sua orientação sexual”, assuntos esses que subsidiam a publicação. Nessa notícia, também chama a atenção o uso das aspas. Tanto no título quanto no corpo do texto a expressão ‘abusos selvagens’ é colocada entre aspas, representando distanciamento por parte da publicação em relação ao que diz o relatório.

Em 1995, na notícia nº 39, ‘Campanha luta por ‘vítimas invisíveis’’, novamente a violência contra as mulheres, com ênfase nos abusos de guerra, é pautada pela Anistia Internacional, desta vez por meio do lançamento de campanha de conscientização e de incentivo à denuncia. Apesar do discurso contrário à violência, chama a atenção o uso da palavra evitar em: “A campanha visa ainda *evitar* que as mulheres continuem sendo vítimas de abusos durante guerras”. Evitar não é acabar ou eliminar, podendo ser entendido como ‘fazer o possível’, o que enfraquece o discurso de combate ao estupro de guerra, colocando essa violência como uma possibilidade que deveria ser evitada, quando, na verdade, ela não deveria sequer existir. Além do mais, outra vez, no título e no corpo do texto, há uma expressão grafada entre aspas, desta vez: ‘vítimas invisíveis’. Assim, nos dois casos, as aspas indicam que aquelas são palavras da fonte, no caso a Anistia Internacional, e não do jornal.

Como civis ou combatentes, em contexto de guerra o estupro de mulheres é prática recorrente ao longo da história da humanidade, conforme lembra Tescari (2005). Civis, as mulheres dos inimigos eram estupradas para referendar a vitória e atingir a honra dos derrotados, ao fugir dos conflitos, também ficam vulneráveis durante a evasão ou nos próprios campos de refugiados. Como militares, a violência passa a ser punição também às próprias mulheres, por terem saído do lugar normativo. A autora lembra que, no caso do

²⁰³ Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/0001/1991/en/>. Acesso em: 7 fev. 2019.

²⁰⁴ Disponível em: <https://anistia.org.br/conheca-a-anistia/quem-somos/>. Acesso em: 7 fev. 2019.

estupro, além da violação, as sobreviventes ainda têm que lidar, muitas vezes, com a rejeição da comunidade e da família, que teve a honra ferida.

Na edição de 1999, na publicação nº 46, entre outras informações, a legislação brasileira vigente é apresentada, salientando o atraso do Código Penal, o qual ainda considerava estupro como crime contra os costumes. O compilado de dados dispostos na página, abaixo do subtítulo ‘O que está escrito nas leis’, chamam também à ação: *“Segundo o código, estupro não é considerado crime contra a pessoa (como homicídio e roubo, por exemplo), mas crime contra os costumes. *Denuncie: toda e qualquer violência ou discriminação à mulher deve ser registrada. O telefone da Delegacia da Mulher [...]”*. Há, nesse momento, mais do que uma exposição de fatos, mas um engajamento da publicação contra às práticas de violência e discriminação contra as mulheres, como indica o estudo de Silva (2002). O que não acontece no caso mencionado anteriormente, quando é marcado o distanciamento entre os enunciados, por meio do uso das aspas. Ainda no mesmo ano, a criação da primeira Delegacia da Mulher de São Paulo, em 1985, é apontada como fato relevante na história das mulheres, o que também aparece na capa do caderno.

O Código Penal apontado só foi alterado no governo Lula, com a aprovação da Lei 12.015 de 2009²⁰⁵, quando, no lugar de ‘crimes contra os costumes’, passou a vigorar a expressão ‘crimes contra a dignidade sexual’, e as punições também foram aumentadas. A demora para alteração do artigo demonstra o quão imbricados estão os direitos fundamentais das mulheres e questões morais. A evolução dos códigos é reveladora da mudança de consciência social e do reconhecimento dos direitos das mulheres como parte dos direitos humanos, o que é evidenciado também em 2001, por meio da entrevista com a ativista estadunidense Charlotte Bunch, identificada pelo nº 50: *“As mudanças ocorridas na legislação dos países latino-americanos, segundo Bunch, deram à mulher condições de lutar mais efetivamente contra a violência doméstica, estupro e noção de defesa de honra”*.

A cobertura do **DIM** da **Folha** traz, assim, em quase todos os anos, informações e fontes que lembram que a violência de gênero é um assunto sério, que deve ser mostrado e combatido. É o que é dito literalmente por meio das palavras dessa entrevistada, ao enfatizar a importância dos direitos das mulheres serem entendidos como direitos humanos:

²⁰⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm. Acesso em: 9 dez. 2018.

A mudança de percepção é importante porque faz com que as pessoas levem a sério as violações contra as mulheres, faz com que entendam que essas violações não são apenas pequenas questões de discriminação, mas questões básicas de dignidade. [...] Quando uma mulher é violada, em casa – vítima de violência doméstica –, em guerras ou no trabalho, sua dignidade fundamental é atingida.

Na página selecionada em 2003, constam quatro publicações (nº 51, 52, 53 e 54) que resgatam a história de santas populares do Brasil, entre meninas e mulheres, violentadas, espancadas e mortas, e uma quinta notícia, nº 55, que apresenta dados atuais sobre casos de assassinatos de mulheres em São Paulo, o título diz: “Assassinato cresce 45% entre as mulheres paulistas”. Já a notícia aponta que: “Homicídio é a 3ª causa de morte de mulheres”. A página apresenta os dados e retoma histórias de violência de forma distante e quase fria. A recorrência da violência não é questionada, problematizada. Por que é necessária a existência de uma santa para proteger mulheres espancadas? Os assassinos dessas mulheres foram punidos na época dos fatos? Seriam punidos hoje? O que justifica o crescimento do número de assassinatos em São Paulo? Nada disso é discutido.

Em 2007, na publicação nº 59, ‘Sociedade Desigual, direitos diferentes’²⁰⁶, a violência contra as mulheres é apresentada de tal forma que parece menos relevante diante de novas pautas que atualizam a opressão contra o gênero feminino, como pode ser visto em: “Depois de passar anos batendo na tecla da descriminalização do aborto, da violência contra a mulher e da dupla jornada de trabalho, as feministas brasileiras estão diante de um novo desafio: rejuvenescer ou perecer”. Em seguida, a reportagem relembra dos protestos feministas contra a morte de mulheres por seus companheiros, nos anos 1970, e da campanha específica (exitosa, em um segundo julgamento) pela condenação do assassino da socialite Ângela Diniz, que, inicialmente, recebeu uma pena leve com a justificativa de que se tratava de um crime de honra. Tudo isso é narrado pela repórter como reivindicação e conquista feminista da época. Ramos (2012) afirma que a construção discursiva que permite que homens matem suas companheiras tem início no processo de colonização, perpassando Códigos Penais e Constituições do Brasil. É apenas na Carta de 1988 que os direitos de homens e mulheres, mesmo em relação ao casamento, são

²⁰⁶ Esse título remete à ideia de equidade, mas a publicação não chega a utilizar a palavra.

igualados. Mais adiante, a publicação cita a sanção da Lei Maria da Penha²⁰⁷, em 2006, que tornou mais severa a punição de agressões cometidas contra mulheres, ratificada apenas um ano antes da publicação, tornando seu próprio discurso um tanto contraditório, já que prova que a velha e reiterada agenda feminista da luta contra a violência continua sendo necessária e ainda produz efeitos, assim como as outras pautas enumeradas, que serão tratadas nas FDs seguintes.

Em 2009, na reportagem sobre mulheres nas torcidas organizadas de futebol, nº 61, ‘Lugar de mulher é na torcida’, uma revista vexatória é narrada, remetendo novamente à ideia de que as mulheres, ao começarem a ocupar espaços predominantemente masculinos, acabam sendo punidas. O curioso nesse caso é que o assédio é praticado por uma policial mulher, conforme relata a reportagem: *“Na caravana da Dragões da Real, acompanhada pela reportagem, as meninas enfrentaram uma revista incomum e humilhantes, segundo as torcedoras. Com as mãos no ônibus e as pernas abertas, tiveram sutiãs e calcinhas vistoriados por uma policial”*. No caso, a policial adere à ideologia sexista, que reproduz um comportamento violento, ao ocupar uma posição de poder. O título da reportagem, no entanto, não coaduna com essa ideia, pelo contrário, subverte a repetida frase machista que diz que “lugar de mulher é na cozinha”.

Em 2011, a Lei Maria da Penha é tratada como símbolo da continuidade das conquistas feministas, na entrevista com Rose Marie Muraro. Em uma das declarações, a ativista devolve a importância à Lei e ao combate à violência doméstica: *“Saiu a Lei Maria da Penha, que diminuiu a violência doméstica, que é a primeira violência que a criança vê. É a raiz de todas as outras violências, das guerras etc.”*. No entanto, quando questionada pela repórter sobre as pautas feministas de hoje, a entrevistada menciona apenas a luta por salários iguais (o que tratarei em outra FD).

Por fim, a reportagem nº 71, de 2015, apresenta velhas e novas perspectivas ao discurso sobre a violência contra as mulheres, dessa vez sob um ângulo muito mais aberto às diferentes mulheres, como demonstrado em:

VIOLÊNCIA As negras são as que mais sofrem com a violência doméstica e as maiores vítimas do feminicídio – morte de mulheres por conflito de gênero, aprovado pela Câmara de Deputados, na semana passada, para inclusão no Código Penal como agravante para o crime de homicídio. Pesquisa do Ipea

²⁰⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 22 jan. 2019.

apresentada em 2013 revela que entre 2009 e 2011 ocorreram, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada um ano, ou uma a cada hora e meia: das vítimas, 61% eram negras.

Além de aparecer, pela primeira vez, a variável raça como importante para o entendimento e combate da violência contra as mulheres, a sequência discursiva acima ainda apresenta um termo inédito até então, feminicídio, que guia uma nova diretriz legal e um novo marco no combate à violência contra as mulheres no Brasil, que se une aos discursos contrários à violência. Ou seja, a partir da sanção da Lei 13.104 de 2015²⁰⁸, ratificada pela presidenta Dilma Rousseff, um dia após a publicação da reportagem, os assassinatos realizados em razão de sexo passam a ser considerados homicídios qualificados, sujeitos à pena maior. Segundo De Los Ríos (2004), feminicídio é uma categoria que faz parte dos estudos feministas, que ficou conhecida a partir da obra **Femicide: The Politics of Woman Killing**, escrita por Diana Russell y Jill Radford, em 1992. Nas línguas espanhola e portuguesa, foi traduzida como ‘feminicídio’.

O feminicídio é o genocídio contra as mulheres e acontece quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem ataques contra a integridade, a saúde, as liberdades e a vida das mulheres. No feminicídio, concorrem, no tempo e espaço, agressões contra as mulheres realizadas por conhecidos e desconhecidos, por [homens] violentos, estupradores e assassinos individuais e coletivos, ocasionais ou profissionais, levando à morte cruel de algumas das vítimas. [...] O feminicídio é constituído pelo ambiente ideológico e social do machismo e da misoginia, da violência normalizada contra a mulher, e por ausências legais e governamentais, o que gera condições de vida inseguras para as mulheres [...]. Contribuem para o feminicídio o silêncio social, a negligência, a ideia de que existem problemas mais urgentes, a vergonha e a raiva que não levam a transformar as coisas, mas a diminuir o fato e a mostrar que não são tantas ‘as mortas’ (DE LOS RÍOS, 2004, p. 9-10, tradução nossa²⁰⁹).

Também, pela primeira vez, o estupro corretivo, violência praticada especificamente contra mulheres lésbicas, é mencionado: “*Descendo a um plano mais*

²⁰⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 9 dez. 2018.

²⁰⁹ El feminicidio es el genocidio contra mujeres y sucede cuando las condiciones históricas generan prácticas sociales que permiten atentados contra la integridad, la salud, las libertades y la vida de las mujeres. En el feminicidio concurren en tiempo y espacio, daños contra mujeres realizados por conocidos y desconocidos, por violentos, violadores y asesinos individuales y grupales, ocasionales o profesionales, que conducen a la muerte cruel de algunas de las víctimas. [...] El feminicidio se conforma por el ambiente ideológico y social de machismo y misoginia, de violencia normalizada contra las mujeres, y por ausencias legales y de políticas de gobierno lo que genera condiciones de convivencia insegura para las mujeres [...]. Contribuyen al feminicidio el silencio social, la desatención, la idea de que hay problemas más urgentes, y la vergüenza y el enojo que no conminan a transformar las cosas sino a disminuir el hecho y demostrar que no son tantas “las muertas”.

específico, Márcia Balabes chama atenção para uma modalidade de estupro que acontece apenas com mulheres lésbicas, o chamado estupro corretivo, que visa ‘ensinar’ a mulher homossexual a gostar dos homens”, o que demonstra que a diversidade de mulheres começa, finalmente, a ganhar voz na **Folha de S.Paulo**. Ressalto, na sequência discursiva citada, o uso do termo ensinar entre aspas. A reportagem, ao realizar essa sinalização, chama a atenção àquele termo, marcando, na classificação de Authier-Revuz (1998), a “não coincidência entre as palavras e as coisas”, já que ninguém é capaz de ensinar uma pessoa homossexual a ser heterossexual.

Outro debate novo na cobertura do jornal é o da prostituição – prática violenta ou não? Atitudes como os assédios e abusos nos metrô e a criação do vagão rosa são problematizadas. Conquista ou naturalização da violência? Percebe-se, assim, em meio às repetições que formam a aparência de unidade, as possibilidades de rupturas discursivas. “Não se deve acreditar que a ruptura seja uma espécie de grande deriva geral a que estariam submetidas, ao mesmo tempo, todas as formações discursivas [...] não é o lapso sem duração que separaria duas épocas” (FOUCAULT, 2008, p. 196). Os discursos estão sempre abertos à transformação, mas isso ocorre de forma gradativa e não necessariamente de maneira linear.

Ainda em 2015, na sequência da reportagem nº 71, é apresentada a publicação ‘Masculinistas atacam ‘feminazis’’, nº 72, onde os masculinistas negam haver uma cultura do estupro. Nesse sentido, a notícia aponta para a existência de um contra-discurso, por meio da fala de uma das fontes: “*É a típica falsa-política-marqueteira que diz por aí que há uma ‘cultura do estupro’, quando no fundo querem é regular o comportamento normal das pessoas*”, deixando subentendido que é algo natural. Na declaração, na verdade, há uma confusão entre natural e naturalizado, já que a realidade social e o próprio comportamento humano é construído e variável, o que não é problematizado na publicação. Discorrerei mais sobre a publicação nº 72 e os sentidos relacionados aos termos ‘masculinistas’ e ‘feminazis’ na FD dos feminismos.

A avaliação dessa FD ao longo dos anos, a partir das sequências discursivas extraídas das principais publicações, mostra que a cobertura do **DIM**, apesar de dar visibilidade ao problema da violência contra as mulheres e, em geral, não aderir ao discurso do agressor, o faz de forma pouco crítica, limitando-se a expor dados e declarações, com um trabalho de interpretação jornalística superficial. A reportagem de

2015, foge da regra encontrada nos outros anos, pois problematiza novas e velhas questões, devendo ser observado que é publicada no auge da **Primavera Feminista**. A violência retratada, considerada a materialidade histórica discursiva, envolve aspectos ligados à honra e moral, culpabilização das vítimas, dominação e ódio, além da tentativa de devolver as mulheres aos seus lugares sociais tradicionais, ou seja, ao âmbito doméstico, com relações heterossexuais. Ranços do sistema patriarcal são problematizados e denunciados pela **Folha de S.Paulo**.

4.2.4 Feminismos: entre a “ridicularização”, a “falta de unidade” e o “respeito” pelas lutas empreendidas pelas mulheres

Nesta formação discursiva (FD), foram agrupados enunciados que ora aderem e defendem feminismos, ora repelem e, até mesmo, os ridicularizam. Enunciados que apontam para a falta de unidade dos feminismos também foram encontrados, assim como alguns que denotam respeito. As publicações relacionadas a este tópico foram listadas no Quadro 9²¹⁰.

Quadro 9 – Notícias analisadas na FD de feminismos

Ano	nº	Título	Localização	Assinatura	Pg.
1975	2	Em cada país um lembrança	Ilustrada, Nova Mulher	AZ	29
	4	A emenda para a igualdade de direitos		-	
		A caça ao homem (charge)		-	
1977	7	Dia da Mulher não sensibiliza os vereadores	Ilustrada	-	37
1979	8	Mulheres comemoram seu dia exigindo uma transformação	Ilustrada	-	35
	9	A primeira revolta		Inês Castilho	
	10	A senhora de preto (artigo/ opinião)		Radha Abramo	
	11	Os machistas reagem com as piadinhas de sempre (artigo/ opinião)		Osmar Freitas Jr.	
1981		O que as mulheres tanto procuram? (capa caderno)	Folhetim n. 216	-	capa
	13	Casamento e maternidade: o que mudou? (debate)		-	10-15
1991	30	Entre fuzil e véu, feminismo busca seu caminho	Mundo	Cecília Gouvêa Dourado e José Arbex (colaborador)	2.3
1999		1934... 1968... 1985... e hoje? (capa caderno)	Folhateen	-	capa
	46	Fatos marcantes da história da mulher		-	7.3
2005		O que elas querem (capa caderno)	Especial	-	capa

²¹⁰ Observo que a aparição de um texto em uma FD não impede que ele seja novamente analisado em outra, quando pertinente.

	56	Novos cenários... (opinião especialistas)	Mulher	Lucila Scavone, Eva Blay, Maria Rita Kehl, Ellen Hardy	18
2007		Que feminismo é esse? (capa caderno)	Especial	-	capa
	58	Sociedade desigual, direitos diferentes	Mulher	Laura Capriglione	2
2011	64	Quero ‘empoderar’ as mulheres de baixa renda (entrevista)	Cotidiano	Eleonora de Lucena	C9
2015	71	Mosaico feminista	Ilustríssima	Úrsula Passos e Patrícia Campos Mello (colaboradora)	6-7
	72	Masculinistas atacam ‘feminazis’		Anna Virginia Balloussier	7
Total	15				

Fonte: Elaborado pela autora.

O discurso contra-feminista é percebido já em 1975, quando, na notícia nº 2, sobre os selos alusivos ao **Ano Internacional das Mulheres**, há uma amostra no trecho: “*A Austrália apresenta estranho desenho de miss²¹¹ Leonora Howlett: um símbolo que reúne o sol, a lua e a mulher. Tudo em vermelho e verde, as cores que as ‘sufragetes’ usaram para desfaldar a bandeira das reivindicações femininas”.* Dos oito selos descritos, esse é o único que recebe algum tipo de crítica e que também faz referência aos movimentos feministas, além de ser o único criado por uma mulher, a artista Leonora Howlett, entre os que citam essa informação. Como mostrado na sequência discursiva²¹² acima, o desenho do selo australiano é adjetivado como estranho, em seguida ele é descrito (a imagem do selo também está publicada no jornal, mas encontra-se totalmente ilegível, o que não ocorre com as demais) e associado, pelas cores utilizadas pela artista, aos movimentos pelo voto feminino, identificado pela palavra ‘sufragetes’. O selo criado pela artista australiana destoa dos demais por fugir de imagens tradicionais, o que vai ao encontro das propostas subversivas dos feminismos (ver Imagem 7). Ademais, ‘estranho’ insinua a ideia de algo fora do normal. Estranho opõe-se a familiar, como sabemos. Entretanto, por que chamar de estranho algo que está na raiz dos movimentos feministas? E por que evocar o substantivo sufragetes, originariamente criado para ironizar e desmerecer as lutas das mulheres pelo direito ao voto?

²¹¹ Na época, ainda era comum o uso de pronomes de tratamento em textos jornalísticos, como dona, senhor, senhora, senhorita. Na trecho em questão, provavelmente por se tratar de um texto traduzido do inglês, foi mantido o pronome Miss, equivalente a senhorita no português, que era utilizado para distinguir mulheres solteiras de casadas (senhora/ Ms).

²¹² Essa é a forma como chamarei, com base no disposto por Benetti (2016), os trechos do jornal utilizados para exemplificar as FD.



Imagem 7 – Selo postal da Austrália, especial para o Ano Internacional das Mulheres

Fonte: Disponível em: <https://www.hipstamp.com/listing/australia-609-intl-womens-year-singlemnh/4211420>. Acesso em: 25 mar. 2019.

É preciso observar que a notícia identifica de forma incorreta as cores do selo australiano e do movimento pelo voto feminino. Como explica Sawyer (2006), haviam duas organizações diferentes de sufragistas no contexto do Reino Unido, a **National Union of Women's Suffrage Societies (NUWSS)**, que foi criada primeiro e utilizou as cores vermelho, verde e branco e a **Women's Social and Political Union (WSPU)**, que, para se diferenciar, adotou as cores violeta, verde e branco. As últimas foram as que chegaram na Austrália (também utilizadas nos materiais de divulgação do **Ano Internacional das Mulheres** no país), e são as mais amplamente adotadas pelos movimentos feministas em âmbito mundial, ajudando a criar uma identidade para a luta. É, realmente, notória a adoção do violeta/roxo/lilás em materiais de divulgação de movimentos feministas e de mulheres no Brasil e em programas no Estado – apenas para citar um exemplo, existia até poucos anos um serviço do estado do Rio Grande do Sul chamado **Escuta Lilás**, responsável por acolher denúncias de violência doméstica. Ainda segundo Sawyer (2006), foram atribuídos muitos significados às cores ao longo dos anos, mas violeta geralmente é identificada com a cor da coragem, lealdade e dignidade. Também houve quem explicasse a aplicação das cores como acrônimo de *Give (green) Women (white) the Vote (violet)*, espécie de slogan dos movimentos pelo voto feminino.

Passemos à análise do termo sufragetes entre aspas. Como mencionado, havia dois grupos de sufragistas no Reino Unido. Segundo Abreu (2002), o primeiro (vermelho) era constitucionalista, ou seja, agia em conformidade com a lei, suas ativistas eram conhecidas como ‘as sufragistas’. O segundo (violeta) tinha uma militância mais incisiva e chamava

para a luta imediata pela conquista do voto²¹³, mesmo que para isso fosse necessário entrar em confronto com o governo e com as leis. Havia, assim, dois grupos de mulheres lutando pelo sufrágio, as do primeiro grupo já eram conhecidas como sufragistas; então, em 1906, conforme afirma Kelly (2004), o jornal britânico **Daily Mail** apelidou o segundo grupo de ‘suffragettes’, como forma de diferenciá-las – uma distinção depreciativa, pois o sufixo ‘ette’ na língua inglesa é usado em diminutivos, ou seja, o grupo foi apelidado de ‘sufragistinhas’²¹⁴. Assim, no contexto da afirmativa, as aspas podem ser interpretadas como um mecanismo utilizado para marcar o distanciamento para com as lutas empreendidas pelos movimentos feministas²¹⁵. É preciso assinalar que o uso de diminutivos está presente também em outros momentos da cobertura, como nas publicações nº 11 (piadinhas) e 12 (cabecinhas), ambas de 1979. Na primeira, o termo é usado como forma de rechaçar o discursivo machista, o que explicarei melhor em seguida. Na segunda, a palavra ajuda a reforçar a associação das mulheres a futilidades, o que tratarei no tópico 4.2.5.

No mesmo ano, a notícia nº 4, que aborda a mudança da legislação estadunidense para assegurar direitos iguais às mulheres, discute, nos três últimos parágrafos, a possibilidade delas serem convocadas pelo exército. A publicação aponta que os grupos feministas envolvidos no debate foram contrários às propostas que visavam isentar as mulheres da convocação militar, o que o Senado dos Estados Unidos acatou. Em seguida, é apresentada uma charge, com a legenda: “*A caça ao homem*”, enquanto o desenho mostra diversas mulheres correndo atrás de um único homem, com objetos como tridentes, redes, facas, laços e pistolas, conforme apresentado na Imagem 8.

²¹³ Segundo Abreu (2002), o lema desse grupo era **Deeds not Words**, ou seja, Ações, não Palavras.

²¹⁴ O entendimento dessa distinção leva-me imediatamente a lembrar do filme que ficou conhecido no Brasil como **As Sufragistas**, uma adaptação brasileira ao título original **Suffragette**, que acaba por distorcer a própria história que é contada. Ao que tudo indica, a obra narra os feitos do segundo grupo, das sufragetes. Uma das personagens, Emmeline Pankhurst, realmente existiu e foi a fundadora do **WSPU**. Além disso, a cor violeta aparece em diversos momentos da película, inclusive é o nome de uma das personagens (Violet).

²¹⁵ Além do termo ‘estranho’, fala-se em ‘reivindicações femininas’, e não feministas.



Imagem 8 – Reprodução da charge situada abaixo na notícia nº 4, de 1975
 Fonte: Acervo on-line do jornal Folha de S.Paulo, edição de 8 de março de 1975. Disponível em:
<https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 9 jan. 2019.

Chama a atenção, na legenda da imagem, a observação de que se trata de uma publicação da imprensa checoslovaca²¹⁶. Não há clareza sobre o contexto e a referência original da charge, mas, na apresentação desta notícia, ela é utilizada como forma de ilustrar as informações apresentadas anteriormente, ou seja, uma maneira de ironizar a possibilidade das mulheres fazerem parte do exército dos Estados Unidos. A associação evoca a ideia de que os movimentos feministas são contrários aos homens, uma distorção das aspirações defendidas pelos feminismos. A guerra das mulheres é contra a opressão, e não contra os homens.

Em 1977, na notícia nº 7, já no contexto dos feminismos brasileiros, novamente é utilizado um termo que, na verdade, não é pejorativo, mas que costuma ser aplicado com esse fim: “*Mesmo com problemas, as representantes do feminismo tupiniquim não deixarão de comemorar o Dia Internacional da Mulher*”. Segundo Barcellos (2008), o povo tupiniquim pertence ao tronco linguístico (maneira como especialistas identificam grupos indígenas) tupi-guarani, uma das vertentes da linhagem tupi, a maior do Brasil ao lado dos macross-jês. Levando em consideração o contexto da notícia, que nada tem a ver com movimentos feministas indígenas, a expressão é aplicada como forma de depreciar, dessa vez, os feminismos brasileiros, como contesta Krenak (2015, p. 327): “E viva a colonização! Ora, os Guarani, os Kaingang, os Tupiniquim que, aliás, ‘tupiniquim’ virou um apelido pejorativo. As pessoas falam ‘ah, não sei quê lá, isso é tecnologia tupiniquim’”. Tupiniquim é usado, assim, como sinônimo de atraso, ou como forma de diminuir e menosprezar alguma coisa, pessoa ou grupo. Dessa forma, a expressão ‘feminismo

²¹⁶ A Checoslováquia foi um país europeu que, em 1992, subdividiu-se em: Eslováquia e República Checa.

tupiniquim’ carrega um duplo sentido de submissão: ao mesmo tempo que diminui os povos originários, diminui também os feminismos locais, e, ao diminuí-las, reafirma uma suposta superioridade dos colonizadores e também dos feminismos de Um Terço do mundo. É o pensamento colonizador sendo reproduzido pelo colonizado nos mais diversos meios, inclusive no jornalismo, na publicidade, no cinema e na literatura. “A literatura latino-americana, sem contar a europeia, fez do índio sua personagem durante séculos e, durante séculos, renegou seu lado índio, já que se coloca sempre como inferior e subdesenvolvida, denominando-se, pejorativamente, tupiniquim” (WALTY, 1992, p. 112). Interpreto essa negação de forma semelhante ao entendimento de Carneiro (1995) sobre homens negros que desvalorizam mulheres negras, como uma forma de se igualar ao colonizador e, assim, sentir-se menos desvalorizado, ainda que aos olhos dos colonizadores continuem sendo tão tupiniquins quanto qualquer indígena de verdade.

O brasileiro fala de seu lado tupiniquim para diminuí-lo e mesmo neutralizá-lo perante o ‘primeiro mundo’. Trata-se da assepsia do espaço. Seria preciso aceitar o adjetivo tupiniquim, não como forma de oposição ao modelo do colonizador, retomando a eterna questão entre cópia e modelo, mas como forma de explicitação daquilo que foi jogado debaixo do tapete para não ser visto pelas visitas, reinstaurando a possibilidade da troca simbólica. Literatura índia, literatura tupiniquim, com sua carga pejorativa de menor, de selvagem, não culta, mas também com sua carga positiva de possibilidade da diferença (WALTY, 1992, p. 119).

O que afirma Walty (1992) também vale para o jornalismo, é preciso resgatar as diferenças e não jogá-las no lixo, já que com tal atitude acabo por descartar parte de mim mesma/o. É necessário estar aberta/o ao dialogismo, ir ao encontro do outro, do diferente, despir-se de preconceções como defendido por Medina (2017).

Em 1979, o artigo nº 11, ao criticar os machistas reacionários ao **I Congresso da Mulher Paulista**, também retoma (mas dessa vez para recriminar) diversos enunciados que tendem a ridicularizar, diminuir a importância ou distorcer os movimentos feministas:

Uma das melhores armas do exército chauvinista²¹⁷ é sem dúvida a ‘Grande Queima de Washington’. Foi quando a ‘mulherada’ – como dizem os machistas – sob comando do ‘general Betty Friedman, flambou seus soutiens’ em frente ao Capitólio. ‘Uma grande mancada’, segundo Zé Carlos, um estudante de Administração de Empresas. Ele garante que o movimento feminista caiu muito

²¹⁷ De acordo com Bianchi (1998), a palavra chauvinismo está ligada ao sentimento exagerado de patriotismo, personalizado pela figura de Nicolas Chauvin, soldado das tropas napoleônicas. É termo próximo à xenofobia (aversão a pessoas estrangeiras), já que acaba levando à diminuição dos demais povos.

em descrédito e que deu chance para o revide: 'Vê se pode, por fogo em sutiem. Claro que concordo com a queima, detesto essa peça íntima, são terríveis, mas como tática de movimento é de fazer rir'. O folclore do feminismo faz com que sua importância fique relegada à chacota. Sem dúvida esta é a maior arma machista: desviar a atenção do fato para o sarcasmo. Por isso um sem números de piadas e ironias, tais como a frase de Millôr: 'O melhor movimento feminino ainda é o dos quadris'. Mas com ou sem 'gracinhas' a luta pela igualdade prossegue e, pelo que se pode perceber, a vantagem está com as mulheres, pois a mudança do comportamento chauvinista é notória.

Observo que a imprensa teve grande participação na construção dos discursos sobre os feminismos, inclusive no episódio da 'queima de sutiãs', citado na sequência discursiva acima, o que é relevante relembrar para entender os enunciados resgatados no trecho acima. Como já dito no capítulo sobre os feminismos, no contexto estadunidense, o início dos anos 1960 é conhecido como princípio da segunda onda feminista, impulsionada pelo livro **A Mística Feminina**, escrito por Betty Friedan, que traduzia o incômodo vivido pelas mulheres donas de casa, de classe média, dos Estados Unidos. Conforme conta Tuchman (1983), Friedan, além de ter sido repórter e ter acesso facilitado à imprensa, também foi uma das fundadoras e primeira presidenta da **Organização Nacional para Mulheres (NOW)**²¹⁸, ajudando, assim, a mobilizar a cobertura midiática em torno dos feminismos. Seus contatos, no entanto, eram majoritariamente da imprensa de revistas, o que, somado ao fato dos editores serem quase sempre homens, acabou impondo um tratamento no estilo notícia branda, ou seja, mais distante do factual, voltado aos interesses de grupos específicos, e um tanto quanto depreciativo. Para exemplificar, ela cita um texto de Hole e Levine (1971, p. 34 apud TUCHMAN, 1983. p. 151), lembrando que a cobertura da **Conferência da Casa Branca sobre Igualdade de Oportunidades**, realizada pelo jornal **New York Times**, em 1965, entre muitas possibilidades, usou como chamada de capa a seguinte frase: 'Por exemplo, poderá ela jogar bola pelos Mets²¹⁹?', referindo-se a uma provocação (se teriam que existir também coelhinhos da revista **Playboy**) feita durante a **Conferência** em que uma lei sobre igualdade de direitos era discutida. A lei, então, ganhou o apelido de **Lei do Coelho**²²⁰ e a essa foi a direção assumida naquela cobertura.

Em seguida, Tuchman (1983) também cita o episódio que ficou conhecido como a 'queima de sutiãs'. Segundo Dow (2003), a criação desse mito ocorreu em um protesto

²¹⁸ National Organization for Women.

²¹⁹ **New York Mets** é o nome de um time de beisebol estadunidense. A ironia também denota que era inimaginável mulheres jogando beisebol profissional na época.

²²⁰ No Brasil, algo semelhante ocorreu com o programa Escola sem Homofobia, apelidado pela bancada evangélica de Kit Gay, expressão que acabou repercutindo também na cobertura jornalística.

organizado por um grupo de feministas radicais²²¹ do **Mulheres Radicais de Nova Iorque (NYRW)**²²², em 1968, contra a opressão sofrida pelas mulheres (objetificação, padrões de beleza, já que nenhuma mulher negra havia ganhado o concurso ainda, e padrões difundidos pelo patriarcado-capitalismo-consumo de um ideal de mulher) durante o concurso Miss América, realizado em Atlantic City. Conforme conta a autora, enquanto as feministas diziam ‘O pessoal é político’, a mídia invertia a afirmativa, indicando que o político era pessoal. O protesto realizado naquele dia era contra o que o concurso de beleza representava, e não contra as mulheres participantes. O enfoque dado pela mídia, no entanto, remetia ao contrário, levando ao entendimento de que as manifestantes estariam com inveja das belas participantes do concurso. O protesto também seria uma maneira de chamar a atenção dos homens, já que não o conseguiam fazer por meio da beleza, indo ao encontro do discurso da rivalidade feminina e do estereótipo de que as feministas são feias, não atraentes e pouco femininas.

Dow (2003) explica que diversos estudos feministas comprovaram que nenhum sutiã foi queimado naquele dia, mas esse é um dos maiores mitos associado aos movimentos – em minha opinião, somado ao que diz que o **DIM** foi uma homenagem às operárias que morreram queimadas no incêndio da fábrica de Nova Iorque, comentado no tópico 3.2, do capítulo sobre feminismos.

O sutiã foi apenas um dos muitos itens que foram jogados em uma ‘lata de lixo’ no calçadão de Atlantic City em 7 de setembro de 1968: também havia cinturas, saltos altos, cosméticos, modeladores de cílios, perucas, edições da *Cosmopolitan*, *Playboy*, e *Ladies Home Journal* – o que as feministas denominaram ‘instrumentos de tortura’ para as mulheres. A lata de lixo nunca foi incendiada, mas o boato de que seria – e a suposição posterior de que ela tinha sido – foi iniciado pela discussão do organizador de protesto Robin Morgan com um repórter do *New York Post* alguns dias antes (DOW, 2003, p. 130-131, tradução nossa²²³).

²²¹ Como já explicado no capítulo sobre feminismos, havia naquele contexto dois grupos principais de feministas: liberais e radicais.

²²² New York Radical Women.

²²³ Bras were only one of many items that were tossed into a “freedom trash can” on the boardwalk in Atlantic City on September 7, 1968: also included were girdles, high heels, cosmetics, eyelash curlers, wigs, issues of *Cosmopolitan*, *Playboy*, and *Ladies Home Journal*—what feminists termed “instruments of torture” to women. The trash can was never lit on fire, but the rumor that it would be—and the later assumption that it had been—was begun by protest organizer Robin Morgan’s discussion with a *New York Post* reporter a few days earlier.

Tuchman (1983) também corrobora com a descrição de Dow (2003), afirmando que, muitas vezes, até mesmo repórteres mulheres simpatizantes dos movimentos acabavam reafirmando estereótipos, ao valorizar banalidades ou inventar fatos para satisfazer a expectativa de seus editores e garantir que seu trabalho fosse publicado, como acaba admitindo anos depois a repórter do jornal **New York Post** Lindsay Van Gelder. Essa prática remete ao que Medina (2006, p. 109) analisa acerca das “múltiplas faces da censura”. Segundo ela, referindo-se ao período em que trabalhou no jornal **O Estado de S. Paulo**:

Cotidianamente enfrentei uma lista de intelectuais censurados [...], sob a justificativa *a casa não quer que publique nada desse jeito*, ou, de forma muito sintética, *o homem não quer*. Quem é essa instituição doméstica, *a casa*? Quem é *o homem*? [...] Para minha surpresa, ao chegar ao centro da casa, diante do homem – no caso, Júlio de Mesquita Neto –, verificava, espantada, que não existia a ordem vertical e que, numa simples argumentação (faz lembrar a teoria da ação comunicativa de Habermas), desfazia-se o cerceamento da informação (MEDINA, 2006, p. 109, grifo da autora).

Sobre o caso específico da cobertura realizada por Van Gelder, além da autocensura, Dow (2003) conta que ela, provavelmente, valeu-se de referências de movimentos anteriores, em que objetos simbólicos foram queimados como forma de protesto, para valorizar o acontecimento, uma atitude que no âmbito do jornalismo pode ser identificada com o valor-notícia de consonância, mas que se afasta da ideia de exatidão. Fora do contexto, a simbologia perdeu-se, ajudando a construir um fato que, apesar de ter dado notoriedade ao movimento, colaborou com a construção discursiva que associa os feminismos a futilidades, como se as mulheres estivessem lutando apenas pelo direito de se livrarem dos sutiãs, desqualificando as reivindicações políticas das manifestantes.

Esses ideias, como já dito, continuam mais vivas do que nunca e ajudam a construir verdades sobre determinados assuntos, muitas vezes apenas tirando-os do contexto, como no caso da nudez realmente existente na **Marcha das Vadias**. Conforme explicam Gomes e Sorj (2014), esse é um movimento que ocorre anualmente em âmbito mundial, que surgiu no Canadá como forma de repudiar declarações que afirmavam que mulheres merecem ser estupradas por estarem vestidas de determinada maneira. O que se pretende, na realidade, é reafirmar a autonomia dos corpos e fazer deles instrumentos políticos.

Voltando ao artigo publicado na **Folha**, nele o autor critica a ridicularização dos movimentos de forma explícita em: “*O folclore do feminismo faz com que sua importância*

fique relegada à chacota. Sem dúvida esta é a maior arma machista: desviar a atenção do fato para o sarcasmo”, e também se distancia do discurso machista na sequência discursiva: “*Uma das melhores armas do exército chauvinista é sem dúvida a ‘Grande Queima de Washington’. Foi quando a ‘mulherada’ – como dizem os machistas – sob comando do ‘general Betty Friedman, flambou seus soutiens’ em frente ao Capitólio*”. Ao apresentar ‘Grande Queima de Washington’ entre aspas, o autor do artigo marca o seu distanciamento do discurso do grupo que ele critica no texto, o dos machistas. Como explicado por Authier-Revuz (1998), essa é uma das formas de modalização autonímica para ressaltar a não coincidência do discurso do enunciador, Osmar Freitas Jr., autor do artigo, com o do grupo dos machistas. O trecho seguinte ao apresentar ‘mulherada’ entre aspas, seguida pela explicação ‘como dizem os machistas’, remete também ao sentido de uma não coincidência discursiva, o que é feito em outros momentos, como mostrado no primeiro trecho.

O mito da queima de sutiãs repercutiu e ainda repercute nos feminismos brasileiros. A associação apresentada entre os discursos de cunho patriarcal com o protesto de Washington, as alusões a Betty Friedan e ao escritor Millôr Fernandes, no artigo nº 11, não são obra do acaso. Em abril de 1971, Friedan veio ao Brasil para o lançamento do livro **A Mística Feminina**, traduzido por Rose Marie Muraro. Na ocasião, foi entrevistada por diversos escritores do jornal **O Pasquim**²²⁴, entre eles, Millôr Fernandes, o qual reafirmou por diversas vezes (por deboche e provocação) a existência do episódio da queima de sutiãs, ainda que a entrevistada tenha negado, chegando a tal ponto que o encontro teve que ser interrompido por alguns instantes²²⁵. O artigo publicado na **Folha**, assim, promove a interdiscursividade com a entrevista do alternativo **O Pasquim**, publicada cerca de oito anos antes. No artigo da **Folha**, Friedan é também chamada de general, como se ela fosse a líder do movimento (conforme já dito, foi seu livro que impulsionou os feminismos da segunda onda estadunidense), havendo uma construção que remete a uma guerra de mulheres contra homens, o que, na verdade, só faz sentido se não for, como lembrado Dow (2003), individualizado. Há nesse trecho também a interdiscursividade com a charge de 1975, mencionada anteriormente. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2016), o interdiscurso é uma espécie de jogo entre discursos, que age na atribuição dos sentidos. A

²²⁴ Edição nº 94, de 3 a 9 de outubro de 1972.

²²⁵ A entrevista de três páginas de **O Pasquim** com certeza rendem uma análise a parte.

exposição dessas relações é uma das formas de desconstruir a ilusão de transparência e de neutralidade da linguagem.

Ainda em 1979, nas publicações nº 8, 9 e 10, referentes ao **I Congresso da Mulher Paulista**, é possível perceber enunciados que remetem à divisão entre as mulheres, como, por exemplo, na notícia nº 8: “*Elas procuram agora a unidade do movimento*” ou no trecho “[...] *mulheres do povo e líderes feministas convidadas*”. A falta de unidade parece ser percebida como um problema, que deve ser resolvido, quando, na verdade, só é realmente uma barreira se os interesses de um grupo se sobrepõem aos dos outros. Como não é possível falar em uma mulher universal, também não é possível um movimento uniforme. Não há diferenças apenas entre mulheres feministas e não feministas, como apresentado em nº 9, notícia que faz um retrospecto dos movimentos feministas: “*Na capital, as comemorações começaram no dia 4, quando nove grupos femininos e feministas se reuniram na Tuquinha*”, feministas também se subdividem em vários grupos, assim como as mulheres não feministas. No artigo nº 10, de Radha Abramo, também é enfatizada essa divisão entre as mulheres: “*O Congresso de Mulheres que se realiza em São Paulo mostrou claramente a situação atual da mulher brasileira: de um lado, as representantes das elites intelectuais (estudantes, jornalistas, sociólogas, etc); e de outro, as trabalhadoras em geral*”. São construções que remetem à existência de mulheres, no plural, mas que podem também resgatar um sentido de rivalidade entre elas, assim como já apontado no caso do protesto do concurso Miss América, ou como ocorreu na cobertura da **Conferência do México**, organizada pela ONU, em 1975, conforme relatado no tópico em que falo sobre o **Ano Internacional das Mulheres** (capítulo 2).

Em 1981, no debate nº 13, destaco a fala de Carmem Barroso, que enfatiza, novamente, a distorção dos discursos feministas, assim como realizado no artigo nº 11, de 1979, que se contrapõe aos discursos machista.

Quando se questiona a maternidade compulsória, quando se reivindica o direito inalienável da mulher ao controle do próprio corpo, o que se postula, evidentemente, não é a não maternidade igualmente compulsória. Isto é tão óbvio que parece desnecessário repetir. Mas é que esse questionamento suscita medos tão profundos [...] que a colocação do problema é frequentemente distorcida, e as feministas passam a ser vistas como mulheres que não querem ter filhos.

Há, assim, uma interdiscursividade entre o artigo mencionado e o debate, em direção à desconstrução dos sentidos que distorcem e ridicularizam os feminismos. O texto que remete à pluralidade de mulheres, já mencionado na cobertura de 1979, também fica evidente, em 1981, no momento em que o debate é aberto ao público, mais especificamente na interlocução entre Isabel Loureiro (plateia) e Barroso:

Eu só queria lhe dar um esclarecimento, Isabel. É que existem diversas correntes do feminismo [...]. Então eu acho que é bom ir devagar com essa generalização de que as feministas têm uma posição autoritária, que elas procuram impor seu próprio modelo para todas as mulheres²²⁶.

A não univocidade dos feminismos, especialmente em uma perspectiva de classe, fica clara ao longo do debate. A publicação mostra as concordâncias e discordâncias entre as debatedoras em diversos assuntos tratados, e é verbalizada no trecho destacado acima, embora não haja necessariamente uma diversidade de mulheres entre as debatedoras, basicamente brancas e pertencentes à academia.

Nos anos 1983, 1985, 1987, 1989, as publicações deixam de fazer referência aos feminismos, a própria cobertura da efeméride acaba tendo pouco destaque. Assim, a impressão de que os movimentos feministas tinham perdido a força, relatado por Moreno (1988) e Blay (2017) também é observada pela cobertura jornalística. Para Blay (2017), um efeito da pluralidade dos feminismos, e não necessariamente um enfraquecimento.

Em 1991, a publicação nº 30 utiliza como pano de fundo a participação de mulheres islâmicas na Guerra do Golfo para questionar os avanços feministas:

Em 1963 a norte-americana Betty Friedan lançava o livro ‘A Mística Feminina’, que se tornaria símbolo do movimento de emancipação da mulher. Quase 30 anos depois, a mobilização de mulheres na guerra do Golfo foi um momento que marcou a nova presença feminina no mundo. As mulheres do sóbrio e austero Islã, vestidas com véu, foram um magnífico contraponto. Entre a ‘nova mulher’ ocidental e a tradição simbolizada pelo Islã, indaga-se: as mulheres realmente avançaram em sua emancipação? [...]. Mas os problemas e neuroses da ‘nova mulher’ também se acumularam, como demonstram uma pródiga produção bibliográfica e cinematográfica sobre o tema ‘Mulheres à beira de um ataque de nervos’, do diretor espanhol Pedro Almodóvar, é só um exemplo de algo caricatural.

²²⁶ Loureiro havia dito: “[...] me parece comum nas feministas, é que me parece uma postura autoritária de intelectual pequeno-burguês que se vê como um modelo para outras mulheres. Sobretudo, nos movimentos feministas isso me grila muito”.

Há três problemas na sequência discursiva acima: primeiro, ainda que a notícia distinga mulheres ocidentais e orientais, há uma perspectiva ocidental nessa distinção – o que pode ser visto como avanço ou atraso em cada cultura é relativo. Conforme reflete Boaventura de Souza Santos (1997), mesmo em um contexto em que se fala em globalização²²⁷, não há como fazer generalizações acerca das diferentes relações sociais/culturais, nem mesmo em relação ao entendimento sobre direitos humanos. “Todas as culturas tendem a considerar os seus valores máximos como os mais abrangentes, mas apenas a cultura ocidental tende a formulá-los como universais” (SANTOS, 1997, p. 112). Assim, incidem valores ocidentais também sobre o entendimento dos direitos das mulheres e sobre os feminismos, o que a cobertura jornalística acaba refletindo.

Segundo, há outras variáveis que afetam os avanços por diferentes grupos de mulheres. Não há homogeneidade nos problemas enfrentados por elas, muito menos em suas bandeiras. Terceiro, mesmo considerando que os avanços não ocorrem da mesma forma para todas as mulheres, é muito difícil dizer, no ano de 1991, que não houve avanços alavancados pelos feminismos. Há de fato, junto a eles, atualizações das opressões e desigualdades. Não há direito garantido nem uma percepção universal sobre eles, mesmo que o apagamento da diversidade possa dar essa ilusão.

Ainda sobre a publicação de 1991, é preciso ressaltar que a associação entre o que a publicação chama de “*problemas e neuroses da ‘nova mulher’*” com o filme **Mulheres à beira de um ataque de nervos**, uma ficção, não é plausível, mesmo que ela enfatize ser “*só um exemplo de algo caricatural*”. O filme não tem nenhum compromisso com a realidade – embora o cinema também seja uma tecnologia de gênero, conforme afirma Lauretis (1994) – por isso, dizer que obras como essa “*demonstram*” (comprovam) a ideia defendida não é razoável. Observo, igualmente, que a expressão ‘nova mulher’ é grafada entre aspas, indo ao encontro do discurso que questiona os avanços dos feminismos.

Em 1993, 1995 e 1997 ganham destaque temas relacionados à saúde, enquanto as referências aos movimentos feministas são silenciadas. Em termos de valores-notícia, pode-se avaliar que os discursos vinculados à saúde/ sexualidade (que serão analisados mais adiante) foram considerados mais relevantes pelo jornal, afinal, entre os temas presentes na FD da saúde está a AIDS, que foi uma epidemia em amplitude mundial. Ao mesmo tempo, silenciar sobre os feminismos no momento em que emergem enunciados

²²⁷ O autor defende que o correto seria utilizar o termo no plural.

relativos aos corpos e à sexualidade das mulheres revela o distanciamento entre essas duas FD na cobertura do jornal, como se os últimos não fossem temas a serem tratados pelas feministas. É a política do silêncio tratada por Orlandi (2002), aqui observada nos entremeios de duas FD.

Em 1999, o assunto é resgatado brevemente na publicação nº 46. Nela, pela primeira vez, Simone de Beauvoir é mencionada:

1949 Lançado o livro que marca o nascimento do feminismo radical contemporâneo. 'O Segundo Sexo', da francesa Simone de Beauvoir. Frase célebre da escritora: 'Não se nasce mulher, torna-se'. Para ela, 'as mulheres sempre foram marginalizadas porque os homens de todas as classes e partidos sempre lhes negaram uma existência autônoma.

O que chama atenção aqui é a menção à frase sublinhada, a qual seria uma das primeiras definições do conceito de gênero, ainda que a autora não mencione o termo. Na mesma página a palavra aparece, literalmente, e pela primeira vez no *corpus* analisado, em: “*O país ocupa o 56º lugar no ranking do índice do desenvolvimento humano por gênero da ONU, atrás de países como a Costa Rica e a Colômbia*”. Gênero é uma categoria analítica adotada pelos estudos feministas, que, neste ano, começava a ser assumida também pela cobertura do jornal. Posteriormente, o termo foi utilizado em: 2005, 2009, 2011, 2013 e 2015, ou seja, em todos os anos analisados a partir de 2009.

Ainda na publicação nº 46, saliento a sequência discursiva: “1968 [...] *O movimento feminino adota a palavra de ordem 'O corpo é nosso' [...]*”, (frase que aparece também na capa do caderno) a escolha da expressão ‘movimento feminino’ silencia, mais uma vez, a referência ao ‘movimento feminista’. Além disso, permanece o apagamento do termo feminismo na aproximação com a FD da saúde. Outro trecho, no entanto, que trata da participação de feministas brasileiras no movimento pró-anistia, não é construído da mesma forma: “1975 São criados diversos grupos de discussão sobre a questão da mulher. Os jornais ‘Nós Mulheres’ e ‘Brasil Mulheres’ dão voz ao *movimento pela anistia, inicialmente promovido pelas feministas*”.

Em 2001, prevalecem a pautas de saúde e violência; e em 2003, apenas violência. Os feminismos continuam silenciados. Em 2005, na publicação nº 56, os feminismos são tratados de forma respeitosa, como responsáveis por politizar o privado, no texto de Lucila Scavone: “Assim, *as organizações feministas contemporâneas colocaram as questões privadas na pauta das discussões, reivindicando a divisão sexual do trabalho doméstico e*

a livre escolha da maternidade (liberdade da contracepção e aborto)” e como forma de caminho percorrido para a libertação sexual das mulheres. Já no texto de Maria Rita Kehl: “As mulheres das gerações pós-feminismo²²⁸ já entenderam que o cuidado da casa e dos filhos não exige dedicação exclusiva. Essa exigência correspondia, acima de tudo, a uma necessidade de controle social sobre a sexualidade feminina”.

Em 2007, os feminismos são novamente questionados, em um caderno especial dedicado à cobertura do **DIM**, com a capa: ‘Que feminismo é esse?’. Na reportagem ‘Sociedade desigual, direitos diferentes’²²⁹, nº 58, a sequência discursiva abaixo vai ao encontro dessa ideia:

Um ‘mea-culpa’ percorre o feminismo brasileiro. A modelo Ana Carolina Reston Macan morreu de anorexia aos 21 anos. Tinha 40 quilos, espalhados por 1,72m, magérrima como exige a indústria da moda, mas não se ouviu a voz das militantes feministas sobre o assunto. Depois de passar anos batendo na tecla da discriminação do aborto, da violência contra a mulher e da dupla jornada de trabalho, as feministas brasileiras estão diante de um novo desafio: rejuvenescer ou perecer.

Há, assim, uma crítica aos movimentos feministas e às pautas que têm sido tratadas, indicando que são ultrapassadas, o que não é verdade (esses assuntos serão mais detalhados em FDs próprias). Ao longo do texto são retomados vários elementos que justificam a atenção à indústria da moda e da beleza como relevante para feministas. Embora a repórter afirme que o desafio é novo, ela mesma nega mais adiante²³⁰: “A indústria da moda e da beleza é o novo alvo. Nem é tão novo assim, diga-se. Foi no início dos anos 1990 que, nos Estados Unidos surgiu o livro ‘O Mito da beleza’, da escritora Naomi Wolf [...]’”. Muraro (1971) já chamava a atenção para a imposição de padrões de beleza às mulheres. Os discursos que oprimem as mulheres são renovados e o da beleza é um deles, o que é lembrado por uma das fontes da jornalista. A reportagem retoma ainda o episódio do protesto contra o concurso de beleza Miss América e o termo ‘suffragettes’, por meio da fala de uma das entrevistadas, a professora Céli Pinto:

²²⁸ Segundo Macedo (2006), há diversas interpretações para o termo pós-feminismo. Entre elas, a de que a expressão representa um momento de multiplicidade, de feminismos no plural, a de um processo de reação conservadora, um contra-feminismo ou *backlash* ideológico e de que equivaleria aos feminismos liberais e individualistas.

²²⁹ O título remete ao conceito de equidade, mas o termo não chega a ser mencionado no texto.

²³⁰ Esse texto é marcado por contradições, como será apontado em outras matrizes discursivas.

Balanço como este pode sugerir que o feminismo limitou-se a ser uma caricatura 'histórica' (lembre-se de que a palavra é oriunda da designação grega para útero), representada por mulheres 'feias' queimando sutiãs em praça pública, como chegou a acontecer de fato nos Estados Unidos. 'Desde a luta das operárias pela redução da jornada de trabalho, ainda no século 19, passando pelo pioneirismo da brasileira Berta Lutz e das 'suffragettes' da Europa e dos Estados Unidos, que exigiam o direito de votar [...]', diz Céli Pinto.

Nesse trecho, várias questões caras aos feminismos são recuperadas. Primeiro, vale lembrar que a caricatura é um tipo de desenho que destaca, exagerando, algumas características físicas ou comportamentais de alguém. Já a histeria, segundo Kehl (2008, p. 13), foi um mal estar psíquico do século XIX, que acometia, majoritariamente, mulheres – a justificativa dada antigamente estaria no aparelho reprodutor feminino; para a autora, entretanto, seria uma somatização dos conflitos que algumas mulheres começavam a viver frente aos ideais de feminilidade, uma recusa a eles, ou ao que representavam. Assim, o trecho citado faz essa associação, valendo-se dos mitos e estereótipos já comentados, mas de forma irônica, o que é marcado pelo uso das aspas nos termos-chave: histórica, feias e suffragettes. Segundo Maingueneau (2004), as aspas também tem a função de demarcar o uso de clichês ou de estereótipos, dos quais, no caso, é demarcado um distanciamento. Para o autor, “[...] a ironia *subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não é pelo locutor*. [...] meios utilizados: caráter hiperbólico do enunciado, explicitação de uma entonação (‘diz ele ironicamente’), aspas, ponto de exclamação, reticências” (MAINGUENEAU, 2004, p. 98-99, grifo do autor).

Chamo ainda a atenção a outro ponto. Segundo Kehl (2008), há duas questões principais em Freud, com relação às mulheres: ‘as mulheres tem cura?’ (referindo-se aos seus estudos sobre histeria) e ‘o que quer uma mulher?’. As duas estariam relacionadas, já que é a partir da negação de um lugar supostamente natural, o da feminilidade, que a segunda pergunta é feita.

A manutenção de um ponto enigmático sobre o querer feminino, a representação da mulher como o contingente negro da psicanálise, seriam a meu ver recursos a que Freud recorreu para manter-se ignorante a respeito do que *ele mesmo não queria saber*, embora já tivesse revelado ao resto do mundo: a diferença fundamental entre homens e mulheres é tão mínima, que não há mistério sobre o ‘outro’ sexo que um cavalheiro não pudesse responder indagando a si próprio. O que fez Freud, aliás – mas como bom neurótico, não podia saber o que estava fazendo (KEHL, 2008, p. 184, grifo da autora)

Segundo a autora, Freud também compartilhava desse ideal de feminilidade e, talvez, por não ser capaz de desvincular-se dos discursos de seu tempo não conseguiu ou não quis ir adiante. No *corpus* em análise, há pelo menos duas publicações que remetem ao questionamento freudiano ‘o que quer uma mulher?’, a capa do **Folhetim** especial, de 1981, com a pergunta ‘O que as mulheres tanto procuram?’ e a capa do especial **Mulher**, de 2005, com a frase ‘O que elas querem’. Levando em consideração que são ainda os homens que ocupam os cargos de decisão no jornalismo e que as lideranças, mesmo quando mulheres, assumem posições de gênero tipicamente masculinas, como afirma Silva (2014), não é surpreendente que essa pergunta continue sendo reproduzida também pelo jornalismo. Ainda que, neste estudo, ela tenha aparecido apenas nos dois momentos mencionados, deparei-me diversas vezes com essa questão ao longo da íntegra das edições do **DIM** do jornal, inclusive em 2015, havendo, nesse sentido, também uma interdiscursividade entre as edições. De acordo com Maingueneau (1997), é por meio da interdiscursividade que as FDs são definidas. Assim, compreendo que o questionamento de Freud, na cobertura do DIM, também é utilizada como uma forma de questionamento às reivindicações feministas.

Em 2011, os discursos sobre os feminismos são retomados por meio de uma entrevista com a ativista Rose Marie Muraro, nº 64, intitulada ‘Quero ‘empoderar’ as mulheres de baixa renda’. Ao ser questionada sobre um suposto enfraquecimento dos movimentos, ela responde: “*Ao contrário, Ele [o movimento] está na Presidência da República. Isso me irrita: achar que o feminismo é mais fraco porque é menos barulhento. Ao contrário, está muitíssimo mais forte”. Poucos anos depois os feminismos voltariam a fazer bastante barulho, com as mobilizações alavancadas pela internet, mostrando que Muraro estava realmente certa. Em outro trecho, a feminista ainda lembra de uma série de estereótipos que eram associados a ela por ser feminista: “*Quando comecei me chamavam de prostituta, mal amada, machona, solteirona. Hoje, os tapetes vermelhos estão abertos para mim. Já não sou vista como uma bruxa contra os homens”*. Todas essas designações são, novamente, formas de desqualificar e distorcer os movimentos, como já comentei ao longo deste tópico. Mesmo que ela dê essa questão como superada ao falar de si, cabe ressaltar que se trata de uma das feministas mais reconhecidas do Brasil, com vários livros escritos e publicados, tanto que ela foi declarada Patrona do feminismo brasileiro, em*

2005²³¹, o que a entrevista chega a citar. Muraro, assim, silencia sobre o fato dessas agressões persistirem, o que também não é levado em consideração pela entrevistadora. Segundo Miskolci e Campana (2017), pelo menos desde o início dos anos 2000 ganhou força um discurso moralizante, especialmente em relação a práticas sexuais e reprodutivas, contrário ao que foi denominado ‘ideologia de gênero’ – inicialmente, uma “[...] reação católica à disseminação da agenda feminista por igualdade a partir da Conferência de Beijing (1995)” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 742) – trazendo à tona muitos discursos antifeministas, em prol dos ‘valores da família’. Isso é bastante evidente na postura de integrantes do atual governo, especialmente nas declarações da ministra da **Mulher, Família e Direitos Humanos**, Damares Alves. Em um dos vídeos reproduzidos no programa **Fantástico** de 13 de janeiro de 2019²³², por exemplo, ela afirmava que as feministas não gostam de homens porque são feias.

Ainda sobre a entrevista de Muraro, chamo a atenção à palavra empoderar, presente no título e ao longo do texto sempre entre aspas. Esse termo também vem sendo utilizado desde a **Declaração de Pequim**, de 1995, e o uso entre aspas aponta para um distanciamento em relação à expressão frequentemente utilizada por feministas, mesmo que o *Vocabulo Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*²³³, edição de 2009, desenvolvido pela Academia Brasileira de Letras, traga a palavra. Como Maingueneau (2004) diz, o uso das aspas é também uma maneira de indicar que um termo não pertence ao universo de sentidos da leitora ou leitor-modelo do jornal. “O enunciador que faz uso das aspas, conscientemente ou não, deve construir para si uma determinada representação dos seus leitores, para antecipar a capacidade de interpretação: ele colocará aspas onde presume que é isso que se espera dele (MAINGUENEAU, 2004, p. 163).

Por fim, em 2015, a reportagem nº 71, ‘Mosaico Feminista’, retrata a realidade dos feminismos, definido já no próprio título como diverso:

Uma terceira onda ganhou corpo na década de 1990, tendo como traço marcante a diversidade e a diferença. Amplificado pela internet e entrelaçado a uma multiplicidade de reivindicações de grupos específicos, o feminismo tornou-se mais fragmentado. Representado por um mosaico de vertentes, coletivos e

²³¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2005/12/08/rose-marie-muraro-e-declarada-patrona-do-feminismo-nacional>. Acesso em: 13 dez. 2018.

²³² Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/01/13/damares-alves-conheca-a-historia-da-ministra-que-se-envolveu-em-polemicas.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2019.

²³³ Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 15 jan. 2019.

microgrupos, o movimento ampliou suas bandeiras e incluiu em sua agenda demandas de mulheres negras, lésbicas, travestis e transexuais.

A publicação refere-se às ondas feministas, uma perspectiva dos feminismos de Um Terço do mundo, para desenvolver um retrospecto, enquadrando os feminismos atuais em uma terceira onda marcada pela: diversidade, diferença, multiplicidade de reivindicações de grupos específicos e fragmentação²³⁴ – um mosaico de vertentes. O subtítulo, “*O movimento na era da dispersão*”, também remete aos mesmos sentidos. Essas características já vinham sendo sugeridas em publicações de 1979, de 1981 e, pela referência ao termo pós-feminismo, em 2005. Agora elas aparecem como um característica assumida e aceita. A reportagem apresenta, assim, diferentes grupos feministas e distintas perspectivas assumidas por eles diante de alguns temas, inclusive uma representatividade de mulheres realmente no plural.

Por outro lado, a oposição aos feminismos e aproximação aos estereótipos está presente nas falas das fontes da reportagem, como pode ser constatado especificamente em:

[repórter] *A multiplicação do discurso feminista nas redes sociais, no contexto da radicalização ideológica em curso no Brasil, também provoca reações contrárias – e entre o próprio grupo feminino. [fonte] ‘Ter um monte de mulheres malucas agressivas não melhora em nada a questão da mulher: aliás, afasta as mulheres que gostariam de participar’ [...] ‘Eu também sinto um preconceito: é como se ser branca e de classe privilegiada me desautorizasse a falar sobre feminismo’. [...] [repórter] *Ela critica as feministas que consideram machistas os homens que tentam se envolver em suas pautas.**

O que a fonte critica remete à uma discussão recente chamada ‘lugar de fala’, reflexão realizada por autoras como Ribeiro (2017a). A reportagem não chega a entrar especificamente nessa discussão, embora, presente, por meio da própria filósofa Djamila Ribeiro, uma das fontes da matéria, uma reflexão sobre o caso da revista **TPM**, que trouxe o ator Gregório Duvivier como um dos personagens de uma edição dedicada ao tema aborto.

Para Ribero (2017a), não é que mulheres ou homens brancas/os e de classe média não possam falar sobre feminismos ou sobre racismo, elas/eles podem, mas devem fazer isso de forma consciente, levando em conta o lugar social que ocupam e os privilégios que

²³⁴ O termo ‘fragmentado’ carrega consigo o sentido de divisão, mas também de desintegração, o que não é positivo.

possuem. Ao não ter isso em conta, provavelmente, reproduzirão uma visão parcial, geralmente a do grupo que detém mais poder na sociedade.

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar o racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2017a, p. 86).

Assim, conforme reflete Ribeiro (2017a), embora todos os grupos possam falar, para haver representatividade, é necessário, realmente, que todos tenham voz, ou saberemos sempre da história pela metade, e pelo ângulo que convém a quem detém o poder. Foucault (2004) diz que há um regime de verdade que vem sendo construído discursivamente, nas mais diversas instâncias. É preciso reconhecê-lo para não perpetuá-lo. Segundo Ribeiro (2017a, p. 87):

[...] mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que, muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas justamente por lutarem contra a violência do silêncio imposto.

A ideia de agressividade, presente na sequência discursiva anterior, é novamente reforçada em outro trecho construído a partir de declarações de uma fonte, integrante do grupo **Mulheres contra o Feminismo**:

[...] o movimento 'atenta contra a integridade, a liberdade e a inteligência da mulher' ao fazê-la 'acreditar que tem uma dívida histórica com ele, tirando assim toda e qualquer liberdade de ela se posicionar contra o movimento, pois, quando isso acontece, a militância feminista se torna agressiva e intolerante. Para ela, fazer parte do antifeminismo é 'ser contra toda a agenda política de esquerda'.

E o que é ser contra uma agenda política de esquerda, quando uma das principais reivindicações da esquerda é a igualdade social? É uma clara declaração à manutenção das estruturas de poder vigentes, potencializada no âmbito de gênero. O contraponto é apresentado pela reportagem por meio de outras duas fontes:

Na outra ponta, Amanda Palha diz que o feminismo pode ser de direita, mas que só é efetivo se for de esquerda. 'Para ser eficaz ele precisa entender que o

machismo não é só uma questão ideológica, é uma questão estrutural e é preciso lutar por mudanças estruturais, para mudar como a sociedade se organiza', diz. 'Num mundo tão desigual, qualquer pessoa sensata deve ser feminista e lutar não apenas contra o preconceito de gênero, mas também contra o racismo, a homofobia, a transfobia, a gordofobia', reitera Aronovich.

Ainda em 2015, a notícia nº 72, 'Masculinistas atacam 'feminazis'', também apresenta um grupo antifeminista, o dos masculinistas. Segundo eles, as 'feminazis', forma como chamam as feministas, "teriam uma 'visão dos homens pior do que nazistas têm dos judeus'". A origem do termo 'feminazi' novamente está associada com a imprensa. Conforme explica Proudman (2015), o termo ficou conhecido após ser utilizado pelo locutor de rádio estadunidense Rush Limbaugh, no início dos 1990, embora ele credite ao economista Thomas Hazlett a autoria da palavra. Como justificativa principal, o aborto. Para ele, as feministas promovem assassinatos em massa, assim como os nazistas faziam com os judeus. Dessa forma, novamente as propostas feministas são distorcidas, como já explicado anteriormente, e, mais uma vez, a mídia tem papel decisivo na difusão desse discurso.

Na notícia nº 72, apesar de a palavra 'feminazi' ser grafada entre aspas, o que demonstra distanciamento do discurso adotado pelos masculinistas, este último termo não sinalizado, o texto apresenta apenas o ponto de vista desse grupo. Não há espaço para declarações de feministas e para a opinião delas sobre o ofensivo apelido 'feminazi', afinal, o próprio título diz que é uma relação de ataque e, no caso, as atacadas não são escutadas, indo contra os princípios editoriais há muito firmados pelo jornal, como o pluralismo.

A publicação ainda afirma que os masculinistas são homens que acreditam que a sociedade é sexista com eles, mas não problematiza que se trata de uma inversão do que dizem dados e pesquisas. Eles afirmam: " 'Os homens que passam por violência doméstica sofrem um estigma social. [...] Quando é o menino que fala da professora que o seduziu, ganha tapinha nas costas'". São declarações que não têm amparo na realidade social – o grupo historicamente violentado é o de mulheres. Homens espancados, assediados ou mortos por mulheres são exceção. Homens são espancados, assediados e estuprados por razão de gênero sim (homossexuais com características femininas, por exemplo), mas por outros homens. O discurso falacioso é apenas uma máscara para uma ideologia sexista, contrária a todas as conquistas que os movimentos feministas alcançaram ao longo dos anos.

No entanto, há um momento da publicação em que é possível notar o senso crítico da repórter diante das declarações do grupo, quando é abordado o entendimento dos masculinistas sobre o aborto:

[...] em países onde o aborto é legalizado, o homem tenha direito de ‘renunciar juridicamente’ à paternidade dentro do prazo dado para a mulher decidir se quer ser mãe (geralmente, 12 semanas). Trocando em miúdos: ficar de fora da certidão e não pagar pensão.

Na última frase, há claramente um trabalho de interpretação por parte da jornalista, que auxilia a leitora ou leitor a compreender realmente o que aquele grupo está reivindicando. Na parte final do texto, até mesmo os sentidos em torno da nudez são retomados. É o discurso que associa os feminismos à luta por banalidades, como vem sendo reforçado pelo menos desde o protesto contra o concurso Miss América, em 1968, nos Estados Unidos.

O vendedor ambulante Felipe Stancioli, 24, investe no Facebook contra o que julga serem ‘demonizações’ do feminismo. Compartilhou, por exemplo, uma montagem em que feministas nuas criticam o ‘maníaco’ Julian Blanc, enquanto uma mocinha sorridente come pipoca no cinema.

A análise desta FD mostra que os sentidos produzidos na cobertura jornalística do **DIM** sobre os feminismos atuam, em alguns momentos, como reforço a estereótipos e distorções sobre os movimentos (1975, 1977 e 1991), e, em outros, como discurso de combate, que busca o respeito e denuncia essas distorções (1979, 1981, 2007, 2011, 2015), ainda que por meio da ironia ou da marcação de distanciamento entre interlocutoras/es (uso das aspas). A existência de diferentes movimentos feministas e de mulheres foi apontada inicialmente como um problema, bastante presente na cobertura de 1979, o que já aparece com mais aceitação em 2015. Os questionamentos aos feminismos ficam mais evidentes em 1991 e 2007. Foram identificados também alguns silenciamentos, havendo, entre alguns deles, interface com a FD de saúde e sexualidade (que também será analisada), indicando uma hierarquia na seleção dos temas, ou seja, os feminismos têm menos valor como notícia.

4.2.5 Nos entremeios das formações discursivas e a partir delas

Como já apontado, as quatro formações discursivas encontradas foram: 1) O ingresso na força de trabalho: do feminismo marxista ao liberal; 2) Corpo e sexualidade das mulheres: sob os jogos de conveniência do poder; 3) Pela visibilidade e desnaturalização da violência contra as mulheres; e 4) Feminismos: entre a ridicularização, a falta de unidade e o respeito pelas lutas empreendidas pelas mulheres. A partir da avaliação de cada uma delas e da observação da relação entre elas, foi possível realizar algumas inferências para melhor compreender as estratégias discursivas do jornal **Folha de S.Paulo**. No entanto, antes de apontá-las, apresentarei um novo quadro (Quadro 10) com o detalhamento sobre a incidência de cada FD ao longo do *corpus*, indicada pela marcação de um ‘x’, tendo como referência os números atribuídos a cada FD mencionados acima. Também sinalizei com um ‘-’ as publicações não contabilizadas, como charges, capas de cadernos e imagens, que tinham relação com cada FD.

Quadro 10 – Quantificação das formações discursivas por publicação

Ano	n°	Título	FD			
			1	2	3	4
1975	1	O dia da mulher em todo mundo				
	2	Em cada país um lembrança	x			x
	3	Os rostos vendados	x			
	4	A emenda para a igualdade de direitos	x			x
	5	Também na arte a libertação	x			
	6	É difícil chegar ao meio da escada (opinião)	x			
		A caça ao homem (charge)				-
Total			5	0	0	2
1977	7	Dia da Mulher não sensibiliza os vereadores				x
Total			0	0	0	1
1979	8	Mulheres comemoram seu dia exigindo uma transformação	x			x
	9	A primeira revolta				x
	10	A senhora de preto (artigo/ opinião)	x			x
	11	Os machistas reagem com as piadinhas de sempre (artigo/ opinião)			x	x
	12	Cabecinhas quentes (coluna/ opinião)				
Total			2	0	1	4
1981		O que as mulheres tanto procuram? (capa caderno)				-
	13	Casamento e maternidade: o que mudou? (debate)	x	x		x
		Direitos iguais (charge)				
		Tudo isso será teu! (charge)	-			
Total			1	1	0	1
1983	14	Dia Internacional da Mulher será festejado com shows no Masp e Sé (notícia)	x	x	x	
	15	Câmara fará sessão solene às 15 horas				
	16	Data relembra revolta e massacre de 1857				
Total			1	1	1	0
1985	17	Pílula, o mais difundido método anticoncepcional		x		
	18	Tancredo criará Conselho da Mulher, garante Montoro	x			
	19	Médicos defendem revisão da legislação sobre o aborto		x		

		Total	1	2	0	0
1987	20	Painel – Dia da Mulher (nota)			x	
		Total	0	0	1	0
1989	21	Cantoras abrem programação em homenagem a mulher				
	22	Misty apareceu como Cinderela (opinião, box)				
		Total	0	0	0	0
1991	23	Um milhão de adolescentes dão à luz por ano no Brasil, diz IBGE	x	x		
	24	BH faz protesto contra indústria (nota)	x		x	
	25	Passeata denuncia esterilização na Bahia (nota)		x		
	26	ABC registra 22 casos de estupro (nota)	x		x	
	27	Porto Alegre tem 6.336 ocorrências (nota)	x		x	
	28	Em Recife, 4.700 denúncias em 90 (nota)			x	
	29	Menores prostitutas são 500 mil, diz Unicef (notícia)	x	x	x	
	30	Entre fuzil e véu, feminismo busca seu caminho	x			x
	31	AI denuncia ‘abusos selvagens’ (box)			x	
		Total	6	3	6	1
1993	32	Brasileiro começa vida sexual mais cedo		x		
	33	Jovens cariocas são mais ativos		x		
	34	União tardia é tendência geral		x		
	35	Resultado é ‘positivo’ porém ‘trágico’, diz Marta Suplicy		x		
	36	Brasil é terra propícia		x		
		Total	0	5	0	0
1995	37	Pesquisa diz que aidética tem parceiro fixo		x		
	38	Eventos lembram Dia da Mulher (box)				
	39	Campanha luta por ‘vítimas invisíveis’ (box)			x	
	40	Documentário discute aborto (pequena entrevista)		x		
	41	Mulher faz greve de fome contra ex-marido				
		Total	0	2	1	0
1997	42	País terá uma mulher com Aids por homem		x		
	43	Assédio sexual pode ser crime		x		
	44	Judiciário tem mais mulheres	x			
	45	Pequenos mimos marcam Dia da Mulher				
		Total	1	2	0	0
1999		1934... 1968... 1985... e hoje? (capa caderno)				
	46	Fatos marcantes da história da mulher (cronologia)	x	x	x	x
	47	Igualdade é ter liberdade para escolher	x	x		
		Total	2	2	1	1
2001		(Capa do caderno não está nítida)				
	48	Mulher se contorce no dia-a-dia e o corpo padece	x	x		
	49	A menopausa só impõe um limite, a gravidez		x		
	50	Mulher obtém avanços na América Latina (entrevista)	x		x	
		Total	2	2	1	0
2003	51	Protetora das espancadas é venerada no CE			x	
	52	Padres da cidade divergem sobre santidade (box)				
	53	RS tem santa dos amores contrariados			x	
	54	Canonização dura décadas				
	55	Assassinato cresce 45% entre mulheres Paulistas			x	
		Total	0	0	3	0
2005		O que elas querem (capa caderno)	-			-
	56	Novos cenários... (opinião especialistas)	x	x		x
	57	Alguém tinha que ser a 1ª, diz pioneira (entrevista)	x			
		Total	2	1	0	1
2007		Que feminismo é esse? (capa caderno)				-
	58	Sociedade desigual, direitos diferentes (reportagem)	x	x	x	x
		Total	1	1	1	1

2009	59	Mulher tem maior renda em 30% das casas	x			
	60	Renda média ainda é menor que a do homem	x			
		Meninas futebol Clube (capa caderno)				
	61	Lugar de mulher é na torcida			x	
	62	Barbie brasileira				
	63	Somos dependentes, mas não queremos perder o bonde (entrevista)	x			
Total			3	0	1	0
2011	64	Quero ‘empoderar’ as mulheres de baixa renda (entrevista)	x	x	x	x
	65	Mulher empreendedora inova e retém mais talentos	x			
Total			2	1	1	1
2013	66	Os pobres ainda são esmagados pela injustiça, diz ex-assessora de Arns (entrevista)				
	67	Mulheres presidentes ainda são poucas no país	x			
	68	Carteira Feminina	x			
	69	Saúde	x	x		
	70	‘Nos Estados Unidos, menos de 15% dos CEOs são mulheres’	x			
		Hora do café (charge)	x			
Total			5	1	0	0
2015	71	Mosaico feminista	x	x	x	x
	72	Masculinistas atacam ‘feminazis’			x	x
Total			1	1	2	2
TOTAL GERAL			34	25	20	15

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise quantitativa da incidência das FDs já dá indícios sobre a linha estratégica adotada na cobertura do jornal, na qual a atenção está voltada à FD ‘O ingresso na força de trabalho: do feminismo marxista ao liberal’. Ou seja, a prevalência de um feminismo liberal (que não contesta as estruturas sociais, individualista), marcado especialmente nessa FD, acaba sendo a direção dada à cobertura do **Dia Internacional das Mulheres (DIM)** na **Folha**. O alinhamento maior com o feminismo liberal também contribuiu com a falta de representatividade observada no jornal, o que acaba direcionando não apenas o processo de seleção das notícias, mas também o enfoque dado em cada uma delas. No caso, a partir da fixação do **DIM** como efeméride recorrente na cobertura, os temas relacionados à força de trabalho foram considerados mais relevantes para o público do jornal. A centralidade do trabalho como eixo principal da cobertura está alinhada com uma visão liberal de mundo. As mulheres que existem são as que possuem um trabalho assalariado. Os temas que importam dizem respeito à diferença salarial, à ascensão na pirâmide social/ ocupação de cargos de alta hierarquia. Isso tudo é, sim, relevante, mas é preciso haver equilíbrio, pois há outros sujeitos e ângulos a serem observados e ouvidos em um jornalismo que almeja ser plural, como é pregado pela **Folha**.

Assim, embora neste estudo, eu tenha tido cuidado de tentar ver a categoria mulheres em toda sua diversidade, o que marquei com o uso do termo no plural, o mesmo não foi observado pelo jornal. Ainda que nos primeiros anos fossem mencionados diferentes grupos feministas e de mulheres – mulheres pobres, rurais, da cidade, donas de casa, trabalhadoras, burguesas, do Brasil (e suas regiões), de outras regiões do mundo, lésbicas, mães, religiosas, militantes e negras –, essa diversidade que foi esporadicamente pontuada não refletiu em uma cobertura plural. No entanto, houve, sim, uma atenção especial à perspectiva de classe. Nesse sentido, o caderno **Folhetim**, de 1981, é exemplar; em todo ele, inclusive na publicação analisada, o debate ‘Casamento e maternidade: o que mudou?’, é visível a influência do feminismo marxista. O último parágrafo do debate chega a lembrar da opressão racial e contra homossexuais, mas não como variáveis que incidem junto a gênero, e sim como questões que devem ser avaliadas separadamente, como pode ser visto em:

IRÊDE – Terminando, eu gostaria de lembrar que me mandaram um bilhete assim: ‘Não só as mulheres são oprimidas. É bom não se esquecer desses homens e mulheres, os homossexuais, já que nós somos, infelizmente, exceção social por excelência’. Eu peço então à ‘Folha de S.Paulo’ que dedique também um debate sobre homossexualidade e sobre o racismo.

Ou seja, havia uma ideia de separação e não de inter-relação entre as desigualdades e formas de combatê-las. Uma pluralidade maior de mulheres só é vista na reportagem de 2015, ‘Mosaico feminista’. Nela, além de mencionadas, também são apresentadas singularidades dos problemas enfrentados por mulheres transexuais²³⁵ e travestis, negras e lésbicas. Observo, no entanto, que o termo gênero já aparecia na cobertura do jornal desde 1999, o que não implicou, antes de 2015, em um enriquecimento da termos de representatividade, mantendo-se a lógica heteronormativa.

As protagonistas das publicações analisadas são as mulheres brancas, heterossexuais, de classe média. Nas cinco entrevistas que compõem este *corpus*, as entrevistadas aproximam-se desse perfil. Observo, assim, que embora pareça haver consciência sobre a diversidade não há espaço para ela, o que pode indicar o modelo de leitora construído pelo jornal, categoria essa que, partindo das reflexões de Umberto Eco

²³⁵ Nessa mesma edição de 08/03/2015, em Cotidiano (C8 e C9), são apresentadas duas publicações sobre o uso do nome social por mulheres transexuais: ‘Alunas transexuais adotam novo nome em escolas de SP’ e ‘Aos 17, filha de pastor conseguiu mudar nome’. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 5 fev. 2019.

(1993), indica não apenas uma expectativa das mulheres (no caso deste estudo) que lerão as publicações do **DIM** do jornal e de suas competências, mas também uma forma de construí-las. Assim, a cobertura do **DIM**, ao não dar voz à diversidade, ajuda a reforçar a existência de uma mulher-modelo, universal, perpetuando as desigualdades entre elas.

Ressalto também o completo silenciamento sobre as mulheres indígenas (quilombolas, ciganas e outras), identificado como silêncio fundante por Orlandi (2002), ou seja, ausência que significa por si só. Se a diversidade não tem voz (à exceção da edição de 2015 e, em parte, do caderno de 1981), as mulheres indígenas simplesmente não existem. Elas não são sequer mencionadas no *corpus* analisado, ainda que, conforme já apontado, elas já se organizem pelo menos desde os anos 1980, no Brasil. Interpreto tal evidência como uma rejeição da cultura dos povos originários do Brasil, o que poderia novamente resgatar os sentidos do eu e do outro percebidos no pré-teste (em que o jornal estaria alinhado com a perspectiva dos colonizadores), e pode ser entendida como uma forma de desumanização dessas etnias. Nesse sentido, talvez o uso de ‘Dia Internacional da Mulher’, no singular, seja realmente mais coerente com as opções sobre as temáticas dos feminismos discutidos pelo jornal.

A menor frequência da FD vinculada à desnaturalização da violência contra as mulheres também demonstra que, no caso da cobertura do **DIM**, o valor-notícia vinculado da morte tem menos importância, já que a violência mata. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018), 4.539 mulheres foram vítimas de homicídio em 2017, cerca de uma morte a cada duas horas; desses casos, 1.133 foram registrados como feminicídio. Além das mortes, foram registradas 61.032 ocorrências de estupros e 221.238 de violência doméstica (606 episódios por dia). A menor atenção à compreensão de fatos tão relevantes estão ainda em consonância com o direcionamento dado à cobertura e com a leitora modelo do jornal, já que, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea – e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018), o número de taxa de homicídios entre as mulheres negras é 71% superior ao de não negras. Possivelmente, a atenção dada ao tema na cobertura seria maior em um cenário inverso.

O exame da relação entre as FDs também indica uma conexão entre o gênero e formatos jornalísticos e a incidência de mais de uma FD em uma mesma publicação. A primeira vez que três FDs incidiram em uma mesma publicação foi em um debate (nº 13), em 1981, que fazia parte de um dos cadernos mais completos e complexos presentes ao

longo das 21 edições do jornal analisadas. O debate é um formato que foge dos padrões tradicionais de formatos jornalísticos, especialmente no jornalismo impresso. E, naquela ocasião, nem mesmo a mediadora do debate, a filósofa Marilena Chauí, era uma profissional da área de comunicação.

As quatro FDs só aparecem juntas, pela primeira vez, em 1999, em um espécie de linha do tempo (nº 46), vinculada ao gênero interpretativo, publicada no caderno **FolhaTeen**, especial para o **DIM**, voltado ao público adolescente. Ou seja, no momento em que os quatro tipos de anunciados aparecem em um mesmo espaço, isso ocorre em um caderno voltado a um público bastante específico, o que pode demonstrar uma mudança de percepção a respeito das leitoras das novas gerações, mas que também limitou o acesso a essa publicação. As quatro FDs são encontradas novamente na reportagem publicada em 2007 (nº 58), no caderno especial **Mulher**, publicado em razão da efeméride; posteriormente em 2011, em uma entrevista com Rose Marie Muraro (nº 64) e, em 2015, em uma reportagem (nº 71). Tais dados demonstram o quanto é importante criar espaços para reportagens com mais profundidade, entrevistas e outros gêneros que possam subsidiar o jornalismo diário, especialmente no tratamento de temas complexos, para que seja possível não apenas informar, mas comunicar, como diz Wolton (2011).

Observo, ainda, que embora as quatro FDs abarquem boa parte das 72 publicações selecionadas, algumas delas destoaram das demais: o texto, estilo crônica, ‘Cabecinhas quentes’, de 1979 (nº 12); uma espécie de crítica intitulada ‘Misty apareceu como Cinderela’, de 1989 (nº 22); a notícia, que divulga eventos relacionados ao **DIM**, ‘Pequenos mimos marcam Dia da Mulher’, de 1997 (nº 45). Em todas elas são retomados sentidos que reforçam clichês e/ou associam as mulheres a futilidades. A publicação ‘Barbie brasileira’, de 2009 (nº 62), uma espécie de perfil sobre a jornalista (da área esportiva) e ex-Miss Brasil Renata Fan, também poderia ser incluída, mas a leitura dela mostra que, na verdade, é a própria personagem que se chama de Barbie, o que o jornal apenas reproduz, por isso não a incluí nessa relação.

A primeira narra os acontecimentos de um assalto que ocorreu em um refinado salão de beleza de São Paulo, em que, conforme narra o autor: “*As damas, nervosíssimas – e não é para menos –, procuravam ocultar suas joias*”. O título ‘Cabecinhas quentes’ associa o nervosismo causado pelo assalto com o uso de secadores. Na segunda, o título faz referência ao conto infantil **Cinderela**, já que Misty teria origem humilde, ainda que,

diferentemente do conto, a sua ascensão não tenha nada a ver com fada madrinha ou príncipe encantado. Já a notícia nº 45 é a mais representativa. São encontradas expressões como cor-de-rosa, ‘sexo-frágil’ (esta grafada entre aspas), pequenos mimos, menciona-se a entrega de flores e o **DIM** é tratado como uma homenagem despolitizada às mulheres. São colocações que eu esperava encontrar mais ao longo do corpus, como indicado na introdução, mas que acabaram sendo exceção, o que me surpreendeu positivamente. Não pretendo aprofundar a análise dessas publicações, referi-me a elas apenas para pontuar que esses sentidos também fazem parte da cobertura do **DIM**, ainda que não tenham tido relevância no *corpus* selecionado. Acredito que em uma análise das publicidades, como já falei, ou em uma cobertura de um jornal televisivo, que necessita do uso de imagens, esses sentidos teriam mais espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo não se esgota aqui, com certeza continuará, senão por mim, por meio das inúmeras ideias de artigos que cintilam em minha cabeça, pelos insights de outras pessoas. Uma das propostas que vislumbro trata-se da análise dos discursos das publicidades alusivas ao **Dia Internacional das Mulheres (DIM)**. Embora elas tenham sido excluídas do *corpus* desta dissertação, a observação de algumas delas, ainda que de forma superficial, fez com que eu pensasse, se, afinal, não seriam elas as responsáveis pela impressão de que os sentidos atribuídos à cobertura da efeméride tenderiam à superficialidade e à estereotipia.

A escolha da análise de discurso de vertente francesa, que possui entre seus aportes o materialismo histórico e a linguística, mostrou-se adequada ao objetivo deste estudo, que era entender as estratégias discursivas adotadas na cobertura da **Folha de S.Paulo**, do **DIM**, entre 1975 e 2015. A partir, especialmente, da interdiscursividade vislumbrada ao longo das publicações, no decorrer dos anos, cheguei a quatro formações discursivas (FD): 1) O ingresso na força de trabalho: do feminismo marxista ao liberal; 2) Corpo e sexualidade das mulheres: sob os jogos de conveniência do poder; 3) Pela visibilidade e desnaturalização da violência contra as mulheres; e 4) Feminismos: entre a ridicularização, a falta de unidade e o respeito pelas lutas empreendidas pelas mulheres. Encontrá-las era, justamente, um dos meus objetivos específicos.

A FD do ingresso na força de trabalho, a mais presente no *corpus* analisado, passa por um momento que poderia ser identificado como mais próximo ao feminismo marxista, nos primeiros anos, para depois aderir ao feminismo liberal. Já na FD corpo e sexualidade das mulheres, o que mais chamou a atenção foi a prevalência de temas que iam ao encontro de uma política de desenvolvimento econômico que privilegiava a queda de natalidade, com reflexão sobre isso apenas no debate de 1981. Apesar disso, o tema aborto, em meio aos múltiplos interesses e visões de mundo que o interpelam, recorrentes nas publicações, foi apenas tangenciado. A matriz discursiva que dá visibilidade e prega a desnaturalização da violência contra as mulheres, embora cumpra esse papel, em geral, é superficial, tendo em vista sua importância – são utilizados dados estatísticos, mas não são contextualizados, havendo quase um conformismo diante de alguns casos. Por fim, na FD dos feminismos, o que fica mais evidente é o jogo entre os sentidos que distorcem, ridicularizam e

desmerecem as propostas feministas e os que se valem dos clichês e estereótipos para contestá-los, os últimos mais presentes nos últimos anos do *corpus*. É uma disputa discursiva presente ao longo de toda FD. Assim, acabei encontrando muito mais continuidades do que rupturas.

As FDs analisadas passam por temas relevantes e sérios, que, em geral, subvertem os estereótipos de gênero, mas faltou representatividade e profundidade, o que não é justificável apenas pela lógica da objetividade, como suposto inicialmente. O vasto espaço dedicado à opinião de especialistas (mulheres feministas, especialmente) pode ser visto como algo positivo por tornar mais democrático o espaço do jornal, por outro lado, também é prática contrária à polifonia, quando, mesmo nesse espaço, há um padrão de mulher autorizado a falar – mulheres brancas, classe média, com participação ativa na força de trabalho, heterossexuais e cisgênero²³⁶. A aparição de questões relacionadas às mulheres lésbicas, negras e transexuais e da presença delas entre as fontes da reportagem de 2015 (nº 71) não é o suficiente para afirmar que houve uma mudança de perfil do “modelo de mulher” reiterado na cobertura do jornal, ainda mais se for observado que ela é publicada no auge do período conhecido como **Primavera Feminista**. Para verificar se esse foi um momento efetivo de ruptura, seria preciso analisar os próximos anos, a partir de 2015.

Em relação à linguagem, ficou evidente que a **Folha** recorreu muitas vezes ao emprego de termos entre aspas, especialmente para marcar um distanciamento discursivo, como no caso dos termos ‘sufragete’, ‘empoderamento’ e ‘feminazi’, encontrados nas publicações nº 2 (1975), 64 (2011) e 72 (2015). O termo ‘feminazi’, observado em 2015, sinaliza também a formação de um contra-discurso, ao mesmo tempo em que os movimentos feministas ficavam novamente evidência e que também é encontrada a expressão feminicídio (publicação nº 71). E ainda, apesar do emprego da categoria gênero começar a aparecer a partir de 2005 como parte do discurso do jornal (nunca entre aspas), a adoção do termo não significou necessariamente um momento de ruptura na cobertura da data, já que, na maioria das vezes, é empregado como sinônimo de ‘mulher’.

Portanto, as estratégias discursivas empregadas pela **Folha**, na cobertura do **DIM**, a partir do recorte realizado, envolveram não apenas a seleção de temas e o direcionamento dos sentidos evidenciados na análise das FD, mas também elementos mais sutis como o

²³⁶ Nomenclatura usada para designar pessoas que se identificam com o sexo/gênero de nascimento.

uso das aspas, a seleção de termos (assumidos ou não como próprios ou estranhos) e o silenciamento sobre outras mulheres, para além das identificadas com o perfil do público leitor do periódico. Se a **Folha** errou ao não observar a falta de representatividade, o que limitou a aparição de outros/novos sentidos, cabe pontuar que os próprios feminismos nem sempre levaram/levam em conta a diversidade. Algo cada vez mais reivindicado pelas mulheres antes silenciadas, que hoje fazem ouvir sua voz, por elas e por todas as outras que as precederam.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *Arquipélago – História*, Ponto Delgada, v. 6, 2. ser., 2002. p. 443-469. Disponível em:

<https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/380>. Acesso em: 10 dez. 2018.

ALBANO, Sebastião Guilherme. Estado, instrução e imprensa na origem da América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO CARVALHO, 7., 2009, Fortaleza. *Anais eletrônicos* [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em:

[http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Estado-](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Estado-%20instrucao%20e%20imprensa%20na%20origem%20da%20America%20Latina.pdf)

[%20instrucao%20e%20imprensa%20na%20origem%20da%20America%20Latina.pdf](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Estado-%20instrucao%20e%20imprensa%20na%20origem%20da%20America%20Latina.pdf).

Acesso em: 26 set. 2018.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*.

Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BADIANI, Rita; GOMES, Carmen; ARRUDA, José Maria. O papel dos setores público e privado como fonte de obtenção de métodos anticoncepcionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1988, v. 1, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Abep – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1988. p. 675-694.

Disponível em:

<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/455/441>.

Acesso em: 17 dez. 2018.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo:

Edições Loyola, 2007.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MELO, Hildete Pereira. *Tempos e memórias do feminismo no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em:

<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>. Acesso

em: 25 out. 2017.

BARCELLOS, Gilsa Helena. *Desterritorialização e r-existência tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz celulose*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008. Disponível em:

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-7MDM33/gilsa_compacta.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 dez. 2018.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELLUCCI, Mabel. *Historia de una desobediencia: y feminismo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, Marcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo (org.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 235-256.

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em direitos humanos: do que se trata?. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 309-318.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*. 2. ed. Lisboa: Dinalivro, 2004.

BIANCHI, Giorgio. Chauvinismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1, p. 163.

BICUDO, Maria Lúcia Pereira Wilken. Uma visão de linguagem. In: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (org.). *Do Hemisfério Sol: projeto o discurso fragmentalista da ciência*. São Paulo: ECA/USP: CNPq, 1993. p. 89-97.

BIDASECA, Karina. Tercer feminismo: nomadismo identitario, mestizaje y travestismo colonial para una genealogia de los feminismos descoloniales. In: FUNCK, Susana Bornéo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira (org.). *Linguagens e narrativas: desafios feministas*. Tubarão: Copiart, 2014. v.1, p. 233-250.

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). *50 anos de feminismos: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como agentes políticos e democráticos*. São Paulo: EdUSP, Fapesp, 2017. p. 65-97.

BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 601-607, 2. sem. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643>. Acesso em: 15 out. 2017.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). *50 anos de feminismos: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como agentes políticos e democráticos*. São Paulo: EdUSP, Fapesp, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOUTROS-GHALI, Boutros. Introduction. In: *The United Nation and the advancement of women, 1945-1996*. New York: United Nation, 1996. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/214867/files/DPI_1804_%5BST_%5DDPI_1804-EN.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

BRAGA, Márcio Bobik; TONETO JR., Rudinei. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 69-86, mar. 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10643/6277>. Acesso em: 24 dez. 2018.

BRITO, Ana Maria; CASTILHO, Euclides Ayres de; SZWARCOWALD, Célia Landmann. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, v. 2, n. 34, p. 207-217, mar./abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v34n2/a10v34n2.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BUSTOS-PÉREZ, Tania; TOBAR-ROA, Victoria; MÁRQUEZ-GUTIÉRREZ, Sara. Etnofrañas de los contatos. Reflexiones feministas sobre el bordado como conocimiento, *Antípoda*, Bogotá, n. 26, p. 47-66, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/antpo/n26/n26a03.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALVELLI, Haudrey Germiniani; LOPES, Maria de Fátima. A teoria e a epistemologia feminista. In: CONGRESSO SCIENTIARUM HISTORIA, 4., 2011, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. p. 347-353. Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/index.html?arq=sh4.htm&flag=expand>. Acesso em: 13 fev. 2019.

CARNEIRO, Fernanda. O eros escondido: aspectos éticos da contracepção. In: SCAVONE, Lucila (org.). *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: Unesp, 1996. p. 113-125.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendedores Sociais; TAKANO Cidadania (org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Tanako, 2003. p. 49-58.

CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-552, jan. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472>. Acesso em: 11 dez. 2018.

CAROSIO, Alba. Aportes de la crítica feminista a la reconceptualización de los derechos humanos. In: VENEZUELA. *Los derechos humanos desde el enfoque crítico: reflexiones para el abordaje de la realidad venezolana y latinoamericana*. Caracas: Defensoría del Pueblo; Fundación Juan Vives Suriá, 2011. p. 19-113. Disponível em: http://www.defensoria.gob.ve/images/pdfs/librosDDHH/ddhh_enfoque_critico.pdf. Acesso em: 21 out. 2017.

CARVALHO, Nanci Valadares de. Introdução. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 11-22.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise de discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

COLLING, Ana Maria; AZEVEDO, Paula Tatiane de. Os usos da linguagem nos estudo de gênero. In: STREY, Marlene Neves; CÚNICO, Sabrina Daiana (org.). *Teorias de gênero: feminismos e transgressão*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016. *E-book*.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. O Comitê CEDAW – Comitê para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, [201-?]. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/o-comite-cedaw-2013-comite-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher>. Acesso em: 18 out. 2017.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa: Intituto Piaget, 1994.

CORRAL, Thaís. Controle de população no Brasil: o fracasso de um “sucesso”. In: SCAVONE, Lucila (org.). *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: Unesp, 1996. p. 99-111.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. *Labrys – Estudos Feministas*, [s. l.], jan./dez., 2009. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm#_ftn2. Acesso em: 5 set. 2018.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 127-140, jan. 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634468>. Acesso em: 13 out. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 1. sem. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2019.

CYRINO, Rafaela. A gestão do trabalho doméstico entre as mulheres executivas: um exemplo de combinação de dados de uma pesquisa de usos do tempo com metodologia qualitativa. *Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 34, p. 145-162, abr. 2011. Disponível em:

<http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/download/12187/7052>. Acesso em: 24 dez. 2018.

DATA POPULAR; SOS CORPO. *Creche como demanda das mulheres*, [s.l.], out. 2012. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Creches_-_Divulgacao.pdf. Acesso em: 7 fev. 2019.

DE LOS RÍOS, Marcela Lagarde y. *Por la vida y la libertad de las mujeres*. Fin al feminicidio. México: Cámara de Diputados del México, LIX Legislatura, 2006. Disponível em: <https://www.cimacnoticias.com.mx/especiales/comision/art001.doc>. Acesso em: 7 fev. 2019.

DE MIGUEL, Ana. Feminismos. In: AMORÓS, Celia (org.). *10 palabras clave sobre Mujer*. Verbo Divino: Navarra, 1995. p. 217-256.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: UNESP, 2009.

DIAS, Maria Odila. Escravas – Resistir e Sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 360-381.

DINIZ, Debora. *Aborto e saúde pública: 20 anos de pesquisas no Brasil*. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Disponível em: https://www.estadao.com.br/ext/especiais/2008/04/pesquisa_aborto.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, fev. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017000200653&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 dez. 2018.

DOW, Bonnie J. Feminism, miss America, and media mythology. *Rhetoric & Public Affairs*, Michigan, v. 6, n. 1, p. 127-160, 2003. Disponível em: <http://www.public.asu.edu/~kleong/staffpage/course/missamericacommodificationfeminist.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

DUARTE, Constância Lima. *Nisia Floresta*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ECO, Umberto. *Lector in fabula: la cooperacion interpretativa en el texto narrativo*. Barcelona: Lumen, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no Século XVIII. In: FARIAS, Juliana Barreto; XAVIER, Giovana; GOMES, Flávio (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 35-51.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Quem é o jornalista brasileiro?* Perfil da profissão no país. Brasília: Fenaj, 2012. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

FEMENÍAS, Maria Luisa. Esbozo de un feminismo latino-americano. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 11-25, jan./abr., 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000100002>. Acesso em: 5 out. 2018.

FERREIRA, Fernanda Cristina Alvarenga. Uruguai em pauta: a legalização do aborto no contexto da ascensão da frente ampla. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 16, n. 32, p. 229-252, 2. sem. 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/15068/12459>. Acesso em: 19 dez. 2018.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise de discurso e suas interfaces. O lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon*, Porto Alegre, v. 24, n. 48, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636>. Acesso em: 12 nov. 2017.

FERRER PÉREZ, Victoria A.; BOSCH FIOL, Esperanza. Violencia de género y misoginia: reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo. *Papeles del Psicólogo*, Madrid, n. 75, p. 13-19, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/778/77807503/>. Acesso em: 8 dez. 2018.

FIORIN, José Luiz. As línguas do mundo. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Linguística? Que é isso?*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 45-74.

FOLHA DE S.PAULO. *Manual da redação*: Folha de S.Paulo. 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

FOLHA DE S.PAULO. *Manual geral da redação*. São Paulo: Lis, 1984.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública 2018*, São Paulo, a. 12, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Anuario-2019-v6-infogr%C3%A1fico-atualizado.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999. Disponível em:

<http://www.campusbreves.ufpa.br/ARQUIVOS/FACLETRAS/SANDRAJOB/foucault-m-a-ordem-do-discurso.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. *In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 153-174.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.* São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GANS, Herbert J. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time.* Evanston: Northwestern University Press, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: (para uma Teoria Marxista do Jornalismo).* 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75390>. Acesso em: 5 set. 2017.

GIORDANO, Verónica. *Ciudadanas incapaces: la construcción de los derechos de las mujeres en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay en siglo XX.* Buenos Aires: Teseo, 2012.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922014000200007&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 12 dez. 2018.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvares. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje - Anpocs*, São Paulo, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://goo.gl/VFdjdq>. Acesso em: 2 set. 2018.

GRECO, Milton. Com a palavra o Hemisfério do Sol. *In: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (org.). Do Hemisfério Sol: projeto o discurso fragmentalista da ciência.* São Paulo: ECA/USP: CNPq, 1993. p. 11-12.

GRUSZINSKI, Ana Claudia. A forma que (in)forma: o projeto gráfico do jornal impresso na contemporaneidade. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 34., 2011, Recife. Anais eletrônicos [...].* São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana_Gruszynski/publication/261437732_A_forma_que_informa_o_projeto_grafico_do_jornal_impreso_na_contemporaneidade/links/02e7e53

444281a783b000000.pdf. Acesso em: 27 set. 2018.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. Os direitos das mulheres no contexto internacional – da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995). *Revista Eletrônica Faculdade Metodista Granbery*, Juiz de Fora, n. 8, jan./jun., 2010. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MzUx.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

GUAZINA, Liziane *et al.* Respeita as mina! Análise discursiva sobre os desdobramentos da crônica “A estagiária/ O primeiro dia de trabalho de Melissinha” do Correio Brasiliense. *Brazilian Journalism Research*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 232-255, abr. 2018. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1067/pdf_1. Acesso em: 31 out. 2018.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? *In: BARTRA, Eli (comp.). Debates en torno a una metodologia feminista*. 2. ed. México: Universidad Autonomia Metropolitana, 2002. p. 9-34.

HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade de transparência*. Lisboa: Relógios D’Água Editores, 2014.

HANISCH, Carol. *O pessoal é político*, [s.l.], fev. 1969. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/190219/O+Pessoal%2B%C3%A9%2BPol%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2018.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. *In: MICELI, Sergio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=331&Itemid=408. Acesso em: 6 out. 2016.

HEWITT, Nancy A. (ed.). *No permanent waves: recasting histories of U.S. feminism*. New Brunswick; New Jersey; London: Rutgers, 2010.

HIBARINO, Denise Akemi. “*Pela Luz dos olhos meus, pela luz dos olhos teus*”: a representação feminina na poesia sublime de Vinícius de Moraes. 2004. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Ciências humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24522/D%20-%20HIBARINO,%20DENISE%20AKEMI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 dez. 2018.

HOLMSTROM, Nancy. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão do gênero. *In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle et al. (org.). O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo: Unesp; Brasília: UnB, 2014. p. 343-357.

IBGE. *Características gerais dos domicílios e dos moradores*: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101566>. Acesso em: 1 set. 2018.

IBGE. *Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 20 dez. 2018.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2018*, Rio de Janeiro, jun. 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 22 mar. 2019.

INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO (IVC). *Posição, participação e evolução das publicações*, [s.l.], 2018.

JOFRÉ, Alejandra Ciriza. Genealogías feministas: sobre mujeres, revoluciones e Ilustración. Una mirada desde el sur. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 613-633, set./dez., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000300002&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 4 set. 2018.

KAINGÁNG, Azelene. Indígenas – Depoimento de uma militante. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

KELLY, Katherine E. The woman suffrage movement and London newspapers, 1906-13. *European Journal of Women's Studies*, London, v. 11, n. 3, p. 327-353, 2004. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.900.525&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

KRENAK, Ailton. Paisagens, territórios e pressão colonial. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327-343, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/61133>. Acesso em: 11 dez. 2018.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara C. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista do Ceam*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 63-81, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10046>. Acesso em: 10 set. 2017.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2006a.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, 2001.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2006b.

LAGE, Nilson. Prefácio. In: MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992. p. 10-18.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (org.). *Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 13-30.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, HELOISA (org.). *Tendência e impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LIMA, Dilze Onilda. *O jogo político no espaço público em São Paulo: as estratégias de comunicação governamental e a opinião de Jânio Quadros (1986-1988) e Luiza Erundina (1989-1992)*. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5384/1199700867.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 dez. 2018.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 153-174.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2. p. 541-553, 2. sem. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639>. Acesso em: 4 nov. 2017.

MACBRIDE, Sean *et al.* UNESCO. Comisión Internacional para el Estudio de los Problemas de la Comunicación. *Un solo mundo, voces múltiples: comunicación e infomación en nuestro tiempo*. Fondo de Cultura Económica: México, 1980. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 813-817, set. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300013/7388>. Acesso em: 13 dez. 2018.

MACHADO, Liliane Maria Macedo. *E a mídia criou a mulher: como a tv e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3409?mode=full>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, p. 25-54, abr. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100003. Acesso em: 19 dez. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 280-304.

MANN, Patricia S. Reviewed work: Unruly Practices: power, discourse, and gender in contemporary social theory by Nancy Fraser. *Hypatia*, Washington, v. 6, n. 2, p. 225-228, Summer 1991. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3810111?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 5 nov. 2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria*. São Paulo: Paulus, 2009.

MARQUES, Ana Maria; ZATTONI, Andreia Marcia. Feminismo e resistência: 1975 – o Centro da Mulher Brasileira e a Revista Veja. *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 55-76, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/31223/18873>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves de. De Praga ao mundo árabe: uma análise comparada de primaveras políticas. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 4, n. 17, p. 115-129, abr./maio 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/34863/25324>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

MARQUES DE MELO, José. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio/ ago. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/22464/14180>. Acesso em: 6 out. 2016.

MARTINO, Luiz C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27-38.

MARTINS, Ana Luiza Martins; LUCA, Tania Regina (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. *E-book*.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 7-46, dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002. Acesso em: 22 dez. 2018.

MATOS, Vanessa C. S. Um olhar sobre o movimento feminista socialista/ marxista. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, ano 21, n. 39, p. 65-72, 2. sem. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/2255/1849>. Acesso em: 22 dez. 2018.

MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer afetos: signo da relação, 2: cotidianos*. São Paulo: Casa da Serra, 2018.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda. Jornalismo e compromisso social: a arte do diálogo e das vozes plurais em Cremilda Medina. [Entrevista cedida a] Ana Lúcia Medeiros. *Âncora – Revista Latino-Americana de Jornalismo*, ano 2, v. 4, n. 2, p. 193-205, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ancora/article/view/40090/20128>. Acesso em: 30 set. 2018.

MEDINA, Cremilda. O criador da assinatura coletiva ou dialogia social, 2011. In: MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ARGHIRNI, Zélia Leal (org.). *Mudanças e permanências do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015. p. 333-346.

MEDINA, Cremilda. *O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos*. São Paulo: Paulos, 2006.

MEDINA, Sinval. A literatura na era da incerteza. In: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (org.). *Do Hemisfério Sol: projeto o discurso fragmentalista da ciência*. São Paulo: ECA/USP: CNPq, 1993. p. 115-119.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina Silveira da (org.). *Jornalismo e acontecimento*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-42.

MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992.

MELO, Lúgia Albuquerque. Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 8., 2002, Ouro Preto. *Resumos* [...]. Ouro Preto, MG: Abep, 2002. Disponível em: http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/integra_estudo_trabalho_mulher_agricola. Acesso: 24 dez. 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300725&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 fev. 2019.

MIRANDA, Marília Gouveia de. Igualdade, equidade e diferença: termos em confronto nas políticas educacionais. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN, 1., 2014, Tandil. *Anais eletrônicos* [...]. Tandil: UNCPBA, 2014. Disponível em: <http://www.ridaa.unicen.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/123456789/220/10411.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 nov. 2017.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisas*, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000300011&script=sci_arttext. Acesso em: 24 dez. 2018.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de Occidente: feminismo académico y discursos coloniales. In: NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (ed.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008. p. 112-161. Disponível em: <http://www.reduii.org/cii/sites/default/files/field/doc/Descolonizando%20el%20feminismo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MOLINA, Matías M. *Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Globo, 2008.

MOLINIER, Pascale. Augusto Comte e o gênio feminino ou o romance de uma “concorrência fatal”. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle *et al.* (org.). *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo: Unesp; Brasília: UnB, 2014. p. 25-40.

MOREIRA, Alberto. O projeto do humano na modernidade. In: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (org.). *Do Hemisfério Sol: projeto o discurso fragmentalista da ciência*. São Paulo: ECA/USP: CNPq, 1993. p. 135-153.

MORENO, Rachel. De feminismos, de feministas, de mulheres. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 44-51.

MOSCHKOVICH, Marília. Traduzir Raewyn Connell: como ler gender em português. In: CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015. p. 13-24.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S.Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981.

MOURA, Dione Oliveira. A notícia na composição do *corpus* da pesquisa em jornalismo. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (org.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 15-38.

MOURA, Dione Oliveira. O 'sincrônico', o 'diacrônico', o acontecimento e a errância de sentimentos de análise do discurso jornalístico. *Comunicação e Informação*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 63-73, jul./ dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/12270/8132>. Acesso em: 7 fev. 2019

MURARO, Rose Marie. *Libertação sexual da mulher*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras – Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409.

NEVEU, Erik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.

OLCOTT, Jocelyn. *International Women's Year: the greatest consciousness-raising event in history*. New York: Oxford University Press, 2017. *E-book*.

OLIVEIRA, Rayane Noronha; DUQUE, Ana Paula; WEYL, Luana Medeiros. Linguagem inclusiv@: O que é e para que serve?! In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (org.). *O direito achado na rua: Introdução crítica ao direito das mulheres*. Brasília: CEAD, FUB, 2012. v. 5, p. 129-132. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/96022643/PromotorasLegais-PreviewPgSimples-versao-final-pdf>. Acesso em: 2 out. 2016.

ONU Brasil. *A história da Organização*, [s.l.], [201-?]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>. Acesso em: 17 out. 2017.

ONU Brasil. Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: UNIC/Rio, n. 5, jan. 2009. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

ONU MULHERES BRASIL. *Conferências Mundiais da Mulher*, [s.l.], [201-?]. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 18 out. 2017.

ONU MULHERES BRASIL. *Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Pequim: ONU, 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: http://spider.ufrgs.br/discursos/evento/conf_04/eniorlandi.pdf. Acesso em: 12 nov. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A questão do assujeitamento: um caso de terminação histórica. *Com Ciência*, Campinas, 10 jul. 2007. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296&tipo=1>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas (SP): Unicamp, 2002.

OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. Linguagem. Gênero. Sexualidade: uma introdução. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (org.). *Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 9-12.

PATARRA, Ivo. *O governo Luiza Erundina: cronologia de quatro anos de administração do PT na cidade de São Paulo, de 1989 a 1992*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

PENNA, Valéria. A mulher trabalhadora. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 103-123.

PEREIRA, Rodrigo Rodrigues; DANIEL, Teofilo Tostes. Ministério Público Federal. *O voto feminino no Brasil*, Brasília, 6 mar. 2009. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/noticias-migradas-internet/noticias-mpf/200903060904330300-prr3_180. Acesso em: 16 dez. 2018.

PEZOLD, Nicole. Remember The Triagle. *Alumni Magazine*, New York, n. 15, 2010. Disponível em: http://www.nyu.edu/alumni.magazine/issue15/15_square_Triangle.html. Acesso em: 16 out. 2017.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d.Pedro a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PIMENTEL, Silvia. A mulher brasileira, a constituinte e a participação política. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 65-83.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis Editores, 2009. p. 116-148.

PREUSSLER, Gisele Maria Inchauspe; MICHELETTI, Vania Celina Dezoti; PEDRO, Eva Neri Rubim. Preservativo feminino: uma possibilidade de autonomia para as mulheres HIV positivas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 56, n. 6, p. 699-701, nov./dez. 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61852>. Acesso em: 18 dez. 2018.

PROUDMAN, Charlotte. I was labelled a feminazi – here i show feminists can fight the word. *The Guardian*, Londres, 1 out. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/oct/01/feminazi-feminists-women-rights-feminism-charlotte-proudman>. Acesso em: 14 dez. 2013.

QUINO. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 53-73, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100004/21851>. Acesso em: 08 dez. 2018.

REYNOLDS, Eileen. *Traces of an American Tragedy: inside the former Triangle Shirtwaist Factory*. New York: New York University, 2015. Disponível em: <http://www.nyu.edu/about/news-publications/news/2015/march/dennis-kroner-on-triangle-fire-anniversary.html>. Acesso em: 16 out. 2017.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017a.

RIBEIRO, Djamila. O que nos torna mulheres? Os perigos de novas normatizações e a importância do caminho descontínuo. *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n. 21, p. 86-95, nov. 2016/ maio 2017b. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/obs21_book_issuu. Acesso em: 25 out. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Manual para uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*, 2014. Disponível em: http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 2 out. 2016.

ROTH, Désirée Motta. Prefácio. In: SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 9-14.

ROVIDA, Mara. No diário de afetos, o diálogo, 2017. In: MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer afetos: signo da relação*, 2. São Paulo: Casa da Serra, 2018. p. 147-149.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpos, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 22 out. 2017.

RUSCONI, Gian Enrico. Capitalismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1, p. 163.

SACCHI, Angela. Mulheres Indígenas e Participação Política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Anthropológicas*, Recife, v. 14, p. 105-120, 2003. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/22>. Acesso em: 7 fev. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. Enfim Sos Brasil rumo a Pequim. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 198-202, jan. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16935>. Acesso em: 17 out. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos Sociais: a face feminina. *In*: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 143-175.

SAFFIOTI, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Series Estudos e Ensaios – Ciências Sociais/FLACSO/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO - Brasil*, jun. 2009. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=ontogenese-e-filogenese-do-genero-ordem-patriarcal-de-genero-e-a-violencia-masculina-contra-mulheres>. Acesso em: 22 out. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 12, p. 157-163, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812/2731>. Acesso em: 22 out. 2017.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANT'ANNA, Lourival. *O destino do jornal: a Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo na sociedade da informação*. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-64451997000100007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 jan. 2019.

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos Santos. Gênero e identidade – um estudo da participação feminina na organização política MR8. *In*: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Santa Catarina. *Anais eletrônicos* [...]. Santa Catarina: UFSC, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278264443_ARQUIVO_TextoCompletoFazendoGenero9.pdf. Acesso em: 8 dez. 2018.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; COSTA, Ana Alice Alcântara. Feminismos, feministas e movimentos sociais. *In*: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara L. (org.). *Mulher e relações de gênero*. Loyola: São Paulo, 1994. p. 81-114.

SAWER, Marian. Wearing your politics on your sleeve: the role of political colours in social movements. *Social Movement Studies*, Reino Unido, v. 6, n. 1, p. 39-59, maio 2007. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/251329319_Wearing_your_Politics_on_your_Sleeve_The_Role_of_Political_Colours_in_Social_Movements. Acesso em: 10 dez. 2018.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SCHONS, Aline da Silva; ROSA, Isabel Cristina Clavelin da; PAVARINO, Rosana Nantes. A Linguagem Inclusiva de Gênero em manuais de redação jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 39., 2016, São Paulo. *Anais eletrônicos [...]*. São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3315-1.pdf>. Acesso em: 6 out. 2016.

SCHONS, Aline da Silva; ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. *Linguagem Inclusiva de Gênero no jornalismo: um estudo baseado no jornal Folha de S.Paulo*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo). Escola de Educação, Tecnologia e Comunicação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br/jspui/handle/123456789/7993>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SCHUMAHER, Maria Aparecida; BRAZIL, Erico Vital (org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Zahar, 2000. *E-book*.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York, Columbia University Press, 1990.

SHOEMAKER, Pamela J. Prefácio, 2013. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (org.). *Crerios de noticiabilidade – problemas conceituais e aplicaões*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 15-18.

SILVA, Gislene. Para pensar crerios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. II, n. 1, p. 95-107, 1. sem. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>. Acesso em: 29 set. 2018.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo público: o social como valor-notícia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – COMPÓS, 11., 2002, Rio de Janeiro. *Anais Eletrônicos [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 30 maio/ 2 jun. 2002. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1200.pdf. Acesso em: 17 jan. 2019.

SILVA, Marcia Veiga da. *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Florianópolis: Insular, 2014. (Série jornalismo a rigor, v. 8).

SILVEIRA, Stefanie Carlan. Modelos de negócio no jornalismo digital. In: SAAD, Elizabeth; SILVEIRA, Stefanie C. (org). *Tendências em comunicação digital*. São Paulo: ECA/USP, 2016. *E-book*. p. 78-93.

SILVEIRINHA, Maria João; PEIXINHO, Ana Teresa; SANTOS, Clara Almeida. Introdução: memórias de um congresso, passados e presentes em discussão. In: SILVEIRINHA, Maria João; PEIXINHO, Ana Teresa; SANTOS, Clara Almeida (ed.). *Gênero e culturas mediáticas*. Lisboa: Mariposa Azul, 2010. p. 13-24.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora: AIDS e suas metáfora*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. *E-book*.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEIN, Leon. *The triangle fire*. Ithaca: IRL Press; London: Cornell University Press, 2010.

STOLLER, Robert J. *Sex and Gender: the development of masculinity and femininity*. London: Karnac Books, 1984. *E-book*.

SUÁREZ, Mireya. Gênero: uma palavra para desconstruir idéias e um conceito empírico e analítico. In: SILVA, Kelly Cristiane da (org.). *Gênero no mundo do trabalho: I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil*. São Paulo: Ellus, 2000. v. 1, p. 16-30.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. *É simples apagar as mulheres da memória social: “o homem universal”*, 2013. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/foucault2013.htm>. Acesso em: 3 set. 2018.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. História feministas, história do possível. Mesa redonda, *Colóquio Feminista*, 2014. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/chapitres/bresil/historia%20poss%EDvel.htm>. Acesso em: 3 set. 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TESCARI, Adriana Sader. *Violência sexual contra a mulher em situação de conflito armado*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

THIONG’O, Ngugi wa. *Decolonising the mind: the politics of language in African literature*. Nairobi: East African Publishers, 1992.

TOLEDO JUNIOR, Joaquim Eloi Cirne de. *Linguagem, contexto e razão: Richard Rorty e a virada linguística*. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-24112009-144958/pt-br.php>. Acesso em: 4 nov. 2017.

TORRES GARCÍA, Joaquín. La Escuela del Sur, 1935. In: TELES, Gilberto Mendonça; MÜLLER-BERGH, Klaus (ed.). *Vanguardia latino-americana: historia, crítica y documentos*. Madrid: Iberoamericana, 2009. v. 5, p. 393-398.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2013. v. 2.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*, porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

TRINDADE, José Damião de Lima. *História social dos direitos humanos*. 3. ed. São Paulo: Petrópolis, 2012.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teoria e estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p. 74-90.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

TUFTE, Thomas. O renascimento da Comunicação para a transformação social – Redefinindo a disciplina e a prática depois da ‘Primavera Árabe. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 61-90, jul./dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442013000200004. Acesso em: 10 out. 2017.

UNITED NATIONS. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional*. São Francisco, 26. jun. 1945. Disponível em: http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf. Acesso em: 17 out. 2017.

UNITED NATIONS. *General Assembly* – Twenty-seventh session. 3010 (XXVII). Internation Woman’s Year, New York, 18 dec. 1972. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a27r3010.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

UNITED NATIONS. *International woman’s day: 8 march, History of the day*, [s.l.], [20--?]. Disponível em: <http://www.un.org/en/events/womensday/history.shtml>. Acesso em: 16 out. 2017.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VARELA, Nuria. *Feminismo para principiantes*. Ediciones B: Barcelona, 2008. *E-book*.

VICENTE, Isabella Pereira. *A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e as medidas adotadas pelo Brasil para garantir sua efetivação*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações

Internacionais). Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/174600/Monografia%20da%20%20Isabella.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 out. 2017.

VIEZZER, Moema. “*Se me deixam falar...*”. Domitila: depoimento de uma mineira boliviana. 5. ed. São Paulo: Global, 1981.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Apresentação, [2006]. In: ONU MULHERES BRASIL. *Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Pequim, 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

WALTY, Ivete Lara Camargos. Cópia ou ruptura: um movimento popular. *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, Minas Gerais, n. 26, p. 107-199, 1992. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/cltl/article/view/6137>. Acesso em: 11 dez. 2018.

WOLTON, Dominique. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

APÊNDICE A – Lista de publicações encontradas no portal BDTD

Palavras/ Portal	Ano	Título	Autoria	Curso/Instituição/ Periódico
Gênero e jornal*/ BDTD	2010	Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias	Márcia Veiga da Silva	Mestrado em Comunicação e Informação/ UFRGS
	2010	Jornalismo impresso e relações de gênero: enquadramentos da Folha de S.Paulo e d'O Estado de S.Paulo do caso de hostilização de uma estudante	Noemi Correa Bueno	Mestrado em Comunicação/ UNESP
	2016	Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil	Isabel Cristina Clavelin da Rosa	Doutorado em Comunicação/ UnB
Jornal* e femini*/ BDTD	2009	Representações do feminino na campanha eleitoral de 2006: Yeda Crusius em fotografias jornalísticas de Zero Hora	Laura Elise de Oliveira Fabricio	Mestrado em Comunicação/ UFSM
	2012	Jornalismo feminino em Santa Catarina	Ana Paula Bornhausen da Silva	Mestrado em Jornalismo/ UFSC
	2014	A participação das mulheres nos movimentos agroecológicos e feminista e a contribuição do jornal Brasil de Fato	Suelyn Cristina Carneiro da Luz	Mestrado em Comunicação/ UNESP
	2016	Entre a paráfrase e a polissemia: o discurso da educação feminina no Jornal das Senhoras (1852-1855)	Aguimario Pimentel Silva	Mestrado em Comunicação/ UFS
	2016	O jornalismo nas revistas femininas Claudia e Marie Claire. Os conceitos de beleza e saúde aplicados ao corpo feminino e ao controle do comportamento da mulher	Bruna Cristina Ferreira	Mestrado em Ciências da Comunicação/ USP

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das informações dispostas no BDTD (2017). Disponível em: <http://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 6 nov. 2017.

ANEXO A – Notícia publicada no dia 5 de março de 2013, na Folha

Renda de mulheres cresce 83%, mas homens lideram

No final de 2013, elas deverão atingir mesmo valor que eles já tinham em 2003

Em 2 décadas, cresceu 162% o número de mulheres registradas; população feminina aumentou 36%

CLAUDIA ROLLI
DE SÃO PAULO

Até o final deste ano, deverão ter passado pelas suas bolsas R\$ 1,1 trilhão, valor equivalente ao PIB da Suécia ou da Bélgica. Será um crescimento de 83% na massa de renda das mulheres brasileiras num período de dez anos.

Em 2003, as mulheres brasileiras haviam recebido R\$ 602 bilhões (já atualizados pelo INPC) — número que inclui a renda do trabalho (formal e informal) e benefícios (aposentadorias e pensão).

Os dados constam do estudo “Tempo de Mulher”, do instituto de pesquisas Data Popular, que mostra que, se seguirem seus planos, no final de 2013 elas terão comprado 6,5 milhões de celulares e 6 milhões de televisores.

“A massa de renda das mulheres (R\$ 1,1 trilhão) é superior ao que toda a classe C — que reúne 104 milhões de brasileiros e representa 53% da população total do país — deve receber neste ano, um total de R\$ 966 bilhões”, diz Renato Meirelles, sócio e diretor do instituto.

Os números são reflexo da mudança que permitiu maior presença da mulher no mer-

cado de trabalho, seja porque estudou e buscou uma oportunidade, seja pela necessidade de complementar a renda da família.

Nas duas últimas décadas, houve aumento de 162% no número de mulheres com carteira assinada. No mesmo período, a população feminina teve expansão de 36%.

São 11 milhões a mais de brasileiras no mercado de trabalho formal nessas duas últimas décadas, contingente equivalente a quase toda a população de um Estado como o Rio Grande do Sul.

As projeções foram feitas a partir de dados do IBGE (pesquisas de orçamento familiar, mensal de emprego e nacional por amostra de domicílio) e com pesquisa realizada com 1.300 mulheres de 44 cidades brasileiras, entre dezembro do ano passado e fevereiro deste ano.

10 ANOS NA FRENTE

O crescimento da massa de renda das mulheres supera o avanço obtido pelos homens nos mesmos dez anos. De 2003 a 2013, o valor masculino deverá ter aumentado na ordem de 45%.

Apesar de todo o avanço, a massa de renda das mulheres deve atingir apenas neste ano o mesmo R\$ 1,1 trilhão (trabalho formal, informal e benefícios) que os homens conseguiram receber há dez anos, em 2003. Neste ano, a massa de renda masculina deve atingir R\$ 1,6 trilhão.

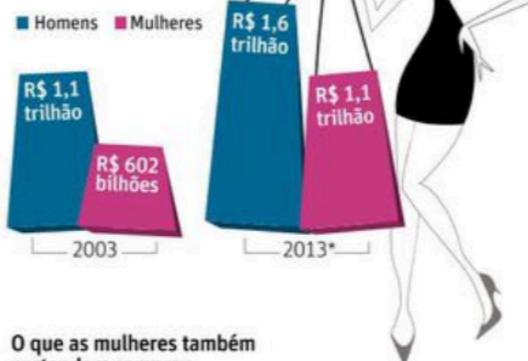
MULHERES X HOMENS

Hoje elas ganham 83% a mais que na década passada, e eles, 45%

Massa de renda

Inclui trabalho formal, informal e benefícios previdenciários

■ Homens ■ Mulheres



O que as mulheres também pretendem comprar

Projeção de vendas, em milhões de unidades

■ Mulheres que desejam comprar o produto



*Projeção feita com base em pesquisas (PDF, PME e PNAD) do IBGE
**Pesquisa do Data Popular com 1.300 brasileiras de 44 cidades e 2,36% de margem de erro, realizada entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013
Fonte: Instituto Data Popular, projeto Laboratório da Mulher

Fonte: Acervo on-line do jornal Folha de S.Paulo, edição de 5 de março de 2013. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 9 jan. 2019.